



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVI - Nº 039 - TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)		<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>1ª VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP)		<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Wilson Santiago - (PMDB-PB)		
<b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena - (PSDB-PB)	<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

## LIDERANÇA

<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</b> <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> ..... <b>Líder do PT - 15</b> <b>Humberto Costa</b> Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias <b>Líder do PR - 5</b> <b>Magno Malta</b> <b>Líder do PDT - 4</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque <b>Líder do PSB - 3</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> Vice-Líder do PSB Lídice da Mata <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar</b> <b>(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</b> ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amelia <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <b>Líder do PMN - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco Parlamentar.</b> <b>(PSDB/DEM) - 15</b> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> <b>Líder do DEM - 5</b> <b>Demóstenes Torres (3,4)</b>
		<b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
<b>PSOL - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marinor Brito - PSOL</b>	<b>PPS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Itamar Franco - PPS</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego

### Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.

Expediente	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 31ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 21 DE MARÇO DE 2011

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear a Ordem DeMolay pelos 30 anos de atuação no Brasil, nos termos do Requerimento nº 8, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. .... 07538

#### 1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Mozarildo Cavalcanti)

#### 1.2.2 – Oradores

Sr. José Eduardo de Miranda (Secretário Geral do Grande Oriente do Brasil)..... 07540

Sr. Jafé Torres (Grão Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal) ..... 07540

Sr. Yhury Guimarães Aguiar de Oliveira (Grande Secretário Nacional) ..... 07540

Sr. Wilson José Barbosa Júnior (Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay) ..... 07541

Sr. Max Rodrigues Pereira Hager (Grande Inspetor Geral)..... 07544

Sr. Alberto Mansur (Fundador da Ordem DeMolay no Brasil) ..... 07545

Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno) ..... 07548

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – ATA DA 32ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE MARÇO DE 2011

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

#### 2.2.1 – Comunicação

Da Liderança do PPS no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 51/2011, de 16 do corrente). *Designação do Senador Itamar Franco, como titular, para compor a referida Comissão*..... 07550

#### 2.2.2 – Ofício do Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

Nºs 2 a 10, de 2011, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor e posterior envio ao Arquivo

dos Avisos nºs 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17 e 18, de 2011..... 07550

#### 2.2.3 – Comunicações da Presidência

Informação de que o projeto de decreto legislativo apresentado como conclusão do Parecer nº 71, de 2009, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 11, de 2009-CN, terá sua tramitação iniciada no Senado Federal sob a nomenclatura de **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011**..... 07552

Publicação do Parecer nº 46, de 2010-CN, sobre o Aviso nº 27, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, que serão encaminhados à Câmara dos Deputados. .... 07562

Publicação do Parecer nº 47, de 2010-CN, sobre o Aviso nº 21, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, que iniciarão sua tramitação no Senado Federal..... 07562

Publicação do Parecer nº 48, de 2010-CN, sobre o Aviso nº 25, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, que serão encaminhados à Câmara dos Deputados. .... 07562

Publicação do Parecer nº 1, de 2011-CN, sobre o Aviso nº 10, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 18 do corrente, que concluiu pela apresentação de um projeto de decreto legislativo, que iniciará sua tramitação, que iniciará sua tramitação no Senado Federal..... 07562

#### 2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de programas fumíferos, bebidas alcoólicas medicamentos, te-*

*rapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas nas proximidades de estabelecimentos de ensino e tornar obrigatória a aposição de advertências na publicidade de bebidas alcoólicas feitas em pontos de venda.*.....

07562

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera o art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar da arrecadação de direitos autorais a execução, por qualquer meio, de obras musicais ou lítero-musicais no âmbito de cultos, cerimônias ou eventos realizados por organizações religiosas, sem objetivo de lucro.....

07565

### 2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 246, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009.....

07566

### 2.2.6 – Parecer

Nº 44, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010. ....

07567

### 2.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 14/2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**.....

07606

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 18 de março de 2011 e publicação no mesmo dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 527, de 2011, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....

07606

### 2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comparativo entre o discurso pronunciado pelo Presidente norte-americano Barack Obama no Brasil e a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada “Os dilemas de uma antiga amizade”, que analisa as questões econômicas e as políticas envolvendo os dois países.....

07607

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro da participação de S. Exª, em São Paulo, neste fim de semana, em reunião com a Direção

Nacional do PCdoB, oportunidade em que foi analisada a conjuntura política do Brasil e do mundo, assim como foram debatidas questões internas do partido.....

07611

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do fechamento da programação do Programa Luz para Todos para 2011, em Roraima; e outros assuntos....

07626

### 2.2.9 – Recurso

Nº 2, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010.....

07628

### 2.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010.....

07628

### 2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários acerca da presença do Presidente norte-americano em Brasília e no Rio de Janeiro, durante sábado e domingo últimos.....

07629

### 2.2.12 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador José Pimentel, como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010).....

07632

### 2.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ACIR GURGACZ – Manifestação sobre a visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil; e outro assunto.....

07632

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Registro de subscrição por S. Exª de requerimento que solicita a realização de Sessão Especial do Senado destinada a comemorar o centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus; e outro assunto. ....

07634

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Defesa de que o Brasil inspire-se em países como o Catar, de modo a que venha a destinar recursos provenientes da exploração do petróleo à educação. ....

07637

SENADOR ANIBAL DINIZ – Saudações ao Arcebispo Dom Moacyr Grechi, que anunciou sua aposentadoria episcopal; e outros assuntos.....

07638

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Exposição do decálogo do Movimento Brasil Eficiente, conjunto de propostas voltadas a promover a competitividade da economia brasileira no cenário internacional. ..

07643

SENADORA MARISA SERRANO – Homenagem ao Dia Mundial da Água, que será comemorado amanhã, dia 22, cujo tema será “Água e Urbanização”, tecendo comentários acerca do uso irracional e da má gestão desse recurso natural e afirmando que o Brasil precisa utilizar melhor seus recursos hídricos. ....

07644

SENADOR WILSON SANTIAGO – Registro do lançamento amanhã de biografia do Presiden-



te José Sarney, de autoria da escritora e jornalista Regina Echeverria. ....	07646
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Importância da visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil; e outros assuntos.....	07647
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Importância da visita do Presidente norte-americano Barack Obama para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Leitura de carta de S. Ex <sup>a</sup> endereçada ao Presidente Barack Obama.....	07648
SENADOR VITAL DO REGO – Comentários sobre a visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil; e outros assuntos. ....	07652
SENADOR PAULO PAIM – Importância histórica da visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil; e outros assuntos.....	07655
SENADOR GILVAM BORGES – Homenagem à Presidente Dilma Rousseff e à participação das mulheres na política brasileira. ....	07661
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Expectativa de investimentos na estrutura aeroportuária brasileira a partir da criação da Secretaria Nacional de Aviação Civil, com <i>status</i> de ministério.....	07663
SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do transcurso, hoje, do Dia Internacional da Síndrome de Down e congratulações à Câmara dos Deputados pelos eventos promovidos em razão da data. ....	07665
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Frustração com a visita do presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil, por não ter apresentado mudanças de rumo na política externa dos Estados Unidos.....	07670
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Registro de evento comemorativo do Dia Internacional da Síndrome de Down, hoje, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, destacando requerimento, de autoria de S. Ex <sup>a</sup> , para criação de uma comissão especial no Senado Federal para tratar do tema... ..	07672
<b>2.2.14 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a realização, em Brasília, do seminário “O Futuro da Previdência no Brasil”, patrocinado pelo Ministério da Previdência Social e o IPEA. ....	07677
<b>2.2.15 – Comunicação da Presidência</b>	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 22, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	07678
<b>2.3 – ENCERRAMENTO</b>	
<b>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 21-3-2011</b>	
<b>4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO</b>	
<b>4.1 – OFÍCIO DO GRUPO BRASILEIRO NO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO</b>	
Nº 57, de 2011 .....	07679

## **SENADO FEDERAL**

### **5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

### **6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	
Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)	

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)	
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)	

# Ata da 31ª Sessão, Especial em 21 de março de 2011

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

### Presidência do Sr. Mozarildo Cavalcanti

*(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 27 minutos e encerra-se às 12 horas e 42 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 30 anos de atuação da Ordem DeMolay no Brasil, nos termos do Requerimento nº 8, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Sr. José Eduardo de Miranda, Secretário-Geral do Grande Oriente do Brasil, representando o Soberano Grão-Mestre Marcus José da Silva. *(Palmas.)*

Convido o Fundador da Ordem DeMolay, no Brasil, Sr. Alberto Mansur. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Yhuri Guimarães, representando o Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil. *(Palmas.)*

Convido o Grão-Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, irmão Jafé Torres. *(Palmas.)*

Estou aqui me socorrendo da orientação do irmão Cláudio.

Convido agora o Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, Sr. Wilson Júnior. *(Palmas.)*

Convido também o Grande Inspetor Geral Sr. Max Rodrigues Pereira, representando o Grande Soberano Comendador Sr. Enyr Jesus da Costa e Silva. *(Palmas.)*

Peço minhas escusas aos outros membros da Ordem DeMolay e também da nossa Maçonaria brasileira por não convocá-los. Faço-o não porque sejam menos importantes, mas por falta de espaço na mesa dos trabalhos.

Faremos também o registro das autoridades civis e militares que abrilhantam esta sessão tão logo receba aqui a nominata.

O Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, acabou de me telefonar dizendo da impossibilidade de comparecer em razão de um evento não programado.

Encontra-se aqui presente o Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar João Manuel Sandim de Rezende. *(Palmas)*

Quero também registrar a presença, importante para esta sessão, da nossa ex-Deputada Luciana Costa, que foi autora do projeto na Câmara que definiu o dia 18 de março como o Dia Nacional DeMolay no Brasil. *(Palmas)*

A então Senadora Rosalba Ciarlini foi autora de igual projeto aqui no Senado. Eu tive a honra de ser o relator do projeto e pude fazer, portanto, a fusão dos dois projetos e, creio, atender a ideia das duas parlamentares.

É importante registrar que foram duas mulheres que apresentaram o projeto. Eu tive a honra apenas de relatá-lo. Isso demonstra para a sociedade brasileira que a Maçonaria e as instituições que ela mantém – aqui temos a presença dos DeMolay, mas também temos as Filhas de Jó, Meninas do Arco-Íris, APJ e outras instituições que a Maçonaria mantém, que nós chamamos de instituições paramaçônicas – não são interesse exclusivamente masculino.

Essa era a introdução que eu gostaria de fazer.

Fui o primeiro subscritor desta sessão de homenagem, que, aliás, é a primeira depois que a lei foi aprovada e, portanto, não poderia ter sido realmente antes, ainda que a Ordem já exista desde 1980. É assim, portanto, com muita felicidade e enorme satisfação, que hoje ocupo a presidência desta sessão destinada a comemorar o Dia Nacional do DeMolay, instituído no dia 19 de janeiro de 2010, pela Lei nº 12.208 – a data nacional é o dia 18 de março, mas não comemoramos no dia 18 porque caiu num fim de semana. Fico feliz com esta comemoração, que vejo como uma justa homenagem ao trabalho da Ordem DeMolay, desenvolvido no Brasil e em outros catorze países mundo afora.

Para os que ainda não a conhecem, a Ordem DeMolay é uma ordem patrocinada e apoiada pela Maçonaria, voltada para jovens do sexo masculino com idades entre 12 e 21 anos. Ela tem seus princípios baseados em virtudes como a fraternidade e o companheirismo, valores considerados pela Ordem

como diferenciais na vida de um líder e determinantes para o seu destino.

A Ordem cultiva o que chama de “Sete Virtudes Cardeais de Um DeMolay”. São elas: amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. Como se pode perceber, trata-se de princípios que concorrem para o engrandecimento da família, da fé e da Pátria.

Outro aspecto fundamental para a Ordem DeMolay é a defesa das liberdades religiosa, civil e intelectual. Na simbologia DeMolay, a liberdade religiosa é representada pelo Livro Sagrado; a civil, pela Bandeira Nacional; e a intelectual, pelos livros escolares, guias permanentes da boa formação da juventude.

A Ordem DeMolay foi fundada nos Estados Unidos, no dia 18 de março de 1919 – portanto, vê-se que a data não foi escolhida aleatoriamente para instituir o Dia Nacional do DeMolay –, na cidade de Kansas City, no Estado do Missouri, pelo Maçom Frank Sherman Land. Passou a ser oficialmente patrocinada e apoiada pela Maçonaria em 1921, que costumeiramente cede espaço para as reuniões dos Capítulos DeMolay e para os Priorados da Ordem da Cavalaria, denominações das células em que a Ordem se organiza.

A Ordem DeMolay iniciou suas atividades no Brasil em 16 de agosto de 1980, pelas mãos do ilustre maçom Alberto Mansur, aqui ao meu lado (*Palmas*.)

Mansur tomou conhecimento da existência da Ordem em 1970, interessando-se por trazê-la ao Brasil ao vislumbrar o importante papel que ela poderia desempenhar na formação da juventude brasileira.

Finalmente, em 1979, o Grande Mestre Internacional C. C. “Buddy” Faulkner, líder e entusiasta da Ordem, autorizou Mansur a fundá-la no Brasil. Em 1980, Faulkner nomeou Mansur Membro do Supremo Conselho Internacional e Oficial Executivo da Ordem DeMolay para o Brasil.

Como já disse antes, a Ordem não está presente apenas entre nós, brasileiros. Ela existe e funciona na Alemanha, na Austrália, em Aruba, na Bolívia, no Canadá, na Colômbia, nos Estados Unidos, nas Filipinas, na Itália, no Japão, no México, no Panamá, no Paraguai, no Peru e no Uruguai. Ela tem cerca de 205 milhões de membros em todo o mundo, dos quais mais de 200 mil são brasileiros, todos atuantes nos mais de 700 Capítulos pelos quais a Ordem se distribui em todo o território nacional.

Após completar os 21 anos de idade, os jovens participantes da Ordem recebem a denominação Senior DeMolay. Nessa condição, seguem acompanhando os trabalhos da Ordem, por meio da “Associação DeMolay Alumni”, criada com os objetivos de congregar os

membros que atingem a maioria na Ordem e de reconhecer os melhores Seniores DeMolays.

A Ordem é inspirada na história de Jacques DeMolay, 23º e último Grão-Mestre da Ordem dos Templários, e sua fundação presta homenagem a esse nobre cavaleiro. Jacques DeMolay foi condenado à fogueira e executado no dia 18 de março de 1314, por ter se negado, mesmo sob tortura, a denunciar seus companheiros e a revelar o paradeiro das riquezas da Ordem dos Templários ao Rei Felipe IV, da França.

Dessa forma, Jacques DeMolay passou a ser conhecido como um símbolo de lealdade e companheirismo e, para reverenciar a sua memória, o dia 18 de março foi escolhido com a data da fundação da Ordem e, aqui no Brasil, como o Dia Nacional do DeMolay.

Também não é por outra razão que seu nome foi lembrado por Frank Land para batizar a Ordem. A lealdade e o companheirismo inspirados pelo exemplo de Jacques DeMolay são alguns dos princípios mais caros que a regem, servindo de norte aos jovens que nela ingressam. A lealdade e o companheirismo são certamente dois dos valores mais importantes a serem cultivados nas relações humanas. E é no cultivo de virtudes como essas que a Ordem DeMolay segue o seu trabalho, sempre inspirado na figura de Jacques DeMolay.

Por isso, vejo esta homenagem que o Senado presta à Ordem DeMolay no Brasil como um reconhecimento mais que justo ao seu trabalho meritório, dedicado à formação de jovens segundo elevados valores morais e espirituais.

São contribuições como esta que ajudam a fortalecer o espírito dos nossos jovens, incutindo-lhes valores dignos e úteis à sociedade como um todo. É por isso que, nesta data, quero saudar a Ordem DeMolay do Brasil, não só nas pessoas dos aqui presentes, mas também nas dos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, para que, realmente, possamos ter em vocês o futuro não só da Maçonaria, mas o futuro do Brasil.

E eu quero concluir dizendo que se as nossas potências maçônicas fizessem só o trabalho de investir na juventude, nos DeMolay, nas Filhas de Jó, nas Meninas do Arco-Íris, na APJ, se fizesse só isso, já estaria, com certeza, garantindo um País melhor, uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa, mais igual e mais fraterna, como defendemos tanto.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

Inicialmente, quero conceder a palavra ao representante do nosso Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, que está presente, nosso irmão José Eduardo de Miranda.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DE MIRANDA** – Bom dia a todos os meus irmãos, bom dia aos sobrinhos, sobrinhas. Neste momento, quero parabenizar o Senado Federal em nome do nosso irmão Marcos José da Silva, Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil.

Ilustríssimo Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, parabéns por este requerimento em homenagem ao nosso Grupo DeMolay.

Quero aproveitar este momento para saudar todos os membros da Loja que estão aqui neste plenário e na Mesa por estarem presentes a esta sessão.

Meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas, convidados, nosso soberano Marcos José da Silva pediu que eu viesse aqui representá-lo e passasse a mensagem de um tríplice e fraternal abraço a todos os nossos sobrinhos. Ele gostaria muito de estar presente, mas, por problema de agenda, não pode estar aqui neste momento.

Queremos agradecer a presença do nosso irmão Alberto Mansur. Se não fosse justamente por esse irmão valoroso, que hoje está no Rio de Janeiro, no Supremo Conselho, diretamente ligado ao Grande Oriente do Brasil, não teríamos, hoje, jovens, numa média de 30 anos, uma renovação enorme para o futuro da Maçonaria.

Parabéns a todos, à Ordem DeMolay não só do Brasil como do Universo, porque nós somos hoje uma fraternidade universal.

Agradecemos.

Muito obrigado e parabéns a todos os jovens. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar que o Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, e que também representa a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, está em um evento no Rio Grande do Sul, mas está aqui representado pelo irmão Alberto Vieira, que, portanto, representa aqui as Grandes Lojas do Distrito Federal.

Quero, na sequência, conceder a palavra ao irmão Jafé Torres, na condição de anfitrião, já que ele é Grão-Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal.

**O SR. JAFÉ TORRES** – Senador Mozarildo Cavalcanti, irmão, peço licença a esta Mesa para, na pessoa do Brigadeiro e irmão Sandim, para cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

O Grande Oriente do Distrito Federal, nesta manhã de 21 de março, sente-se gratificado em saber que esta Casa de Lei aprovou a comemoração para os 30 anos da Ordem DeMolay. Mas diante dessa narração sua, meu querido Mozarildo, gostaria de enfatizar não o contrário do que foi dito, mas um desafio a vocês, DeMolays, um desafio a essa juventude que tem um

compromisso para esta Nação, futura Nação, um desafio a vocês, meus caríssimos DeMolays, bem como aos Apejotistas e às Filhas de Jô

Estamos passando por um momento de transformação, e todas as potências, meu caro e querido Mansur, inclusive com a anuência desta Presidência, há uma semana, fizeram um levantamento e um apelo à Nação brasileira, principalmente para a nossa Presidenta: criar um Ministério de base da educação, já que o MEC desviou sua atenção. Preocupa-nos a sustentação de um profícuo ensino de base desta Nação.

Não entra na cabeça deste Grão-Mestre passar o aluno por passar, sem exigir dele o saber. Assim, lançamos essa campanha, e a campanha, graças a Deus, está tomando vulto por meio desta Casa de Lei, com a anuência dessa Presidência.

Mas o outro desafio que também fazemos, neste instante, é em relação aos anos de 2014 e 2016, quando teremos dois grandes eventos nesta Nação: 2014, a Copa do Mundo; e 2016, as Olimpíadas. A vocês, DeMolay, a vocês, Filhas de Jô, e a vocês, Apejotistas, cabe o papel fundamental de nos engajar e mostrarmos, sim, que o Brasil é um Brasil diferenciado, um Brasil de potência, mostrando ao mundo inteiro que, realmente, aqui no País se faz o diferencial.

Vocês todos são os nossos anfitriões. Portanto, a responsabilidade está com vocês. E o chamamento é trabalho, trabalho, trabalho e união, união. Porque com o trabalho e a união, com certeza absoluta, fazemos o diferencial no futuro.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de anunciar o próximo orador, eu quero registrar a presença aqui no plenário das representantes da Ordem Internacional das Filhas de Jô, Priscila Satriane e Aline Busnardos. *(Palmas.)*

Assim também como a representante da Ordem Internacional Estrela do Oriente, Gilma Souza. *(Palmas)*

Agora, quero conceder a palavra ao Grande Secretário Nacional, representando o Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho, Yhuri Guimarães.

**O SR. YHURY GUIMARÃES AGUIAR DE OLIVEIRA** – Primeiramente, bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador da República, nosso irmão Mozarildo Cavalcanti, mentor e Presidente desta sessão, para quem antecipo os especiais agradecimentos do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para República Federativa do Brasil. Gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa, o nosso irmão Suenilson Saulnier de Pierrelevée Sá, Grande Mestre Distrital da Ordem DeMolay, em seu nome gostaria de saudar as dignas autoridades maçônicas e DeMolays, são muitas,



por favor, sintam-se todos saudados, sem distinção de ordem e prioridade; estimado irmão, sobrinho Rodrigo Lins, Mestre Conselheiro Nacional, em se nome, saúdo todos os DeMolays aqui presentes, assim como todos aqueles que vieram de todos os Estados da Federação prestigiar essa belíssima cerimônia, destinada a homenagear a Ordem DeMolay. Gostaria de cumprimentar as nossas sobrinhas Garotas do Arco-Iris e Filhas de Jó, nossas cunhadas da Estrela do Oriente.

O primeiro registro a se fazer refere-se à ausência do nosso Grande Mestre Nacional, Irmão Carlos Eduardo Braga Farias, que, por motivo de trabalho, se encontra no seu Estado de Pernambuco, cumprindo agenda na empresa a qual está vinculado, no que chamamos o trabalho do mundo profano.

Vou me furtar agora de falar sobre as considerações sobre a Ordem DeMolay em virtude das belíssimas palavras do nosso irmão, Senador da República Mozarildo Cavalcanti.

Gostaria de chamar a atenção para várias dimensões desta homenagem que é prestada à Ordem DeMolay, não somente em função dos seus trinta anos de existência como também a comemoração do Dia do DeMolay, promulgado através da Lei nº 12.208, de 19 de janeiro de 2010, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, surgida por intermédio do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009, da Senadora Rosalba Ciarlini, com apoio incondicional do nosso Senador Mozarildo Cavalcanti e da Deputada Luciana Costa.

O segundo registro refere-se à minha alegria imensa de, como Grande Secretário Nacional e representante do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, estar entre amigos e irmãos dessa Ordem, à qual tenho orgulho de pertencer, cuja militância, espelhada na Maçonaria, prega unicamente a prática de virtudes. Nós temos ligações profundas com a Maçonaria, sem ela não existiríamos, sem ela não estaríamos aqui.

Entendo também como fundamental estabelecer que esta homenagem tenha alguns limites que cabe ressaltar.

O primeiro deles tem a ver com o fato de que a nossa Ordem recebe esta significativa homenagem do Senado Federal. Certamente que o Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti conseguiu, mercê de sua vocação política e neste evento cívico social valorizar, sim, a nossa juventude, reconhecer seu valor perante a pátria e a sociedade. Não poderíamos deixar hoje de fazer este registro.

O segundo é a presença, nesta Casa, de representantes da Maçonaria, esses célebres baluartes que nos alentam, que nos confortam, que nos ajudam na

construção do homem do amanhã e que nos honram com suas visitas. O êxito do nosso trabalho, a concepção da Ordem DeMolay só foi possível graças à competência e à união desse grupo que nos acompanha, sempre dedicados, nos permitindo apresentar os mais promissores resultados.

O terceiro limite é que há vários nomes que eu gostaria de mencionar, entre os essenciais, e além dos que já foram aqui lembrados, alguns presentes, outros ausentes, mas que poderiam perfeitamente estar entre nós, neste momento insigne em que a Ordem DeMolay completa 30 anos de existência em nosso País, com profícuos trabalhos, sempre voltados para a valorização da juventude brasileira. Cada um deles, presentes ou anônimos, foi fundamental para o crescimento da nossa instituição.

Aproveito o momento para convidar o Exmº Senador da República, Irmão Mozarildo Cavalcanti, e seus Pares, nossos Senadores, a participarem dos cerimoniais de abertura do VII Congresso Nacional da Ordem DeMolay, a ser realizado na cidade de Tramandaí, no dia 29 de julho de 2011 próximo.

Sr. Presidente desta sessão, autoridades, meus irmãos, sobrinhos, sobrinhas, convidados, nosso Supremo Conselho guardará em seus anais a memória do afago com que foi recebido nesta Casa.

Estar aqui para representá-lo neste momento comemorativo foi tarefa das mais gratificantes. Senti-me honrado com a incumbência de representar a nação DeMolay brasileira, por intermédio do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, neste momento de alegria para todos nós e que, com certeza, ficará gravado nas mais felizes e agradáveis recordações.

Muito agradecido, meu irmão e Senador da República Mozarildo Cavalcanti. Muito agradecido a todos.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra a Wilson Júnior, Grande Mestre Nacional da Ordem DeMolay.

**O SR. WILSON JOSÉ BARBOSA JÚNIOR** – Bom dia a todos. Sr. Presidente, Exmº Senador Irmão Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento que originou esta homenagem, em sua pessoa e na pessoa da Deputada Luciana Costa, autora do projeto de lei que institui o Dia DeMolay aqui presente, tenho a satisfação de cumprimentar todo o Legislativo brasileiro pelos seus esforços a favor da juventude.

Estimado Tio Alberto Mansur, pai da Ordem DeMolay no Brasil e Grande Mestre fundador do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, referência para toda nossa Maçonaria brasileira, em nome de quem quero cumprimentar todas as autoridades de

nossa ordem aqui presente, estimados irmãos DeMolays atletas, irmãos maçons, Sr<sup>as</sup> e Srs convidados, autoridades das Filhas de Jó, nosso representante dos escudeiros, considero uma grande honra estar aqui hoje diante de todos vocês para representar a nossa Ordem DeMolay.

Iniciado no Capítulo Inconfidentes, em Belo Horizonte, Minas Gerais, conheci pessoalmente os benefícios que essa instituição maravilhosa, fundada por um maçom pioneiro e implantada no Brasil por outro, que nos dá a imensa alegria de sua presença aqui hoje, pode oferecer aos jovens.

Sendo eu mesmo um desses milhares de irmãos que se dedicaram aos princípios propagados pela nossa instituição ao longo desses quase 92 anos, posso dizer que a nossa Ordem se orgulha muito, no Brasil, de poder celebrar anualmente, no dia 18 de março, o Dia DeMolay.

Tradicionalmente, esse dia já tem para nós um significado especial. Trata-se da data que dedicamos ao nosso patrono Jacques DeMolay, último Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários.

Em meio às muitas qualidades dessa figura histórica, buscamos, de forma especial, extrair para a nossa doutrina e ensinamentos que passamos aos jovens a ideia de fidelidade, a quinta das sete virtudes cardeais de um DeMolay.

Em nome do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, acredito que podemos dizer que buscamos, ao longo desses 30 anos de caminhada e 25 anos como instituição soberana e independente, sempre permanecer fieis às virtudes que propagamos, às ideias de nossos fundadores e, acima de tudo, ao nosso propósito de conduzir no Brasil um verdadeiro movimento em favor da juventude. É dessa forma, grande movimento em favor da juventude, que o querido tio Alberto Mansur, aqui presente, sempre se referiu à Ordem DeMolay.

Essa forma de chamá-la é mais do que justificada. Afinal, celebramos recentemente a conquista de mais de cem mil membros, que atuam diretamente em capítulos espalhados por todo o Brasil.

De nossas fileiras, saíram empresários, profissionais liberais Vereadores, Prefeitos – incluindo o nosso irmão Alysson Diego, Prefeito do Município mineiro de Itaguara –, Deputados, atletas, artistas, professores, entre muitos outros. São milhares de grandes homens do cotidiano do nosso Brasil que, no passado, foram grandes jovens aprendendo em nossas fileiras.

Eu gostaria de destacar, como exemplo para todos os nossos convidados e todos os que nos assistem, nosso trabalho filantrópico. Em especial, quero demonstrar a importância da nossa Campanha Na-

cional pelo Cadastro de Doadores de Medula Óssea. Mobilizando o nosso grande contingente de jovens, cadastramos mais de cem mil doadores, o que corresponde hoje a 8% do cadastro total de doadores no Brasil. Esse trabalho, realizado em parceria com o Hospital do Câncer de Barretos, valeu-nos, ano passado, uma maravilhosa homenagem: a inauguração, naquele hospital, da Ala Ordem DeMolay.

Portanto, senhoras e senhores, trata-se, sim, de um grande movimento em favor da juventude.

Agradecendo as palavras do Irmão Mozarildo Cavalcanti, acredito ser pertinente prestar a nossa singela homenagem ao Legislativo brasileiro, que tanto tem feito em favor da nossa juventude e, em especial, em favor da Ordem DeMolay, por meio de Parlamentares que abraçam nossa causa. Isso se dá nos Legislativos municipais, estaduais e, mais recentemente, aqui no Congresso Nacional.

Quero iniciar este agradecimento, prestando aqui uma homenagem à ex-Deputada Federal Luciana Costa, da cidade de Barretos, em São Paulo, onde, inclusive, temos um dos maiores capítulos da nossa Ordem DeMolay brasileira.

Em 2008, atendendo com prontidão ao pedido de nosso Supremo Conselho, através do estimado Irmão Cleber Delalibera, também aqui presente, então grande Mestre Estadual de São Paulo, a Deputada apresentou à Câmara o Projeto de Lei nº 2.979, de 2008, que instituiu esse dia no calendário comemorativo nacional.

Ao chegar ao Senado, o referido projeto foi acolhido pelo nosso sempre parceiro, irmão e amigo Senador Mozarildo Cavalcanti e somado também aos esforços da então Senadora e hoje Governadora, Rosalba Ciarlini, que havia apresentado o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009. À Senadora, inclusive, agradecemos a apresentação do projeto, que foi uma demonstração de compromisso com os jovens brasileiros. Nessa data, nosso projeto foi remetido ao Presidente da República, que o sancionou. E este é o motivo de estarmos aqui hoje.

A Ordem DeMolay, senhoras e senhores, é uma instituição criada com o único propósito de formar líderes e melhores cidadãos entre os jovens, pela prática das sete virtudes cardeais: amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

Foi fundada, em 1919, por Frank Sherman Land, um maçom que anteviu a necessidade de trazer a juventude para dentro da Maçonaria Universal. Em 1980, foi trazida a este País por Alberto Mansur, aqui presente,

um maço que também anteviu a necessidade de se congregar à família maçônica brasileira.

Desde aqueles idos de 1980, quando a nossa Ordem foi fundada, nós enfrentamos muitas mudanças, conquistas e turbulências. Mas o que de fato importa, querido tio Mansur, é que estamos aqui hoje juntos, celebrando a glória de 30 anos de trabalhos ininterruptos e bem feitos, celebrando também 25 anos desde que, também através do seu trabalho e esforço, tornamos uma organização soberana e independente para administrar a Ordem DeMolay no Brasil.

Não seria possível, portanto, chegarmos a este momento histórico, quando a mais alta Casa Legislativa do Brasil reconhece a grandeza da Ordem DeMolay, sem prestar a devida homenagem ao homem que, aos seus 88 anos de idade, percorre nosso País levando a mensagem do sonho que uma vez ele teve, o sonho de uma Ordem DeMolay brasileira forte, soberana e independente. É por isso, estimado irmão e tio Mansur, que confeccionamos um singelo presente para registrar esta data.

Para ler os dizeres e entregar esta homenagem que nossa Ordem presta a seu pai, convido o nosso estimado irmão, Senador Mozarildo Cavalcanti.

*(Procede-se à entrega da Placa.)*

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Homenagem ao fundador:

Neste dia, quando o Senado Federal homenageia o Dia Nacional do DeMolay, a Ordem presta a devida homenagem ao estimado tio Alberto Mansur, pai da nossa instituição no Brasil e grande responsável pelo seu progresso e desenvolvimento em solo brasileiro, que nos garantiram este momento de reconhecimento na mais alta Casa Legislativa do País.

Brasília, 21 de março de 2011.

Wilson José Barbosa Júnior, Grande Mestre Nacional da Ordem DeMolay.

**O SR. ALBERTO MANSUR** – Obrigado, de coração! *(Palmas.)*

**O SR. WILSON JOSÉ BARBOSA JÚNIOR** – Aproveitando sua participação, irmão Mozarildo, seria negligência de nossa parte não lhe prestar também a devida homenagem por toda a colaboração que, ao longo de mais de quatro anos, o irmão tem oferecido à Ordem DeMolay no Brasil. Junto aos membros do nosso Supremo, buscamos uma forma de homenagear o irmão como de fato merece. A única forma que encontramos foi conferir-lhe a mais importante manifestação de apreço de que dispomos. E é por isso que peço agora a gentileza de nosso tio Alberto Mansur

entregar-lhe o Diploma e a joia de Membro Honorário do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega do Diploma e da joia.)*

**O SR. ALBERTO MANSUR** *(Intervenção fora do microfone.)* – Este é o diploma que entrego, com muita honra, ao querido irmão Mozarildo por tudo que ele tem feito como Senador por essa nossa terra, especialmente pela Ordem DeMolay: “Membro Honorário do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil e de nosso Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil”. *(Palmas.)*

**O SR. WILSON JOSÉ BARBOSA JÚNIOR** – Irmão Mozarildo, também passamos agora às suas mãos a nossa CID – Carteira de Identidade DeMolay. Como o meu irmão poderá ver, está agora registrado em nosso Supremo como membro permanente. Não mais o encaramos como convidado a apoiar-nos, mas, sim, como parte dessa grande família da Ordem DeMolay. *(Palmas.)*

Quero reconhecer aqui também a importância e o pioneirismo da ex-Deputada Luciana Costa. Em um tempo em que a mulher brasileira rompe limites, nossa Ordem tem a oportunidade de ter esta data conquistada através da iniciativa de duas mulheres. Saiba, Deputada Luciana, que todos os DeMolays assumem o compromisso de respeitar todas as mulheres.

Em respeito à grandeza da sua colaboração, convido o Irmão Cleber Delalibera – que apresentou a Ordem DeMolay a você – para que entregue a Comenda do Clube de Mães da Ordem DeMolay, como demonstração de nosso apreço. *(Palmas.)*

*(Procede-se à entrega da Comenda.)*

Agradecemos, também, a presença dos nossos grandes mestres estaduais – nosso irmão Rodrigo, de São Paulo, nosso irmão Ilan, do Piauí, em especial, nosso irmão Cláudio, que batalhou e trabalhou, ele que está hoje com a mãe internada, mas está aqui participando ativamente dos nossos trabalhos. Muito obrigado, irmão Cláudio. *(Palmas.)*

Por fim, queridos irmãos, queremos agradecer a todos a participação nesta sessão e a gentileza do Senado em realizá-la. Continuaremos trabalhando ativamente ao longo dos anos que virão, no sentido de levar os ensinamentos da Ordem DeMolay aos mais jovens. Talvez assim possamos dar uma legítima contribuição para um futuro glorioso ao Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de anunciar o próximo orador, quero também registrar a presença, neste plenário, da re-



presentante da Ordem das Meninas do Arco-Íris, outra instituição mantida pela Maçonaria, Isabela Garcia. (*Palmas.*)

Neste momento, concedo a palavra ao irmão Max Rodrigues Pereira, que também foi e continua sendo um entusiasta DeMolay. Ele está aqui representando o grande soberano, Comendador irmão Enyr Jesus da Costa e Silva.

**O SR. MAX RODRIGUES PEREIRA HAGER** – Exmº irmão, Senador da República, Mozarildo Cavalcanti, outrora nosso Legionário de Honra do Supremo Conselho e, agora, orgulhoso, posso me reportar a você como nosso Membro Honorário, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades políticas e militares, que compõem nosso País, aqui presentes.

Meu irmão Miranda, que representa nosso querido Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, o irmão Marcos José da Silva, que, minutos atrás, falava ao telefone – ele se encontra em Santos e não pôde estar aqui presente –; meu irmão Yhuri, que representa aqui o irmão Karl, que compõe a Mesa; meu Grande Mestre Wilson José Barbosa Júnior, cujo cargo tive a honra de ocupar e que, hoje, ele magnanimamente e brilhantemente ocupa e faz representar essas dezenas de milhares de DeMolays; meu grande amigo, baluarte incontestado da Maçonaria, Jafé Torres, nosso Grão-Mestre para o Distrito Federal, que tanto tem colaborado com a Ordem DeMolay, não só na jurisdição que administra, mas em todo o nosso Brasil, defendendo os verdadeiros valores da cidadania através da juventude; meu amigo, irmão, companheiro e, como chamam nos Estados Unidos – não posso tratá-lo por “tio”, mas por “pai” (*dad*) – Alberto Mansur, o homem que suplantou as limitações de uma maçonaria que, àquela época, pensava pequeno e, nos idos de 1974, assumiu como Soberano Grande Comendador da Maçonaria Brasileira, o maior cargo de uma das maiores instituições maçônicas do Brasil. E, hoje, por curiosidade, eu, ainda jovem, faço representar o Soberano Grande Comendador atual, o Sr. Enyr de Jesus da Costa e Silva, Comandante em Chefe do rito que, com mais de trezentos anos, inspirou a Ordem DeMolay nos idos de 1919, para que nós, talvez, tivéssemos a magnitude dessa data maravilhosa que, hoje, podemos comemorar, graças à nossa querida Deputada Luciana Costa. (*Palmas.*)

Eu não gostaria de me estender. Já falaram bastante. Meu Grande Mestre falou maravilhosamente bem, e eu, como do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para Brasil, não gostaria de me estender muito. Todavia, eu gostaria de deixar registrado, aqui, nesta Casa, que representa a maior câmara do Poder Legislativo e onde cada Estado, de maneira equânime, está re-

presentado por três Senadores, num *totum* de 81 senadores da República brasileira, que temos aqui com um amazônida ilustre, que faz representar a extensão maravilhosa do nosso País, que vai do Monte Caburaí até o Chuí, de Rondônia, e que faz o maior trabalho da Maçonaria brasileira nos dias atuais. A Maçonaria fez a Independência do Brasil, sabinadas, balaçadas, Revolução Francesa, Revolução Americana, foi partícipe da revolução industrial, mas o maior trabalho que a Maçonaria faz nos dias atuais é reconstruir o futuro através dessa juventude. E não digo somente pela Ordem DeMolay, digo pela APJ, digo pelas Filhas de Jó. E, como lembrava o Mão Santa, quando ele tanto se referia a Rui Barbosa, o Pai da Pátria, na *Oração aos Moços*, ele dizia que, “quando os meninos campeessem os doutores, os doutores não passariam de meninos”. Hoje, os meninos nesta augusta Casa, equânime, que representa o nosso maravilhoso Brasil, homenageia essa juventude, que troca os sábados, quando poderia estar na praia, quando poderia estar nas festas, por templos maçônicos. A grandiosa Maçonaria empresta os seus templos, que poderiam estar largados à escuridão, para apoiar, investir, acreditar e creditar na juventude a sua confiança para fazer dessa juventude – infelizmente, alguns perdidos nós vemos aí fora – uma juventude maravilhosa, que não tem divisões. Somos uma Ordem só; somos um corpo só; somos uma fraternidade, e a fraternidade compreende e entende que nos tratemos a todos como irmãos, sem diferenças. Aqui, fala um judeu ortodoxo, mas que respeita o irmão que é espírita e convive com o irmão que é católico. E essa é a base da Maçonaria. Isso é o que a Maçonaria nos ensina.

Termino lembrando Rui Barbosa uma vez mais, agradecendo ao nobre Senador que tão magnanimamente representa e traz a voz da Maçonaria para esta augusta Casa de leis, fazendo valer nossos primados, nossos pressupostos, os fundamentos da nossa organização; e traz para esta Casa a moral, a dignidade que a Maçonaria sempre defendeu e faz representar. Meu irmão Mozarildo, eu me sinto mais do que orgulhoso, eu me sinto honrado em poder te agradecer por fazer valer a voz da Maçonaria brasileira dentro desta Casa de leis e, conseqüentemente, para toda a República brasileira.

Mais uma vez, lembro nosso irmão de tempos idos Rui Barbosa, Pai da Pátria, Águia de Haia – já que nosso querido Mão Santa não pode hoje mais aqui lembrar dele, Francisco de Assis Mão Santa, o grande Senador: “Infeliz a Pátria que não acredita na sua juventude. Estará fadada ao declínio e à derrota”. Infelizes dos homens que não acreditarem nesses jovens, nessas belíssimas jovens e franquearem seus

ingressos a nossos templos. Estaremos fadados ao declínio e à derrota.

Felizmente, um homem, há mais de trinta anos, quebrou esse paradigma e fez nossa Pátria muito mais feliz do que ela era outrora.

Muito obrigado, tio Mansur. Muito obrigado, senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero também, antes de passar a palavra ao próximo orador, registrar aqui a presença do Pedro Henrique Leal, que é representante da Ordem Távola dos Escudeiros, que congrega os jovens de sete a doze anos. (*Palmas.*)

Também uma instituição mantida e incentivada pela Maçonaria.

Tenho a honra muito grande de anunciar, neste momento, a palavra do irmão Alberto Mansur, que, como todos já disseram aqui, foi o grande incentivador, o grande guerreiro, realmente foi o responsável pela vinda da Ordem DeMolay para o Brasil.

**O SR. ALBERTO MANSUR** – Minha querida família da Maçonaria, essa escola de forma de vida da qual eu participo, com muito orgulho, há 60 anos, minha querida família também, que aqui está presente abrilhantando a nossa festa, das Filhas de Jó, das Jovens do Arco-Íris, da APJ, da Estrela do Oriente, dos Escudeiros da Távola Redonda, são esses que eu trago junto do coração todos os dias, quando eu uso esta indumentária maçônica, porque foi sonhando com o congraçamento da família que nós trabalhamos, durante esses 30 anos, para que isso pudesse se tornar uma realidade.

Há 30 anos, quando eu já tinha 30 anos de Maçonaria, uma coisa que me entristecia e que me chamava a atenção, no meu coração, era a falta da família nas atividades maçônicas. Realmente, naquele tempo, a Maçonaria se restringia ao encontros dos maçons, sempre fazendo um grande trabalho pela comunidade, mas sem a participação da nossa família. Naquele tempo, eu não conhecia a esposa do maçom meu amigo, meu irmão da minha Loja. Os meus filhos não conheciam os filhos dos nossos irmãos. Então, realmente, era uma lacuna que feria o coração de todas as pessoas.

Pelos cargos que eu ocupei, durante todos esses anos, eu visitei vários países, inclusive os Estados Unidos. Lá, eu vi, e me entusiasmei, que nas cerimônias públicas da Maçonaria, nas festas da Maçonaria nós sempre encontrávamos a família presente. Estava lá o maçom, o chefe da família, estava lá a esposa dele, que pertencia à Estrela do Oriente, estava lá a filha,

que podia ser a Jovem do Arco-Íris ou a Filha de Jó, e estava lá o filho DeMolay.

E eu, então, me propus, naquele momento, a dedicar bastante do meu tempo para poder trazer para o Brasil essas organizações e poder ver, também, como nós vemos hoje, graças a Deus, nas festas da Maçonaria, onde essas instituições já estão funcionando, essa alegria do congraçamento da família.

Hoje, em muitas cidades onde eu participo – eu sei que aqui em Brasília é a mesma coisa –, nós encontramos o pai, a mãe, a filha e o filho unidos, juntos, nunca mais separados nas nossas festas.

Eu agradeço a todos vocês por permitirem que isso tenha acontecido.

Tio Mansur realmente recebeu essa missão, naquela data. Eu sentia que havia necessidade, mas o Tio Mansur não foi o que construiu a Ordem DeMolay no Brasil. Foram vocês, jovens, que acreditaram que há possibilidade de um novo rumo para as suas atividades, desde aqueles 30 anos passados.

Eu me lembro, quando nós criamos o Primeiro Capítulo no Rio Janeiro, de muita festa, muita alegria. Terminada a sessão, alguém me perguntou, um irmão da Maçonaria: “Mas, Mansur, você acredita mesmo que esses jovens que estão aí,” – ontem, foram 60, hoje são mais de 100 mil –, “que esses meninos, meninos para nós, todos os sábados, com esse calor do Rio de Janeiro, com as garotas de Ipanema, com o Maracanã aí do lado, você acredita que esses meninos vão entrar numa sala de templo e ficar ali uma, duas horas?” Eu digo: “Eu acredito, sem a menor dúvida, porque eu sinto que a nossa juventude não é transviada”, como se dizia naquele tempo.

“Ela está procurando alguma coisa que possa, realmente, oferecer oportunidade de mostrar o seu potencial.” Todo jovem guarda dentro de si um imenso manancial de potencialidades, que vemos surgir durante o tempo. E foi assim de verdade.

Na próxima sessão, lembro-me bem, dos 60, 58 estavam presentes e dois mandaram uma carta dizendo: “Tio Mansur, não posso ir porque tenho provas, hoje, na faculdade, etc, etc.” E isso nós vimos repetindo pelo Brasil inteiro. Foi extraordinária, então, essa demonstração de que estávamos no caminho certo. Nós acreditamos na juventude, sabíamos que podíamos contar com ela e, através desse movimento, então, começamos o congraçamento real, verdadeiro, da família dentro da Maçonaria.

Tempos depois, já instalada a Ordem DeMolay em vários Estados, muitas mães nos procuravam. “Tio Mansur é muito bonito o que você está fazendo, a Maçonaria, realmente, está preocupada com a juventude, mas só com a juventude masculina. E eu que só te

inho filha?” dizia a mãe. Eu dizia: “Nós temos isso em mente. Lá nos Estados Unidos, já aconteceu um fato semelhante”.

Em 1919, foi criada a ordem DeMolay por Frank Sherman Land, como V. Ex<sup>as</sup> já ouviram. Logo em seguida, uma mãe disse ao Grão-Mestre do seu Estado que era muito bonito esse movimento, trazer esse auxílio, esse amparo, esse encaminhamento da juventude pela Maçonaria, mas tinha de ser de um modo mais amplo. Não tinha sentido dizer que a Maçonaria estava preocupada com a juventude quando somente investia no sexo masculino.

O Grão Mestre do Estado de Nebraska, na cidade de Omaha, falou: “Então, a senhora está encarregada” – ela era cunhada, esposa de maçom – “de preparar uma organização para as nossas queridas filhas”. Assim, surgiu a organização Ordem Internacional das Filhas de Jó, nos Estados Unidos, em 1920 – um ano depois. Depois, mais tarde, surgiram as Jovens do Arco-Íris, também muito bem-vindas, para complementar esse trabalho.

Então, tivemos a alegria de, um dia, poder trazer para o Brasil a Suprema Guardiã da Ordem Internacional das Filhas de Jó.

Eu estive lá, com a Tia Célia – que manda, aliás, um abraço muito carinhoso para todos vocês, com muita alegria. Ela foi a grande companheira nessas atividades, a grande incentivadora, a presença da mulher, realmente, ao lado e não atrás de um maçom, trabalhando juntos.

Quando foi para trazer a Ordem DeMolay, e já foi citado quando eu encontrei o “Buddy” Faulkner na cidade de Boston, já há cinco anos eu insistia com o Supremo Conselho Internacional para trazer a Ordem DeMolay para o Brasil e aquilo era protelado de um ano para outro. Eu comecei em 1974 e, em 1979, ainda não tinha conseguido essa aprovação.

Eu encontrei o “Buddy” Faulkner e ele me falou: “Mansur, você pode ficar mais um dia aqui nos Estados Unidos?” “Eu posso.” Então, ele nos convidou e nós estivemos em Kansas City, onde nasceu a Ordem DeMolay, a Célia do meu lado. Estivemos, inclusive, no túmulo onde estão o Frank Sherman Land e a esposa dele.

Voltamos de lá, como já foi citado, nomeados como Oficial Executivo da Ordem DeMolay para o Brasil; depois, Membro Honorário do Supremo Conselho da Ordem DeMolay Internacional.

Então, viemos para cá e, durante cinco anos, nos dedicamos a esse trabalho, mas subordinados ao Supremo Conselho Internacional.

Cada Carta Constitutiva que emitimos para um novo Capítulo do DeMolay no Brasil tinha de ser segui-

da de um valor em dólar para os americanos. A cada iniciação, tínhamos de mandar, como sempre mandamos durante cinco anos, aquele valor para os americanos, transferir nosso dinheiro, em dólar, e mandá-lo para os Estados Unidos.

Começamos, então, um outro grande trabalho lá: “Não podemos ficar nesse dependência”. Havia muitos irmãos, mesmo: “Mas, Mansur, a gente vai ter de continuar?” Eu disse: “Nós vamos trabalhar para conseguir ter o nosso Supremo Conselho, soberano, independente, para podermos continuar esse trabalho.”

Aí, eu digo que o Supremo Conselho não foi criado pelo Tio Mansur, não foi dado de presente por ninguém. O Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil foi criado pelos DeMolays. Se não fossem os DeMolays, não teríamos Capítulo, não teríamos a organização.

Então, em primeiro lugar, temos de agradecer sempre a esses jovens que acreditaram, a esses pais que incentivaram os filhos para entrar para a Ordem DeMolay e a essas mães que também fizeram o mesmo.

Então, depois de cinco anos nessa atividade ligada aos Estados Unidos, conseguimos que o Grão-Mestre Internacional viesse ao Rio de Janeiro, numa sessão solene maravilhosa, extraordinária, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Foi entregue, então, a nós, a Carta Constitutiva, legítima, do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, que existe há 25 anos. (*Palmas.*)

Ele não foi criado ontem ou hoje, mas há um quarto de século, num grande trabalho.

Então, a partir daquela data... E quero aqui citar até esse grande maçom, que veio trazer para nós esse grande Diploma pelo qual há 25 anos nós viemos trabalhando – e que, infelizmente, já passou para o Oriente Eterno –, Don Wright. Então, nós devemos muito ao Grão-Mestre Primeiro, o Buddy Faulkner – há um retrato dele lá no nosso Supremo Conselho –, e depois ao Don Wright, que acreditou nas possibilidades no Brasil e nos trouxe a Carta Constitutiva deste Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, tradicional, reconhecido no mundo inteiro, prestigiado.

Quando o Rito Escocês Antigo e Aceito comemorou 200 anos da sua existência lá nos Estados Unidos – foi criado pelo Supremo Conselho-Mãe do Mundo do Rito Escocês, que tem sede em Washington –, o nosso Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil esteve ali, representando a juventude e a Maçonaria brasileira na cidade de Charleston, North Carolina.

Então, é um Supremo Conselho realmente que cumpriu os seus objetivos e está cumprindo até hoje, seguindo a sua trajetória.



Depois, nós trouxemos, portanto, as Filhas de Jó e, em seguida, para complementar esse serviço de Congraçamento da Família, nós fomos novamente, eu e a Tia Célia – quando ela esteve em Omaha, Nebraska, nós vimos a Bandeira do Brasil tremulando naquele mastro em frente à sede da Ordem Internacional das Filhas de Jó –, fomos para Washington, onde há a sede também da Estrela do Oriente, um prédio lindo, maravilhoso, para tratar de trazer, para complementar esse trabalho.

E ainda peço a ajuda dos maçons. Precisamos ter a estrela do Oriente no Brasil inteiro, é o complemento, está faltando. Porque estamos vivendo agora qual situação? Em muitas cidades, onde ainda não há a Estrela do Oriente, estamos vendo o nosso filho trabalhando dentro dos Templos da Maçonaria, estamos vendo a nossa filha trabalhando nos Templos da Maçonaria, e não estamos vendo ainda a mãe, a principal personagem dessa história, que não tem essa oportunidade de trabalhar em um Templo da Maçonaria. (*Palmas.*)

Muito obrigado por essas palmas. Este é um momento muito importante. E eu quero que seja sempre lembrado pelos DeMolays esse apreço e consideração, primeiro, às esposas dos maçons, as grandes forças e colunas da Maçonaria. Se não fosse a abnegação, o entendimento, o incentivo dessas esposas dos maçons, o próprio maçom não teria condição de fazer Maçonaria. Então, essas palmas devem ser dirigidas sempre a essas nossas cunhadas, grandes colunas da Maçonaria, e para quem peço realmente uma grande salva de palmas, porque elas são merecedoras. (*Palmas.*)

Quando tivemos realmente com a Estrela do Oriente, que não é Maçonaria feminina, é preciso destacar, não é Maçonaria mista, é uma paramaçônica como as Filhas de Jó, como o Arco-Íris e como o DeMolay. Não há por que não fazer isso. Departamentos femininos podem atender em parte, mas elas continuam não tendo aquele momento que o maçom tem, o filho tem e a filha tem, na sua ligação espiritual, diante de um altar, com um ritual lindo baseado nas Antigas Escrituras, que eleva a presença da mulher.

Dentro da Estrela do Oriente, temos a presença da irmã na ponta das cinco estrelas, que representa a família do maçom. Há a mãe, a irmã, a filha, a esposa e a viúva do maçom, que é lembrada sempre, tem o seu lugar, não fica abandonada. Quando o marido morre, a esposa do maçom também é morta para muita gente. Não, ela deve continuar participando, ser prestigiada. A Estrela do Oriente veio para cumprir essa missão, e nós a trouxemos para o Brasil.

Estamos muito felizes, continuamos e podemos fazer esse grande trabalho de congriação da família. Com esse congriação da família nós conseguimos

também o congriação das potências maçônicas. Eu vi que muitas vezes participamos das reuniões do DeMolay e sentados ao nosso lado estavam o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, do Grande Oriente Independente e também das Grandes Lojas. Então, isso é o que sonhamos, isso é o queremos.

Quero, então, agradecer de coração ao meu querido irmão Mozarildo, ilustre Senador da República, pela sua dedicação, pelo seu interesse, pelo seu incentivo. É avô de um DeMolay – imaginem só as emoções por que ele tem passado, porque lágrimas de pai, de avô, de mãe, a gente já viu muito por aí. Eu me lembro de uma vez em que eu estava em uma sessão dessas, e uma moça me disse: “Mas o senhor, tio Mansur, está vendo? Esses meninos fazem a gente chorar aqui”. E eu falei para ela: você ainda é muito feliz, porque só chora aqui. E eu, que choro no Brasil inteiro? (*Palmas.*)

Então, vou terminar agradecendo por esta grande oportunidade. Estou vendo lá, 30 anos, como passaram depressa! E agradecendo sempre ao Pai Celestial, que está me dando esta grande oportunidade, como eu já disse, de plantar aquela sementinha, há 30 anos, e ver esse colosso crescendo pelo Brasil afora.

Na verdade, o nosso Supremo Conselho, só para conhecimento de vocês, de 1990 até o ano 2000, nós recebemos um formulário do Supremo Conselho Internacional em que se demonstrava a atividade dos DeMolay nos Estados Unidos, há dez anos. Nessa época, ele estava com mais de sessenta anos de existência nos Estados Unidos. Essa estatística mostrava que, no início, em 1990, o Supremo Conselho Internacional tinha 600 Capítulos, nos Estados Unidos, e o nosso, do Brasil, na mesma data, estava com 300 Capítulos já instalados. Em 1990, tínhamos cinco anos apenas, e eles, com noventa anos quase. No final desses dez anos, o Supremo Conselho Internacional, dos 600 iniciais, não criou um Capítulo que seja em dez anos lá nos Estados Unidos. Pelo contrário, diminuíram para 580. Está lá, documento do próprio Conselho Internacional. E nós, nesses dez anos, ultrapassamos; dos 300 Capítulos, em 1990, para 610 Capítulos no ano de 2010. Ou seja, a partir daquele momento, o nosso Supremo Conselho da Ordem DeMolay – e ainda é hoje – tornou-se o maior do mundo! (*Palmas.*)

Muito obrigado, queridos! Não foi o Mansur que fez isso; foram vocês, DeMolays, foram maçons idealistas, que acreditam na juventude.

Eu quero pedir, então, aqui aos nossos queridos DeMolays, do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil: defendam essa conquista brasileira! Defendam essa conquista que os DeMolays construíram. Defendam, sempre, para que essas mensagens maravilhosas dos ensinamentos da DeMolay possam se

propagar sempre na nossa terra. Queremos homens bons se tornando melhores; queremos que essas lições, as Sete Virtudes tantas vezes ditas aqui, sejam, realmente, postas em prática por vocês, DeMolays, porque assim nós poderemos, realmente, mudar e transformar o mundo, como sempre nós sonhamos, em um mundo de paz, de fraternidade, de amor, sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo.

Deus abençoe a todos! Fiquem com Deus, e muito obrigado por tudo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Depois das belíssimas palavras do nosso irmão Mansur, uma aula completa e um estímulo muito grande não só para nós, maçons, mas principalmente para os jovens e para as jovens presentes, quero fazer um registro, que esqueci de fazer no início: o irmão Marcassa, Presidente da Soberana Assembleia Federal Legislativa, da qual participo como deputado – é bom que se esclareça para os não maçons que também na Maçonaria temos um poder legislativo; no Poder não maçônico, sou Senador e, no poder legislativo maçônico, sou deputado federal –, pediu-me que o representasse, dada a impossibilidade de estar presente.

Quero também registrar a presença do nosso irmão, Deputado Distrital pelo Distrito Federal Izalci Lucas, que está presente. Quero agradecer o irmão Cláudio, que foi um batalhador na ajuda para a montagem desta sessão, e também a presença dos inúmeros irmãos dos Conselhos Consultivos dos Capítulos da Ordem DeMolay e aos Veneráveis-Mestres das lojas mantenedoras. Agradeço também a todos os maçons que estão presentes, as nossas cunhadas.

E ressalto a presença da Deputada Luciana, mas também quero dizer que a atual Governadora e ex-Senadora Rosalba gostaria de estar presente, porque ambas tomaram a iniciativa de apresentar o projeto que foi transformado em lei, do qual, com muita honra, fui relator, para compatibilizar os dois projetos. Ao mesmo tempo, quero dizer que, para mim, é uma felicidade enorme poder, como político, como Senador, manter sempre acesa a chama, o ideal da Maçonaria. Isso faço com muito orgulho, porque entendo que, realmente, se todos os homens, mesmo que não entrassem na Maçonaria, seguissem os princípios que a Maçonaria preceitua, com certeza, teríamos um amanhã melhor.

Nós falamos que fizemos – e está comprovado que fizemos – a Independência do Brasil, a Abolição da escravidão, a Proclamação da República. Essas coisas não têm mais que serem feitas daqui para a frente. Temos que lutar por uma sociedade como pregamos, onde reine a liberdade, a igualdade e a fraternidade. É para isso que estamos no mundo presente.

Por isso, quero encerrar esta sessão concitando a todos maçons, a todas as cunhadas, as esposas dos maçons... Aliás, recebi um telefonema perguntando por que chamamos de “tio”. Porque, como nós, maçons, nos consideramos irmãos, o filho de um irmão maçom nos chama de tio e nós o chamamos de sobrinho. É importante, portanto, que a Maçonaria seja cada vez mais compreendida. Estamos no século XXI. Temos, portanto, que fazer com que essa Maçonaria seja mais proativa, mais aberta para a sociedade, mais compreendida pela sociedade. E que possamos, de fato, em solenidades públicas como esta, mostrar que nada temos a esconder da sociedade. Pelo contrário, temos, sim, muito a ver com a inclusão desta sociedade nos princípios que defendemos.

Quero agradecer a todos e a todas que estiveram aqui presentes. Quero me dirigir a todos os DeMolays e maçons do Brasil todo e que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado para dizer que foi um dia muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Sr. Senador Wilson Santiago enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é com grande satisfação que tomo parte nesta Sessão Especial em homenagem aos 30 anos da Ordem DeMolay no Brasil.

Cumprimento, inicialmente, o Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiro signatário do requerimento que originou a presente solenidade, e estendo meus cumprimentos aos demais Senadores que subscreveram a solicitação. Vossa Excelência, Senador Mozarildo, ao propor a realização de solenidades como esta, honra a ordem maçônica e nos oferece a oportunidade, sempre bem-vinda, de revisitar a história e as grandes realizações da franco maçonaria e das sociedades a ela vinculadas.

Senhor Presidente, a faixa etária que vai dos 12 aos 21 anos é da maior importância para a formação intelectual, ética e religiosa de um indivíduo. É nesse período que sedimentamos nossos princípios morais, consolidamos nossos conhecimentos, apuramos nosso gosto estético e abraçamos convictamente nossa fé religiosa.

A Ordem DeMolay, fundada nos Estados Unidos da América em 1919 pelo grão-mestre maçom Frank Sherman Land, é composta por rapazes dessa faixa etária tão crucial para o desenvolvimento humano. Na Ordem DeMolay, presente em 17 nações, esses jovens

têm a oportunidade de construir laços de amizade duradouros com seus pares e de exercitar os princípios básicos pregados pela ordem.

O amor filial, a reverência pelo sagrado, a fidelidade, o companheirismo, a cortesia, a pureza e o patriotismo são as sete virtudes cardeais que se exigem de um jovem DeMolay. O respeito a esses importantes referenciais éticos e morais vem, há décadas, garantindo trajetórias de destaque aos membros da ordem. Os DeMolays já chegaram à presidência dos Estados Unidos, na pessoa do ex-presidente Bill Clinton; já chegaram à Lua, na pessoa do astronauta Neil Armstrong; e já comandaram vastos impérios empresariais, na figura de Walt Disney – para citar apenas alguns exemplos plenos de sucesso e realização.

O conjunto de qualidades que pauta a postura ética dos DeMolays foi inspirado diretamente naquele que dá nome à ordem: Jacques de Molay, último grão-mestre da Ordem dos Templários, executado no dia 18 de março de 1314, há exatos 697 anos, em virtude de perseguições políticas movidas pelo rei francês Filipe IV.

Fiel aos seus pares e às suas convicções até o último suspiro, Jacques de Molay recusou-se a confessar os falsos crimes de que era acusado pelo Estado francês, que cobiçava as terras e as posses dos Templários. Morreu proclamando a inocência de todos os Templários, motivo pelo qual seu nome passou a simbolizar o companheirismo, a lealdade, a fidelidade e a camaradagem entre iguais.

Esse espírito permanece vivo na Ordem DeMolay, que recentemente completou 30 anos de existência no Brasil. De um início relativamente modesto no Rio de Janeiro, com a participação de 59 jovens iniciados na primeira reunião, a Ordem DeMolay cresceu exponencialmente em nosso País e, hoje, já conta com mais de 200 mil membros, espalhados por todo o território nacional.

O reconhecimento dos méritos da Ordem e de seus membros vem se manifestando de várias formas, dentre as quais eu gostaria de destacar a Lei nº 12.208, de 2010, que instituiu o dia 18 de março como o Dia Nacional do DeMolay, em homenagem à data da execução de Jacques de Molay, patrono da ordem.

A presente Sessão Especial não deixa de ser mais uma manifestação sincera desse reconhecimento. Renovo, portanto, meus cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti e aos demais signatários do requerimento que possibilitou a realização desta belíssima solenidade, e me congratulo com todos os DeMolays do Brasil e do mundo. Parabéns à Ordem DeMolay pelo conjunto de sua obra, pela grandeza de suas realizações e pela excelência ética e intelectual de seus membros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR ) – Assim, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a Sessão às 12 horas e 43 minutos.*)

# Ata da 32ª Sessão, Não Deliberativa em 21 de março de 2011

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Vanessa Grazziotin, dos Srs. Gilvam Borges, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, da Srª Gleisi Hoffmann, dos Srs. Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, da Srª Lídice da Mata e do Sr. Lindbergh Farias*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 21 minutos.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência designa o Senador Itamar Franco, como membro titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga destinada ao Partido Popular Socialista – (PPS), de conformidade com o **Ofício Nº 051/2011-GSIFRA**, da Liderança do PPS no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 51/2011-GSIFRA

Brasília, 16 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao of. nº 78/2011-CN, informo a Vossa Excelência que assumirei a vaga de membro titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada ao Partido Popular Socialista – PPS. Informo ainda que, em tempo hábil, indicarei o nome para a vaga de suplente.

Respeitosamente, – Senador **Itamar Franco**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 2 a 10, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor e posterior envio ao Arquivo dos Avisos nºs 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17 e 18, de 2011.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 2/11/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 5 de 2011 (nº 21-Sesses-TCU-Plenário), de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhado cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-018.997/2010-4, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 19-1-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizado pela Resolução nº 24 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 1/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 3/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 6 de 2011 (nº 23-Seses-TCU-Plenário), de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhado cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-029.596/2009-0, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 19-1-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela



Resolução nº 48 de 2009 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 1/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 4/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 10 de 2011 (nº 42-Seses-TCU-Plenário), de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-005.019/2010-9, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 26-1-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 1 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhando aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 1/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 5/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 12 de 2011 (nº 2136-Seses-TCU-Plenário), de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-015.654/2010-9, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 24-11-2010, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 18 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 1/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 6/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 18 de 2011 (nº 69-Seses-TCU-Plenário), de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-016.970/2010-1, pelo Plenário daquela Corte, em Sessão Ordinária de 2-2-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizado pela Resolução nº 20 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 01/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 7/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 13, de 2011 (nº 2209-Seses-TCU-Plenário), de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-029.589/2009-6, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º-12-2010, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizado pela Resolução nº 47 de 2009 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 01/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 8/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado o conhecimento à Comissão do Aviso nº 14 de 2011 (nº 2154-Seses-TCU-Plenário), de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-022.029/2010-9, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 24-11-2010, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorridos da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 39 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 01/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 9/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 15 de 2011 (nº 2206-Seses-TCU-Plenário), de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-029.587/2009-I, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º-12-2010, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 45 de 2009 desta Casa. O expediente foi encaminhado

aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 1/2011-Circular.

Informo ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 10/2011/CAE

Brasília, 1º de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 17 de 2011 (nº 2168-Seses-TCU-Plenário), de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-029.599/2009-2, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º-12-2010, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 51 de 2009 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 01/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que o projeto de decreto legislativo apresentado como conclusão do **Parecer nº 71, de 2009**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 11, de 2009-CN, terá sua tramitação iniciada no Senado Federal, nos termos do art. 142 do Regimento Comum, e tramitará sob a nomenclatura de Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011.

É o seguinte o Projeto de Decreto Legislativo:

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2011

Aprova o Relatório e as Contas do Tribunal de Contas da União,  
relativas ao Exercício de 2008.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam aprovadas o Relatório de Atividades e as contas, relativas ao exercício de 2008, do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, § 4º da Constituição Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2009.



**Senador ALMEIDA LIMA**  
Presidente



**Deputado MARCELO TEIXEIRA**  
Relator *ad hoc*



## PARECER Nº 71, DE 2009-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 11/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do Tribunal de Contas da União- TCU, composta pelo relatório de gestão, bem como relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2008".

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES

### 1. APRECIÇÃO

#### 1.1 Introdução

O Tribunal de Contas da União (TCU) remeteu ao Congresso Nacional, em 10 de abril de 2005, as Contas concementes ao exercício de 2004, em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – CF/1988.

#### 1.2 Análise do Tema

A CF/1988, art. 71, § 4º, efetivamente determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, **trimestral e anualmente**, relatório de suas atividades mas, a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – LOTCU), regulamenta a disposição constitucional da seguinte maneira:

***"Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.***

**§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.**

**§ 2º No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade." (sem negrito no original)**

O art. 56 da Lei Complementar nº 101/00 determina que comporão as Contas apresentadas pelo Presidente da República e as contas dos demais chefes de Poderes e Ministério Público.

Por sua vez, o § 2º daquele artigo determina que as contas dos Tribunais de Contas terão pareceres emitidos pela Comissão Mista permanente referida no § 1º, do art. 166, da Constituição Federal ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Evidencia-se, portanto, a competência desta Comissão para pronunciar-se acerca da matéria em tela.

Cumprе ressaltar que nos autos da Adin nº 2238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 08/08/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do caput do art. 56 e 57, da Lei Complementar nº 101/00, que fundamentava o julgamento das contas dos demais Poderes e Órgãos que não o Poder Executivo.

O art. 58, da LC 101/00, determina que as prestações de contas devem evidenciar o desempenho na arrecadação, nas medidas para combater a sonegação e ações de recuperação de créditos.

Na falta de disposições emanadas do Congresso Nacional, acerca da forma e do conteúdo dos relatórios trimestrais e anuais encaminhados pelo TCU, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, vem disciplinando a matéria:

**Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.**

**§ 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.**

*§ 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.*

### **1.3 Análise do Relatório**

Os limites temporais foram observados pelo TCU, observados os prazos legais e constitucionais estabelecidos para o encaminhamento das Contas pelo TCU.

No plano material, os seguintes pontos sintetizam os principais resultados obtidos pelo TCU, no exercício de 2008, sem prejuízo de outras atividades desenvolvidas pelo Tribunal:

- a) Foram apreciados 8.200 processos julgados, conclusivamente, com 13.724 Acórdãos proferidos, contra a autuação de 6.893, representando uma redução real do estoque de processos;
- b) Foram apreciados 1.424 recursos contra decisões do TCU, sendo 46% deles providos;
- c) Apreciação de 111.643 atos de pessoal sujeitos a registro, sendo 1.855 julgados irregulares;
- d) Aplicação de R\$ 1,05 bilhão em penalidades aplicadas em processos de contas e R\$ 1,46 bilhão em penalidades aplicadas em auditorias realizadas, representando 2.061 gestores condenados;
- e) Remessa de 739 processos ao Ministério público da União;
- f) Realização de 570 procedimentos de fiscalização;
- g) Avaliação de 9 Programas de Governo;
- h) Implementação de 127 medidas cautelares, com uma economia de R\$ 1,76 bilhão;
- i) Apreciação de 94 processos de interesse do Congresso Nacional e autuação de 88 processos de mesma natureza;

- j) Declaração de inabilitação para exercer cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal de 127 responsáveis;
- k) Foram suspensas 70 licitações e declaradas como inidôneas para licitar com a administração pública 26 empresas;
- l) Foram recebidas 6.104 denúncias pela ouvidoria;
- m) Foram promovidos 169 eventos de treinamento e oferecidas 5.517 vagas para servidores do TCU e da Administração Pública;
- n) O Ministério Público, junto ao TCU, encaminhou 2.924 processos para cobrança executiva para a Advocacia Geral da União, perfazendo um montante de R\$ 1,58 bilhão.

Cumprе destacar que não existem informações sobre o montante efetivamente recuperado por meio das Decisões exaradas pelo TCU.

Cálculos do TCU estimam os benefícios da atuação do Órgão em R\$ 30,18 bilhão.

Foram definidos os seguintes objetivos para a gestão do TCU em 2008:

- Atuar de forma seletiva em áreas de risco e relevância;
- Reduzir o tempo de apreciação de processos;
- Ampliar a divulgação de resultados da gestão pública e das ações de controle;
- Aperfeiçoar instrumentos de controle e processos de trabalho;
- Ampliar o uso de TI nas ações de controle;
- Desenvolver competências gerenciais e profissionais;
- Promover a motivação e o comprometimento; e
- Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do TCU.



A única meta não integralmente atingida foi a redução do prazo de apreciação dos processos.

O TCU, durante o exercício, executou despesas no montante de R\$ 1,089 bilhão, sendo R\$ 52,08 milhões de despesas de capital, R\$ 552,49 milhões de despesas de pagamento de pessoal ativo, R\$ 359,94 milhões de despesas com inativos e pensionistas e R\$ 99,88 milhões em despesas de custeio.

As Contas do Presidente da República e dos demais Chefes de Poder, do Exercício de 2008, estão sendo apreciadas em Parecer próprio.

## 2. VOTO

Ante o exposto, votamos pelo conhecimento das contas concernentes ao exercício de 2008, em cumprimento ao art. 166, § 1º, c/c o § 4º, do art. 71, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

Há de se considerar, no entanto, que nos autos da Adin nº. 2238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 08/08/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do caput do art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/00. Porém, no caso em tela, o Tribunal de Contas da União, como auxiliar do Congresso Nacional, deve apresentar os seus relatórios sobre suas atividades administrativas e de controle externo que atestam o total cumprimento dos quesitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, opinamos que a Comissão emita parecer pelo conhecimento e aprovação dos relatórios de gestão e contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, nos termos do Projeto de decreto legislativo, em anexo.

Sala da Comissão, em      de      de 2009.



Senador FRANCISCO DORNELLES

Relator

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

**Aprova o Relatório e as Contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao Exercício de 2008.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art.1º** Ficam aprovadas o Relatório de Atividades e as contas, relativas ao exercício de 2008, do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, § 4º da Constituição Federal

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

**Senador ALMEIDA LIMA**

**Presidente**

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke, positioned over the name of the rapporteur.

**Senador FRANCISCO DORNELLES**

**Relator**

## CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada em 16 de setembro de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **MARCELO TEIXEIRA**, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Francisco Dornelles), ao **Aviso n.º 11/2009-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável pelo conhecimento e aprovação dos relatórios de gestão e contas dos gestores do Tribunal de Contas da União. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 8/07 a 5/08/2009 (15 dias), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, José Nery, Osvaldo Sobrinho, Roberto Cavalcanti e os Deputados Bruno Rodrigues, Primeiro Vice Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Edson Aparecido, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Ailton Cirilo, José Chaves, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Magela, Marcelo Teixeira, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Rodrigo de Castro, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Nelson Meurer, Osmar Júnior, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Rose de Freitas, Valtenir Pereira, Vital do Régo Filho, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 16 de setembro de 2009.



Senador **ALMEIDA LIMA**  
Presidente



Deputado **MARCELO TEIXEIRA**  
Relator *ad hoc*

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Aprova o Relatório e as Contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao Exercício de 2008.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art.1º Ficam aprovadas o Relatório de Atividades e as contas, relativas ao exercício de 2008, do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, § 4º da Constituição Federal.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Sala da Comissão, em        de        de 2009.



**Senador ALMEIDA LIMA**  
**Presidente**



**Deputado MARCELO TEIXEIRA**  
**Relator ad hoc**



**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica que está publicado o **Parecer nº 46, de 2010-CN**, sobre o Aviso nº 27, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 de março do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal em 1º e 2º Graus, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2002.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, os projetos serão encaminhados à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica que está publicado o **Parecer nº 47, de 2010-CN**, sobre o Aviso nº 21 de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 de março do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal em 1º e 2º Graus, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2005.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, os projetos iniciarão sua tramitação no Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica que está publicado o **Parecer nº 48, de 2010-CN**, sobre o Aviso nº 25, de 2009, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 16 de março do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal em 1º e 2º Graus, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça

Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2008.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, os projetos serão encaminhados à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica que está publicado o **Parecer nº 1, de 2011-CN**, sobre o Aviso nº 10, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 18 de março do corrente, que concluiu pela apresentação de um projeto de decreto legislativo, pela declaração da regularidade das contas do Tribunal de Contas da União, referentes ao exercício de 2005.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, o projeto iniciará sua tramitação no Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2011

**Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas nas proximidades de estabelecimentos de ensino e tornar obrigatória a aposição de advertências na publicidade de bebidas alcoólicas feita em pontos de venda.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 5º-A É proibida a venda de bebidas alcoólicas em áreas situadas num raio de quinhentos metros a partir de estabelecimento de ensino de qualquer nível.”

Art. 2º O art. 3º-A da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 3º-A .....  
.....

X – a venda em área situada num raio de quinhentos metros a partir de estabelecimento de ensino de qualquer nível.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 4º-A da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 4º-A .....

§1º A propaganda de bebidas alcoólicas feita nos locais de venda conterá mensagem escrita de advertência sobre os malefícios do uso desses produtos, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem.

§ 2º As mensagens e imagens que as acompanham, previstas no § 1º, deverão ser inseridas de forma legível e destacada, ocupar no mínimo trinta por cento da área da peça publicitária e ser usadas sequencial e rotativamente, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação oficial.

### Justificação

O alcoolismo e o tabaquismo estão entre as dez doenças mais incapacitantes do mundo.

Entre as consequências do uso abusivo de bebidas alcoólicas e do tabaquismo estão doenças como os cânceres, as doenças cardiovasculares e a hepatite, além de sua associação com a violência doméstica e os acidentes de trânsito.

Pesquisas apontam que a população jovem é vulnerável à disponibilidade desses produtos e que a redução da densidade de pontos de venda é eficiente para reduzir o consumo de álcool e tabaco nesse grupo.

Por essa razão, apresentamos à apreciação desta Casa proposição no sentido de proibir a venda de cigarros e bebidas alcoólicas nas proximidades de escolas, áreas de frequente convivência de nossos jovens.

Os estudos citados mostram, ainda, que a promoção de produtos do tabaco e bebidas alcoólicas nos pontos de venda – o que é permitido em nosso meio – influencia as crianças tanto para a iniciação quanto para o consumo de álcool e tabaco, e concluem que existem, assim,

amplas justificativas para o banimento dessa forma de propaganda ou, pelo menos, sua regulamentação.

Nesse sentido, nosso propósito é o de que, nos locais em que se vendam aqueles produtos, sejam afixadas mensagens de advertência, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição. – Senador **Acir Gurgacz**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.

#### **Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Art. 3º-A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos: (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – a venda por via postal; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – a propaganda por meio eletrônico, inclusive internet; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – o patrocínio de atividade cultural ou esportiva; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – a propaganda fixa ou móvel em estádio, pista, palco ou local similar; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – a propaganda indireta contratada, também denominada *merchandising*, nos programas produzidos no País após a publicação desta Lei, em qualquer horário; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~VIII – a comercialização em estabelecimentos de ensino e de saúde. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

VIII – a comercialização em estabelecimento de ensino, em estabelecimento de saúde e em órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)



IX – a venda a menores de dezoito anos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

~~Parágrafo único. O disposto nos incisos V e VI deste artigo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2003, no caso de eventos esportivos internacionais e culturais, desde que o patrocinador seja identificado apenas com a marca do produto ou fabricante, sem recomendação de consumo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 1º Até 30 de setembro de 2005, o disposto nos incisos V e VI não se aplica no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. (Renumerado e alterado pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º É facultado ao Ministério da Saúde afixar, nos locais dos eventos esportivos a que se refere o § 1º, propaganda fixa com mensagem de advertência escrita que observará os conteúdos a que se refere o § 2º do art. 3ºC, cabendo aos responsáveis pela sua organização assegurar os locais para a referida afixação. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 3º-B Somente será permitida a comercialização de produtos fumígenos que ostentem em sua embalagem a identificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do regulamento. (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3ºC A aplicação do disposto no § 1º do art. 3ºA, bem como a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro patrocinados por empresas ligadas a produtos fumíferos, exige a veiculação gratuita pelas emissoras de televisão, durante a transmissão do evento, de mensagem de advertência sobre os malefícios do fumo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º Na abertura e no encerramento da transmissão do evento, será veiculada mensagem de advertência, cujo conteúdo será definido pelo Ministério da Saúde, com duração não inferior a trinta segundos em cada inserção. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º A cada intervalo de quinze minutos será veiculada, sobreposta à respectiva transmissão, mensagem de advertência escrita e falada sobre os malefícios do fumo com duração não inferior a quinze segundos em cada inserção, por intermédio das seguintes frases e de outras a serem definidas na regulamentação, usadas sequencialmente, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte”: (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

I – “fumar causa mau hálito, perda de dentes e câncer de boca”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

II – “fumar causa câncer de pulmão”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

III – “fumar causa infarto do coração”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IV – “fumar na gravidez prejudica o bebê”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

V – “em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VI – “crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VII – “a nicotina é droga e causa dependência”; e (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VIII – “fumar causa impotência sexual”. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 3º Considera-se, para os efeitos desse artigo, integrantes do evento os treinos livres ou oficiais, os ensaios, as reapresentações e os compactos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Alcool”.

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 5º As chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos indicados nos arts. 2º e 4º, para eventos alheios à programação normal ou rotineira das emissoras de rádio e televisão, poderão ser feitas em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou **slogan** do produto, sem recomendação do seu consumo.

§ 1º As restrições deste artigo aplicam-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares.

§ 2º Nas condições do *caput*, as chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos estarão liberados da exigência do § 2º do art. 3º desta Lei.



Art. 6º É vedada a utilização de trajes esportivos, relativamente a esportes olímpicos, para veicular a propaganda dos produtos de que trata esta Lei.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2011

**Altera o art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar da arrecadação de direitos autorais a execução, por qualquer meio, de obras musicais ou litero-musicais no âmbito de cultos, cerimônias ou eventos realizados por organizações religiosas, sem objetivo de lucro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais, vedado o recolhimento de valores pela utilização da obra:

.....  
IX – a execução de obra musical ou litero-musical, mediante a participação de artistas ou a utilização de fonogramas ou material audiovisual, no âmbito de cultos, cerimônias e eventos realizados por organizações religiosas, sem objetivo de lucro.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para qualquer representação ou exibição pública de obras teatrais, musicais ou litero-musicais, há a necessidade de autorização do autor ou titular de direito patrimonial do autor, com o respectivo pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), independentemente de haver objetivo de lucro.

Essa norma, especialmente se considerarmos a existência de associações desprovidas de fins econômicos, como as de cunho religioso, protege excessivamente o autor ou titular de tais obras, em detrimento do interesse geral da coletividade, criando obstáculos à difusão da cultura e, particularmente, da manifestação religiosa.

Conquanto a jurisprudência venha se inclinando para a tese de inexigibilidade de cobrança de valores quando o evento seja organizado por entidades reli-

giosas, o Ecad, invariavelmente, realiza a cobrança, conduzindo a discussão para a esfera judicial, em nítido prejuízo para os interessados.

Para pacificar a controvérsia que ainda hoje paira sobre a matéria, alvitramos isentar do recolhimento de direitos autorais a execução de obras musicais ou litero-musicais em cultos, cerimônias e eventos organizados por entidades religiosas em que não haja intuito de lucro, direto ou indireto. Nas palavras de Carlos Alberto Bittar, “há o incontestável interesse coletivo na difusão de obras intelectuais; existe a necessidade de acesso de diferentes camadas populacionais [...] aos textos e obras públicas; e impõe-se a expansão da cultura como esteio do desenvolvimento geral da nação. [...] Por essa razão é que certos interesses de caráter público têm imposto balizas aos direitos autorais ao longo dos tempos, em todos os países, as quais se refletem no direito positivo, por meio de formulação de regras de exceção, que vêm a mitigar o caráter absoluto da exclusividade conferida ao autor”.

Saliente-se que não há conflito entre a modificação legislativa aqui proposta e o inciso XXVII do art. 5º da Constituição, que assegura proteção ao direito autoral, pois se aplicam dois outros dispositivos constitucionais: o inciso VI do mesmo art. 5º, segundo o qual *é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias*; e o art. 23, V, que dá competência à União, aos Estados e aos Municípios para *proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência*. O caso, a bem da verdade, é de harmonização de normas e princípios de *status* constitucional.

Em suma, entendemos que, desde que a representação ou execução pública da obra se dê no âmbito de evento destinado à manifestação religiosa e sem finalidade lucrativa, não há por que sujeitá-la à prévia autorização e, especialmente, à arrecadação de valores por parte do Ecad, tendo em vista que os responsáveis não auferirão nenhuma vantagem pecuniária e, portanto, não tirarão proveito econômico algum das obras utilizadas, não havendo, pois, ofensa aos direitos patrimoniais do autor.

Em vista do exposto, pedimos o apoio dos ilustres Pares para a presente proposição. – Senadora **Gleisi Hoffmann**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....  
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros

e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

#### **LEI Nº 9.610, 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

##### **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.**

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I – a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II – a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV – o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V – a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI – a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII – a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII – a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 246, DE 2011**

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, que Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Recursos Hídricos, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, à Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Comissões, – Senador **Acir Gurgacz**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PARECER**

### **Nº 44, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

#### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 118, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que tem por escopo alterar os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, *a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.*

A proposição é composta por apenas dois dispositivos: o primeiro objetiva modificar os arts. 1.814 a 1.818 e 1.961 a 1.965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil – CC), que, na redação em vigor, versam, respectivamente, sobre as regras e os efeitos da exclusão da sucessão dos herdeiros e legatários havidos como **indignos**; e sobre o instituto da **deserdação**.



O art. 2º, por sua vez, limita-se a estabelecer a cláusula de vigência.

Na justificação, esclarece-se, preambularmente, que o projeto tem por origem as conclusões apresentadas pelo Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto em dissertação de mestrado em Direito Civil Comparado defendida perante a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 27 de janeiro de 2010.

Na sequência, argumenta-se que o desiderato maior da proposição consiste em *aprimorar o Direito Sucessório*, clarificando o instituto da exclusão da herança, especificamente no que concerne aos conceitos de *indignidade sucessória* e *deserdação*, os quais, *apesar de possuírem semelhante natureza e o mesmo objetivo, possuem fundamento, estrutura e regime próprios, razão pela qual não podem ser equiparados nem grosseiramente diferenciados*.

Pondera-se que o vigente Código Civil, editado em 2002, conquanto tenha atualizado e reformado *o arcabouço legislativo pertinente que vigorou a partir do Código de 1916*, pouco inovou em matéria de **exclusão da herança**, tema que se encontra *demasiadamente defasado, haja vista que o novo Código basicamente reproduziu as disposições previstas no Código ab-rogado*.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem assim, no mérito, emitir parecer sobre matérias afeitas ao direito civil.

De resto, à vista dos demais dispositivos do Regimento Interno, o PLS nº 118, de 2010, não apresenta vício atinente à regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta se afigura irretocável, porquanto *i)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* o assunto nela vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, *iv)* se afigura dotada de potencial *coercitividade* e *v)* se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, cumpre alterar a ementa do projeto, de modo a identificar corretamente o Título do Código Civil a que pertence o Capítulo X modificado.

No mérito, considero a matéria conveniente e oportuna, na medida em que atualiza o regime de privação da herança do direito brasileiro, pondo-o em sintonia com os mais recentes avanços da legislação estrangeira.

Preliminarmente, é preciso pôr em evidência, à maneira de súmula, o objeto da proposição: o foco das alterações é o *Título I – Da Sucessão em Geral* do Livro V – *Do Direito das Sucessões* do Código Civil, cujo *Capítulo V – Dos Excluídos da Sucessão* passará a ser denominado **Dos Impedidos de Suceder por Indignidade**. De igual modo, o *Capítulo X*, do Título III, atualmente conhecido como *Da Deserção*, passará a chamar-se **Da Privação da Legítima**.

De início, do Capítulo referente à *indignidade*, inaugurado pelo art. 1.814 do Código, estabelece as **hipóteses de exclusão de herdeiros e legatários da sucessão**:

**Art. 1.814.** São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I – que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II – que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da



herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III – que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

O PLS nº 118, de 2010, propugna para o dispositivo a seguinte redação:

**Art. 1.814.** São impedidos de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade:

I – aquele que houver provocado, ou tentado provocar, dolosa e antijuridicamente, a morte do autor da herança, ou de pessoa a ele intimamente ligada;

II – aquele que houver praticado, ou tentado praticar, dolosa e antijuridicamente, qualquer comportamento que venha a atingir a honra, a integridade física, a liberdade, o patrimônio ou a dignidade sexual do autor da herança, ou de pessoa a ele intimamente ligada;

III – aquele que houver abandonado, ou desamparado, econômica ou afetivamente, o autor da sucessão acometido de qualquer tipo de deficiência, alienação mental ou grave enfermidade;

IV – aquele que, por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou o codicilo do falecido, incorrendo também aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado.

Nos termos da norma *in faciendo*, o *caput* do artigo passa a falar, genericamente, em *impedimento para suceder*, buscando, com isso, ampliar o alcance do instituto da indignidade sucessória. A alteração é relevante porque, conforme recorda o Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto, conquanto os casos levados aos tribunais tratem, maciçamente, de herdeiros ou legatários indignos, *não há como se olvidar que mesmo aquelas pessoas não legitimadas como sucessoras do de cujus podem e devem ser sujeitas de tal sanção privada*. E cita, a respeito, julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que reconheceu a indignidade do genro de autor de herança, que, tendo sido o responsável pelo homicídio do sogro, receberia, de forma indireta, parte do patrimônio da vítima, que seria herdado por sua esposa, com quem era casado sob o regime da comunhão universal de bens. Mesmo não possuindo a qualidade de herdeiro ou legatário do autor da sucessão, foi considerado indigno pelo Judiciário, tendo sido impedido de

partilhar os bens do sogro. Casos como esse, de fato, somente encontrarão resposta mais efetiva por parte do ordenamento jurídico se adotada a dicção vislumbrada pela proposição.

Quanto à modificação endereçada ao **inciso I** do dispositivo em comento, preferi, em parte, o texto em vigor. Convém explicar: é que o Código Penal Brasileiro (CPB), conquanto tenha, efetivamente, adotado a teoria unitária do concurso de pessoas (que implica a reunião, sob o mesmo tipo penal, de todos quantos houverem concorrido para o crime), o fez apenas como **regra** – como o reconhece o autor das sugestões que inspiraram a proposição em exame –, havendo, na aplicação da lei, importantes exceções. De fato, o § 2º do próprio art. 29 do CPB assevera que *se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste*. Dessarte, para evitar dificuldades na aplicação da pena de indignidade em relação a quem tenha concorrido para o crime em menor grau (ou pretendido praticar delito diverso), parece de bom aviso a manutenção da atual dicção normativa (exaustiva, mas não escusável). Julgo, ademais, vaga e imprecisa a porção final do dispositivo em questão, que impõe a sanção de exclusão da herança também à hipótese de atentado contra a vida de “pessoa [...] intimamente ligada” ao falecido.

Entendo, no particular, que, em sede de restrição a direitos (como os sucessórios) e imposição de penalidades, ainda que cíveis, o texto legal deve ser o mais prescritivo e exaustivo possível, de modo a evitar, tanto quanto se mostre razoável, interpretações que reduzam ou expandam, em desacordo com a intenção legislativa original, o seu alcance, provocando, nesse passo, insegurança jurídica para a sociedade. Assim, recupero, em parte, o sentido do vigente inciso I, por meio da fórmula “cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau”.

Reputo conveniente, ademais, transpor, para o texto do inciso I do art. 1.814, os delitos contra a dignidade sexual (capazes de ensejar, na forma do inciso II do mesmo art. 1.814 do CC, a declaração de indignidade), por sua natureza mais gravosa. Ademais, cumpre esclarecer que se preserva, no dispositivo, a possibilidade de que outras condutas criminosas das quais resultem a morte, também acarretem a declaração de indignidade do agente.

O parágrafo único do art. 1.814 reitera, em relação aos incisos I e II, que outras condutas criminosas das quais resultem a morte (como o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte, o infanticídio) ou a restrição à liberdade do autor da herança (ou de seu cônjuge, companheiro, ascendente,



descendente ou irmão) também terão o condão de acarretar a declaração de indignidade do agente.

A redação conferida ao inciso II do art. 1.814 parece auspiciosa. Realmente, existem atos muito mais graves do que a calúnia, a difamação ou a injúria, como as lesões corporais e certos crimes contra o patrimônio, que merecem tenaz reprimenda do Estado não somente na seara penal, mas também no âmbito do direito privado. Emendo o dispositivo para, como adianto, transferir os delitos contra a “dignidade sexual” para o inciso I do mesmo artigo. Ademais, entendo que, na hipótese em apreço, a indignidade somente deve ter lugar se a violação tiver sido perpetrada contra o autor da herança.

No que concerne ao inciso III do art. 1.814, a proposição acarreta para a indignidade sucessória, acertadamente, uma hipótese prevista pelo Código Civil como causa de *deserdação* – que, nos atuais termos, pode-se considerar letra morta por falta de aplicabilidade. Estou de acordo com a justificação da matéria, no ponto em que afirma que o abandono ou desamparo deve ser convolado em *causa de indignidade*, passível de ser suscitada pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.

Impende, contudo, aproveitar a oportunidade para aprimorar o texto da norma, de modo a permitir a aplicação da sanção de indignidade também nas hipóteses em que o autor da herança, abandonado ou desamparado, não apresente “deficiência, alienação mental ou grave enfermidade”. Trata-se de providência destinada a evitar injustiças, como a que decorre da possibilidade de um pai que, tendo abandonado o filho, venha, anos depois, a sucedê-lo, herdando-lhe os bens.

Para robustecer e elucidar a modificação que ora sustento, vale compor um quadro ilustrativo. Uma criança, abandonada pelo pai durante a infância, cresce e, à custa do próprio esforço, ou contando com o auxílio materno, torna-se um adulto bem-sucedido, com vultoso patrimônio. E falece sem deixar cônjuge, companheiro ou descendentes. Não há deficiência, alienação mental ou grave enfermidade alguma a acometê-lo. Numa situação assim, aquele genitor, conquanto injustificadamente ausente durante toda a vida do filho, poderá herdar todos os bens por ele amealhados (ou concorrer com a genetriz, na sucessão, em caráter de igualdade), solução em tudo questionável sob o ponto de vista ético ou social, mas, lamentavelmente, lícita sob a ótica do direito em vigor e do PLS nº 118, de 2010. Para corrigir tal distorção, retiro da redação do inciso III do art. 1.814, na forma proposta pelo

PLS nº 118, de 2010, mediante emenda, a exigência de que o autor da herança seja portador de qualquer espécie de deficiência, alienação ou enfermidade, bastando que tenha havido, sem justo motivo, abandono ou desamparo.

Acato a sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho e retiro a expressão “econômica ou afetivamente”.

Por fim, ainda quanto a esse dispositivo, julgo oportuna a ocasião para nele incluir a possibilidade de declaração de indignidade por ausência de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade do filho durante a menoridade civil sem justa causa.

A propósito do **inciso IV do art. 1.814**, empreendo correção de ordem meramente redacional, destinada a aclarar o texto do dispositivo.

No que diz respeito à **forma de exclusão da herança por indignidade**, o art. 1.815 do CC apresenta a seguinte redação:

**Art. 1.815.** A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

*Parágrafo único.* O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

De sua parte, a proposição estabelece:

**Art. 1.815.** O impedimento, em qualquer desses casos, será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, civil ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente o impedimento todo aquele que possuir legítimo interesse econômico ou moral, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar o impedimento extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou de quando se descobrir a autoria do comportamento indigno.

Pela redação alvitrada pelo PLS nº 118, de 2010, para o **caput do art. 1.815** do Código, a indignidade poderá ser reconhecida e aplicada de dois modos: por sentença declaratória proferida no próprio processo de inventário;



mediante pronunciamento judicial, cível ou criminal, juntado aos autos da sucessão, no qual tenha sido reconhecida a prática de conduta indigna. Evita-se, com esse expediente, em benefício do Poder Judiciário e da celeridade que dele se espera, a formação de uma nova relação processual, com todos os expedientes, recursos e incidentes a ela inerentes, quando já existente decisão a respeito do ato indigno. Emendo o dispositivo apenas para adicionar a exigência de que a decisão proferida em outro feito seja definitiva.

O § 1º do dispositivo, ao tratar da legitimidade para arguição da indignidade – atribuindo-a a quem tenha legítimo interesse, econômico ou moral, além do Ministério Público –, supre lacuna indesejável do ordenamento jurídico, sendo, nesse sentido, muito bem-vindo.

Aceito a sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho e retiro a expressão “econômico ou moral”.

O § 2º acerta ao considerar a descoberta da autoria do comportamento indigno – ao lado da abertura da sucessão – como fato capaz de desencadear o início da contagem do prazo decadencial.

No que concerne aos **efeitos da exclusão ou do impedimento**, matéria regulada pelo **art. 1.816 do CC**, a única alteração, admissível em virtude da harmonia e simetria conceitual que deve qualificar os textos normativos, diz respeito à substituição do vocábulo “exclusão” por “impedimento”.

A disciplina das **alienações praticadas pelo herdeiro indigno** antes da citação na ação de indignidade encontra-se no **art. 1.817 do CC**:

**Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe perdas e danos.

*Parágrafo único.* O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.

E pelo projeto em análise:



**Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação a que se refere o art. 1.815; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação pelos danos causados.

*Parágrafo único.* O indigno é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado pelas despesas com a sua conservação, assim como poderá cobrar os créditos que lhe assistam contra a herança.

Pela redação sugerida pelo PLS nº 118, de 2010, as alienações onerosas levadas a efeito pelo indigno somente serão válidas até a sua citação válida na ação de indignidade, sistemática que parece mais conforme o escopo do instituto e benéfica para os demais herdeiros. É preciso, no entanto, emendar o dispositivo para estabelecer que, nos casos em que o reconhecimento da indignidade decorra de pronunciamento judicial exarado fora do processo de inventário, as alienações somente serão válidas – sendo esse o caso – até a data da intimação do indigno para se manifestar sobre a sua juntada aos autos.

Encerrando o Capítulo da *indignidade*, o **art. 1.818 do CC** dispõe sobre a **reabilitação do indigno**:

**Art. 1.818.** Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

*Parágrafo único.* Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

Nos termos da proposição:

**Art. 1.818.** Aquele que incorreu em atos que determinem o impedimento por indignidade será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, codicilo ou escritura pública.

*Parágrafo único.* Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

A alteração promovida pelo projeto cinge-se à comutação da vaga expressão “ato autêntico” pela indicação de formas específicas de manifestação do perdão: codicilo e escritura pública.

O próximo Capítulo a constituir objeto do PLS nº 118, de 2010, é aquele intitulado *Da Deserdação*, que fica, nos termos da proposição, renomeado como *Da Privação da Legítima*. Abre-o o **art. 1.961 do CC**:

**Art. 1.961.** Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.

O projeto em exame lhe confere a seguinte redação:

**Art. 1.961.** Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, parcial ou totalmente, em todos os casos em que podem ser impedidos de suceder por indignidade.

A proposição atualiza o texto normativo, adotando, em lugar do vocábulo “deserdação”, o sintagma “privação da legítima”, mais consentâneo com o instituto, cujos efeitos incidem, especificamente, sobre os herdeiros necessários. Nesse sentido, exclui do dispositivo a sentença segundo a qual *os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados*. E, seguindo uma tendência presente na moderna doutrina e nas principais legislações europeias, permite expressamente a *deserdação parcial*.

Os arts. 1.962 e 1.963 do Código, em seguida, cuidam das hipóteses de *deserdação*:

**Art. 1.962.** Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes.

I – ofensa física;

II – injúria grave;

III – relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;

IV – desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

**Art. 1.963.** Além das causas enumeradas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos ascendentes pelos descendentes:

I – ofensa física;

II – injúria grave;



III – relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;

IV – desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

Já o projeto disciplina o tema no art. 1.962:

**Art. 1.962.** O autor da herança também pode, em testamento, com expressa declaração de causa, privar o herdeiro necessário da sua quota legítima quando este:

I – culposamente, em relação ao próprio testador ou à pessoa com este intimamente ligada, tenha se omitido no cumprimento das obrigações do direito de família que lhe incumbiam legalmente;

II – tenha sido destituído do poder familiar;

III – não tenha reconhecido voluntariamente a paternidade ou maternidade do filho durante a sua menoridade civil.

A proposição **unifica as hipóteses de privação da legítima**. Segundo o Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto, trata-se de *uma tendência universal, a começar pelas codificações lusitana e suíça*, sendo que o *próprio direito alemão, onde o Código Civil (BGB) ainda prevê três dispositivos distintos para regular separadamente a deserção dos descendentes, pais e cônjuge, está para adotar, conforme consta do Projeto de Reforma do Direito Sucessório (Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Erb und Verjährungsrechts), a uniformização das condutas típicas autorizadoras da privação da legítima*.

A redação tem ainda a felicidade de viabilizar a deserção do consorte sobrevivente, que, pelo texto atual do Código Civil, embora herdeiro necessário, não se acha passível de punição alguma. Parece conveniente, de todo modo, aprimorar o dispositivo, especificamente quanto às causas de privação legítima. Nesse sentido, entendo pertinente incluir entre as causas de deserção: i) a ofensa, consumada ou tentada, à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, do testador; ii) a omissão culposa no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

Por fim, é preciso adicionar ao artigo um **parágrafo único**, para estabelecer que a cláusula testamentária deve ser **pura**, não podendo subordinar-se a condição (evento futuro e incerto) ou termo (evento futuro e certo), que com ela são incompatíveis.

O **art. 1.963 do CC**, na forma proposta pelo PLS nº 118, de 2010, versa sobre a **forma de privação da legítima**, fazendo-o nos mesmos moldes da declaração de indignidade sucessória, iniciando-se a contagem do prazo decadencial com a abertura da sucessão (ou do testamento cerrado, que é aberto judicialmente):

**Art. 1.963.** A privação da legítima, em qualquer dos casos, deverá ser declarada por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, civil ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente a privação da legítima todo aquele que efetivamente possui legítimo interesse econômico ou moral, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou do testamento cerrado.

Atendo a sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho e retiro a expressão “econômico ou moral”.

O **art. 1.964 do CC**, igualmente nos termos sugeridos pela proposição em comento, limita-se a, judiciosamente, equiparar o privado da sucessão legítima (“deserdado”) ao indigno:

**Art. 1.964.** Aquele que for privado da legítima é equiparado ao indigno para todos os efeitos legais.

Finalmente, o **art. 1.965 do CC**, também na forma do PLS nº 118, de 2010, passa a regular a possibilidade – admitida largamente pelo direito estrangeiro e pela doutrina nacional – de perdão pelo testador.

**Art. 1.965.** O direito de privação da legítima se extingue com o perdão, tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja através de expressa declaração em testamento posterior, ou tacitamente, quando o autor da herança o contemplar.



Ofereço emenda de redação com o propósito de aprimorar o texto do dispositivo, livrando-o de impropriedades lógicas (não é o “direito” que se extingue, mas a privação propriamente dita que cessa) e redacionais.

Em resumo, e à vista dessas considerações, o PLS nº 118, de 2010, não apenas reúne condições de ser aprovado, como em muito contribuirá para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico pátrio em matéria de sucessões.

### III – VOTO

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Altera o Capítulo V do Título I e o Capítulo X do Título III, ambos do Livro V Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserção.”

#### EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1.814 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“**Art. 1.814.** Fica impedido de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade, aquele que:

I – na condição de autor, co-autor ou participe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à vida ou à dignidade sexual do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau;

II – na condição de autor, co-autor ou participe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa



à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do autor da herança;

III – sem justa causa, tenha abandonado ou desamparado o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil;

IV – por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do falecido, incorrendo na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado.

*Parágrafo único.* Para efeito do disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, incluem-se entre os atos suscetíveis de gerar declaração de indignidade quaisquer delitos dos quais tenham resultado a morte ou a restrição à liberdade do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.” (NR)

#### EMENDA Nº 3 CCJ

Dê-se ao *caput* do art. 1.815 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1.815. O impedimento, em qualquer desses casos, será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial definitivo, cível ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nesses casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente o impedimento todo aquele que possuir legítimo interesse, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar o impedimento extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou de quando se descobrir a autoria do comportamento indigno.” (NR)

#### EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao *caput* do art. 1.817 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação a que se refere o art. 1.815 ou da sua intimação para se manifestar sobre a decisão judicial definitiva, cível ou criminal, que tenha reconhecido a prática indigna; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação dos danos causados.

.....” (NR)

#### **EMENDA Nº 5 – CCJ**

Dê-se ao art. 1.962 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 1.962.** O herdeiro necessário pode, por testamento, com expressa declaração de causa, ser privado de sua quota legítima, quando:

I – na condição de autor, co autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge ou companheiro do autor da herança, seu ascendente ou descendente ou irmão;

II – tenha sido destituído do poder familiar em relação ao testador;

III – tenha, culposamente, se omitido no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

*Parágrafo único.* A cláusula testamentária deve ser pura, não podendo subordinar-se a condição ou termo.” (NR)

#### **EMENDA Nº 6 – CCJ**

Dê-se ao art. 1.963 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**Art. 1.963.** A privação da legítima, em qualquer dos casos, deverá ser declarada por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, cível ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente a privação da legítima todo

aquele que efetivamente possuir legítimo interesse, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou do testamento cerrado. (NR)

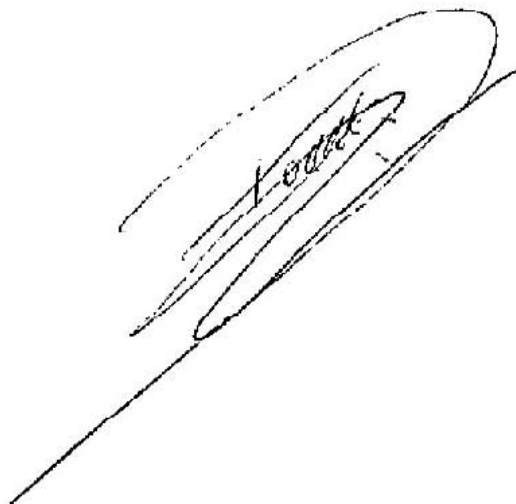
#### EMENDA Nº 7 – CCJ

Dê-se ao art. 1.965 do Código Civil, alterado na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1.965. A privação da legítima deixa de operar com o perdão, tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja expressamente, mediante declaração em testamento posterior, seja tacitamente, quando o autor da herança o contemplar.” (NR)

Sala da Comissão, 16 de março de 2011.

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the Relator, is written over the signature line.

, Relator



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 118 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/03/2011, OS SENHORES(A) SENADORES(A):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)</b>	
JOSÉ PIMENTEL <i>José Pimentel</i>	1. EDUARDO SUPLYCY
MARTA SUPLYCY <i>Marta Suplicy</i>	2. ANA RITA <i>Ana Rita</i>
PEDRO TAQUES <i>Pedro Taques</i>	3. ANÍBAL DINIZ <i>Aníbal Diniz</i>
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6. LINDBERGH FARIAS <i>Lindbergh Farias</i>
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>Eunício Oliveira</i>	1. VALDIR RAUPP
RENAN CALHEIROS	2. EDUARDO BRAGA
RÔMERO JUCA	3. RICARDO FERRAÇO
VITAL DO REGO	4. GILVAM BORGES
LUIZ HENRIQUE	5. LORÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	3. CÍCERO LUCENA
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	4. DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>
<b>PTB</b>	
ARMANDO MONTEIRO <i>Armando Monteiro</i>	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	1. MARINOR BRITO

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## PROPOSIÇÃO: PLS Nº 118, DE 2010

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 – EDUARDO DUPLICI				
MARTA SUPLEY	X				2 – ANA RITA	X			
PEDRO CAQUIS	X				3 – ANÍBAL FINIZ	X			
JORGE VIANA					4 – ACIR GUERAZZ				
MAGNU MALTA					5 – JOÃO KIBEIRO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				6 – ANDRÉ KIBERIAS	X			
INÁCIO ARRUDA					7 – RODRIGO KILBERG				
MARCELO CRIVELLA	X				8 – HUMBERTO COSTA				
TITULARES – Banco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Banco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (Presidente)					1 – VALDIR RAUPE				
REXAN CALHEIROS					2 – EDUARDO BRAGA				
ROMERO JUCA					3 – RICARDO FERRAZ				
VITAL DO REGO					4 – GILVAM BORGES				
LUÍZ HENRIQUE					5 – JOÃO FILHO				
ROBERTO REQUIÃO	X				6 – WALDEMAR MOÇA				
FRANCISCO DORNELLES	X				7 – BENEDITO DE LIRA				
SÉRGIO PETECÃO	X				8 – EDUARDO AMORIM				
TITULARES – Banco Parlamentar (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Banco Parlamentar (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ABÍCIO NEVES					1 – MARIO COUTO				
ALOYSIO NUNES FERRIRA	X				2 – ALEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 – CÍCERO LUCENA				
KÁTIA ABREU	X				4 – DEMÓSTENES TORRES (Relator)	X			
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 – CÍRO NOGUEIRA				
GIM ARGELLO					2 – MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANIO DE RODRIGUES	X				1 – MARINOF BRITO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 03 / 2011



Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente

OVOTO DO AUTORA DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RSF) (atualizado em 01/03/2011).



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

*Remetidas aos 1a7-ccj ao*  
**PROPOSIÇÃO: Des Nº 108, DE 2010**

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
MARTA SUPICY	X				2 - ANA RITA	X			
PEDRO TAQUES	X				3 - ANIBAL DINIZ	X			
JORGE VIANI					4 - ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 - JOÃO RIBEIRO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				6 - LINDBERGH FARIAS	X			
INÁCIO ARRUDA					7 - RODRIGO KOLLEBERG				
MARCELO CRIVELLA	X				8 - HUMBERTO COSTA				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA ( <i>Presidente</i> )					1 - VALDIR RAUPP				
RENAN CALHEIROS					2 - EDUARDO BRAGA				
ROMERO JUCA					3 - RICARDO FERRACIO				
VITAL DO REGO					4 - GILVAM BORGES				
LUIZ HENRIQUE					5 - LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUÃO					6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES	X				7 - BENEDITO DE LIRA				
SERGIO PETEZÃO	X				8 - EDUARDO AMORIM				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES					1 - MÁRIO COUTO				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 - FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 - CICERO LUCENA				
KÁTIA ABREU	X				4 - DEMÓSTENES TORRES			X	
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - CÍRO NOGUEIRA				
GIMARGELIO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 - MARINHO BRITO				

**TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1**

**SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 03 / 2011**

**Senador EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RNSF) (atualizado em 01/03/2011).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010  
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera o Capítulo V do Título I e o Capítulo X do Título III, ambos do Livro V Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 1.814 a 1.818 e 1.961 a 1.965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e respectivos Capítulos, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“CAPÍTULO V**

**Dos Impedidos de Succeder por Indignidade**

**Art. 1.814.** Fica impedido de succeder, direta ou indirectamente, por indignidade, aquele que:

I – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à vida ou à dignidade sexual do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau;

II – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do autor da herança;

III – sem justa causa, tenha abandonado ou desamparado, o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil;

IV – por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do



falecido, incorrendo na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado. (NR)

*Parágrafo único.* Para efeito do disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, incluem-se entre os atos suscetíveis de gerar declaração de indignidade quaisquer delitos dos quais tenham resultado a morte ou a restrição à liberdade do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.” (NR)

**Art. 1.815.** O impedimento, em qualquer desses casos, será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial definitivo, cível ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nesses casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente o impedimento todo aquele que possuir legítimo interesse, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar o impedimento extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou de quando se descobrir a autoria do comportamento indigno. (NR)

**Art. 1.816.** São pessoais os efeitos do impedimento, de modo que os descendentes do herdeiro impedido sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.

*Parágrafo único.* O indigno não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, nem à sucessão eventual desses bens. (NR).

**Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação a que se refere o art. 1.815 ou da sua intimação para se manifestar sobre a decisão judicial definitiva, cível ou criminal, que tenha reconhecido a prática indigna; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação dos danos causados.

*Parágrafo único.* O indigno é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado pelas despesas com a sua conservação, assim como poderá cobrar os créditos que lhe assistam contra a herança. (NR)

**Art. 1.818.** Aquele que incorreu em atos que determinem o impedimento por indignidade será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, codicilo ou escritura pública.

*Parágrafo único.* Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária. (NR)

## CAPÍTULO X

### Da Privação da Legítima

**Art. 1.961.** Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, parcial ou totalmente, em todos os casos em que podem ser impedidos de suceder por indignidade. (NR)

**Art. 1.962.** O herdeiro necessário pode, por testamento, com expressa declaração de causa, ser privado de sua quota legítima, quando:

I – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge ou companheiro do autor da herança, seu ascendente ou descendente ou irmão;

II – tenha sido destituído do poder familiar em relação ao testador;

III – tenha, culposamente, se omitido no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

*Parágrafo único.* A cláusula testamentária deve ser pura, não podendo subordinar-se a condição ou termo. (NR)

**Art. 1.963.** A privação da legítima, em qualquer dos casos, deverá ser declarada por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, civil ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente a privação da legítima todo aquele que efetivamente possuir legítimo interesse, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou do testamento cerrado. (NR)

**Art. 1.964.** Aquele que for privado da legítima é equiparado ao indigno para todos os efeitos legais. (NR)

**Art. 1.965.** A privação da legítima deixa de operar com o perdão, tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja expressamente, mediante declaração em testamento posterior, seja tacitamente, quando o autor da herança o contemplar. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de março de 2011



, Presidente



**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 14 /11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1 a 7-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, que "Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação", de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
**Senador EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

**Seção VIII  
DO PROCESSO LEGISLATIVO****Subseção III  
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que

**LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.**

Institui o Código Civil.

**CAPÍTULO V  
Dos Excluídos da Sucessão**

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

Parágrafo único. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

Art. 1.816. São pessoais os efeitos da exclusão, os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.

Parágrafo único. O excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, nem à sucessão eventual desses bens.

Art. 1.817. São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe perdas e danos.

Parágrafo único. O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.

Art. 1.818. Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

Parágrafo único. Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

.....

## CAPÍTULO X

### Da Deserdação

Art. 1.961. Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.

Art. 1.962. Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

I - ofensa física,

II - injúria grave;

III - relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;

IV - desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.



Art. 1.963. Além das causas enumeradas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos ascendentes pelos descendentes:

I - ofensa física;

II - Injúria grave;

III - relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;

IV - desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

Art. 1.964. Somente com expressa declaração de causa pode a deserdação ser ordenada em testamento.

Art. 1.965. Ao herdeiro instituído, ou aquele a quem aproveite a deserdação, incumbe provar a veracidade da causa alegada pelo testador.

Parágrafo único. O direito de provar a causa da deserdação extingue-se no prazo de quatro anos, a contar da data da abertura do testamento.

---

### **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

Código Penal.

---

## **TÍTULO IV DO CONCURSO DE PESSOAS**

### **Regras comuns às penas privativas de liberdade**

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

---



Ofício nº 14 /11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1 a 7-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, que "Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação", de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 118, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que tem por escopo alterar os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, *a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserção.*

A proposição é composta por apenas dois dispositivos: o primeiro objetiva modificar os arts. 1.814 a 1.818 e 1.961 a 1.965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil – CC), que, na redação em vigor, versam, respectivamente, sobre as regras e os efeitos da exclusão da sucessão dos herdeiros e legatários havidos como **indignos**; e sobre o instituto da **deserção**.

O art. 2º, por sua vez, limita-se a estabelecer a cláusula de vigência.

Na justificação, esclarece-se, preambularmente, que o projeto tem por origem as conclusões apresentadas pelo Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto em dissertação de mestrado em Direito Civil Comparado defendida perante a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 27 de janeiro de 2010.

Na sequência, argumenta-se que o desiderato maior da proposição consiste em *aprimorar o Direito Sucessório*, clarificando o instituto da exclusão da herança, especificamente no que concerne aos conceitos de *indignidade sucessória* e *deserção*, os quais, *apesar de possuírem semelhante natureza e o mesmo objetivo, possuem fundamento, estrutura e regime próprios, razão pela qual não podem ser equiparados nem grosseiramente diferenciados.*

Pondera-se que o vigente Código Civil, editado em 2002, conquanto tenha atualizado e reformado *o arcabouço legislativo pertinente que vigorou a partir do Código de 1916*, pouco inovou em matéria de **exclusão da herança**, tema que se encontra *demasiadamente defasado, haja vista que o novo Código basicamente reproduziu as disposições previstas no Código ab-rogado.*

Não foram apresentadas emendas.



## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem assim, no mérito, emitir parecer sobre matérias afeitas ao direito civil.

De resto, à vista dos demais dispositivos do Regimento Interno, o PLS nº 118, de 2010, não apresenta vício atinente à regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta se afigura irretocável, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii*) o assunto nela vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii*) possui o atributo da *generalidade*, *iv*) se afigura dotada de potencial *coercitividade* e *v*) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, cumpre alterar a ementa do projeto, de modo a identificar corretamente o Título do Código Civil a que pertence o Capítulo X modificado.

No mérito, considero a matéria conveniente e oportuna, na medida em que atualiza o regime de privação da herança do direito brasileiro, pondo-o em sintonia com os mais recentes avanços da legislação estrangeira.

Preliminarmente, é preciso pôr em evidência, à maneira de *sûmula*, o objeto da proposição: o foco das alterações é o *Título I – Da Sucessão em Geral* do *Livro V – Do Direito das Sucessões* do Código Civil, cujo *Capítulo V – Dos Excluídos da Sucessão* passará a ser denominado **Dos Impedidos de Sucedem por Indignidade**. De igual modo, o *Capítulo X*, do Título III, atualmente conhecido como *Da Deserção*, passará a chamar-se **Da Privação da Legítima**.

De início, o Capítulo referente à *indignidade*, inaugurado pelo art. 1.814 do Código, estabelece as hipóteses de exclusão de herdeiros e legatários da sucessão:

**Art. 1.814.** São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I – que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;



II – que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III – que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

O PLS nº 118, de 2010, propugna para o dispositivo a seguinte redação:

**Art. 1.814.** São impedidos de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade:

I – aquele que houver provocado, ou tentado provocar, dolosa e antijuridicamente, a morte do autor da herança, ou de pessoa a ele intimamente ligada;

II – aquele que houver praticado, ou tentado praticar, dolosa e antijuridicamente, qualquer comportamento que venha a atingir a honra, a integridade física, a liberdade, o patrimônio ou a dignidade sexual do autor da herança, ou de pessoa a ele intimamente ligada;

III – aquele que houver abandonado, ou desamparado, econômica ou afetivamente, o autor da sucessão acometido de qualquer tipo de deficiência, alienação mental ou grave enfermidade;

IV – aquele que, por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou o codicilo do falecido, incorrendo também aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado.

Nos termos da norma *in faciendo*, o *caput* do artigo passa a falar, genericamente, em *impedimento para suceder*, buscando, com isso, ampliar o alcance do instituto da indignidade sucessória. A alteração é relevante porque, conforme recorda o Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto, conquanto os casos levados aos tribunais tratem, maciçamente, de herdeiros ou legatários indignos, *não há como se olvidar que mesmo aquelas pessoas não legitimadas como sucessoras do de cujus podem e devem ser sujeitas de tal sanção privada*. E cita, a respeito, julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que reconheceu a indignidade do genro de autor de herança, que, tendo sido o responsável pelo homicídio do sogro, receberia, de forma indireta, parte do patrimônio da vítima, que seria herdado por sua esposa, com quem era casado sob o regime da comunhão universal de bens. Mesmo não possuindo a qualidade de herdeiro ou legatário do autor da sucessão, foi considerado indigno pelo Judiciário, tendo sido impedido de partilhar os bens do sogro. Casos como esse, de fato, somente encontrarão resposta mais efetiva por parte do ordenamento jurídico se adotada a dicção vislumbrada pela proposição.

Quanto à modificação endereçada ao inciso I do dispositivo em comento, preferi, em parte, o texto em vigor. Convém explicar: é que o Código Penal Brasileiro (CPB), conquanto tenha, efetivamente, adotado a teoria unitária do concurso de pessoas (que implica a reunião, sob o mesmo tipo penal, de todos quantos houverem concorrido para o crime), o fez apenas como regra – como o reconhece o autor das sugestões que inspiraram a proposição em exame –, havendo, na aplicação da lei, importantes exceções. De fato, o § 2º do próprio art. 29 do CPB assevera que *se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste*. Dessearte, para evitar dificuldades na aplicação da pena de indignidade em relação a quem tenha concorrido para o crime em menor grau (ou pretendido praticar delito diverso), parece de bom aviso a manutenção da atual dicção normativa (exaustiva, mas não escusável). Julgo, ademais, vaga e imprecisa a porção final do dispositivo em questão, que impõe a sanção de exclusão da herança também à hipótese de atentado contra a vida de “pessoa [...] intimamente ligada” ao falecido.

Entendo, no particular, que, em sede de restrição a direitos (como os sucessórios) e imposição de penalidades, ainda que cíveis, o texto legal deve ser o mais prescritivo e exaustivo possível, de modo a evitar, tanto quanto se mostre razoável, interpretações que reduzam ou expandam, em desacordo com a intenção legislativa original, o seu alcance, provocando, nesse passo, insegurança jurídica para a sociedade. Assim, recupero, em parte, o sentido do vigente inciso I, por meio da fórmula “cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau”.

Reputo conveniente, ademais, transpor, para o texto do inciso I do art. 1.814, os delitos contra a dignidade sexual (capazes de ensejar, na forma do inciso II do mesmo art. 1.814 do CC, a declaração de indignidade), por sua natureza mais gravosa. Ademais, cumpre esclarecer que se preserva, no dispositivo, a possibilidade de que outras condutas criminosas das quais resultem a morte (como o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte, o infanticídio) também acarretem a declaração de indignidade do agente.

A redação conferida ao inciso II do art. 1.814 parece auspiciosa. Realmente, existem atos muito mais graves do que a calúnia, a difamação ou a injúria, como as lesões corporais e certos crimes contra o patrimônio, que merecem tenaz reprimenda do Estado não somente na seara penal, mas também no âmbito do direito privado. Emendo o dispositivo para, como adianto, transferir os delitos contra a “dignidade sexual” para o inciso I do mesmo artigo. Ademais, entendo que, na hipótese em apreço, a indignidade somente deve ter lugar se a violação tiver sido perpetrada contra o autor da herança.

No que concerne ao inciso III do art. 1.814, a proposição acarreta para a indignidade sucessória, acertadamente, uma hipótese prevista pelo Código Civil como causa de *deserção* – que, nos atuais termos, pode-se considerar letra morta por falta de aplicabilidade. Estou de inteiro acordo com a justificação da matéria, no ponto em que afirma que o abandono ou desamparo (seja econômico ou afetivo) deve ser convolado em *causa de indignidade*, passível de ser suscitada pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.



Impende, contudo, aproveitar a oportunidade para aprimorar o texto da norma, de modo a permitir a aplicação da sanção de indignidade também nas hipóteses em que o autor da herança, abandonado ou desamparado, não apresente “deficiência, alienação mental ou grave enfermidade”. Trata-se de providência destinada a evitar injustiças, como a que decorre da possibilidade de um pai que, tendo abandonado o filho (seja o abandono econômico ou afetivo), venha, anos depois, a sucedê-lo, herdando-lhe os bens.

Para robustecer e elucidar a modificação que ora sustento, vale compor um quadro ilustrativo. Uma criança, abandonada pelo pai durante a infância, cresce e, à custa do próprio esforço, ou contando com o auxílio materno, torna-se um adulto bem-sucedido, com vultoso patrimônio. E falece sem deixar cônjuge, companheiro ou descendentes. Não há deficiência, alienação mental ou grave enfermidade alguma a acometê-lo. Numa situação assim, aquele genitor, conquanto injustificadamente ausente durante toda a vida do filho, poderá herdar todos os bens por ele amealhados (ou concorrer com a genetrix, na sucessão, em caráter de igualdade), solução em tudo questionável sob o ponto de vista ético ou social, mas, lamentavelmente, lícita sob a ótica do direito em vigor e do PLS nº 118, de 2010. Para corrigir tal distorção, exclui da redação do inciso III do art. 1.814, na forma proposta pelo PLS nº 118, de 2010, mediante emenda, a exigência de que o autor da herança seja portador de qualquer espécie de deficiência, alienação ou enfermidade, bastando que tenha havido, sem justo motivo, abandono ou desamparo. Com efeito, se o abandono afetivo é razão de perda do poder familiar, nada mais sensato que se tornar, também, causa de indignidade sucessória.

Por fim, ainda quanto a esse dispositivo, julgo oportuna a ocasião para nele incluir a possibilidade de declaração de indignidade por ausência de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade do filho durante a menoridade civil.

A propósito do inciso IV do art. 1.814, empreendo correção de ordem meramente redacional, destinada a aclarar o texto do dispositivo,

No que diz respeito à forma de exclusão da herança por indignidade, o art. 1.815 do CC apresenta a seguinte redação:

**Art. 1.815.** A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

*Parágrafo único.* O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

De sua parte, a proposição estabelece:

**Art. 1.815.** O impedimento, em qualquer desses casos, será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, civil ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente o impedimento todo aquele que possuir legítimo interesse econômico ou moral, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar o impedimento extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou de quando se descobrir a autoria do comportamento indigno.



Pela redação alvitrada pelo PLS nº 118, de 2010, para o **caput do art. 1.815** do Código, a indignidade poderá ser reconhecida e aplicada de dois modos: por sentença declaratória proferida no próprio processo de inventário; mediante pronunciamento judicial, cível ou criminal, juntado aos autos da sucessão, no qual tenha sido reconhecida a prática de conduta indigna. Evita-se, com esse expediente, em benefício do Poder Judiciário e da celeridade que dele se espera, a formação de uma nova relação processual, com todos os expedientes, recursos e incidentes a ela inerentes, quando já existente decisão a respeito do ato indigno. Emendo o dispositivo apenas para adicionar a exigência de que a decisão proferida em outro feito seja definitiva.

O § 1º do dispositivo, ao tratar da legitimidade para arguição da indignidade – atribuindo-a a quem tenha legítimo interesse, econômico ou moral, além do Ministério Público –, supre lacuna indesejável do ordenamento jurídico, sendo, nesse sentido, muito bem vindo. O § 2º, de igual modo, acerta ao considerar a descoberta da autoria do comportamento indigno – ao lado da abertura da sucessão – como fato capaz de desencadear o início da contagem do prazo decadencial.

No que concerne aos efeitos da exclusão ou do impedimento, matéria regulada pelo art. 1.816 do CC, a única alteração, admissível em virtude da harmonia e simetria conceitual que deve qualificar os textos normativos, diz respeito à substituição do vocábulo “exclusão” por “impedimento”.

A disciplina das alienações praticadas pelo herdeiro indigno antes da citação na ação de indignidade encontra-se no art. 1.817 do CC:

**Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe perdas e danos.

*Parágrafo único.* O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.

E pelo projeto em análise:

**Art. 1.817.** São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação a que se refere o art. 1.815; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação pelos danos causados.

*Parágrafo único.* O indigno é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado pelas despesas com a sua conservação, assim como poderá cobrar os créditos que lhe assistam contra a herança.

Pela redação sugerida pelo PLS nº 118, de 2010, as alienações onerosas levadas a efeito pelo indigno somente serão válidas até a sua citação válida na ação de indignidade, sistemática que parece mais conforme o escopo do instituto e benéfica para os demais herdeiros. É preciso, no entanto, emendar o dispositivo para estabelecer que, nos casos em que o reconhecimento da indignidade decorra de pronunciamento judicial exarado fora do processo de inventário, as alienações somente serão válidas – sendo esse o caso – até a data da intimação do indigno para se manifestar sobre a sua juntada aos autos.

Encerrando o Capítulo da *indignidade*, o art. 1.818 do CC dispõe sobre a **reabilitação do indigno**:

**Art. 1.818.** Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

*Parágrafo único.* Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

Nos termos da proposição:

**Art. 1.818.** Aquele que incorreu em atos que determinem o impedimento por indignidade será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, codicilo ou escritura pública.

*Parágrafo único.* Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

A alteração promovida pelo projeto cinge-se à comutação da vaga expressão “ato autêntico” pela indicação de formas específicas de manifestação do perdão: codicilo e escritura pública.

O próximo Capítulo a constituir objeto do PLS nº 118, de 2010, é aquele intitulado *Da Deserção*, que fica, nos termos da proposição, renomeado como *Da Privação da Legítima*. Abre-o o art. 1.961 do CC:

**Art. 1.961.** Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.

O projeto em exame lhe confere a seguinte redação:

**Art. 1.961.** Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, parcial ou totalmente, em todos os casos em que podem ser impedidos de suceder por indignidade.



A proposição atualiza o texto normativo, adotando, em lugar do vocábulo “deserdação”, o sintagma “privação da legítima”, mais consentâneo com o instituto, cujos efeitos incidem, especificamente, sobre os herdeiros necessários. Nesse sentido, exclui do dispositivo a sentença segundo a qual *os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados*. E, seguindo uma tendência presente na moderna doutrina e nas principais legislações europeias, permite expressamente a *deserdação parcial*.

Os arts. 1.962 e 1.963 do Código, em seguida, cuidam das hipóteses de *deserdação*:

**Art. 1.962.** Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a *deserdação dos descendentes por seus ascendentes*:

- I – ofensa física;
- II – injúria grave;
- III – relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;
- IV – desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

**Art. 1.963.** Além das causas enumeradas no art. 1.814, autorizam a *deserdação dos ascendentes pelos descendentes*:

- I – ofensa física;
- II – injúria grave;
- III – relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;
- IV – desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

Já o projeto disciplina o tema no art. 1.962:

**Art. 1.962.** O autor da herança também pode, em testamento, com expressa declaração de causa, privar o herdeiro necessário da sua quota legítima quando este:

- I – culposamente, em relação ao próprio testador ou à pessoa com este intimamente ligada, tenha se omitido no cumprimento das obrigações do direito de família que lhe incumbiam legalmente;
- II – tenha sido destituído do poder familiar;
- III – não tenha reconhecido voluntariamente a paternidade ou maternidade do filho durante a sua menoridade civil.

A proposição unifica as hipóteses de *privação da legítima*. Segundo o Prof. Carlos Eduardo Minozzo Poletto, trata-se de *uma tendência universal, a começar pelas codificações lusitana e suíça*, sendo que o próprio direito alemão, onde o Código Civil (BGB) ainda prevê três dispositivos distintos para regular separadamente a *deserdação dos descendentes, pais e cônjuge*, está para adotar, conforme consta do Projeto de Reforma do Direito Sucessório (*Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Erb und Verjährungsrechts*), a *uniformização das condutas típicas autorizadoras da privação da legítima*.



A redação tem ainda a felicidade de viabilizar a deserdação do consorte sobrevivente, que, pelo texto atual do Código Civil, embora herdeiro necessário, não se acha passível de punição alguma. Parece conveniente, de todo modo, aprimorar o dispositivo, especificamente quanto às causas de privação legítima. Nesse sentido, entendo pertinente incluir entre as causas de deserdação: i) a ofensa, consumada ou tentada, à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, do testador; ii) a omissão culposa no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

Por fim, é preciso adicionar ao artigo um **parágrafo único**, para estabelecer que a cláusula testamentária deve ser **pura**, não podendo subordinar-se a condição (evento futuro e incerto) ou termo (evento futuro e certo), que com ela são incompatíveis.

O art. 1.963 do CC, na forma proposta pelo PLS nº 118, de 2010, versa sobre a **forma de privação da legítima**, fazendo-o nos mesmos moldes da declaração de indignidade sucessória, iniciando-se a contagem do prazo decadencial com a abertura da sucessão (ou do testamento cerrado, que é aberto judicialmente):

**Art. 1.963.** A privação da legítima, em qualquer dos casos, deverá ser declarada por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial, civil ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta, bastando, nestes casos, a sua juntada aos autos do inventário.

§ 1º Poderá demandar judicialmente a privação da legítima todo aquele que efetivamente possuir legítimo interesse econômico ou moral, além do Ministério Público.

§ 2º O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão ou do testamento cerrado.

O art. 1.964 do CC, igualmente nos termos sugeridos pela proposição em comento, limita-se a, judiciosamente, equiparar o privado da sucessão legítima (“deserdado”) ao indigno:

**Art. 1.964.** Aquela que for privado da legítima é equiparado ao indigno para todos os efeitos legais.

Finalmente, o art. 1.965 do CC, também na forma do PLS nº 118, de 2010, passa a regular a possibilidade – admitida largamente pelo direito estrangeiro e pela doutrina nacional – de perdão pelo testador.

**Art. 1.965.** O direito de privação da legítima se extingue com o perdão, tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja através de expressa declaração em testamento posterior, ou tacitamente, quando o autor da herança o contemplar.

Ofereço emenda de redação com o propósito de aprimorar o texto do dispositivo, livrando-o de impropriedades lógicas (não é o “direito” que se extingue, mas a privação propriamente dita que cessa) e redacionais.

Em resumo, e à vista dessas considerações, o PLS nº 118, de 2010, não apenas reúne condições de ser aprovado, como em muito contribuirá para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico pátrio em matéria de sucessões.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Altera o Capítulo V do Título I e o Capítulo X do Título III, ambos do Livro V Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.”

#### **EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao art. 1.814 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 1.814.** Fica impedido de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade, aquele que:

I – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à vida ou à dignidade sexual do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau;

II – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do autor da herança;

III – sem justa causa, tenha abandonado ou desamparado, econômica ou afetivamente, o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil;

IV – por violência ou qualquer meio fraudulento, inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do falecido, incorrendo na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente do documento viciado.” (NR)

**EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao *caput* do art. 1.815 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1.815. O impedimento, em qualquer desses casos, será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial definitivo, cível ou criminal, que já tenha expressamente reconhecido a prática da conduta indigna, bastando, nesses casos, a sua juntada aos autos do inventário.

.....” (NR)

**EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao *caput* do art. 1.817 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1.817. São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa fé, e os atos de administração praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação a que se refere o art. 1.815 ou da sua intimação para se manifestar sobre a juntada da decisão judicial definitiva, cível ou criminal, que tenha reconhecido a prática indigna; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação dos danos causados.

.....” (NR)



**EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao art. 1.962 do Código Civil, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 1.962.** O herdeiro necessário pode, por testamento, com expressa declaração de causa, ser privado de sua quota legítima, quando:

I na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, do testador;

II tenha sido destituído do poder familiar em relação ao testador;

III – tenha, culposamente, se omitido no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

*Parágrafo único.* A cláusula testamentária deve ser pura, não podendo subordinar-se a condição ou termo.” (NR)

**EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao art. 1.965 do Código Civil, alterado na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 1.965.** A privação da legítima deixa de operar com o perdão, tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja expressamente, mediante declaração em testamento posterior, seja tacitamente, quando o autor da herança o contemplar.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 14, de 2011**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 14/11–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de março de 2011

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nº 1 a 7-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, que “Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação”, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com referência ao **Ofício nº 14, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Senhora Presidente da República adotou, em 18 de março de 2011, e publicou, no mesmo dia, mês e ano, a **Medida Provisória nº 527, de 2011**, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a

Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

## SENADORES

### Titulares

### Suplentes

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa	1. Marcelo Crivella
Magno Malta	2. Gleisi Hoffmann
Acir Gurgacz	3. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	4. Lídice da Mata
Inácio Arruda	5. João Pedro

#### Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	1. Paulo Davim
Francisco Dornelles	2. Vital do Rego
Eduardo Amorim	3. Ana Amelia
Sérgio Petecão	4. Eduardo Braga

#### Bloco (PSDB/DEM)

Alvaro Dias	1. Aécio Neves
Demóstenes Torres	2.

#### PTB

Gim Argello	1. João Vicente Claudino
-------------	--------------------------

#### \*PSOL

Marinor Brito	1.
---------------	----

\* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

## DEPUTADOS

### Titulares

### Suplentes

#### PT

Paulo Teixeira	1. José Guimarães
Arlindo Chinaglia	2. Henrique Fontana

#### PMDB

Henrique Eduardo Alves	1. Teresa Surita
Mendes Ribeiro Filho	2. Almeida Lima

#### Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Ana Arraes	1. Osmar Júnior
Jovair Arantes	2. Givaldo Carimbão

#### PSDB

Duarte Nogueira	1. Otavio Leite
-----------------	-----------------

#### PP

Nelson Meurer	1. José Otávio Germano
---------------	------------------------

#### DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	1. Pauderney Avelino
-------------------------------	----------------------

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

Lincoln Portela

1.Vitor Paulo

**PDT**

Giovanni Queiroz

1.André Figueiredo

**Bloco (PV/PPS)**

Sarney Filho

1.Rubens Bueno

**\*PSC**

Ratinho Junior

1.

\* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 18-3-2011 (Ed. Extra)
- Designação Prevista da Comissão: 21-3-2011(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 22-3-2011
- Emendas: até 24-3-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 18-3-2011 a 31-3-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 31-3-2011
- Prazo na CD: de 1º-4-2011 a 14-4-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 14-4-2011
- Prazo no SF: de 15-4-2011 a 28-4-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 28-4-2011
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 29-4-2011 a 1º-5-2011 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 2-5-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 16-5-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há oradores inscritos.

Vamos começar nossa sessão ordinária de hoje.

Convidaríamos para fazer uso da palavra o primeiro orador inscrito, o Senador que já está a caminho; entretanto, por permuta com o Senador, convidamos para fazer uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador.

Senador Mozarildo, V. Exª dispõe de vinte minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Srªs e Srs. Senadores, desde sábado – ou diria até mesmo antes de sábado –, o noticiário do Brasil, tanto

dos jornais impressos, revistas e televisões, tem dado, como de fato merece ou mereceu, destaque à visita do Presidente Obama ao Brasil.

Quem acompanhou todos os momentos, desde a sua chegada, a estada em Brasília, seus pronunciamentos tanto aqui, ao lado da Presidente Dilma, quanto no Rio, teve a oportunidade de ver e sentir que, efetivamente, o Presidente Obama, embora não distante dos padrões e das tradições norte-americanas, é um homem que vê o mundo com olhar do presente para o futuro.

Lógico que ele também se defronta com alguns dilemas que teoricamente contradizem suas pregações na campanha como, por exemplo, agora, ter que, do Brasil, autorizar uma operação contra a Líbia. Mas essa contradição é só aparente, porque, de fato, trata-se de uma iniciativa – e foi uma decisão da ONU – para garantir direitos individuais, direitos coletivos, a liberdade do povo líbio, que está sendo massacrado pelo seu próprio governante.

Então, as observações que ele fez em relação ao Brasil e os compromissos e acenos que fez referentes às relações dos Estados Unidos com o Brasil são realmente um sinal muito claro de que podemos viver novos tempos.

O pronunciamento da Presidente Dilma também foi muito importante, porque mostrou uma presidente que, de fato, se preocupa com a relação entre um país proeminente como os Estados Unidos e que, por coincidência geográfica, está aqui nas Américas, não está lá no continente europeu, nem no asiático. E ela, portanto, em seu pronunciamento junto ao Presidente Obama e também nos anteriores, mostra claramente que a diplomacia brasileira não estará apegada a questões ideológicas, a questões político-partidárias. Tem que ser como realmente é dever: uma política de Estado, uma política de nação. E a Presidente Dilma foi muito objetiva nas suas colocações, nos desejos do Brasil, como também o Presidente Obama.

Para mim, chamou a atenção uma coisa importante, quando ele disse que precisamos ter uma relação de igual para igual. Aliás, um termo que é muito interessante, uma relação que seja do ganha-ganha não pode ter aquela história de só um ganhar e o outro sempre perder.

Não. Tem que ser uma relação em que ganha o Brasil e ganham os Estados Unidos. Portanto, que essa relação seja assim, lógico, adequando determinados pontos da agenda, seja comercial ou diplomática.

Então, entendo e até penso, Senadora Vanessa, que nós – V. Exª pertence ao Estado do Amazonas; eu, ao Estado de Roraima – estamos geograficamente muito mais próximos dos Estados Unidos do que, por



exemplo, São Paulo ou Rio de Janeiro. Evidentemente, a importância, a beleza e a questão estratégica do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília, como sede do poder central, do Governo brasileiro, concentram essa agenda.

E eu queria fazer aqui a leitura de uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo tema é: “Os dilemas de uma antiga amizade”. O texto traz uma coluna que mostra os dilemas na economia, e outra os dilemas na política. Na economia, o carro chefe, diríamos, da nossa reivindicação é com relação ao etanol. Isto é, o combustível ecologicamente correto, que podemos produzir em larga escala:

#### Etanol

Os Estados Unidos prorrogaram por mais um ano (até dezembro deste ano) a política protecionista contra o etanol brasileiro. Dão subsídio de 45 centavos por galão para os produtores locais [isto é, norte-americanos] de etanol.

O etanol deles vem do milho. O nosso, que é muito mais correto, vem da cana. Porque o milho é um alimento, enquanto que da cana só tiramos o açúcar e o etanol.

Além disso, o álcool brasileiro paga taxa de 54 centavos de dólar por galão, mais 2,5% para ingressar no mercado americano.

– O que o Brasil quer: a eliminação dessas taxas ou sua redução a um mínimo.

A um mínimo aceitável para, não digo acabar com a produção americana do etanol do milho, mas que possamos sim, como o próprio Presidente Obama disse, ele quer comprar o nosso petróleo, então, ele deveria dar prioridade também a comprar o nosso etanol.

#### Bitributação

Empresas que atuam nos dois países são taxadas em ambos e não há acordo para eliminar a dupla incidência.

– O que o Brasil quer: a criação de um grupo de alto nível para resolver o problema.

Realmente, é um contrassenso: uma empresa brasileira que atua aqui e nos Estados Unidos paga imposto aqui e paga imposto lá, e vice-versa. Uma empresa americana paga imposto lá e paga imposto aqui. Assim, não há estímulo para uma relação bilateral, como ele disse, do ganha-ganha.

#### Exportações

Uma nova lei americana obriga brasileiros que exportam para os EUA a ter um representante legal no país. Isso encarece as exportações, principalmente das pequenas e médias empresas.

– O que o Brasil quer: a derrubada dessa lei.

Realmente, é uma exigência que, tecnicamente, não se justifica.

#### Algodão

O Brasil conseguiu que a OMC condenasse os subsídios do governo dos EUA aos produtores de algodão, mas os EUA ainda não implementaram totalmente as medidas de compensação requeridas pelo Brasil.

– O que o Brasil quer: expectativa de que o subsídio ao algodão seja eliminado na legislação agrícola [...] de 2012.

#### Sistema geral de preferências.

Algumas exportações brasileiras não pagam tarifa de importação, que é da ordem de 3% a 4%, dentro desse regime criado para beneficiar países em desenvolvimento.

Esse sistema expirou em 31 de dezembro do ano passado, e a sua renovação está em exame no senado americano. O Brasil corre o risco de ser eliminado do programa, assim como a Índia. E o que o Brasil quer? Que as normas do sistema de preferência sejam renovadas pelo senado americano.

Essa, vamos dizer assim, é a agenda na economia, que precisa ser obviamente solucionada, discutida e resolvida num curto espaço de tempo, se, realmente, o Presidente Obama, dos Estados Unidos, como ele deixou claro, quer essa parceria em que ambos vão ganhar.

#### E na política?

A aproximação do Governo Lula com o Irã, que admite apedrejamento de mulheres e desrespeita os direitos humanos, contrariou a Casa Branca e esfriou as relações. O Governo Dilma abandonou essa política, e as diferenças tendem a desaparecer.

#### Estratégia nuclear.

O Brasil surpreendeu os Estados Unidos ao votar na Organização das Nações Unidas (ONU) contra seu pedido para que o Irã interrompesse seus projetos nucleares. Tudo indica [até aqui, bem claramente colocado] que, no governo Dilma, o Brasil pelo menos se abstenha de apoiar Teerã nessa área.

#### Colômbia.

O projeto de instalação de bases militares americanas em território colombiano despertou desconfianças no Brasil e nos demais vizinhos. O plano americano foi de momento engavetado, mas a estratégia americana não mudou.

#### Unasur.

A União das Nações Sul-Americanas (Unasur), que esvazia a Organização dos Estados Americanos (OEA) e cria um fórum regional sem a presença dos Estados Unidos, não agrada a Casa Branca. Já a Unasur conta com o Brasil, para que a entidade, por influência da Venezuela, não se torne foco de dificuldades.

#### Conselho de Segurança da ONU.

Os Estados Unidos não endossaram a admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. O assunto deixou de ser prioritário para o Brasil, mas continua a expectativa de que os EUA mudem sua posição.

Aqui, a Presidenta Dilma foi explícita, disse claramente que reivindicamos, sim, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. E foi muito mais clara, disse que não se tratava apenas de um desejo burocrático de ocupar um lugar, mas, sim, de fazer, realmente, com que o Conselho de Segurança da ONU seja uma instituição mais representativa e mais condizente com a realidade do mundo atual.

Honduras.

Os dois países tiveram posições opostas na crise de Honduras de 2009, quando o Brasil acolheu em sua Embaixada hondurenha o presidente Manuel Zelaya. Deposto por tentar um golpe contra a Constituição, Zelaya ficou sob proteção brasileira entre setembro de 2009 e janeiro de 2010.

Creio que esse episódio foi superado. Tenho certeza de que a diplomacia do Governo Dilma, portanto, do Brasil, vai primar por aquilo que ela falou em seu pronunciamento. Ela, realmente, demonstrou as posições do Brasil, de maneira muito clara, sensata, equilibrada, mas altiva. É importante que se diga que tanto a fala da Presidente Dilma deixou bem clara a posição do Brasil, como a fala do Presidente Obama. Embora alguns tenham dito que ele não se comprometeu com certos temas, ele deixou claro que vai propiciar que esses temas sejam debatidos e resolvidos na ONU.

Mas, Senador Gilvam, falei, há pouco... Senadora Vanessa, do Amazonas, eu, do Estado de Roraima, V. Ex<sup>a</sup>, do Estado do Amapá, somos de Estados próximos – incluído também o Pará – dos Estados Unidos, do ponto de vista geográfico, e não há uma política brasileira que contemple essas regiões, que precisam ser desenvolvidas, nesse intercâmbio comercial com os Estados Unidos.

Digo isso, inclusive, a respeito da Venezuela, mas V. Ex<sup>a</sup> poderá dizer com respeito à França, já que a Guiana Francesa é um território da França na América do Sul. Então, entendo que a política externa do Brasil deve levar em conta, também, a geografia do País, porque, senão, se melhoramos esse relacionamento com os Estados Unidos, com a Venezuela, mas, como citei, se quem ganhar forem os Estados já desenvolvidos, efetivamente não vamos contribuir para eliminar desigualdades regionais. Este deve ser o grande tema

dos amazônidas, notadamente dos Estados mais setentrionais da Amazônia: realmente pedir, exigir, cobrar que tenhamos uma participação mais efetiva.

Sei que isso compete não só ao Ministério das Relações Exteriores, mas também – e muito mais – ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Entendo que é preciso, sim, fazer a melhoria e a inserção do Brasil não só no Mercosul, como também com os Estados Unidos, com o Canadá, com o México, com a América Central, mas de maneira que, dentro desse relacionamento, principalmente comercial, seja levado em conta também um plano, uma estratégia em que Amazônia, repito, notadamente os Estados setentrionais da Amazônia, como Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, sejam mais contemplados. Senão, dessa forma, vai haver aquela história que diz aquela música: os ricos vão ficar cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Isso, falando aqui na questão do nosso desenvolvimento interno.

Quero encerrar, Senador Gilvam, dizendo que tenho certeza de que, como eu, milhões de brasileiros ficaram bem impressionados com o que viram e ouviram do Presidente Obama na sua visita, tanto em seu pronunciamento oficial quanto em seu pronunciamento no Rio de Janeiro; sobretudo com o exemplo que ele nos deu de que uma pessoa humilde, pobre como ele era, de cor pode, sim, chegar a um posto. Ele esteve com a mãe dele aqui, quando era pequeno e disse que ela jamais imaginaria que ele viesse, na sua próxima viagem ao Brasil, como Presidente dos Estados Unidos. Então, é um exemplo para todos os brasileiros que, de alguma forma, ainda são discriminados.

Também uma coisa me chamou a atenção: a demonstração de apego e de união familiar dele, da esposa, das filhas. Acho que foi um brinde às famílias brasileiras que ele fez, ao demonstrar esse carinho, esse apreço à esposa e às filhas.

Assim, Senador Gilvam, quero terminar, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a transcrição na íntegra dessa matéria que li, que comentei e que gostaria que ficasse como parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

## OS DILEMAS DE UMA ANTIGA AMIZADE

### ● No encontro entre as presidentes, as diferenças entre Brasil e EUA

#### Na economia

##### **Etanol**

Os EUA prorrogaram por mais um ano (até dezembro deste ano) a política protecionista contra o etanol brasileiro. Dão subsídio de 45 centavos por galão para os produtores locais de etanol. Além disso, o álcool brasileiro paga taxa de 54 centavos de dólar por galão, mais 2,5%, para ingressar no mercado americano

● **O que o Brasil quer:** a eliminação dessas taxas ou sua redução a um mínimo

##### **Bitributação**

Empresas que atuam nos dois países são taxadas em ambos e não há acordo para eliminar a dupla incidência.

● **O que o Brasil quer:** a criação de um grupo de alto nível para resolver o problema

##### **Exportações**

Uma nova lei americana obriga brasileiros que exportam para os EUA a ter um representante legal no país. Isso encarece as exportações, principalmente das pequenas e médias empresas

● **O que o Brasil quer:** a demubada dessa lei

##### **Algodão**

O Brasil conseguiu que a OMC condenasse os subsídios do governo dos EUA aos produtores de algodão, mas os EUA ainda não implementaram totalmente as medidas de compensação requeridas pelo Brasil

● **O que o Brasil quer:** há expectativa que o subsídio ao algodão seja eliminado na legislação agrícola (Farm Bill) de 2012

##### **Sistema geral de preferências**

Algumas exportações brasileiras não pagam tarifa de importação, que é da ordem de 3% a 4%, dentro desse regime criado para beneficiar países em desenvolvimento. O SGP expirou em 31 de dezembro passado e sua renovação está em exame no Senado americano. O Brasil corre o risco de ser eliminado do programa, assim como a Índia

● **O que o Brasil quer:** que as normas do sistema de preferências sejam renovadas pelo Senado americano

#### Na política

##### **Direitos humanos**

A aproximação do governo Lula com o Irã, que admite apedrejamento de mulheres e desrespeita os direitos humanos, contrariou a Casa Branca e esfriou as relações. O governo Dilma abandonou essa política e as diferenças tendem a desaparecer

##### **Estratégia nuclear**

O Brasil surpreendeu os Estados Unidos ao votar na Organização das Nações Unidas (ONU) contra seu pedido para que o Irã interrompesse seus projetos nucleares. Tudo indica que, no governo Dilma, o Brasil pelo menos se absterá de apoiar Teerã nessa área

##### **Colômbia**

O projeto de instalação de bases militares americanas em território colombiano despertou desconfianças no Brasil e nos demais vizinhos. O plano americano foi, de momento, engavetado – mas a estratégia americana não mudou

##### **Unasur**

A União das Nações Sul-Americanas (Unasur), que esvazia a Organização dos Estados Americanos (OEA) e cria um fórum regional sem a presença dos EUA, não agrada à Casa Branca. Já a Unasur conta com o Brasil para que a entidade, por influência da Venezuela, não se torne foco de dificuldades

##### **Conselho de Segurança da Onu**

Os EUA nunca endossaram a admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. O assunto deixou de ser prioritário para o Brasil, mas continua a expectativa de que os EUA mudem sua posição

##### **Honduras**

Os dois países tiveram posições opostas na crise de Honduras de 2009, quando o Brasil acolheu em sua Embaixada hondurenha o presidente Manuel Zelaya. Deposto por tentar um golpe contra a Constituição, Zelaya ficou sob proteção brasileira entre setembro de 2009 e janeiro de 2010



*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Convido para assumir a tribuna a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço não apenas a V. Ex<sup>a</sup>, mas também à Senadora Gleisi, que, de forma extremamente gentil, permutou o tempo comigo.

Minha presença na tribuna, no dia de hoje, dá-se pelo fato de que, no último final de semana, dias 19 e 20, estivemos em São Paulo reunidos com a Direção Nacional do nosso partido, o PCdoB. Foi uma reunião do nosso comitê central, do Diretório Nacional, em que, Sr. Presidente, como é comum, de praxe, fazemos uma análise da conjuntura política não só do Brasil, mas também do mundo e debatemos questões internas, do partido. Uma reunião muito importante porque, através dela, não apenas tivemos a oportunidade de reunir dirigentes do nosso partido, do PCdoB de todo o Brasil, mas também com eles debater os problemas candentes da sociedade, sobretudo, da população brasileira.

Na última reunião, Sr. Presidente, aprovamos quatro resoluções, as quais peço desde já que façam parte dos Anais desta Casa. Uma trata, Senador Mozarildo, da situação política do País, com ênfase na questão econômica; outra trata da política econômica especificamente; outra, dos preparativos para a comemoração dos 90 anos do partido que, fundado em 1922, no próximo dia 25, comemora 89 anos já em um clima de preparação para os 90 anos, que acontecerá no dia 25 de março do ano que vem, do ano de 2012. Aprovamos ainda uma resolução que trata da invasão norte-americana, francesa e de alguns países à Líbia, e outra mais que trata da vinda do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Barack Obama, que deixou o território brasileiro na manhã do dia de hoje, tendo passado pela nossa Capital federal, Brasília, e pela cidade do Rio de Janeiro.

Desde já, Sr. Presidente, formalizo aqui o pedido para que essas resoluções sejam inseridas nos Anais do Senado Federal.

Com relação à situação política, Sr. Presidente, Senador Gilvam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós apoiamos e lutamos pelo êxito do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, do qual fazemos parte. Consideramos que,

com base nas realizações e conquistas dos últimos oito anos, na força da ampla base política e social que sustenta este Governo e na liderança e no perfil político progressista da Presidenta Dilma, é possível cumprir o compromisso assumido com o povo de continuidade do Governo do Presidente Lula, e, mais do que isso, de avanço das políticas iniciadas pelo Presidente Lula.

No que se refere à política econômica, definimos os avanços necessários nas mudanças econômicas, indispensáveis para a continuidade da construção de um projeto nacional de desenvolvimento soberano e democrático.

Nosso propósito é contribuir para que a Presidenta Dilma possa dar sustentação a um novo projeto nacional de bem-estar para o povo e de integração regional. Acreditamos que, para isso ocorrer, é extremamente necessário, primeiro, que o País adote medidas alternativas de combate à inflação, aumentando a oferta de produtos e, ao mesmo tempo, procure restringir o endividamento das famílias. Entendemos que a meta, a busca por uma inflação que fique dentro da meta programada não deve ser uma luta cega, um objetivo cego, que procura todos os meios, inclusive o aumento desenfreado das taxas de juros. Achamos que, no Brasil, existem alternativas capazes e possíveis de barrar, de brear a inflação.

Aliás, a própria inflação é medida de acordo com critérios e com itens estabelecidos pelo próprio Governo, e nós sabemos que alguns itens têm seus preços estabelecidos muito mais por características que fogem ao controle, como o caso de alguns alimentos, e que poderiam perfeitamente ser retirados do cálculo da inflação, pela característica que de fato esses produtos não têm tanta interferência assim no processo de uma inflação crescente e duradoura no País.

Em segundo lugar, entendemos também que, para mudar a política, é necessário que se avance pelo caminho da superação da má distribuição de renda e da valorização do salário. Nesse aspecto, Sr. Presidente, discutimos que, de fato, a Presidenta Dilma, assim como foi o Presidente Lula, tem buscado uma melhor distribuição de renda no País. Isso é muito importante, porque nós estamos muito acostumados com Governos que buscam o crescimento, que buscam o desenvolvimento, mas sem se preocupar com a inclusão social, sem se preocupar em diminuir a situação de diferenças impostas por esse modelo de capital, modelo social e econômico a que estamos sujeitos.

A Presidenta Dilma tem esse objetivo: diminuir as desigualdades sociais do País. E não é uma luta fácil, não é uma luta tranquila. É uma luta difícil, porque são milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que vivem abaixo do nível da pobreza, na miséria absoluta.

Número esse que vem caindo sistematicamente com a aplicação dessa nova política de distribuição de renda e de valorização do salário. E o salário mínimo é a prova disso. No período do Presidente Lula e, logo agora, tem conquistado ganhos significativos que vão muito acima da inflação.

E quero destacar que, recentemente, tanto nós, do Senado, como parlamentares da Câmara aprovamos a nova política, Senador Jucá, de valorização do salário mínimo. O salário mínimo tem uma regra clara, objetiva, e é uma regra importante porque garante os aumentos sempre acima da inflação; garante anualmente a recomposição do poder de compra do salário dos trabalhadores.

Também entendemos, em terceiro lugar, que é necessário que o Brasil, que o Governo, principalmente, caminhe no sentido inverso do que estamos caminhando hoje, promovendo a redução da taxa de juros, a fim de beneficiar os investimentos e diminuir as despesas com juros da dívida pública.

É o velho ciclo: ou um ciclo vicioso, ou um ciclo virtuoso. Temos o entendimento de que, para que o ciclo se feche e seja considerado um ciclo virtuoso, não dá para continuar praticando essa taxa de juros extremamente exagerada. É preciso que se diminua, porque, num linguajar simples, Sr. Presidente, taxa de juros alta significa aumento da despesa do Governo brasileiro com pagamento de serviços da dívida pública, pelo menos de grande parte da nossa dívida pública, o que faz com que recursos que poderiam ser canalizados para salários, para investimentos, sejam canalizados exatamente para um setor não produtivo, um setor que não contribui em nada, em absolutamente nada para o desenvolvimento, indo apenas engordar o caixa do sistema financeiro, sobretudo do sistema financeiro internacional.

Entendemos, em quarto lugar, que é necessário que o Brasil persiga a meta de taxa de investimento correspondente a 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso é um estudo feito. Há uma unanimidade entre os economistas que estudam a matéria de que, para que o Brasil cresça num percentual necessário ao tamanho da nossa população, ao volume das nossas necessidades, a taxa de investimentos do Brasil deve chegar próxima a pelo menos 25% do PIB.

E, no ano passado, quando o Brasil teve um belíssimo desempenho econômico, porque cresceu a 7,5%, o que fez com que a nossa economia fosse elevada à sétima economia do Planeta, a taxa de investimento registrada no ano passado foi de somente 19%, sem o volume de economias que temos hoje. Então, levantamos essa preocupação de forma muito lúcida, muito concreta e sabemos que alguns itens-base da política

econômica precisam ser mudados, para que a gente possa garantir o mínimo necessário à continuidade desse projeto e processo tão importante de desenvolvimento com inclusão social.

Um outro item que nós levantamos é o da necessidade de que haja uma política que taxe pesadamente e estabeleça a quarentena para investimentos externos especulativos, ou seja, o controle de capitais. Acho que o Brasil vem procurando, de uma forma ou de outra, sobretudo após a crise de 2008/2009, até muito mais do que outros países, controlar e regular mais o capital financeiro, principalmente o capital financeiro especulativo.

Entretanto, temos a opinião de que precisamos de regras mais rígidas do que aquelas que vigoram no dia de hoje, e a quarentena seria uma excelente medida e impediria que o capital entrasse e saísse na hora que quisesse, provocando não só um tumulto, mas levando o nosso País a um risco extremamente exagerado.

Então, se o Governo pudesse promover uma taxação mais efetiva sobre o capital especulativo e aplicasse a quarentena, nós poderíamos, assim, agir no sentido de controlar as flutuações do câmbio, estabelecendo metas para a taxa de câmbio capazes de promover o desenvolvimento nacional, defendendo a moeda nacional, o Real, da guerra cambial que muitos analisam que nós já estamos travando no Brasil.

Entendemos como necessário, também, que se preservem os investimentos previstos no PAC dos cortes orçamentários. Vou repetir: de todos os cortes promovidos, nem mesmo obras inseridas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento foram poupadas. Temos o entendimento de que, tal como aconteceu no ano de 2010, neste ano de 2011, também as obras inseridas no âmbito do PAC devam ficar preservadas desse corte de R\$50 bilhões promovido no Orçamento da União.

Entendemos que é necessário que o BNDES se consolide como instituição de fomento aos investimentos, e assim tem sido feito. O BNDES cresceu percentualmente de forma significativa, nesses últimos anos, no que diz respeito à sua participação como indutor do investimento, como indutor do desenvolvimento, não apenas nos grandes empreendimentos, mas também nos pequenos. É bom que se diga que não tínhamos isso no passado. O BNDES era uma porta aberta somente para os grandes. Hoje, não. O BNDES é uma porta aberta para todos os empreendedores do Brasil, sejam os pequenos, os médios ou os grandes empreendedores. Criou-se o chamado Cartão BNDES, e qualquer microempresário, de posse desse Cartão do BNDES, pode acessar financiamento mais barato para poder dar mais vigor aos seus negócios,

ao seu empreendimento. E isso é muito importante. Entendemos que essa escalada de fortalecimento e de participação do BNDES como indutor do crédito e, portanto, do desenvolvimento, é muito importante e que deva continuar.

Um outro item diz respeito à necessidade da reforma tributária. Vários têm sido os parlamentares, Senadoras e Senadores, que ocupam a tribuna e que falam efetivamente desta necessidade, da promoção efetiva da reforma tributária para que o Brasil possa livrar-se de entraves ao desenvolvimento mais acelerado em nosso País. E uma reforma tributária, no nosso entendimento, deve atuar no sentido de desatar o nó da alta regressividade do sistema atual. Precisamos de um sistema tributário que cobre menos de um número maior de contribuintes – essa é a lógica principal – e de uma reforma tributária que não tribute com tanta força exatamente os segmentos dos setores da economia que mais geram empregos. Infelizmente é isso que acontece em nosso País.

Advogamos também pela necessidade do avanço no sentido de responsabilizar o Banco Central não só pela autoridade monetária, mas também como instituição responsável pelo crescimento econômico e pela geração de emprego. Quanto ao Banco Central, parece-me que o Governo caminha em um sentido, em um rumo, e o Banco Central, noutro completamente diferente. Não tem os seus olhos voltados às necessidades sociais do Brasil, mas tão somente às do grande capital.

Essa é uma questão que, no nosso entendimento, tem que ser complementemente revista, porque nós nos reunimos nesta Casa – 81 Senadores e Senadoras – e aprovamos, rejeitamos ou modificamos leis, leis que vão interferir diretamente na vida do brasileiro e da brasileira. Com o Banco Central não é diferente. O Copom, por exemplo, Presidente Gilvam, reúne-se e decide pelo aumento ou pela diminuição da taxa de juros, decisão esta que reflete diretamente na vida do povo também.

Então, é necessário que o Banco Central, diferentemente daqueles que defendem a autonomia... Autonomia de quem? Autonomia para quem? Esse é o debate que tem de ser posto sobre a mesa. Diferentemente, o nosso partido defende a postura do Banco Central, que deve ser responsável, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social.

Defendemos ainda, Sr. Presidente, a necessidade de que se estimulem ainda mais o comércio e os investimentos Sul-Sul com base na reciprocidade e vantagens mútuas. Aliás, no próximo dia 24, vamos

comemorar 20 anos de Mercosul. É uma data muito importante!

Temos o entendimento de que, para fortalecer a nossa economia, é necessário que se fortaleçam também as economias dos nossos vizinhos do Mercosul, porque, juntos, num bloco forte, teremos condições muito mais competitivas de atuarmos diante do mercado internacional. Portanto, defendemos o fortalecimento das relações Sul-Sul, para que a gente possa ter esse avanço de que não só o Brasil necessita, mas também as outras nações vizinhas.

Levantamos ainda, durante nossa reunião, em nossos documentos, Sr. Presidente, a necessidade de apoiarmos a proposta de que o Real e outras moedas de países emergentes passem a fazer parte da cesta de moedas que serviriam de referência aos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional, além das quatro da atual cesta, de forma a diluir o peso do dólar como moeda de referência internacional. Ou seja, hoje não temos apenas uma moeda compondo a cesta do Fundo Monetário Internacional; quatro são as moedas que a compõem. Nós defendemos que esse número seja ampliado não só com a inclusão do Real, mas com a inclusão de moedas de outros países. Porque já se foi o tempo – e há muito se foi – em que os Estados Unidos da América eram a economia de referência no mundo. Pelo contrário, Estados Unidos são uma economia que vivem em crise. Aliás, o exemplo está aí: a última e mais recente crise de 2008/2009 mostrou a fragilidade da economia norte-americana. Portanto, incluir o Real, pelo menos na cesta do FMI nós entendemos como um avanço extremamente importante, nós da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Já me referi ao fato de que, no próximo dia 25, completaremos 89 anos; e, no dia 25 de março de 2012, completaremos 90 anos de fundação, de atuação ininterrupta na história do País; uma atuação, na maior parte dos anos, muito difícil porque o partido esteve durante longos períodos na clandestinidade. Mas nunca, nunca deixamos de atuar.

Apresentamos, no que diz respeito ao Governo da nossa querida Presidenta Dilma, propostas objetivas; não apenas fazemos algumas críticas, críticas construtivas, mas apresentamos e declaramos apoio a algumas medidas que, no nosso entendimento, devem ser adotadas no Brasil.

Portanto, estamos vivendo já esse período de comemoração dos nossos 89 anos exatamente desta forma, analisando o quadro brasileiro e procurando contribuir para que efetivamente aconteça o desenvolvimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Vanessa, a Mesa, preocupada com V. Ex<sup>a</sup>, alerta-a para seu próximo compromisso, que é imprescindível para esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> deseja quantos minutos para concluir?

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Solicito um minuto, e V. Ex<sup>a</sup>, gentil como sempre, me concede dois minutos.

Neste primeiro pronunciamento, Sr. Presidente, fiz questão de me referir apenas a um item de tudo aquilo que nos debatemos, e foram debates profundos, longos, de dois dias na cidade de São Paulo.

Então, quero concluir o meu pronunciamento dizendo que em relação a todos esses pontos que o nosso partido levanta com muita responsabilidade, temos encaminhado não apenas à Presidenta Dilma, mas, sobretudo, à sua equipe, ao seu Ministério, principalmente aqueles relacionados à área econômica, porque temos o entendimento de que medidas que são adotadas no mundo inteiro poderiam, com maior celeridade, ser adotadas no Brasil também e, assim, permitir que não houvesse tão drásticos e profundos cortes, por exemplo, contingenciamentos no Orçamento da República.

Temos muita preocupação, e aqui falo como Senadora, no que diz respeito ao cancelamento de Restos a Pagar, Senador Romero Jucá, cancelamentos, inclusive, de obras de urgência em cidades que declararam calamidade, que fizeram projetos e que agora estão tendo os seus projetos cancelados, incluídos que estão em Restos a Pagar. Devemos encontrar outros caminhos, dividir um pouco a necessidade da busca da economia, do equilíbrio da inflação sem qualquer susto, mas não cortar tudo de um lado. Acho que é algo sobre o que precisamos não apenas nos debruçar, analisar, mas sugerir pontos concretos que poderiam nos ajudar muito, não ajudar apenas ao Parlamento, mas ajudar ao Brasil e ao povo brasileiro.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gilvam Borges, pelo tempo que me concede e, sobretudo, à Senadora Gleisi Hoffmann.

Obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN  
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

20/03/2011

## **PCdoB condena agressão militar imperialista contra a Líbia**

*O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reunido neste sábado e domingo (19 e 20), aprovou resolução em que repudia a agressão militar promovida por países imperialistas sobre a Líbia, tendo como instrumento a Organização das Nações Unidas (ONU). Na nota, o PCdoB defende que a intervenção "não vai resolver o conflito interno, e só fará agravá-lo". Confira a íntegra da nota abaixo:*

Uma coalizão de países liderada pelos Estados Unidos, pela França e pelo Reino Unido iniciou no dia 19 de março uma intervenção militar na Líbia, com bombardeios por mar e pelo ar, após esses países imporem no Conselho de Segurança da ONU uma resolução que tenta dar feição "multilateral" à ação agressiva contra a soberania da Líbia. O Brasil e mais quatro países, dentre os quinze membros do Conselho, não votaram a favor da resolução e optaram pela abstenção.

Mais uma vez países imperialistas instrumentalizam a ONU, que deveria ser a guardiã da paz em nível internacional, e abrem uma nova frente de guerra, além do Iraque e do Afeganistão.

Enquanto isso, já morreram dezenas de milhares no Iraque e no Afeganistão, onde os EUA e seus aliados continuam matando civis, inclusive crianças. E forças armadas e policiais da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos invadem o Bahrein para reprimir os protestos populares, assassinando e ferindo centenas de pessoas. Nos casos acima a ONU não aprovou resoluções em defesa dos direitos humanos e condenando os países agressores.

O Partido Comunista do Brasil condena com veemência a agressão militar imperialista contra a Líbia, que não vai resolver o conflito interno, e só fará agravá-lo. Na Líbia ocorre uma guerra civil, e para haver uma solução política e pacífica para o conflito, é preciso que se respeite a independência e a integridade territorial do país. O povo libio é capaz de encontrar os caminhos para promover o desenvolvimento, a democracia e o progresso social de forma soberana e sem intervenção militar estrangeira.

A guerra contra a Líbia, assim como outras, é feita com o falso argumento da defesa dos direitos humanos dos civis líbios, mas na verdade atende aos objetivos neocoloniais de dominar o Oriente Médio e o Norte da África e suas riquezas, como o petróleo. A coalizão imperialista faz pesados bombardeios que atingem a infraestrutura da Líbia e toda a sua população, civil e militar.

Os comunistas brasileiros, ao lado das forças de esquerda, progressistas, e dos amantes da paz, dedicarão seus esforços para repudiar os ataques militares contra a Líbia e para defender a soberania nacional e a auto-determinação dos povos, e a paz mundial.

20 de março de 2011

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Da redação

## **Sobre as comemorações dos 90 anos do Partido Comunista do Brasil**

*No ano próximo, em 2012, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) completará 90 anos de fundação e de atuação ininterrupta na história do país. O documento "PCdoB rumo aos 90 anos" deflagrou os preparativos das comemorações deste acontecimento de alto significado para a luta dos trabalhadores e para a democracia brasileira. Este destaque vem do legado de sua longa trajetória e pelo que representa para o presente e o futuro da nação.*

Uma agenda diversificada de atos, conferências, palestras, festas e publicações será realizada. Essa agenda deverá evidenciar que se sagrou vitoriosa a jornada de 90 anos para vincar no Brasil uma corrente marxista-leninista, revolucionária e direcionada a realidade nacional. Êxito que se expressa no papel político relevante que o Partido desempenha na atualidade e no seu Programa, que traça um rumo e um caminho para o Brasil dar um salto na sua construção. O rumo é o socialismo renovado e enriquecido pela história e o caminho é o fortalecimento da Nação com a realização de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

As comemorações darão visibilidade ao rico elenco de lutas que resultou em conquistas para os trabalhadores e à Nação. Legado que é fruto de gerações e gerações de comunistas nas quais estão presentes muitos heróis do povo brasileiro. O PCdoB se orgulha de ser herdeiro e continuador da saga heróica iniciada em 25 de março de 1922 pelos seus arrojados e intrépidos fundadores. E homenageará as lideranças de todas as gerações que o edificaram.



As comemorações também irão ilustrar que – no decorrer de seu itinerário– a legenda comunista fincou raízes no solo pátrio e sua face foi ganhando as feições do povo brasileiro com sua cultura de criatividade, alegria, bravura e resistência. Fato que se demonstra com seus vínculos crescentes com os trabalhadores, a juventude e as mulheres. Além do valor que atribui à sua relação com a intelectualidade avançada e com o mundo da ciência e da cultura.

As comemorações terão duas etapas. Primeira. Rumo aos 90 anos: preparativos e primeiros lances. Período que vai das comemorações do octogésimo nono aniversário até o final de 2011. Segunda. Agenda de comemorações. Período que se inicia em 1º de janeiro de 2012, tem o ponto alto em março de 2012 com destaque para possivelmente dois grandes eventos nacionais. Os atos estaduais e municipais, que se estendem às convenções eleitorais que devem também ser alusivas aos 90 anos e outras iniciativas que devem se projetar até o final do ano. Uma campanha de finanças específica para viabilizar essa agenda comemorativa deve ser deflagrada.

Por tudo que representa o PCdoB, a comemoração não é só dos comunistas, é do povo, dos trabalhadores, e de todas as forças e personalidades democráticas do país com as quais o PCdoB tem saudável convivência. É motivo de júbilo para as próprias instituições da República e de suas unidades federadas.

O Partido, desde o Comitê Central a todas as organizações partidárias, deve, a partir de agora, ter no alto de suas prioridades as comemorações dos 90 anos. Este acontecimento daqui por diante deve emular o coletivo militante a redobrar sua dedicação e a se armar de entusiasmo

para realizar com vitórias as tarefas que se tem pela frente.

Daqui até março de 2012 os comunistas têm muitas lutas para enfrentar, mas também junto com o povo e seus aliados e todos os democratas terão uma colheita farta para celebrar e festejar!

São Paulo, 20 de março de 2011.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil-PCdoB

## **Resolução do Comitê Central do PCdoB sobre a situação econômica**

*Avançar nas mudanças econômicas necessárias para um projeto nacional de desenvolvimento soberano e democrático*

*Resolução da 6ª reunião do Comitê Central do PCdoB sobre a situação econômica do Brasil*

A economia mundial vem passando por grandes alterações desde a grande crise econômica e financeira que assolou o planeta entre 2007 e 2009. Os países de capitalismo desenvolvido encontram muitas dificuldades para voltar a crescer. Alguns prosseguem mergulhados na estagnação e outros em recessão. Como é de costume, eles procuram transferir o peso da crise para as economias dos países em desenvolvimento, particularmente o ônus da gigantesca dívida que seus Estados contraíram. Os EUA deflagraram uma verdadeira guerra cambial contra as economias que procuram se afirmar no cenário internacional. Capitais sobranes dos países ricos inundam o mundo em busca de valorização. Na tentativa de sair dos impasses, dívidas e desequilíbrios por que passam os EUA praticam uma política monetária extremamente frouxa, com juros que estão próximos de zero, ou mesmo negativos, fazendo ainda emissões sucessivas de montanhas de dólares.

Os países em desenvolvimento, que recentemente passaram a ser o centro dinâmico da economia mundial voltam a crescer, mas enfrentam pressões inflacionárias, especialmente através de ondas especulativas sobrepostas à alta dos preços das commodities e alguns deles apresentam déficits em suas contas correntes.

Em 2010 a economia do Brasil superou a crise e voltou a crescer. Milhões de empregos foram gerados. O país, com sua matriz energética variada, fortaleceu-se com as descobertas do Pré-sal e com a política que vem sendo adotada para a sua exploração. No entanto, o governo continua a praticar a taxa de juros mais alta do mundo. Sua moeda, o Real, bate recorde de valorização, tornando mais onerosas as exportações brasileiras, fazendo com que setores industriais sejam desativados. Bilhões e bilhões de dólares entram e saem quase livremente no país, num jogo especulativo que traz grandes prejuízos à economia nacional e ao povo brasileiro. Os déficits crescentes nas contas correntes trazem de volta a vulnerabilidade externa e a necessidade de recorrer à poupança externa para que se obtenha o equilíbrio do balanço de pagamentos. Os juros da dívida pública, com os quais se refestelam principalmente os banqueiros, constituem um fardo pesadíssimo que recai sobre os ombros dos trabalhadores.

Estes fatores somados podem vir a prejudicar os esforços de crescimento da economia brasileira, a dificultar a elevação de sua taxa de investimentos e a ralentar a marcha do combate à miséria pretendido pelo governo.

Desta forma, mantendo a coerência sobre a necessidade de redirecionar a política macroeconômica, orientação afirmada desde o período dos governos Lula, o PCdoB oferece elementos para a construção de uma alternativa, no sentido de que o novo governo de Dilma Rousseff possa enfrentar esta situação e dar sustentação a um novo projeto nacional de desenvolvimento, soberano, democrático, de bem-estar para o povo e de integração regional.

**Uma atualização das propostas que o PCdoB tem feito, indica como necessário:**

- Adotar medidas alternativas de combate à inflação aumentando a oferta de produtos e, ao mesmo tempo, procurar restringir o endividamento das famílias;
- Avançar pelo caminho na superação da má distribuição de renda e da valorização do salário;
- Caminhar em sentido inverso, promovendo a redução da taxa de juros a fim de beneficiar os investimentos e diminuir as despesas com os juros da dívida pública;
- Perseguir a meta de taxa de investimentos correspondente a 25% do PIB;
- Taxar pesadamente e estabelecer a quarentena para os investimentos externos especulativos, agindo no sentido de controlar as flutuações no câmbio, estabelecendo metas para a taxa de câmbio capazes de promover o desenvolvimento nacional, defendendo a moeda nacional na guerra cambial que ora se trava;
- Preservar os investimentos previstos no PAC dos cortes orçamentários;
- Consolidar o BNDES como instituição de fomento aos investimentos;
- Promover uma reforma tributária que atue no sentido de desatar o nó da alta regressividade do sistema atual;
- Avançar no sentido de responsabilizar o Banco Central não só como autoridade monetária, mas também como instituição responsável pelo crescimento econômico e pela geração de emprego;
- Estimular ainda mais o comércio e os investimentos sul-sul com base na reciprocidade e vantagens mútuas;
- Apoiar a proposta de que o Real e outras moedas de emergentes passem a fazer parte da cesta de moedas que serviriam de referência aos Direitos Especiais de Saque do FMI (além das 4 da atual cesta), de forma a diluir o peso do dólar como moeda de referência internacional.

São Paulo, 20 de março de 2011.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.



**Resolução política: Lutar pelo avanço no governo Dilma e fortalecer o PCdoB**

A direção nacional do PCdoB examina os primeiros movimentos do governo da presidenta Dilma Rousseff. Apresenta ideias e opiniões referentes aos obstáculos e dilemas que o governo terá de superar para realizar a desafiadora missão de conduzir o país a uma nova fase do projeto nacional de desenvolvimento. A direção do Partido, também, com base no diagnóstico sobre o atual estágio de construção da legenda dos comunistas, aponta diretrizes para que o PCdoB esteja à altura “das lutas do presente e dos desafios do futuro”. Finalmente, firma as tarefas do Partido para responder às demandas da luta política em curso.

**O novo governo de Dilma Rousseff**

O governo da presidenta Dilma está no seu início. Ele provém do governo Lula, é continuidade dele, mas ao mesmo tempo é um governo novo e, como tal, tem sua própria dinâmica e peculiaridades. Qualquer análise consistente sobre seus primeiros movimentos e perspectivas deve ter em conta essas referências. O PCdoB apoia e luta pelo êxito do governo Dilma e dele faz parte. Considera que, com base nas realizações e conquistas dos últimos 8 anos, na força da ampla base política e social que o sustenta, e na liderança e no perfil político progressista da presidenta Dilma Rousseff, é possível cumprir o compromisso assumido com o povo de “continuidade e avanço”.

A oposição, por sua vez, ainda não se refez da derrota sofrida. Está sem bandeiras e fragmentada. E mais: parcelas dela ou são neutralizadas ou puxadas pela ação centrípeta da coalizão governista. O PCdoB vê neste fenômeno uma reserva indireta das forças democrático-populares. Um fato benéfico que deve ser incentivado. Todavia, as dificuldades da oposição não são para sempre e nem podem ser absolutizadas, pois contam com grandes meios de comunicação e eles continuam sendo sua grande trincheira.

O êxito do governo é realizável e sua vitória, na visão dos comunistas, deve ter como resultante o avanço do Projeto Nacional de Desenvolvimento, que deve passar para uma nova fase com exigências inéditas e crescentes. Ir avante significa elevar a soberania nacional e manter a política externa ativa e independente; ampliar a democracia política e a democratização da sociedade; incrementar os investimentos e a produção, robustecer a infraestrutura; impulsionar o progresso social e a distribuição de renda; e acelerar a integração solidária da América Latina.

Contudo “avançar” pressupõe embates políticos e luta de ideias que expressam interesses contraditórios na composição da aliança e que se refletem dentro do governo. Há, também, fortes pressões dos derrotados e da grande mídia conservadora para que o governo adote um forte ajuste fiscal, cortando gastos de custeio e investimentos, paralisando obras, arrochando o salário dos trabalhadores e funcionários públicos. Seria o caminho mais curto para o Brasil deixar de crescer e entrar em recessão. Por isso, essa receita nociva deve ser rejeitada e combatida. Nesse sentido causa preocupação as medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo que restringem a capacidade de ação de vários ministérios e debilitam o processo desenvolvimentista.

Está colocado um grande desafio para o país obter um crescimento maior: fugir às armadilhas montadas pela crise sistêmica global e proteger a economia e a moeda nacionais com medidas efetivas, evitando a continuidade da valorização do Real, e elevar progressivamente a taxa de investimento.

Para atuar sobre o câmbio é necessário que se estabeleçam limites e prazos para a entrada e saída de dólares – inclusive remessas de lucros e dividendos –, a exemplo do que tem sido feito em vários países do mundo. Ao lado disso, é necessário que se pratique uma taxa de juros semelhante à da média dos países emergentes para que o Brasil deixe de ser um atrativo especial para o capital especulativo. Em síntese, administrar efetivamente as flutuações do câmbio e baixar os juros.

O Brasil precisa sair do ciclo vicioso, perverso, de manter os níveis dos preços em equilíbrio, sem a ocorrência inflacionária, por meio de uma fórmula única e pétrea: a recorrente alta de juros e manutenção do câmbio sobrevalorizado. Nenhuma economia na história contemporânea se desenvolveu durante longo tempo a índices elevados com regime de juros altos e câmbio sobrevalorizado. Ou seja, a discussão do redirecionamento da política macroeconômica está na ordem do dia.

Esta situação sendo mantida nas condições atuais pode provocar o desaquecimento da economia e a quebra da cadeia industrial, ou mesmo a desindustrialização. A experiência dos últimos anos demonstrou que a economia brasileira tem deslanchado com a ampliação do crédito, a elevação real dos salários (sobretudo do salário-mínimo), a elevação do consumo das famílias e o aumento da taxa de investimento.

Nesta perspectiva é necessário que a ampla e heterogênea base política consolide convicções em torno de medidas que garantam um desenvolvimento sustentável e contínuo. E que se compreenda que esse é um governo de coalizão que não pode ser dirigido por práticas exclusivistas.

O empenho do PCdoB e das demais forças políticas e sociais de esquerda e democráticas pela vitória deste projeto se justifica pelo alcance histórico que representa. No curso da luta política nacional e no âmbito de um mundo sob a égide de uma grande crise capitalista, realizar progressivamente o conteúdo e as bandeiras de um Novo Projeto Nacional poderá fazer do Brasil um país soberano, democrático, socialmente avançado e solidário. Para o PCdoB, isso representa acumular forças, abrir e sulcar o caminho rumo a um novo estágio de progresso da Nação que somente o socialismo é capaz de proporcionar.

### **Um partido à altura das lutas do presente e dos desafios do futuro**

Diante deste cenário, é preciso dar qualidades ao Partido para melhor capacitá-lo a impulsionar o governo na realização do Projeto Nacional de Desenvolvimento. Ao enfrentar esse desafio ele se reforça com novos atributos e poderá progressivamente alcançar os meios e as condições para acumular forças visando a seus objetivos maiores.

Desde o 10º Congresso partidário, realizado em 2001, se buscou conceber os fundamentos para uma nova política de organização. A Política de Quadros aprovada em 2009 no 12º Congresso contém a sistematização da construção do PCdoB em doze anos de trabalho. Elaboração e prática, lições recolhidas deste labor continuado, proporcionaram a renovação da linha organizativa. Ela aponta concepções e diretrizes que norteiam a estruturação do partido como um todo, o funcionamento e o papel de sua direção e a retomada dos esforços por uma militância mais extensa constituída desde a base. Ordena a construção de um Partido Comunista de quadros e de massas de militantes e filiados para responder às exigências de nossa época. Um partido que se tempere via uma contínua expansão de sua força.

Alicerçado nestes fundamentos, é imperativo reforçar o sentido estratégico da luta do PCdoB, dado pelo Programa, a identidade socialista do Partido e seu caráter transformador, isto é, um partido concebido como instrumento das mudanças e da revolução. Na contemporaneidade, ele é chamado a alcançar significativos resultados eleitorais e, ao mesmo tempo, maior inserção e representação social; crescente presença e ação nas lutas das massas; direções relativamente estáveis e coesas. Simultaneamente isso exige demarcar as fronteiras que distinguem o caráter militante do PCdoB, a unidade das direções e permanente crescimento de uma militância consciente, combativa e disciplinada e organizada desde as bases de forma mais extensa e duradoura.

Finalmente, A Política de Quadros firma um princípio sobre o qual se erguem os fundamentos elencados: o Partido é uma condição indispensável para as vitórias almejadas e fator decisivo para consolidá-las. Sem um partido forte as vitórias são improváveis e os êxitos efêmeros.

#### **As Tarefas do Partido:**

##### **1) Construir um projeto eleitoral para 2012 que resulte no avanço da acumulação eleitoral do Partido.**

Constituir o plano político 2011-2012 nos 26 Estados e no Distrito Federal. No plano eleitoral, o PCdoB deve agir desde já com protagonismo político para articular um campo de alianças, estabelecer objetivos avançados e exequíveis de disputas majoritárias e buscar coeficiente eleitoral nas eleições a vereadores com chapas próprias. Em cada estado, objetivos prioritários precisam ser estabelecidos. Os comitês estaduais devem enviar tais planos até 9 de abril, numa primeira aproximação, para exame da direção nacional.

##### **2) Mobilizar o movimento sindical, social e popular em função de seus anseios, em conjunto com a luta política que impulse o governo no sentido do avanço democrático, nacional e popular.**

É preciso consolidar no Partido a convicção sobre o relevante papel dos movimentos sociais para aumentar sua inserção nas lutas do povo e dos trabalhadores e fortalecê-las. Para isto é



determinante a constituição de Fóruns Estaduais de Movimentos Sociais do PCdoB. E continuar o trabalho para melhorar e aumentar a atuação do movimento sindical dos trabalhadores com o empenho para fortalecer a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) nacionalmente e em todos os estados.

Deve-se persistir na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e no Fórum das Centrais Sindicais como espaços prioritários de atuação dos movimentos sociais, buscando construir unidade de ação dessas duas iniciativas para viabilizar jornadas amplas de luta dos trabalhadores e do povo. Nesse sentido, a CMS e o Fórum das Centrais estão formulando uma agenda unificada de mobilização para o próximo mês de junho.

Noutro plano, é importante a participação nas conferências de Políticas Públicas com destaque para: esporte, juventude, saúde, cidades, mulheres.

Neste ano serão realizados congressos de importantes entidades de massas. O Partido deve continuar dando-lhes apoio e empenhar-se para que sejam impulsionadas por políticas que as fortaleçam. O calendário básico é o que segue. Maio: Congresso da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Julho: Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE); Novembro: da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO); Junho: Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM); Novembro: Congresso da União Brasileira de Estudantes (UBES).

Por fim, no dia 20 de março está convocada pela Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais, ocorrida durante o Fórum Social Mundial, a realização de um dia de mobilização global que no Brasil coincidirá com a visita do presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama. A CMS organizará um ato pela paz e contra as investidas bélicas do imperialismo.

### **3) Divulgar, defender o Programa Socialista e por ele se orientar**

O Programa Socialista é a base da unidade de ação de todas as organizações do PCdoB e de seu coletivo de militantes e filiados. Seu conteúdo orienta a prática cotidiana e a vincula com o objetivo maior do Partido. Tem este atributo porque trouxe a luta pelo socialismo para o chão pulsante do presente.

Por um lado, assimilar, divulgar o Programa é avivar a identidade do Partido cujo traço distintivo é sua missão histórica da conquista revolucionária de uma nova sociedade. Por outro, subestimá-lo, ou “engavetá-lo”, resulta em rebaixar o papel do Partido e seu próprio

significado. A expansão que reforça sua identidade é a que resulta na convicção e no compromisso do conjunto de seus integrantes com o Programa Socialista.

Desse modo, as tarefas a ele consoantes devem adquirir um grau de importância elevada. Para isso, o primeiro passo é difundir-lo para o universo de quase 300 mil filiados. Estudá-lo e defendê-lo é imperativo a todo militante. As organizações partidárias têm a responsabilidade de realizar cursos, sessões de leitura, estudos e debates para que se consiga esta meta. Simultaneamente, é preciso disseminá-lo para o povo em larga escala por diferentes meios e veículos. Todo organismo partidário, todo militante, deve ter a quantidade necessária tanto do texto integral quanto da versão em "Gibi", conforme o público a que se destina a divulgação. A Internet deve ser usada com versatilidade. E em breve estará disponível um audiovisual do Programa Socialista que irá potencializar sua difusão.

Uma nova cultura partidária de como lidar com o Programa terá de ser desenvolvida. Entendê-lo como uma "arma" que deve ser utilizada de forma viva e criativa no cotidiano das atividades de cada organismo, de cada militante e filiado.

**4) Fortalecer e expandir o Partido: Reforçar os Comitês Estaduais, fortalecer os comitês intermediários, e organizá-lo e mobilizá-lo desde a base.**

No plano da construção partidária, formular objetivos para uma campanha de filiação em reforço às perspectivas apontadas e de maior expressão partidária junto à sociedade, em vistas de ampliar as bases sociais e eleitorais do PCdoB e caminhar rumo a 400 mil filiados até as eleições de 2012.

Definir pauta e agenda das conferências estaduais, precedidas das conferências municipais. Elas serão palco fundamental da política de quadros aprovada no 12º Congresso e da luta por um revigoração da vida militante mais estruturada e definida, principalmente nas capitais e grandes cidades, como suporte ao projeto político.

Nova onda de reforço do papel e autoridade dos Comitês Estaduais como centro da condução da vida partidária no estado, sustentado e apoiado por todos. Fortalecer decididamente os comitês intermediários do partido para reforçar a estruturação e mobilização partidária desde a base. O 7º Encontro Nacional convocado será alavanca inédita para isso, ao lado do reforço dos fóruns de macrorregião em todos os estados. Constituir fóruns de quadros médios e de base como suporte ao papel dos comitês municipais e auxiliares, como pivôs da estruturação militante mais extensa e definida desde a base.

Mobilizar o coletivo partidário para assegurar o êxito da 2ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher que em breve será convocada.

Renovar a aplicação da Carteira Nacional Militante (CNM) como base para maior compromisso militante e exercício dos seus direitos e deveres na vida partidária.

**5) Lutar pelas reformas estruturantes do Programa Socialista que compõem o esforço de democratização da sociedade: a política, educacional, tributária, agrária, urbana, meios de comunicação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da seguridade social e segurança pública.**

No caso da reforma política, batalhar para que seja ampla e que tenha como objetivo ampliar e aprofundar a democracia e não restringi-la como quer o conservadorismo. Uma reforma que assegure o pluralismo partidário, resguarde o sistema proporcional, fortaleça os partidos e amplie a liberdade política; implante um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público de campanhas e voto em listas partidárias. Uma reforma que amplie e institua formas de democracia participativa e direta, além da representativa e combata a renitente investida para golpear o pluralismo político e partidário, base do sistema democrático brasileiro.

**6) Batalhar pela aprovação de um Código Florestal que resulte no equilíbrio entre produção e preservação e cujo conteúdo seja favorável ao incremento de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.**

**7) Ampliar decididamente os meios financeiros e materiais para a sustentação das atividades políticas e projetos do Partido.**

Com base no Programa, nos princípios e com procedimentos legais inquestionáveis, é necessário elevar a política de arrecadação e finanças a um novo patamar com profissionalização e planejamento. A contribuição militante de diferentes formas precisa ser incentivada e expandida e a ela devem se somar com destaque as novas possibilidades politicamente legítimas advindas do protagonismo do Partido no cenário nacional e regional.

São Paulo, 20 de março de 2011

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – PCdoB



**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Vanessa Grazziotin, no início de seu pronunciamento V. Ex<sup>a</sup> pediu a inclusão de registros no seu pronunciamento, na íntegra. V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento.

Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei bastante econômico no tempo para que outros Senadores possam falar, mas quero, nesta tarde, fazer três registros rápidos, um deles, inclusive, de um assunto levantado pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O primeiro deles é para falar do meu Estado de Roraima, dizer que fechamos, esta semana, a programação do Programa Luz para Todos para 2011, em Roraima. Estive em uma reunião com o Dr. Ildo Sauer, Secretário Nacional de Energia, com o Ministro Lobão e fechamos, para 2011, o atendimento a 8.846 famílias ou ligações para propriedades rurais no Programa Luz para Todos, sendo 7.716 no interior, sob responsabilidade da CER – Companhia Energética de Roraima, e 1.130 ligações no Município de Boa Vista, que tem a responsabilidade da Companhia Boa Vista Energia, uma companhia da Eletrobrás. Portanto, para este ano os recursos já estão garantidos e vamos cobrar o andamento das obras para que possam ser feitas rapidamente.

No final do ano, o Programa Luz para Todos deveria ser concluído. No entanto, esse atendimento não dará para universalizar toda a população de Roraima, do interior, da forma que queremos. Então, já pleiteamos, junto ao Ministro Lobão, a renovação do convênio, do contrato do Luz para Todos para o próximo ano, para que possamos terminar de atender todas as famílias do nosso Estado.

É fundamental que em cada vicinal, que em cada localidade, que em cada estrada do interior do Estado a energia chegue, porque esse programa realmente é extremamente importante para a família brasileira e, principalmente, para o interior.

Então, quero registrar, com satisfação, a garantia dos recursos, a postura do Ministro Edison Lobão de aprovar os recursos para Roraima e dizer que já estamos cobrando da CER e da Bovesa o cronograma de implantação dessas obras para este ano. Já que estamos perto do inverno, é preciso, portanto, que se aja rapidamente. Quero dar essa notícia à população do Estado, porque considero uma notícia importante.

O segundo assunto de que quero tratar diz respeito também a uma colocação feita pela Senadora Vanessa Grazziotin, que trata dos Restos a Pagar de

2007, 2008 e 2009 dos convênios elaborados, firmados pelo Governo Federal. Quero dizer que, na sexta-feira, estive com o Ministro Luiz Sérgio, conversei também com o Ministro Palocci e tenho colocado a importância de se construir uma outra alternativa que não a de inviabilizar os convênios que já estão em andamento. Entendo que a data de 30 de abril pode ser estendida até 31 de dezembro e, até esta data, pode-se estabelecer um critério que não prejudique aqueles Municípios, aqueles Estados que estão com obras em andamento.

É muito importante que as obras que foram iniciadas possam ser preservadas, porque, senão, vai haver graves problemas para os Prefeitos e Governadores que estão tocando essas obras. Na hora em que obra que está em andamento for suspensa, na hora em que o convênio for denunciado e extinto, essa obra não estará concluída e se transformará em uma obra em exigência, se transformará em uma tomada de conta especial e se transformará em um problema sério para cada prefeitura que tenha essa pendência. Isso porque, se está em tomada de conta especial e não está concluída, pela legislação, a prefeitura deve devolver o dinheiro daquilo que já foi aplicado, o que, fatalmente, gerará um transtorno muito grande para essas prefeituras.

Portanto, quero registrar aqui a importância deste tema. Tenho certeza de que o Ministro Palocci, o Ministro Luiz Sérgio, de que a própria Presidente Dilma, alertados dessa situação, vão procurar uma outra condição. Somos favoráveis à contenção de gastos, aos cortes e ao contingenciamento que foi feito no início do ano; essas não são obras que foram iniciadas. Portanto, se temos que reduzir as obras, vamos reduzi-las. Mas o que está em andamento, o que está firmado, pactuado, o que está em obra precisa ser contratado, respeitado e concluído.

Concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco/PDT – RO) – Senador Romero Jucá, só para conhecimento: todas as obras que estão em Restos a Pagar vão ser reativadas, inclusive aquelas que não se iniciaram, porque temos algumas obras que foram contratadas no ano passado, mas não tiveram início ainda? Quer dizer, todas elas estão...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Todas elas estão pendentes de serem canceladas de acordo com o decreto previsto para 30 de abril. Os Restos a Pagar de 2009, 2008, 2007.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco/PDT – RO) – Elas vão ser revistas?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Não, elas seriam suspensas. Seus empenhos seriam cancelados e as obras suspensas.

O que eu estou pleiteando do Governo é que estenda esse prazo para 31 de dezembro e, portanto, que se dê validade a esses convênios durante todo este ano. Assim, neste ano, poderíamos concluir as obras e definir um critério. As obras que não foram iniciadas, em tese, podem ser suspensas, mas obras que já foram iniciadas, se forem suspensas, criarão um grave transtorno para Estados e Municípios. E é isso que nós queremos evitar.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, Senador Romero Jucá. Nossos cumprimentos pela sua brilhante iniciativa, que vem realmente ajudar todos os Municípios, muitos Municípios dos Estados brasileiros.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

O último assunto, Sr. Presidente, é apenas para fazer um registro. Tenho certeza de que a imprensa brasileira já noticiou bastante neste final de semana, mas quero ressaltar a visita do Presidente Obama ao Brasil, registrar a postura firme, coerente e decisiva da Presidente Dilma, e registrar os eventos que foram feitos aqui em Brasília e no Rio de Janeiro.

Tive oportunidade de participar do almoço e, portanto, vi de perto o entendimento, a oportunidade, a construção que está sendo feita para que Brasil e Estados Unidos possam convergir cada vez mais em pontos muito importantes. Foram assinados dez acordos, acordos importantes para o País, mas tenho certeza de que muita coisa ainda precisa ser feita no

caminho da abertura econômica, do desenvolvimento, da igualdade e da paz mundial.

Quero, sem dúvida nenhuma, registrar a importância desse encontro, registrar a postura do Presidente Obama, uma postura respeitosa para com o Brasil, uma postura carinhosa, uma postura de atenção e de busca realmente de recuperação do tempo perdido. Portanto, considero muito importante esse encontro. Tenho certeza de que na visita da Presidenta Dilma aos Estados Unidos, no segundo semestre, ações consequentes serão tomadas no sentido de ampliar ainda mais essa relação, que já foi muito boa, que já teve percalços, mas que tem tudo para ser construída de forma bastante positiva.

Quero aqui, de público, parabenizar o Governo brasileiro e registrar, sem dúvida nenhuma – como disse, acompanhei de perto –, a postura firme da Presidenta Dilma, que colocou muito bem os interesses do Brasil, colocou a posição brasileira de forma equilibrada, de forma consistente no sentido de que possamos realmente marcar a posição internacional que o Brasil vem marcando de forma cada vez mais firme.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 2, de 2011**, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010 (nº 5.914/2009 na origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário*.

É o seguinte o Recurso:


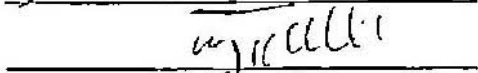
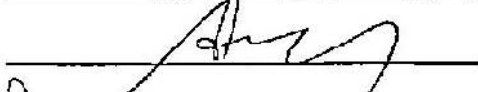
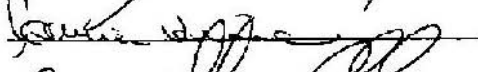
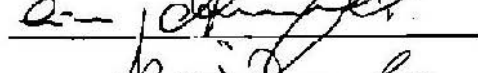

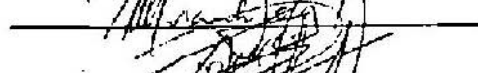



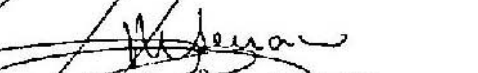
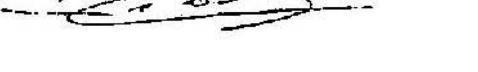
## RECURSO Nº 2, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, interposmos **RECURSO** para a apreciação em Plenário do PLC nº 178, de 2010.

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.

Senador **ALVARO DIAS**

1.		ITAMAR FRANCO
2.		MANOEL RORATO
3.		ALOYSIO NUNES
4.		LÚCIA VÂNIA
5.		CÍCERO LUCENA
6.		AÉCIO NEVES
7.		CYRO MARCHETTI
8.		DEMÓSTENES TORRES
9.		LUÍZ HENRIQUE
10.		FÁBIO RÉGO
		MARCELO SENA
		PAULO BRAGA



**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas nos termos do art. 235, inciso II, c, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa convida a assumir a tribuna, como próximo orador, o Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acompanhei durante sábado e domingo a presença do Presidente americano em Brasília e no Rio de Janeiro.

Acompanhei os pronunciamentos que foram feitos e quero dizer que gostei muito da posição da Presidente Dilma. Acho que ela foi sóbria, objetiva, mostrou a posição do nosso País, falou em pé de igualdade, mostrou as nossas teses, nossos princípios.

Também foi muito feliz a iniciativa de convidar todos os ex-Presidentes para a recepção no Itamaraty. Entendi a posição do Presidente Lula de não ir, conforme declarações suas: “Esse é o momento da Dilma”. Qualquer outra interpretação dada pela imprensa ou por quem quer que seja em sentido contrário me soa totalmente falsa. Agiu bem o ex-Presidente em dizer que o momento era da Presidente.

Achei muito competente a Presidente Dilma nas interrogações as quais todos estavam atentos em relação a sua forma de conduzir a política externa e a forma como foi conduzida pelo seu antecessor.

Não vejo diferença nenhuma no básico, na linha essencial entre o que está executando a Presidente Dilma e o que executou o seu antecessor. Vejo, é claro, uma maneira de agir bastante diferente. O Presidente Lula, subindo na vida, na escala social, desde lá do Nordeste, do Recife, até o grande líder sindical que, depois de três derrotas, chegou à Presidência da República, cargo que executou de maneira muito positiva; e a Presidente Dilma, uma mulher de família média alta, que poderia levar a sua vida ao normal, professora, mas, em meio à juventude, arrastou-se, como muitos e muitos jovens, na resistência contra a ditadura, pagando um preço muito caro na tortura e no sofrimento.

Foi um ponto positivo do Presidente Obama, no Teatro Municipal, fazer esses dois destaques: um país onde um menino lá do Nordeste chega a Presidente da República, e uma moça que, vinda da tortura, da violência e do sofrimento, chega à Presidência da República.

É claro de entender que o Presidente Lula, na sua paixão e na sua luta, principalmente na vida sindical, na presidência do PT, na época em que o PT era

o grande partido de oposição e de grandes reformas e transformações – já não é hoje –, na Presidência da República, adote uma posição corajosa e arrojada, de independência.

E não há como deixar de reconhecer que o Presidente Lula, na sua posição em relação à política exterior e, claro, nos avanços da economia brasileira, sendo a sua política social um exemplo para o mundo, tirou milhões de brasileiros da miséria absoluta, levando milhões que não comiam diariamente, mas de vez em quando, para serem pessoas que almoçam e jantam todos os dias.

Em nível internacional, ele teve ousadia. Podemos discutir alguma declaração aqui, alguma posição ali, mas ele seguia a política – e vejo noticiado pelo Presidente que depois de amanhã comemoraremos os 40 anos do Mercosul – e leva adiante aquela política iniciada anos atrás, proclama uma independência respeitosa com relação à subordinação aos Estados Unidos, busca uma identificação primeiro com a América Latina e, depois, com a África, olha a posição de sofrimento lá no Oriente Médio, tem uma posição, na minha opinião, inteligente em relação ao Presidente venezuelano. Queriam alguns um rompimento com o Presidente da Venezuela, o que criaria uma crise, uma divisão na América Latina altamente negativa, isso só não acontece hoje pela figura do Lula, que soube manter o diálogo com o Presidente venezuelano e mantê-lo numa posição que não foi por radicalismo que, tenho certeza, iria se o Presidente brasileiro tivesse adotado o que muitos queriam, que era um rompimento com o Sr. Chávez.

A Presidente Dilma chega numa posição nova. Não era interessante encurtar ou, melhor dito, apertar os vínculos nossos com os americanos? Essa nova linguagem de independência, de mais entendimento foi positiva. E ela foi – posso dizer – brilhante no seu pronunciamento, foi competente e muito capaz. Tenho a convicção de que Governo e oposição, tenho a convicção de que a unanimidade deve ter gostado muito do pronunciamento da Presidente Dilma, da maneira correta, firme com que falou ao País.

Vivemos um momento que vai ficar na história, pois foi daqui do Brasil, aqui de Brasília, que o Presidente Obama liberou as tropas americanas para, desta vez, de acordo com a determinação do Conselho da ONU, secundar franceses e ingleses nas manifestações da Líbia.

E não nego que eu esperava do presidente americano um pronunciamento de maior identificação com a América Latina. É interessante que sendo um continente americano, tenhamos tão poucas identificações dos Estados Unidos com a América Latina. Hoje,

quando se fala em América e americano, fala-se em Estados Unidos.

O nome do Brasil era Estados Unidos do Brasil. Eu não estava aqui, mas me manifestei de forma contrária aos nossos constituintes que mudaram o nome: em vez de Estados Unidos do Brasil, passou a ser República Federativa do Brasil. O motivo foi claro, de certa forma, atendendo a simpatia ao governo americano. Com isso, América e Estados Unidos da América passaram a ser somente os Estados Unidos.

Mas os americanos nunca tiveram, ao longo da história, um ato, um gesto de simpatia, de carinho nem ao Brasil nem à América Latina. No grande discurso que o Obama fez no Egito, na Universidade do Cairo, ele chamou a atenção ao desejo de amizade entre muçulmanos e americanos. Conhecemos a origem de seu pai. E ele fez questão de dizer que se estava iniciando uma época nova, em que se buscava o diálogo e o entendimento com os muçulmanos.

Lá na Europa, em seu grande pronunciamento, ele chamou a atenção para os históricos laços de amizade entre aqueles países. Eu achava que, no Brasil, ele faria esse pronunciamento com relação à América Latina.

Alguns dizem que ele não o fez ontem, porque deixou para fazer hoje, em Santiago do Chile. Se isso for verdade, ótimo. Seria muito bom que o Presidente Obama tomasse essa iniciativa no seu governo, contrariando da tese que ficou na história do mundo daquele Presidente que disse que, quando Fidel Castro pensou em dialogar com os russos e intervir na América, a resposta dele foi a de que jamais os americanos aceitariam qualquer intromissão no quintal dos Estados Unidos, isto é, na América Latina.

Mas eu gostei do pronunciamento do Presidente americano, embora meloso no sentido de agradar. Fez referência a um escritor que é hoje dos mais vendidos, talvez por isso, fora isso eu não teria entendido. Poderia ter sido feito na rua, mas, como disse o nosso colega Senador Dornelles, não teria sentido nenhum ali na Cinelândia, marco das grandes decisões da história do Brasil, o Presidente Obama fazer um pronunciamento ao povo brasileiro. Eu também acho que, dentro do teatro, foi melhor, teve mais lógica, foi mais positivo.

Todos nós agora ficaremos a ver quais serão os primeiros passos.

Achei correta e corajosa a posição da nossa Embaixadora na ONU, no Conselho de Segurança, quando, às vésperas da vinda do Presidente Obama ao Brasil, na hora de votar a interferência na Líbia, proposta feita pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e outros países, o Brasil se absteve, junto com China, Índia e Rússia. O Brasil se absteve.

E a Embaixadora do Brasil fez questão de dizer que a abstenção do Brasil não tinha nada a ver com endosso ao Sr. Kadafi ou à política do Sr. Kadafi, apenas tinha a ver com a não interferência da ONU e em não levar à radicalização da briga bélica aquilo que poderia ser resolvido pacificamente. Foi um ato de coragem. Dizem até alguns que esse voto teria alterado alguns itens do pronunciamento do Presidente Obama no Brasil. Foi um ato de coragem e, na minha opinião, correto. Na minha opinião, correto. Não votar contra, porque não tinha por que votar contra – a Rússia, a China e a Índia também não votaram contra, assim como a Alemanha –, mas também não votar a favor.

Saiu-se muito bem a Presidente Dilma no seu primeiro lance internacional. Não há dúvida de que foi um gesto realmente importante. A imprensa salientou o fato de o Presidente americano vir ao Brasil menos de dois meses depois da posse do presidente e antes desse presidente ter ido pedir a benção aos Estados Unidos. Isso nunca tinha acontecido com relação ao Governo brasileiro e, que eu saiba, com nenhum outro governo.

O americano, no seu imperialismo de renome mundial, está acostumado a receber permanentemente o beija-mão de qualquer Presidente eleito, que muitas vezes – como foi o caso do Tancredo, que terminou não assumindo – antes de assumir faz a visita ao Presidente americano, para depois, muito depois, o Presidente americano possivelmente visitar este País. A imprensa tem chamado a atenção para esse detalhe.

No Brasil, a Presidente Dilma, com muita inteligência, fez questão de que a sua primeira viagem, eleita Presidente, fosse à Argentina, levar o abraço do Brasil aos nossos irmãos argentinos para, neste abraço – primeiro à Argentina, depois, à América do Sul e à América Latina –, mostrar a importância que o Brasil continuará dando no seu Governo, como vem dando nos governos de 30 anos para cá, à integração da América Latina. E a próxima viagem marcou para a China no próximo mês.

O Presidente Obama veio ao Brasil. Um detalhe, poder-se-ia dizer, sem maior necessidade de destaque...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está esgotado, e eu consulto V. Ex<sup>a</sup> sobre o tempo de que necessita para concluir as suas avaliações.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Quem sou eu para pedir a V. Ex<sup>a</sup> o tempo de que necessito...

V. Ex<sup>a</sup> me conceda o que achar...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos para terminar.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado.

Pois dou um aparte ao ilustre Senador Cristovam, então.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Permite-me, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Considerando o tempo já esgotado do orador, conforme o Regimento, e vendo que V. Ex<sup>a</sup> está manifestando o desejo de contribuir e avaliar o pronunciamento do Senador Pedro Simon, irei permitir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, sobretudo considerando que hoje é segunda-feira, quando temos um pouco mais de liberdade, e o tema sobre o qual o Senador Simon está falando. É para isto que existe o Senado: para tomar posições diante dos assuntos do Estado brasileiro. Escutei o seu discurso, uma parte pela rádio, outra parte aqui presente. Quero felicitá-lo e dizer que, neste aparte, se não fossem as restrições regimentais, eu iria tomar muito tempo para comemorar cada um dos pontos. Primeiro, quero dizer do meu acordo quando lembra – e poucos lembraram – que esta é a primeira vez que um Presidente americano vem aqui antes de o recém-eleito Presidente brasileiro ir lá. Não apenas Tancredo Neves, mas praticamente todos os outros. Segundo, a correção com o voto do Brasil nas Nações Unidas. Demorou demais a intervenção e, quando ela veio, talvez tenha sido de uma maneira equivocada. Ninguém quer que esse Kadafi continue no poder, mas menos ainda a gente quer que ele se transforme em um herói do mundo árabe, como pode acontecer se as forças que hoje defendem a democracia, por um ato militar qualquer, terminarem fazendo dele um mártir. Quanto à visita do Presidente Obama, também quero dizer da minha alegria com essa relação que se manteve. Entretanto, eu gostaria de ter visto os dois grandes líderes Dilma e Obama indo além da representação que cada um deles faz do seu país. Eu queria ver os dois fazendo um grande documento para o mundo inteiro, tratando, por exemplo, da necessidade de o mundo inteiro lutar contra a pobreza no mundo, que, a meu ver...

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Mas essa era a vontade da Presidente Dilma. Se não aconteceu, tenho certeza de que não foi por causa dela.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Essa era, não é? A meu ver, o caminho para isso seria um grande plano mundial de ajuda à educação de todas

as crianças do mundo. Segundo, uma posição clara na subordinação da economia ao equilíbrio ecológico. Não podemos continuar com o PIB crescendo dessa maneira no mundo e os recursos diminuindo tanto. Terceiro, uma posição clara sobre os direitos humanos no mundo, respeitando obviamente a autodeterminação, mas dizendo: existem certos valores que nós precisamos defender em conjunto porque a Terra hoje não é mais uma soma de países, é um condomínio onde esses países estão imbricados. Eu gostaria de ver também uma declaração clara de luta contra as forças do terror no mundo, a disseminação de armas e, sobretudo, uma análise e uma posição sobre a energia nuclear, que a gente vê não pode mais ser um assunto de cada país independente porque repercute no mundo inteiro, como a gente vê agora no caso do Japão. Mas tirando essa, a meu ver, falta de globalidade no discurso dos dois, eu creio que é uma visita histórica, que vai ficar registrada. Com satisfação, poderemos dizer, no futuro, que fomos testemunhas dessa visita.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Concordo e, no início, já tinha dito isto: o pronunciamento foi aquém do que a gente esperava. As informações que a gente tem, Senador...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – ... – já encerro –, é que esse pronunciamento a que V. Ex<sup>a</sup> se refere talvez seja feito hoje em Santiago do Chile. Não sei. Mas disse no início e repito aqui: faltou essência ao pronunciamento do Presidente Obama. Foi um pronunciamento simpático. Muita gente disse que lembrou o estilo dele da campanha eleitoral, de entrar e empolgar a plateia.

Gosto do Presidente Obama. Acho que ele já está cumprindo grande parte do seu compromisso. Na questão da saúde lá, hoje, existem... Há dezenas de anos, quarenta milhões de brasileiros estavam piores do que no Brasil na questão da saúde. Ele pegou a antipatia praticamente de metade dos Estados Unidos, mas fez.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, considerando as elocubrações do apartante, que lhe consumiram tempo considerável do que a Mesa lhe concedeu, e considerando os cabelos brancos e a sabedoria de V. Ex<sup>a</sup>, devolvo-lhe mais cinco minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço muito.

A gente, verificando e sentindo essa questão, vê que o pronunciamento se esperava diferente, mas foi um pouco de oba-oba.



Eu não entendi, por exemplo, a referência ao escritor afamadíssimo, mas que, cá entre nós, não tem muita identidade nem com o povo, nem com a gente, nem com a história, nem com a tradição do nosso Brasil. Mas é popular. Talvez a única ligação que tem com o atual momento é que foi proibido no Irã, e deve ser a ligação dele com o Presidente Obama. Como os seus livros foram proibidos lá, passa a ser um grande escritor. Mas eu volto a dizer: eu acho que a Presidente Dilma começou bem. Começou bem! Acho que duas mulheres – ela e a Presidente da Argentina – vão adiante. Acho que, com todos esses acontecimentos que estão aí, o Paraguai vai atender. É ridículo: a Argentina já deu voto favorável, o Brasil também, o Uruguai também e o Congresso paraguaio ainda não autorizou a entrada da Venezuela, o que para nós é importante porque a Venezuela estará no Mercosul, e o Mercosul deverá integrar-se para se transformar num mercado de toda a América Latina.

Eu confio nesse caminho, e nesse caminho o Brasil vai adiante. E confio na sensibilidade do Presidente Obama, embora, como disse toda a imprensa do mundo, ele não podia ter avançado muito, por exemplo, aqui no Brasil e em qualquer outro lugar, porque hoje ele é minoria no Congresso americano.

Meu amigo Cristovam, como me doe na alma verificar a imprensa toda dizer que ele não pode avançar o sinal, porque, lá, tudo depende do congresso americano. Ele não podia falar que o Brasil podia entrar no Conselho, porque quem vai decidir isso é o congresso americano. Ele não podia avançar uma linha com relação à política internacional, porque, lá, nos Estados Unidos, quem decide é o congresso americano. Que diferença com a gente, não é, Presidente?! Aqui, não decidimos coisa nenhuma de coisa nenhuma!

Mas acho que essa visita, realmente, foi importante. Gosto do Patriota, o nome é bonito, e ele agiu com patriotismo. Saiu-se muito bem na sua primeira passagem.

Que bom que a gente avance e que bom que Lula e Dilma estejam afinados. Isso é muito importante. Repito aqui: o que saiu com pequeno destaque na imprensa, mas para mim foi muito importante, foi o Lula dizer: “Eu não fui porque a hora era da Dilma”. Realmente, o Fernando Henrique, o Itamar, o Sarney e os outros não tiveram maior referência, maior importância no almoço, mas, se o Lula estivesse ali, a história teria sido diferente. A imprensa do mundo inteiro haveria de acompanhar a presença do Lula. Mas o Lula, com muita competência, disse: “Eu não vou, porque a hora é da Dilma”.

Alguém da imprensa disse, e considero ridículo: “O Lula não foi porque o telefonema de convite foi do

Itamaraty; não foi nem da Presidente, nem do Ministro das Relações Exteriores”. Cá entre nós, isso é piada! Dizer que o Lula não foi ao jantar porque o convite não foi pessoal da Dilma e não foi pessoal do Ministro das Relações Exteriores, mas foi da burocracia, é piada! Uma questão que nem essa... O convite feito...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) — ... entre o Lula e o Governo da Dilma. E tudo foi de acordo.

Meus cumprimentos à Presidenta, meus cumprimentos ao povo brasileiro, que soube agir com muita tranquilidade e com muita competência.

Olhar esse aparato todo e ver como é difícil, não é, Presidente?! O homem é o homem mais poderoso do mundo, mas não pode ir ao banheiro sem antes uma dúzia de militares estar olhando-o. Não pode beijar sua filha, no jardim, sem antes uma dúzia de militares ver o que está acontecendo. É o preço caro que se paga para ser o primeiro do mundo.

Obrigado pela gentileza da tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência informa que designou o Senador José Pimentel como Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011**, proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Seguimos com nossas inscrições e chamamos o próximo orador, o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta tarde, venho abordar também este assunto, que considero da maior importância: a visita histórica do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao nosso País. Eu o cumprimento pela maneira simpática como tratou todos os brasileiros nessa visita histórica para todos nós. Foi, com certeza, o principal acontecimento nesse fim de semana no Brasil. O tratamento especial dispensado ao Brasil pelo Presidente Obama revela a consolidação de uma relação de igual para igual, que conquistamos com a estabilidade da nossa economia e com o fortalecimento da nossa democracia.

Também concordo com o fato de que o discurso do Presidente Barack Obama não foi aquele esperado, mas entendo que esse encontro foi marcado por alguns fatos. O fato de o Presidente vir ao Brasil, para visitar nossa Presidenta, com dois meses de mandato, é um fato muito importante. O fato de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso estar presente no almoço,

juntamente com o ex-Presidente José Sarney, o ex-Presidente Fernando Collor e o ex-Presidente Itamar Franco, também é um fato importante para a consolidação da nossa democracia. Todos, juntamente com a nossa Presidenta Dilma, representavam o nosso País. Esse é um fato relevante para a consolidação e o início do mandato da nossa Presidente, que, com certeza, tem um trabalho muito importante, muito grande pela frente. E a Presidente mostra, na sua largada, com apenas dois meses de mandato, que tem competência, que tem firmeza. Pelo seu discurso, mostrou exatamente aquilo que o Brasil espera de uma Presidenta ao dirigir o nosso País, colocando assuntos na mesa de conversação com a maior potência do planeta, que são os Estados Unidos.

Quero chamar a atenção para outro acontecimento importante que a mídia não tem divulgado muito: a grave situação de crise e de revolta dos trabalhadores da maior obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que é a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Porto Velho, no meu Estado de Rondônia.

A revolta dos trabalhadores na usina de Jirau, que, supostamente, teria começado de forma isolada, na última semana, tomou dimensões trágicas, com a destruição, por incêndio, de alojamentos, de ônibus, de veículos e de prédios administrativos, o que resultou na paralisação da obra por tempo indeterminado. A crise em Jirau afetou também a outra usina do rio Madeira, a de Santo Antonio, que, preventivamente, paralisou as obras e dispensou os trabalhadores. Nesse fim de semana, enquanto o Presidente Obama visitava Brasília e o Rio de Janeiro, a população de Porto Velho se trancou em casa aterrorizada, e o comércio fechou as portas, com medo de uma possível onda de saques e de destruição da nossa capital, Porto Velho.

Quatro mil homens já deixaram Rondônia, em voos fretados ou em ônibus, de volta para seus Estados de origem. Nove mil homens foram remanejados para alojamentos improvisados em ginásios e em abrigos em Porto Velho e ainda aguardam transporte para voltar para seus Estados de origem. Oito mil trabalhadores que residem com suas famílias em Rondônia foram dispensados e já estão em casa, e outras mil pessoas devem permanecer trabalhando em funções administrativas, fora do canteiro de obras ou em segurança.

Antes da crise, eram 22 mil pessoas trabalhando na construção das usinas. Agora, a obra está parada por tempo indeterminado, e quem mais perde é o Brasil, que precisa de energia elétrica para sustentar o crescimento da nossa economia brasileira.

A Superintendência Regional do Trabalho de Rondônia, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, por determinação do Ministro Carlos Lupi, está presente na obra, fez diligências no canteiro de obras nos momentos de crise e de destruição e já realizou duas reuniões de entendimento entre trabalhadores e empresas do consórcio construtor da usina de Jirau. Não havia pauta de reivindicação trabalhista, e a Polícia Federal e a Polícia Civil de Rondônia estão investigando as reais causas da revolta e da destruição dos alojamentos e dos veículos.

Uma coisa é certa: uma obra dessa dimensão, a maior em andamento no País, uma obra estratégica para a nossa segurança energética, não poderia passar por situação como a deste momento. O Brasil tem de ser tratado em pé de igualdade com as grandes nações industrializadas e não pode mais tolerar situações como essa de Porto Velho. O Governo brasileiro, que é o grande financiador dessa obra, precisa tomar o controle dessa situação e arbitrar esse conflito urgentemente.

Desde o início das obras, ao lado de um grande orgulho pela construção das hidrelétricas do rio Madeira, eu também tinha uma grande preocupação com os impactos ambientais da obra e, principalmente, com o tratamento dispensado às populações tradicionais e ribeirinhas que vivem da pesca no rio Madeira, da agricultura de subsistência ou do extrativismo florestal.

Há seis meses, no dia 21 de setembro de 2010, relatei aqui, desta tribuna, a grande insatisfação de milhares de famílias de ribeirinhos, afetadas direta ou indiretamente pelos impactos socioambientais da obra. Avisei que as tensões sociais poderiam crescer e que isso deveria ser evitado. Eu só estava lembrando o óbvio, que seria uma tremenda falta de inteligência e de estratégia dar motivos às críticas internacionais quando o Brasil ainda necessita construir muitas usinas, algumas na Amazônia, como a de Belo Monte.

Em resumo, é imprescindível que se levantem os reais motivos que levaram ao motim e à paralisação das obras em Jirau, que os responsáveis sejam apenados e que o Governo tome uma atitude mais enérgica diante de toda essa situação. É somente dessa forma que o Brasil vai conquistar o respeito internacional e ser tratado “de igual para igual” pelos Estados Unidos da América e pelas maiores economias do planeta. Estamos num momento de transição para esse almejado primeiro mundo. Ainda somos muitos “Brasis”. Ainda temos de superar muitos problemas sociais para termos todas as credenciais de um país desenvolvido, mas precisamos fazer a lição de casa para exigir tratamento igualitário nas relações internacionais.

Nesse sentido, a visita do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ocorreu em um momento que pode ser considerado um marco na história da nossa Nação. Provavelmente, nunca o Brasil esteve tão perto de estar em pé de igualdade com a nação norte-americana quanto agora. Vivemos, hoje, um momento de grande equilíbrio entre os dois países, um momento de reaproximação, de ligações diplomáticas, um momento de grande balanço do poder.

Não quero dizer, aqui, que sejamos, hoje, uma potência econômica e militar como os Estados Unidos, mas nos tornamos uma potência regional com influência mundial e exemplo, como o próprio Presidente Obama afirmou, para todo o mundo em termos de retomada de crescimento e de estabilidade democrática.

Tenho de registrar, aqui, que essas afirmações não são levianas ou incoerentes. A verdade é que o mundo mudou muito nas últimas décadas, abrindo um espaço de crescimento muito grande para o Brasil. Não estamos mais em um planeta bipolarizado, como na época da Guerra Fria. Desde a queda do Muro de Berlim, o mundo vem se direcionando para uma realidade de multipolaridade, com novos atores internacionais ocupando lugares de importância, como a Índia e o próprio Brasil, em meio às grandes potências, como os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Inglaterra e a França, por exemplo.

O Brasil, nos últimos oito anos, talvez graças à vontade e à personalidade do ex-Presidente Lula, alçou um posto diferenciado do que tinha no século passado ao conseguir dar início a uma superação de seus principais problemas, realizando uma inclusão social marcante e fazendo a manutenção de um sistema macroeconômico de forma eficiente.

Não podemos menosprezar, no entanto, o fato de que essa retomada do Brasil já se vinha desenvolvendo como um processo alavancado por Presidentes anteriores e que encontrou no cenário mundial, no qual as grandes potências passaram a enfrentar graves crises, o campo ideal para ganhar todo o destaque que vem conseguindo nos últimos anos.

Por esse motivo é que vemos a visita de Obama como um reconhecimento desse novo papel do Brasil no cenário internacional, mas não podemos aceitar que esse reconhecimento fique apenas no campo da conversa, somente no campo das palavras. Precisamos, dentro dessa retomada das nossas relações diplomáticas com os Estados Unidos, estabelecer de pronto a situação brasileira de liderança no campo ambiental. Entendemos que esse é, hoje, um dos principais pontos de atrito global entre o Brasil, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia, o que não deveria se prolongar por mais tempo. Os Estados Unidos e a Comunidade

Europeia concedem, atualmente, fortunas em subsídios para as suas estruturas de agronegócios e combatem, de forma indireta, por meio de ONGs falsamente ambientalistas, o agronegócio brasileiro.

Essa minha afirmação está embasada em documentos que os próprios produtores rurais norte-americanos produziram e divulgaram no ano passado. O estudo conhecido como *Fazendas Aqui* (nos Estados Unidos) e *Florestas Lá* (no Brasil) afirma, com todas as letras, as vantagens para os produtores e para o governo norte-americano do enfraquecimento do agronegócio brasileiro em função de uma pressão pela preservação das áreas de plantio em nosso País – digo áreas de plantio porque o interesse externo é praticamente o de congelamento de nossa capacidade de expansão da produção agrícola brasileira.

Aproveito o ensejo da visita do Presidente Obama para afirmar que essa é uma luta incoerente. Como afirmei aqui na semana passada, só há um meio de garantir a produção de alimentos para um planeta que terá nove bilhões de pessoas em um futuro muito próximo, e esse meio não será obtido por meio de ações como essas às quais me refiro, mas, sim, com um equilíbrio de nossas ações, em escala mundial, que não traga ônus apenas a um lado, mas, sim, benefícios para todos.

Contamos com o bom senso e com a visão do Presidente Obama, assim como com a coerência e a firmeza da Presidente Dilma para liderar as negociações doravante travadas em nossos países.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, cumprimentar a nossa Presidenta Dilma Rousseff pela maneira firme e coerente com que recepcionou o Presidente Obama e toda a sua comitiva em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a Mesa indaga se V. Ex<sup>a</sup> poderia vir à Presidência para uma consulta. (*Pausa.*)

Convido para assumir a tribuna a gentil e comprometida Senadora pelo Estado do Paraná, Gleisi Hoffmann.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

Em seguida, falará o líder da educação no País, o Senador Cristovam Buarque, que defende, como Olavo Bilac defendia, a tese de que um País se faz com homens e livros.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada pelas palavras também.

Srs. Senadores que aqui estão, eu, em primeiro lugar, gostaria de registrar à Casa que, com a concor-



dância do seu primeiro signatário, Senador Marcelo Crivella, estou subscrevendo um requerimento que propõe a realização de Sessão Especial para comemorar aqui, nesta Casa, o centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em 13 de junho deste ano.

Trata-se de uma justa homenagem que o Senado renderá em reconhecimento aos cem anos de serviços prestados por essa igreja na consolidação dos nossos mais altos valores morais e espirituais, colaborando, de forma expressiva, para a construção da cidadania do povo brasileiro, com uma forte ação na área social em favor do povo mais pobre deste País.

Quero aqui fazer uma referência ao Pastor Ival Teodoro, Presidente da Convenção da Assembleia de Deus no meu Estado, Paraná, a quem eu rendo homenagens. Com certeza, contaremos com a sua presença aqui no dia 13 de junho, quando homenagearemos a Igreja Assembleia de Deus.

Aproveitando a oportunidade, não apenas em homenagem à Igreja Assembleia de Deus, mas procurando atender a uma demanda de todas as formas de manifestação religiosa do País, estou apresentando à Casa um projeto com objetivo de isentar da arrecadação dos direitos autorais ao Ecad a execução, por qualquer meio, de obras musicais ou litero musicais no âmbito de cultos, cerimônias ou eventos realizados por organizações religiosas, sem objetivo de lucro.

Atualmente, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para qualquer representação ou exibição pública de obras teatrais, musicais ou litero musicais, há necessidade de autorização do autor ou titular de direito patrimonial do autor, com o respectivo pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o famoso Ecad, independentemente de haver objetivo de lucro. Essa norma, especialmente se considerarmos a existência de associações desprovidas de fins econômicos, como as de cunho religioso, protege excessivamente o autor ou titular de tais obras em detrimento do interesse geral da coletividade, criando obstáculos à difusão da cultura e, particularmente, neste caso, da manifestação religiosa, da profissão de fé.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte, Senadora?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Sim, pois não, Senador Aloysio. Concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Senadora Gleisi, sempre acompanho o trabalho legislativo profícuo de V. Ex<sup>a</sup> e, evidentemente, aguardo a apresentação do projeto a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Agora, eu queria apenas fazer apenas uma observação à senhora. O direito autoral é o resultado do trabalho da

pessoa. Não há renda que derive do trabalho tão diretamente quanto a do direito do autor. É a sua criação intelectual, a sua manifestação artística, que é protegida por lei. Imagine se essa regra que V. Ex<sup>a</sup> propõe se generaliza. V. Ex<sup>a</sup> diz: “Mas não tem fins lucrativos!”. No entanto, imagine a senhora uma quermesse, por exemplo, organizada por uma associação beneficente religiosa ou de outro cunho. O organizador da quermesse, pelo fato de a quermesse ser beneficente, não tem o direito de buscar uma rês no curral de um proprietário rural e abatê-la para servir como prenda, digamos assim, na quermesse. Por que o criador de uma obra musical e literária será obrigado a ceder, sem nenhuma contrapartida, sequer a sua autorização, o produto da sua obra? Coloco apenas para reflexão de V. Ex<sup>a</sup> esse tema, que me é muito caro.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Está certo. Agradeço o aparte, Senador Aloysio.

Não estamos aqui, em nenhum momento, discutindo ou flexibilizando o direito autoral. Não é essa a minha intenção. Estamos pontuando muito especificamente para as questões relacionadas a cultos religiosos, a manifestações religiosas. Em grande parte dos *shows* religiosos, os próprios artistas, os cantores, sejam católicos ou evangélicos, abrem mão, inclusive, mas são obrigados a fazer o recolhimento, porque a legislação assim determina, e acabam discutindo na Justiça o fato de terem aberto mão em relação ao tema.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me, mais uma vez?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Sim.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – É prerrogativa do autor autorizar a divulgação da sua obra. Se o autor autorizar a divulgação da sua obra, não há quem determine o pagamento pela sua divulgação. É propriedade do autor. O autor é que pode autorizar. Se ele autorizar, não há nenhum problema. Não há por que a entidade lutar na Justiça contra a sociedade arrecadadora, que é uma sociedade que representa os autores. Portanto, ele estará exercendo a sua prerrogativa pessoal de autorizar a utilização da sua obra. Caso contrário, não vejo por que, seja em manifestação de qualquer tipo, com finalidade de lucro ou não, se possa dispor do direito de outrem. Na verdade, o que V. Ex<sup>a</sup> propõe é que a lei obrigue alguém a dispor do seu direito, o que, no meu entender, não é razoável.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – O senhor vai conhecer o projeto, Senador. Na realidade, não se trata disso. Trata-se da inexigibilidade de cobrança de valores em relação a eventos organizados por entidades religiosas, em que, invariavelmente, o

Ecad realiza a cobrança, e aí se conduz essa cobrança para a esfera judicial. Temos vários processos já nesse sentido. Não é a disposição da obra; não é a divulgação, por exemplo, do CD; não é a divulgação, é a realização de *shows*. Muitas vezes o artista diz que não precisa, mas a comunidade religiosa é obrigada a recolher ao Ecad. Então, o projeto permite que isso que está sendo discutido em esfera judicial, em nítido prejuízo aos interessados, possa ser regulado para os interessados.

Para pacificar a controvérsia que ainda hoje paira sobre a matéria é que propomos isentar do recolhimento dos direitos autorais a execução de obras musicais ou litero musicais em cultos, cerimônias e eventos organizados por entidades religiosas em que não haja intuito de lucro direto ou indireto.

Nas palavras de Carlos Alberto Bittar:

Há o incontestável interesse coletivo na difusão de obras intelectuais; existe a necessidade de acesso de diferentes camadas populacionais [...] aos textos e obras públicas; e impõe-se a expansão da cultura como esteio do desenvolvimento geral da Nação. [...] Por essa razão é que certos interesses de caráter público têm imposto baliza aos direitos autorais ao longo do tempo, em todos os países, as quais se refletem no direito positivo, por meio de formulação de regras de exceção, que vêm a mitigar o caráter absoluto da exclusividade conferida ao autor.

É o que nós discutíamos há pouco, Senador Aloysio, as exceções.

Saliente-se que não há conflito entre a modificação legislativa aqui proposta e o inciso XXVII do art. 5º da Constituição, que assegura proteção ao direito autoral, pois se aplicam outros dois dispositivos constitucionais: o inciso VI do mesmo art. 5º, segundo o qual “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”; e o art. 23, inciso V, que dá competência à União, aos Estados e aos Municípios para “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. O caso, a bem da verdade, é de harmonização de normas e princípios de *status* constitucional.

Em suma, entendemos que, desde que a representação ou execução pública da obra se dê no âmbito de evento destinado a manifestação religiosa e sem finalidade lucrativa, não há por que sujeitá-la à prévia autorização e, especialmente, à arrecadação de valores por parte do Ecad, tendo em vista que os respon-

sáveis não auferirão nenhuma vantagem pecuniária e, portanto, não tirarão proveito econômico algum das obras utilizadas, não havendo, pois, ofensa aos direitos patrimoniais do autor.

A Constituição Federal, no art. 150, veda a instituição de imposto sobre templos de qualquer natureza. Sendo assim, não me parece razoável que o Estado brasileiro abra mão de cobrança de imposto e o Ecad não possa fazer o mesmo em relação à sua arrecadação.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte, mais uma vez?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Aloysio.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex<sup>a</sup>, realmente, parece-me estar confundindo a cobrança pela utilização de uma obra intelectual, devida ao autor dessa obra, ao indivíduo autor dessa obra, com o imposto. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>. E não se trata apenas da cobrança. A prerrogativa do autor é uma prerrogativa absolutamente inafastável de autorizar ou não autorizar a utilização da sua obra. O jurista que a senhora citou, o Dr. Bittar, seguramente, não haveria de ficar feliz se visse os seus livros reproduzidos por aí sem que lhe auferissem o justo direito de autor pela publicação de seus livros. E mais, se V. Ex<sup>a</sup> abre uma porta para as manifestações religiosas, logo mais virão manifestações beneficentes não religiosas, virão manifestações esportivas, manifestações comunitárias, todas querendo utilizar-se de obras que são produto do trabalho intelectual, da criação intelectual, projeção da individualidade do autor e, muitas vezes, o seu ganha pão, sem que ele possa sequer ser ouvido. Creio que, na minha visão, que sou muito apegado à questão do direito autoral, até por que fui o relator da lei que V. Ex<sup>a</sup> pretende modificar, que passou pelo Senado também, foi submetida a um crivo muito rigoroso no Senado, penso que não se deve dar barretada com o chapéu alheio. O direito do autor é do autor, não é possível fazer benemerência com algo que não pertence àqueles que organizam a manifestação, mas pertence ao autor da música ou da obra literária. Enfim, teremos oportunidade de discutir isso. Vejo que aí há uma porta que tenho receio de que se abra, porque se discute hoje – e, especialmente antes da chegada da Ministra Ana de Hollanda, o Ministério da Cultura promovia discussões a este respeito – uma mudança da Lei Autoral num sentido extremamente detrimen- toso aos autores. Penso que esse projeto de V. Ex<sup>a</sup> será objeto de um debate importante entre nós, que contribuirá para o esclarecimento da natureza jurídica do direito do autor.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR)

– Com certeza, Senador. Não quero, em nenhum momento, ferir aqui os direitos, tampouco quero regulamentar uma situação que pode, inclusive, privar cultos ou manifestações religiosas de fazerem a sua liturgia. Nós temos vários exemplos de cantores religiosos que têm suas músicas cantadas em missas, em grandes cultos, em estádios. Como vamos trabalhar com uma situação dessas? Isso é uma manifestação de fé das pessoas. Imagine o senhor uma missa em um grande estádio e todos nós cantando uma música do Padre Zezinho, de quem sou fã! Mas, para realizar essa missa campal, para poder fazer uma manifestação de fé por meio de uma música que louva a Deus, enfim, que caracteriza a fé daquelas pessoas que ali estão, tem-se que pagar.

É uma matéria complexa, eu sei disso. Apresento o projeto e gostaria muito de conversar com o senhor. Tenho certeza de que vamos debater muito essa matéria. Talvez encontremos um caminho, com esse projeto, de termos proteção a essa situação de que estou falando, de proteção a tantos outros cultos, inclusive evangélicos, que acontecem. Que possamos resguardar o direito do autor, mas também a manifestação de fé das pessoas, a liberdade de culto, que são tão importantes para o nosso País e para a fé do nosso povo.

Agradeço, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Gleisi Hoffmann, o Sr. Gilvam Borges, Suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. Bloco/PMDB

– RS) – Com a palavra o nobre Líder Cristovam Buarque, em nome da Liderança.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF.

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, já faz algumas semanas, até mais de um mês, que o mundo inteiro fica de olho no que acontece nos países árabes. O Presidente Obama chegou a dizer ontem, no Rio de Janeiro, que o Brasil seria um exemplo para os países do mundo árabe do ponto de vista da construção da democracia e do ponto de vista de evitar rebeliões civis, guerras civis e até agora uma guerra militar como a que acontece na Líbia.

Eu creio que o Presidente Obama merece o nosso respeito e além de que o nosso reconhecimento por ter dito uma verdade: o Brasil hoje é um exemplo de democracia para muitos países do mundo, Senador Mozarildo. Mas, enquanto observamos o que acontece nos países árabes, em disputas, estamos deixando de

ver coisas positivas que vêm acontecendo em alguns desses países. E quero falar especialmente de um país e de uma ação. Trata-se de um país muito pequeno chamado Catar.

O Catar é um país que descobriu petróleo há algumas décadas, que usou esse petróleo da forma como a gente sabe que muitos países usaram, mas que, nos últimos anos, vem sendo um exemplo para o Brasil. Da mesma maneira que o Brasil pode ser um exemplo para a democracia nos países árabes, o Catar pode ser um exemplo para o Brasil no que se refere ao uso dos recursos do pré-sal. E eu diria até mais: dos recursos do petróleo que já estamos explorando hoje.

Tive oportunidade de estar no Catar cerca de dois anos atrás e vi, em uma experiência inusitada, surgindo da areia do deserto, universidades novas. E quando digo isso não digo no sentido metafórico, como uma imagem poética; digo como uma descrição literal de prédios de universidades novas surgindo no deserto. Mas não universidades criadas do próprio país. A gente vê surgindo do chão, da areia do deserto, filiais de Harvard, filiais das grandes universidades norte-americanas e européias, graças ao uso correto dos recursos do petróleo, fazendo com que esse recurso, esgotável em poucos anos, se transforme em recurso inesgotável, permanente, que é a inteligência humana. Esse é um exemplo que o Brasil precisa seguir: o compromisso firme do uso do recurso esgotável do petróleo no recurso inesgotável da educação de nossas crianças.

O Catar vem sendo um exemplo para isso e, agora, ele vem sendo um exemplo também para algo mais, relacionado com educação e com inovação.

Com a criação da Fundação Catar, dirigida pela Xeica Mozah Bin Nasser, nós temos a cada ano sendo realizada no Catar uma reunião com centenas, milhares de pessoas, para discutir os aspectos relacionados com a inovação científico-tecnológica e com a educação. Essa fundação e essa reunião, essa cúpula anual é um exemplo para o mundo inteiro.

Mas agora – e esse talvez seja o ponto central do que quero falar – essa Fundação Catar está dando um salto adiante não apenas na construção de universidades, não apenas na construção, montagem e implantação de uma fundação destinada a promover a educação no mundo inteiro. O que eles lançaram agora é um prêmio que a gente pode chamar de “Prêmio Nobel da Educação”, um prêmio no valor de US\$500 mil para a pessoa ou grupo de pessoas que no mundo inteiro tenham dado a contribuição à educação mais respeitada daquele momento.



A gente pode ver que o Presidente Obama tem razão quando diz que nós somos o exemplo para a democracia nos países árabes, mas um país tão pequeno quanto o Catar pode ser um exemplo para nós do esforço de transformar recurso natural esgotável em recurso cerebral, educacional, permanente, e também dessa visão global de um pequeno país, diminuto, falando para o mundo inteiro e dizendo “nós estamos dispostos a dar um prêmio num valor elevado quanto o de US\$500 mil para quem der uma contribuição, em qualquer parte do mundo, para a educação das crianças desse país e do mundo inteiro.

Quando a gente lê o que declara a Xeica Mozah Bin Nasser no lançamento do prêmio, a gente vê como há uma consciência clara do papel da educação como base para o futuro. São palavras dela: “Educação é o fundamento dos objetivos humanos”. Veja que revolução! Porque, até aqui, o que se tem falado é que o progresso econômico é que é o objetivo humano. Não. O que ela diz com clareza é: “Educação é o fundamento dos objetivos humanos”. É um direito básico e o catalisador mais forte para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico, é a chave para cumprir as metas do milênio, uma inovação radical, Senador Aloysio, quando a gente só ouve falar que as metas do milênio virão do crescimento econômico.

E ainda diz mais: “É o caminho para soluções que levarão ao desenvolvimento sustentável, equitativo, no nosso mundo global”, o que deixa claro que a ideia da educação não pode se limitar apenas à educação de um ou outro país. Ou educamos o mundo inteiro ou não vamos educar nenhum país, porque as massas excluídas dos países que não forem educados vão migrar em direção aos países desenvolvidos graças à educação que tiveram. E, ao migrarem, obviamente, vão forçar perturbações sociais naqueles países que já conseguiram o desenvolvimento econômico, graças – todos eles, sem exceção – a revoluções educacionais no passado, cujo melhor exemplo são Europa e Estados Unidos, que, desde o século XVII, construíam universidades de qualidade e colocavam suas crianças – todas elas – em escolas, quase todas públicas e com a mesma qualidade.

No final de 2011, vamos saber quem será o primeiro vencedor desse Prêmio Nobel da Educação, como estou chamando, mas, na verdade, é o Prêmio Wise, que é o nome que eles dão a essa cúpula do saber. Daqui a alguns meses, no final do ano, vamos saber o vencedor. Ele será cumprimentado como um verdadeiro vencedor do Nobel, porque receberá uma espécie de Nobel da Educação. Faltam meses para cumprimentar esse vencedor, mas, desde já, creio que a gente pode cumprimentar o Governo do Catar e a

Xeica Mozah, que é a líder desse processo. Podemos cumprimentá-los por transformarem o pequeno país deles em uma potência mundial, global, na luta pela revolução educacional no mundo.

Parabéns ao Catar! Que o Brasil aprenda que, se lá os países árabes podem aprender conosco a fazer democracia, nós podemos aprender com o Catar como transformar um recurso escasso e esgotável, como o petróleo, em um recurso permanente, como é a inteligência de um povo, graças à educação.

É isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna do Senado para falar de uma série de assuntos que considero de grande importância. Eu me sinto na obrigação de compartilhá-los com meus Pares e com as milhares de pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo nosso sempre atualizado *site* do Senado.

Começo por uma saudação especial ao Arcebispo Dom Moacyr Grechi, com quem tive a alegria de estar na tarde de sexta-feira em Porto Velho. Dom Moacyr Grechi está com 75 anos de idade e anunciou sua aposentadoria episcopal e sua volta a um dos conventos da Ordem dos Servos de Maria, onde cumprirá seus votos de pobreza, de castidade e de obediência até os últimos dias de sua vida.

Quero dizer a Dom Moacyr que nós, do Acre, candidatamo-nos a recebê-lo, porque sua passagem por nosso Estado foi da maior grandeza. Teríamos muita honra em recebê-lo, para que o senhor viva sua aposentadoria no Acre.

Dom Moacyr é um grande aliado da causa dos pobres na Amazônia e no Brasil e confessou ter sentido muito as mortes dos companheiros Eduardo Valverde e Ely Bezerra, ocorridas no dia 11 de março, em grave acidente na BR-364. Além de militantes e dirigentes do Partido dos Trabalhadores, tanto Ely Bezerra quanto Eduardo Valverde eram pessoas de fé, que tinham profunda ligação com a Igreja Católica, dirigida pelo Arcebispo Dom Moacyr Grechi no Estado de Rondônia.

Além do contato carinhoso com o Arcebispo Dom Moacyr, estivemos também em Rondônia para levar nossa solidariedade aos familiares de Valverde e de Ely Bezerra e aos companheiros do PT daquele Estado.

Nossa passagem por Porto Velho foi marcada pela participação em uma missa, em um culto ecumênico com o Padre Luiz Ceppi e com pastores locais e

também em um ato cívico em homenagem aos companheiros Eduardo Valverde e Ely Bezerra, cujas mortes deixaram os petistas de Rondônia órfãos de duas de suas principais lideranças locais.

Comigo estavam, além de parlamentares e dirigentes locais, os companheiros Senador João Pedro, do PT do Amazonas, e Deputado Federal Siba Machado, do PT do Acre, e integrantes da Direção Nacional do PT, como o ex-Deputado Carlos Abicalil, o Secretário-Geral, Eloy Pietá, e a companheira Marieta Pantoja, do Amazonas.

Já externamos isso em Porto Velho diante daquele ato eivado de emoção, mas faço questão de registrar desta tribuna minha mais profunda solidariedade e votos de que o Partido dos Trabalhadores de Rondônia, a exemplo do que aconteceu no Acre, quando perdemos nossa maior liderança à época, que era o companheiro Chico Mendes, também encontre o caminho do fortalecimento, do crescimento, das vitórias eleitorais e das grandes realizações em favor do povo de Rondônia e do Brasil.

Sigam em frente, companheiros! Sigam os exemplos de dedicação e de fé deixados por Ely Bezerra e Eduardo Valverde! Tenho a certeza de que haveremos todos nós de contribuir para a construção de um futuro promissor para nós e para as futuras gerações, que dependem tanto da ação política consciente dessa geração. Boa sorte! Que Deus abençoe imensamente o povo de Rondônia e os companheiros daquele Estado!

Sr. Presidente, a semana passada foi de grande produtividade para nós no Senado, e, entre tantos assuntos importantes tratados aqui, alguns passaram quase despercebidos.

Eu gostaria de deixar aqui meu reconhecimento à participação do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, na audiência organizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida pelo Senador Eduardo Braga, que é uma das lideranças mais expoentes da Amazônia na atualidade. Durante sua exposição aos integrantes da CCT, o Ministro Paulo Bernardo apresentou o plano estratégico do Governo da Presidente Dilma para a área de Comunicação, que tem o desafio institucional de fortalecer o Ministério e sua capacidade de formulação de políticas públicas para o setor de comunicações.

Ao falar dos principais projetos do Ministério das Comunicações, como o Programa Nacional de Banda Larga, que prevê a massificação da Internet rápida a preço baixo na maioria dos Municípios brasileiros; o programa de inclusão digital, com destaque para as relações federativas; a implantação da TV Digital; o

Marco Regulatório das Comunicações Eletrônicas; a garantia da infraestrutura de comunicação para o pleno sucesso da Copa das Confederações, da Copa do Mundo Fifa de 2014, e das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro; ao falar desses projetos todos, o Ministro Paulo Bernardo nos encheu de esperança pelo compromisso demonstrado, no sentido de contribuir para a inclusão social por meio da inclusão digital nos mais distantes e diferentes pontos do nosso País.

Dois projetos, em especial, mereceram nossa atenção. O primeiro deles diz respeito à radiodifusão. Há a disposição do Ministério das Comunicações em participar de um movimento pela desburocratização do processo das outorgas, principalmente quando se trata das outorgas para as rádios comunitárias. O Ministro Paulo Bernardo se prontificou a selar um pacto pela desburocratização e também aceitou nosso argumento e nossa proposição de que a potência de 25 watts para uma rádio comunitária é incompatível com as dimensões e as distâncias das comunidades da Amazônia. Propus ao Sr. Ministro que juntemos esforços com o Senador Walter Pinheiro, que é um antigo militante do setor de comunicações, para elevarmos a potência das rádios comunitárias para pelo menos 250 watts. Se isso não for possível para todas as regiões do Brasil, que o façamos, então, em caráter especial, pelo menos para as comunidades da Amazônia, porque 25 watts podem atender a um bairro de São Paulo, em que vivem milhares de pessoas, mas não à Amazônia, cuja densidade populacional é dispersa. Por isso, a nossa proposição de que trabalheemos com pelo menos 250 watts. O Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, está conosco nessa luta e já adiantou que temos todas as condições de logarmos sucesso, principalmente porque o Ministro Paulo Bernardo também se mostrou sensível à nossa proposta, que, com certeza, contará com o apoio da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, a Abraço.

Outro aspecto interessante que compartilhamos com o Ministro Paulo Bernardo quanto ao desafio que S. Ex<sup>a</sup> propôs diz respeito ao Plano Nacional de Banda Larga.

Fiz questão de informar ao Sr. Ministro que a experiência de inclusão digital iniciada pelo Governador Binho Marques, que, agora, tem continuidade com o Governador Tião Viana, no Acre, é algo que vale a pena ser conhecido e até mesmo incentivado pelo Ministério das Comunicações para outros Estados e outras cidades do Brasil. O Programa Floresta Digital, em que pesem os percalços de ordem técnica, estrutural e de fornecimento de serviços por parte do fornecedor contratado, é extremamente ousado, porque se dispõe a

fornecer Internet gratuita em todas as áreas urbanas das 22 cidades do Acre. Em Rio Branco, nossa capital, qualquer visitante que esteja no entorno de uma escola pública, numa praça, em bibliotecas ou num parque da cidade pode abrir seu *laptop* e encontrará, entre as redes de Internet sem fio disponíveis, a Rede Floresta Digital. Isso pode ser feito absolutamente de graça. Basta que a pessoa apresente seus dados para ter acesso à rede, para navegar, para buscar informações.

O Professor Marco Bonito desenvolveu um conceito interessante, o da “sociedade dos informívoros”, fazendo o contraponto de que, agora, não somos somente carnívoros ou herbívoros, pois, além de termos de nos alimentar diariamente para nos mantermos vivos, precisamos alimentar-nos da informação. Então somos, necessariamente, uma sociedade de informívoros e, por isso, precisamos tanto de acesso à Internet. O Professor Marco Bonito esteve numa conferência no Acre e ficou encantado com a experiência de inclusão digital desenvolvida em nosso Estado. Marco Bonito chegou a mudar seu objeto de estudo e já teve seu projeto de doutorado aprovado, com o compromisso de estudar a fundo a “sociedade dos informívoros” e a experiência de inclusão digital a partir do Programa Floresta Digital do Acre.

Quero dizer aqui que a conversa com o Ministro Paulo Bernardo foi muito interessante. Foi uma conversa que contribuiu para a expansão do pensamento, e tenho certeza de que sua presença no Ministério das Comunicações vai ajudar-nos muito na construção de um Brasil mais desenvolvido, com muito mais participação, com muito mais informação e com muito mais acesso aos bens culturais disponíveis na rede mundial de computadores, que tornou o mundo plano e que diminuiu imensamente as distâncias entre as pessoas.

Portanto, temos de tratar da inclusão digital como um direito básico a partir de agora. Na medida em que a sociedade precisa tanto de informação, o acesso à Internet tem de ser um direito básico.

Quero ouvir o Senador Cristovam Buarque, que me pede um aparte, falar sobre isso.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Peço o aparte, Senador, primeiro, para elogiar o trabalho do Estado do Acre, em Rio Branco, em relação à inclusão digital. Talvez, os senhores tenham conseguido ser os pioneiros no Brasil. Não conheço outra unidade em que haja um acesso tão universalizado pelos sistemas de Wi-Fi quanto a de Rio Branco, mas creio que isso ocorre também em muitas outras cidades do Acre. Quero dizer que o Senador Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal, apresentou numa proposta de emenda à Constituição que inclui, entre os direitos sociais, como a educação, a saúde, a segurança e a

habitação, também o acesso às redes de Internet. Eu queria acrescentar que, para mim, essa inclusão nunca vai ser plena, enquanto não houver a educação plena na educação de base. Podemos oferecer inclusão digital para todos, mas as pessoas, se não passarem pela escola, vão usar, de maneira muito limitada, a possibilidade da inclusão digital. A inclusão digital não é como a eletricidade, em que a energia passa pelo fio e chega à casa, em que a pessoa liga o interruptor e já tem acesso à luz. Não! Para haver inclusão digital, a pessoa tem de ligar o interruptor do computador, para ser capaz de lidar com ele e de dialogar com aquele que está do outro lado; a pessoa tem de saber ler, para começar, e, hoje em dia, provavelmente, tem de saber um pouco de inglês. Do contrário, não haverá plena inclusão digital. Além disso, a pessoa tem de estar dentro do universo cultural dos que fazem parte do que se chama hoje de blogosfera, esse planeta da Internet. Temos de lutar, sim, pela inclusão digital, mas partindo do princípio de que ela depende da inclusão de todos em escolas de educação de base com qualidade e, digo mais, com qualidade para todos. Se não fizermos isso, é como colocar lâmpada na casa de uma pessoa que não vê, na casa de uma pessoa com deficiência visual. A luz chega ali, mas a pessoa não aproveita. Sem educação, a inclusão digital pode chegar até as pessoas, mas não será aproveitada.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Cristovam, por sua contribuição, que qualifica demais esta nossa discussão. Quero reforçar que essa sua preocupação está inteiramente contemplada no nosso projeto de desenvolvimento do Acre, porque ele está fundamentado na florestania, e a base da florestania é a educação. Se não temos educação de qualidade, não conseguimos dar os outros passos e, conseqüentemente, não conseguimos construir a sustentabilidade plena.

Em relação à educação, V. Ex<sup>a</sup> que é um educador e defensor das causas da educação, é fundamental reforçarmos que este ano, provavelmente até o final do ano, estaremos concluindo a formação de todos os professores da rede estadual de ensino. Ou seja, 100% dos professores da rede estadual de ensino terão nível superior concluído a partir de 2011. E esse é um projeto que se soma a uma série de outros projetos que estão em curso no Acre.

E V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente correto com sua observação de que a inclusão digital é muito importante, mas a inclusão educacional é fundamental também. E estamos trabalhando nessas duas dimensões. O Governo do Acre tem essa preocupação.

Para se ter uma ideia, o ano passado foi concluído com o início da entrega de computadores portáteis



para sete mil alunos concludentes do segundo grau. E a intenção é trabalharmos no sentido de ampliar essa oferta para alunos do segundo e do primeiro ano também, de tal maneira que eles tenham as condições necessárias para melhorarem cada vez mais seu acesso à pesquisa e aos bens culturais da humanidade disponíveis na Internet.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que trago a esta Casa, neste momento, é que tive a honra e a alegria de acompanhar o Governador Tião Viana na audiência que ele e o Secretário de Indústria e Comércio, Sr. Edvaldo Magalhães, tiveram com a Ministra da Pesca e Aquicultura, a ex-Senadora Ideli Salvatti, na semana passada.

Nessa audiência, a Ministra Ideli Salvatti tomou conhecimento em detalhes do projeto que está sendo implantado pelo Governador Tião Viana na área de piscicultura no Acre. O projeto conta com a consultoria de Jaime Brum, o maior conhecedor de projetos de piscicultura em água doce aqui no Brasil e o coordenador desse mesmo projeto de piscicultura no Mato Grosso, com grande sucesso.

É um projeto tão bem acabado, com as pontas tão bem amarradas, que a Ministra Ideli Salvatti não hesitou em escolhê-lo para apresentar ao BNDES na busca de recursos para a sua execução e também como uma espécie de modelo para os outros Estados que queiram apostar na piscicultura, como está fazendo o Governador Tião Viana no Acre.

A primeira ousadia do projeto é fazer do Acre o endereço da piscicultura na Amazônia. As condições para isso estão dadas e, com os investimentos propostos pelo Governador Tião Viana, não temos dúvida de que, nos próximos quatro anos, a produção de peixe em açudes no Acre vai saltar de pouco mais de 4 a 5 mil toneladas por ano para, pelo menos, 20 mil toneladas por ano.

É uma cultura altamente rentável e com baixo impacto ambiental. A construção dos açudes e tanques não oferecem qualquer pressão à floresta, porque são feitos em áreas já desmatadas. Tem um mercado altamente promissor, com a ligação rodoviária do Brasil com o Peru, através do Acre. Aliás, com a construção da Rodovia do Pacífico, o Acre deixou de ser o último para ser o primeiro da fila na ligação com o Peru, com os portos do Pacífico e também com os portos da Ásia e da Costa Oeste Norte-Americana.

Estamos diante de uma logística invejável que, em pouco tempo, mudará radicalmente a economia do Acre, a partir dos investimentos feitos pelo Presidente Lula, durante os governos do companheiro Jorge Viana e do Governador Binho Marques, que têm continuidade agora com a Presidente Dilma Rousseff.

Algumas características conferem total segurança de que o projeto de piscicultura do Estado do Acre será um sucesso de produção, geração e distribuição de renda, inclusão social e um grande impacto positivo na economia do Acre. A primeira delas é a soma de alta tecnologia e identidade regional, com a participação de pequenos, médios e grandes produtores. A segunda, o baixíssimo impacto ambiental. A água na Amazônia não oferece perigo ao meio ambiente. Portanto, quanto mais tanques e açudes pudermos fazer, maior contribuição daremos, vez que o objetivo é ter alta produtividade com baixo impacto ambiental. A terceira contribuição que eu apontaria é o fato de o projeto estar sendo concebido com base em alta tecnologia. A planta industrial da piscicultura no Acre terá a combinação da produção de alevinos, a produção de ração e a industrialização dos pescados para exportação, uma vez que o mercado local é muito pequeno para o tamanho da produção que se avizinha.

O investimento inicial para a implantação do Complexo Industrial e Comercial de Pescados será da ordem de R\$40 milhões, com o envolvimento do Governo do Estado, a iniciativa privada e a ajuda do Governo Federal. Mas toda a cadeia produtiva do peixe vai significar investimentos superiores a R\$200 milhões, com a construção de açudes, custeio da produção e a construção da base em Cruzeiro do Sul, que será o segundo polo do Projeto de Piscicultura do Acre. Vale a pena ressaltar que já houve um encontro entre o Governo do Acre, a Ministra da Pesca, Ideli Salvatti, e o BNDES e que já foi firmado o compromisso de um investimento de R\$53 milhões do BNDES para esse projeto.

Já disse em outra ocasião e repito aqui da tribuna do Senado: o projeto de piscicultura do Acre pode significar uma grande contribuição para o Brasil neste momento em que o combate à miséria e à fome está entre as maiores prioridades da Presidente Dilma Rousseff. Não tem maneira mais eficiente para se combater a fome do que a produção de alimentos e a geração de emprego e renda para as pessoas. O projeto de Piscicultura do Acre vai gerar pelo menos dois mil empregos diretos e por volta de 10 mil empregos indiretos em toda a cadeia produtiva.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o Governador Tião Viana é merecedor do nosso reconhecimento e do nosso elogio, porque ele tem agido com firmeza, com precisão e entrou com o pé direito nessa discussão do setor produtivo.

O Governador Tião Viana tem tido uma atenção toda especial com o setor produtivo porque, em que pesem todos os avanços ocorridos no Acre nos últimos 12 anos, temos uma dívida social importante com o setor produtivo. E o Governador Tião Viana

está atuando nessa área com muita atenção e com muita precisão.

Ouçó, com atenção, o ex-Governador Jorge Viana, nosso colega Senador.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Anibal, eu queria só me somar aos propósitos de V. Ex<sup>a</sup> quando traz para o Senado, e, através do Senado para o Brasil, o momento em que o nosso Estado do Acre vive, especialmente agora sob a liderança do Governador Tião Viana. Depois do privilégio que tive de governar o Acre em situação tão difícil, tive o privilégio maior ainda de ser sucedido pelo Governador Binho Marques, que consolidou a estrutura legal do Estado do Acre, o marco legal do Acre. Como bem disse o Senador Cristovam ainda há pouco, o Acre se consolidou como referência positiva para o Brasil e para a Amazônia. Mas é um projeto em construção, é um processo, o processo de mudança por que vive o Acre hoje. E o Governador Tião Viana, depois da experiência adquirida nesta Casa, de tantos anos, agora faz um governo com o propósito de consolidar o desenvolvimento sustentável no Acre, de bem aproveitar a infraestrutura implantada nos últimos anos, graças à colaboração com o Governo Federal, que começou com o Presidente Fernando Henrique, mas que teve um avanço extraordinário durante o governo do Presidente Lula, que consolidou a estrada que nos liga ao Pacífico – o Acre deixou de ser o lugar onde o Brasil termina para ser o lugar onde o Brasil começa – e também nos deu a garantia da integração dentro do Estado do Acre, com a ligação de Cruzeiro do Sul a Rio Branco, através da BR-364, que está na fase de conclusão agora. E o Governador Tião Viana, exatamente nesse momento, procura implementar um governo baseado no compromisso com o lado social, com a melhoria social do nosso povo, mas, especialmente, buscando consolidar o Acre como um Estado que tem uma força econômica, seja através da economia florestal, que é o carro-chefe do modelo de desenvolvimento que estamos implementando no Acre, seja também através do suporte ao setor agropecuário. V. Ex<sup>a</sup> faz essa ressalva ao programa do Governo de incentivo – e eu diria profissionalização da atividade da piscicultura no Acre. Talvez, em pouco mais de dois meses de governo, o ex-Senador e hoje Governador Tião Viana já tenha consolidado uma marca de seu governo, uma marca que resgata uma luta do Acre por mais de 20 anos pela piscicultura e que agora se transforma como um ativo econômico importante com as ações que o Governo está implementando. E essa parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, através do Ministério da Pesca, vai fazer com que o Acre se torne, como estamos dizendo, nas reuniões, nas conversas, o en-

dereço da pesca na Amazônia e no Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por esse pronunciamento que esclarece, para esta Casa e para o Brasil, os avanços que o Acre experimenta agora sob a liderança do ex-Senador e hoje Governador Tião Viana.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, por sua contribuição a esse pronunciamento.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, quero externar aqui meus cumprimentos especiais ao Governador Tião Viana. E gostaria, se me concedesse um tempo a mais, de fazer um cumprimento especial a nossa Presidente Dilma, que estreou nas relações internacionais no mais alto estilo, como excelente anfitriã do Presidente da maior potência do Planeta, o Presidente Barack Obama.

O mais interessante foi que o Presidente Barack Obama veio ao Brasil dialogar com a nossa Presidente Dilma e foi muito bem recebido. A Presidente Dilma propôs um brinde ao sonho americano, ao sonho de Martin Luther King, de liberdade e de esperança. E a esse brinde foi acrescentado pelo Presidente Obama: “que é também um sonho de harmonia e de paz”.

E, passando por tudo que foi noticiado da visita do Presidente Obama ao Brasil, vale a pena ressaltar algumas frases ditas, da própria lavra do Presidente. Ele disse que é do interesse dos Estados Unidos que mais países venham a contribuir para a segurança e a prosperidade globais. E ele cumprimenta o Brasil por estar dando grande contribuição nesse sentido.

O Presidente Obama disse que o espírito do capitalismo pode triunfar junto com o espírito da justiça social. E o Brasil também está trabalhando sob essa perspectiva, porque as políticas sociais do Governo brasileiro trabalham no sentido de construir a igualdade.

O Presidente Barack Obama também disse que a democracia é o caminho mais curto para o progresso econômico. E o Brasil está dando lição de democracia e está buscando o desenvolvimento econômico a partir do fortalecimento da democracia.

O Presidente Barack Obama disse: “Acredito que Estados Unidos e Brasil podem e devem ter uma relação econômica em que os dois países saiam ganhando”. E isso é fundamental, porque ele trata o Brasil em pé de igualdade aos Estados Unidos. E nós nunca olhamos os americanos de igual para igual. Agora, temos um Governo que é respeitado e encarado dessa maneira.

Para finalizar, o Presidente disse também:

Em um mundo dinâmico como o nosso, é uma satisfação ter a oportunidade de trabalhar com uma Presidente como a Senhora Rousseff e seu Governo, para ajudar a cons-

truir um Planeta mais estável, mais próspero e democrático, no qual as necessidades básicas dos povos sejam atendidas.

Ouvindo tantos elogios e tantas referências positivas do Presidente Barack Obama a nossa Presidente Dilma, eu só posso dizer que tenho muito orgulho de ser brasileiro e tenho muito orgulho de ter como Presidente da República Federativa do Brasil esta mulher fantástica chamada Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Pedro Simon deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**A SRA. MARISA SERRANO** (Bloco/PSDB – MS)

– Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB

– RR) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita a partir deste momento.

**A SRA. MARISA SERRANO** (Bloco/PSDB – MS)

– Muito obrigada.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> para me inscrever como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB

– RR) – V. Ex<sup>a</sup> estará inscrito a partir deste momento, Senador Alvaro Dias.

Concederia a palavra ao Senador Wilson Santiago por permuta com o Senador Vital do Rego, mas o Senador Wilson concorda em inverter e permutar com o Senador Luiz Henrique, a quem concedo a palavra neste momento.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil é a oitava economia do mundo. Os dados são discutíveis. Alguns falam em sétima, outros em décima, mas os dados que tenho colocam o nosso País na condição de oitava economia do mundo.

No entanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós nos encontramos na 58ª posição em relação à competitividade. O País é o 58º colocado na relação competitiva com as demais nações. Isso tem a ver com vários gargalos: tem a ver com a carga fiscal asfixiante, que já supera 35% do Produto Interno Bruto; tem a ver com a desatualizada legislação fiscal e laboral; tem a ver com a infraestrutura do País; tem a ver com a falta de investimentos na inovação.

Há poucos dias, um grupo de empreendedores, um grupo de pensadores e um grupo de líderes comunitários deste País lançaram um programa chamado Movimento Brasil Eficiente. Ao lançá-lo, basearam a

luta pela competitividade nacional em dez propostas. Eu vou ler aqui, Sr. Presidente, para que integrem os Anais desta Casa, as dez propostas, o decálogo do Movimento Brasil Eficiente, que representa, na minha visão, um anseio por um país capaz de integrar o Primeiro Mundo, capaz de ascender rapidamente ao Primeiro Mundo.

As propostas são as seguintes:

**PRIMEIRA PROPOSTA:** aprovar meta decenal (2011 a 2020) inscrita em lei própria, de ajuste do gasto público e de contenção da carga tributária... [que o movimento chama de 'Lei do Brasil Eficiente']

**SEGUNDA PROPOSTA:** aprovar meta decenal de crescimento, entre 2011 e 2020, na média de 6% ao ano, impulsionada por investimento da ordem de 25% do PIB no momento e trazendo o nível de pobreza dos atuais 24% para apenas [diz o movimento apenas e eu entendo que é apenas uma meta primeira] 15% da população.

**TERCEIRA PROPOSTA:** Limitação gradativa ao aumento do gasto público, monitorado por Conselho de Gestão Fiscal, a ser criado nos moldes do Conselho Monetário Nacional [...] que estabelecerá ajustes anuais em tributos e empenhos de despesas para atender ao estrito cumprimento da meta decenal de redução da carga tributária.

**QUARTA PROPOSTA:** Redução gradual da carga tributária, conforme a Lei do Brasil Eficiente (2011-2020), na base de um ponto percentual por ano até se atingir o patamar limite de 30% do PIB.

**QUINTA PROPOSTA:** Simplificação e racionalização do Sistema Tributário Nacional, mediante conjugação de impostos e contribuições diversas, assim se reduzindo a sua quantidade e os custos de sua administração pelo contribuinte.

**SEXTA PROPOSTA:** Transparência total na cobrança de tributos incidentes sobre a circulação econômica, mediante adoção de um "Imposto sobre Valor Agregado" (IVA) que aglutine todos os tributos hoje incidentes de cobrança federal (como IPI, PIS e Cofins, CIDE e IOF) e federativos (como ICMS e ISS) para que o contribuinte pague uma só vez e saiba com qual alíquota final está, de fato, arcando.

**SÉTIMA PROPOSTA:** Dedicar a arrecadação integral do novo Imposto de Renda (IRPF + IRPJ + CSLL + Contribuição Patronal



ao INSS) ao financiamento da Previdência Social brasileira [...]

**OITAVA PROPOSTA:** Destinar, por ano, até 5% do PIB à infraestrutura nacional, através de investimentos do setor público, alocando a totalidade do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, a ser criado, conforme o art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo recolhimento mensal das contribuições individualizadas de seus participantes.

**NONA PROPOSTA:** Limitar o crescimento da despesa de Pessoal, fomentando a ascensão por mérito e o treinamento continuado, e das despesas em Assistência Social, por meio de aperfeiçoamento dos critérios de elegibilidade, desestimulando o socorro permanente, consolidando programas superpostos e realizando aferições rigorosas de seu retorno efetivo.

**DÉCIMA PROPOSTA:** Adotar cinco metas na gestão educacional – Aferição, Responsabilização, Premiação, Descentralização e Priorização – a fim de se obter no Brasil, nos próximos vinte anos, avanço em escolaridade comparável ao da Coreia do Sul em duas décadas passadas.

A essas metas do documento, acrescento, e procuro destacar, a necessária inversão em pesquisa científica e tecnológica. O Brasil ainda investe apenas 1,2% de seu PIB na pesquisa e no desenvolvimento. E o que é importante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que 70% dos investimentos em ciência e tecnologia ainda são realizados pelo Poder Público, quando esse quadro é inverso nos países que conseguiram tomar a nossa frente em matéria de desenvolvimento – países como a Coreia, por exemplo, onde o investimento privado é o dobro do investimento público nessa área.

O investimento em ciência e tecnologia é fundamental para que o Brasil possa ter um sistema produtivo competitivo, assim como é fundamental a redução da carga fiscal, desonerando o sistema produtivo.

Hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vivemos o fantasma da desindustrialização. Em razão de todos esses gargalos a que me referi há pouco e a que se refere o documento que acabei de ler, as nossas empresas estão perdendo competitividade no que se refere ao setor industrial. Muitos empresários estão tendo de optar por comprar produtos de outros países, principalmente de países do Oriente, a produzi-los no Brasil, já que toda a estrutura nacional de tributos e encargos não lhes permite fazer um produto competitivo em relação aos competidores internacionais.

O Brasil corre, repito, o grande risco de ver desindustrializada a sua estrutura produtiva. Ocupo a tribuna hoje para, ao salientar a importância do Movimento Brasil Eficiente, trazer para esta Casa o debate dessa questão, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Marisa Serrano.

**A SRA. MARISA SERRANO** (Bloco/PSDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas aprovou, em 1992, a Declaração Universal dos Direitos da Água e adotou, por meio de Resolução, a data de 22 de março para a celebração do Dia Mundial da Água, cujo tema neste ano será “Água e Urbanização”. Portanto, amanhã é o Dia Mundial da Água.

A escolha desse tema objetiva “chamar a atenção para o impacto da urbanização, industrialização e incertezas causadas pelas mudanças climáticas, conflitos e desastres naturais nos sistemas de abastecimento urbano de água”.

Atualmente, metade da população mundial reside em cidades, e a estimativa é de que, até o ano de 2050, esse percentual atinja 69% – 69% da população mundial morando em cidades! Por isso, o esforço das lutas ambientais deve se voltar, cada vez mais, para o espaço urbano e, conseqüentemente, para o foco na qualidade de vida dos seus habitantes. Se nos países desenvolvidos do hemisfério norte o processo de migração do campo para as cidades se encontra praticamente encerrado, o mesmo não se dá nas regiões mais pobres ou em desenvolvimento – justamente onde estarão concentradas, no futuro próximo, as maiores cidades do mundo.

Se a cidade representa, sem dúvida nenhuma, uma busca pela melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, também acaba por significar uma maior dificuldade no acesso à água potável em razão da urbanização, muitas vezes feita sem critério ou planejamento.

No Brasil, é muito comum ver cidades degradarem, de maneira sistemática e impiedosa, seus córregos e rios, fruto de uma política errática adotada em função da despreocupação com o planejamento e de uma visão de futuro mais curta do que aquela que nós gostaríamos que fosse adotada.

Esse problema não se resume apenas às regiões mais ricas do País nem só às regiões mais pobres do mundo. Aqui no Brasil, o processo de urbanização se deu ao longo do século XX de maneira pouco con-

tolada. Hoje, parte substancial da nossa população vive de maneira precária em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre. É só vermos o entorno de Brasília para sentirmos como os centros urbanos estão crescendo de maneira precária.

Na capital de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, só muito recentemente abriu-se uma perspectiva de preservação de nossos mananciais aquíferos, com discussões envolvendo as universidades, a prefeitura, ONGs e o Governo do Estado. Mesmo assim, ainda é muito incipiente; falta ainda uma tomada de posição mais vigorosa dos órgãos públicos a fim de que os nossos mananciais sejam preservados para nós agora, para o presente e também para o futuro.

É preciso reconhecer que temos muitos passos a serem seguidos; são milhares de áreas em todo o País sem a adequada infraestrutura de fornecimento de água ou de saneamento básico. Cada brasileiro gera 120 litros diários de esgoto. Desse total, só a metade é coletada e apenas um quinto é tratado. O resultado é que nossos grandes rios se transformam em verdadeiros esgotos a céu aberto. O impacto no setor da saúde e, residualmente, na educação é imenso. As doenças geradas pelas condições insalubres comprometem a infância de maneira irreversível. Quem mora no norte do País – e o Presidente é um deles – sabe quão necessário é tratarmos do esgoto para que a saúde seja melhor, principalmente a das nossas crianças. Com isso, o Brasil vem mantendo um círculo vicioso das desigualdades, com baixos níveis de desenvolvimento sustentável.

Nesse fim de semana, recebemos a visita do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Generosamente, em vários de seus pronunciamentos, ele apresentou uma visão otimista e animadora do País. Só que temos um longo caminho a percorrer para que possamos reduzir as assimetrias que ainda temos com os países mais desenvolvidos do mundo, e a questão ambiental urbana guarda relação direta com as nossas dificuldades estruturais. A questão ambiental urbana é um termômetro de quanto ainda falta para que possamos dizer de peito aberto, com tranquilidade, que somos um país moderno e em franco desenvolvimento.

Segundo pesquisa divulgada há alguns anos pela Agência Nacional de Águas, a qualidade da água era ruim ou péssima nas bacias do Paraná, São Francisco, Atlântico Leste, Sul e Sudeste. Em outras palavras, as áreas de maior concentração populacional do País tinham os piores indicadores da qualidade da água. Ou seja, onde mora mais gente, pior é a qualidade da água.

Ainda é preciso observar que, além do esgoto doméstico, há resíduos provenientes da mineração, da indústria e da agricultura que estão sendo despejados nos rios brasileiros. Então, os rios brasileiros recebem, além de esgoto, resíduos da mineração, da indústria e da agricultura. Não há água potável de boa qualidade que resista a tudo isso. Ademais, os lixões são instalados, na maioria dos casos, sem o adequado planejamento, o que resulta, geralmente, na contaminação dos rios e dos aquíferos subterrâneos. Falo isso porque na capital do meu Estado, Campo Grande, tem um lixão que agora vai ser substituído, mas que ainda prejudica enormemente e contamina os nossos rios, os nossos córregos e, principalmente, como já disse, as nossas águas subterrâneas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso observar que cuidamos muito mal desse recurso. Fazemos isso porque nos sentimos confortáveis em ter 12% das reservas mundiais de água. Ouço muitas pessoas dizerem: “Aqui no Brasil não precisamos nos preocupar com água, porque tem água de sobra. Por que vamos nos preocupar com água?” Só que as nossas águas estão muito mal distribuídas pelo território nacional. A Amazônia, sozinha, concentra 68% do total de água. São 68% só na Amazônia. O Centro-Oeste, por outro lado, tem 16%; o Sul possui 7% de água; a região mais populosa, o Sudeste, só tem 6% de água; e o Nordeste só tem 3% de água. Ou seja, há má distribuição em todo o território nacional.

Precisamos, portanto, começar a pensar que a água não é tão abundante assim. Na verdade, trata-se de um recurso finito, que acaba. Só para se ter uma ideia, a ONU estima que o século XX foi marcado por 507 disputas internacionais em torno da água. Dessas, 21 acabaram em guerra. No caso do Oriente, lembremos que o conflito entre Israel e os países árabes envolve também questões relacionadas ao controle de fontes de água.

Não podemos, pois, continuar em nossa atitude passiva. O Brasil precisa utilizar melhor os recursos de gestão que tem à sua disposição. Possuímos, por exemplo, a Lei nº 9.433, de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Temos também uma agência, a ANA, dedicada exclusivamente a trabalhar a questão da água.

No entanto, os recursos de gestão de águas, com tudo isso, ainda são mal utilizados. A cobrança pelo uso da água ainda acontece de maneira incipiente, apesar do progresso em alguns Municípios e Estados. O reuso, a reutilização, da água por algumas atividades industriais também mereceria maior atenção e incentivo do Governo Federal. Some-se a tudo isso o

descuido com o abastecimento em torno de 40% da água captada, que é desperdiçada no País.

Se pensarmos que 40% da água que se capta para uso urbano é desperdiçado, imagine a quantidade de água que estamos desperdiçando. É desperdiçada também na chegada, no local de uso, no seu fim, pelas pessoas de várias maneiras: na lavagem de carro, de calçada, quando, ao escovarem os dentes, as pessoas deixam a torneira aberta a todo vapor. Tudo isso significa que estamos maltratando a água, estamos usando mal a água. Nosso ex-Deputado Federal pelo Espírito Santo, nosso companheiro e colega, sempre dizia que os carros brasileiros nunca vão ter cárie, porque são lavados sistematicamente com água fluoretada. Usamos a água fluoretada, que é uma água rica, para lavagem de carro, calçada, como se a água fosse um bem infinito, e não o é. É um bem finito.

Para terminar, Sr. Presidente, no dia 22 de março, amanhã, é um momento de reflexão e estudo. É o Dia Mundial da Água. Mas também é hora de agir e cobrar providências de um Governo Federal que tão pouco fez pela água nesses últimos anos.

Deixo aqui a minha preocupação, que acredito não ser só minha, mas de tantos brasileiros que sabem da importância da água, da importância de cuidar das nossas nascentes, da importância de cuidar dos nossos rios, dos nossos córregos, da importância de ver as nossas cidades cuidarem da água tratada e de toda a população saber que esse é um bem finito, do qual precisamos muito de cuidar, para que garantir a vida no nosso planeta. Só há vida, se existir água. Portanto, queremos que a água continue existindo, para que haja vida no planeta.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra neste momento ao próximo orador inscrito, Senador Wilson Santiago.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Senadora, Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, está sendo lançado amanhã, aqui em Brasília, no Centro Cultural Banco do Brasil, às 19 horas, o livro da jornalista e escritora Regina Echeverria sobre o Presidente Sarney. É um livro de 600 páginas. Quero parabenizar a jornalista pela obra: há tempos, aguardávamos uma biografia desse personagem marcante – todos o conhecemos – da cena política brasileira.

Regina é uma biógrafa de sucesso, dedicada a recontar a vida de grandes figuras da nossa música, da nossa história, como Elis Regina, Cazuza, Luiz Gonzaga, o Gonzagão, e seu filho, o Gonzaguinha, Mãe Menininha do Gantois e Pierre Verger, o francês

mais afro-brasileiro que houve. Com *Sarney, a Biografia*, faz sua primeira e brilhante incursão no universo político.

Jornalista premiada, Regina trabalhou em *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Isto É*, *Placar*, *Folha de S. Paulo*, *Caras*, além de dirigir programas na TV Bandeirantes e na Rede TV.

Seu livro sobre o Presidente Sarney reúne mais de 180 entrevistas. Em cinco anos de trabalho, além de consultar arquivos oficiais, pessoais e de imprensa, ouviu jornalistas, amigos, antigos colaboradores e muitos adversários do próprio biografado. Daí nasceu biografia sólida, em que a autora mescla acontecimentos da história brasileira com a trajetória ímpar do menino do Maranhão que o destino fez chegar à Presidência da República com a tarefa de fazer o Brasil retomar o caminho da democracia.

Com mais de 55 anos de atuação, Sarney é parte do cenário político e cultural brasileiro. É o político da República que, de longe, mais tempo permaneceu em atividade.

O livro de Regina é excepcional tanto pelo seu trabalho documental – nada é afirmado sem base em elementos comprovados – como pela isenção e pela qualidade da escrita. É história e jornalismo em obra equilibrada, que traz a análise dos fatos, com críticas, méritos e até eventuais deméritos, sem fazer julgamento de valor. O leitor que o faça.

É também retrato da figura humana do Presidente Sarney e suas múltiplas facetas: o escritor e o acadêmico, o político brasileiro de mais longa carreira no Parlamento brasileiro, o protagonista de grandes acontecimentos históricos, o Presidente da República que fez a redemocratização.

Regina faz um retrato à altura do nosso Presidente, de sua história e da história brasileira. Merecem os parabéns a autora e o biografado: ele, por existir; ela, por descortiná-lo tão bem.

Veja, Sr. Presidente, o lançamento amanhã dessa biografia do Presidente Sarney, desse livro da Regina, repito, no Centro Cultural Banco do Brasil, às 19 horas, será um momento marcante para a vida não só do Presidente Sarney, como também daqueles que acreditam e apostam num homem que fez o que é possível se fazer nos mandatos que exerceu, nas oportunidades que teve, durante toda sua história e sua vida, à frente e no comando não só do País, como desta Casa.

Parabéns a Regina! Parabéns a todos os colaboradores! E parabéns, enfim, ao Presidente Sarney, por essa história brilhante que tem não só registrada nos Anais desta Casa, como também na vida e na história do povo brasileiro!

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra para uma comunicação de liderança ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, já ouvimos hoje diversos pronunciamentos sobre a visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, inclusive de V. Ex<sup>a</sup> e, portanto, de passagem, faço algumas observações.

Considero de importância histórica a visita do Presidente, sobretudo porque, nos últimos anos, tivemos o comprometimento dos canais de comunicação do nosso País com os Estados Unidos, em razão de uma estratégia terceiro-mundista adotada pela diplomacia brasileira, com objetivos conhecidos e reconhecidos por alguns, como por exemplo a busca de apoio para que o nosso País alcançasse um lugar no Conselho de Segurança da ONU.

A visita do Presidente Barack Obama restabelece os canais de comunicação com maior eficiência e, certamente, retornamos àquele patamar histórico de relacionamento entre Brasil e Estados Unidos.

As perspectivas, portanto, que se abrem são positivas, um pragmatismo maduro parece projetar na abordagem do Itamaraty no âmbito das relações bilaterais. Do lado norte-americano, há sinais promissores, indicando disposição de alçar nível de relação econômica bilateral a um novo patamar, já que todos sabemos levamos, no momento, desvantagem na balança comercial, importamos muito e exportamos pouco para os Estados Unidos. E há, obviamente, uma tarefa de se recuperar terreno e reverter esse quadro de desvantagem na balança comercial, tão acentuada como ocorre atualmente.

O Presidente Obama disse literalmente que “é hora de tratar o diálogo econômico com o Brasil tão seriamente quanto tratamos com a China e a Índia”. Essa frase do Presidente é que nos anima a acreditar que se abrem novas perspectivas no relacionamento comercial entre o Brasil e os Estados Unidos.

A percepção do especialista Matias Spektor, Coordenador de Estudos de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e ex-pesquisador do Council on Foreign Relations, sediada em Washington, reforça a tese de interrupção do diálogo construtivo entre as duas nações. Segundo ele, “a visita cumpriu o que era objetivo central: restaurar um canal de comunicação no nível mais alto, que tinha ficado deteriorado”, nos últimos anos.

Desejamos que o Brasil possa vocalizar, de forma clara e objetiva, de que maneira pretende promover uma “multipolaridade benigna”, retórica agora adotada

para justificar a pretensão de um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Como nos alerta Matias Spektor, para que essa retórica seja convincente, precisa vir aliada “a gestos que mostrem por que o Brasil quer fazer parte dessa multipolaridade”.

O momento é crucial para uma retomada madura das relações bilaterais Brasil/Estados Unidos, estagnadas nos últimos anos em face de idiosincrasias palacianas.

Retórica à parte, sabemos que, como diz a estrofe do poema de Ruy Guerra, há “distância entre intenção e gesto”. Precisamos eliminar essa distância.

Mas, Sr. Presidente, era objetivo nosso, hoje, fazer uma abordagem mais ampla sobre a questão do ingresso recorde de dólares no nosso País, uma enxurrada ou uma inundação de dólares nos primeiros meses do ano, um verdadeiro *tsunami* cujas consequências para a economia nacional podem ser danosas.

Em apenas 70 dias, o Brasil recebeu mais dólares do exterior do que nos 365 dias do ano passado: até 11 de março último, ingressaram no País mais de US\$30 bilhões acima do que saiu. Em contraposição, em todo o ano de 2010, o saldo líquido, a diferença entre remessa e ingresso, foi de US\$24 bilhões. Isso dá ideia da magnitude da situação.

Parte do fluxo de recursos tem sido direcionado para investimentos diretos, o que é bom. O problema é que o banco informou também que a dívida com vencimento em até doze meses praticamente dobrou desde 2009. Analistas de mercado avaliam que, por serem operações de curto prazo, muitas não estariam ligadas a recursos para investimento, mas à especulação com a queda do dólar. Na crise de 2008, várias empresas que especularam com o câmbio tiveram prejuízos e foram socorridas pelo Governo.

Uma fatia considerável dos ingressos busca aqui o ganho fácil dos juros campeões mundiais. Não custa repetir que o Brasil é o país onde se praticam as cada vez mais exóticas taxas do planeta. Enquanto aqui se paga algo em torno de 6% de juros reais ao ano, a média mundial é de 0,9% negativo. A Austrália, segundo lugar no *ranking*, pratica 2% anuais. Portanto, esses dólares ingressam e obviamente retornam ao país de origem sem gerar aqui empregos, renda, receita pública, como seria desejado pelo País.

Neste ano, o BC já elevou a taxa básica duas vezes, aumentando a Selic em um ponto percentual, até os atuais 11,75%. Mas o juro alto não surge por criação espontânea. Ele decorre de um desequilíbrio persistente dos gastos públicos.

Como se endivida demais, o Governo tem de pagar mais para tomar recursos. Com isso, encarece o

custo do dinheiro no País com juros mais altos e também força os agentes privados a buscar outras fontes de financiamento, principalmente no exterior.

É por isso que um volume expressivo do nosso atual *tsunami* de dólares vem de captações externas de empresas brasileiras, que já buscaram US\$12,4 bilhões no mercado internacional até agora. Esse número deve crescer muito ao longo do ano porque a operação é muito atrativa para as empresas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O risco está numa eventual reversão da economia mundial, com alta repentina dos juros internacionais e valorização do dólar. Numa época de tragédias instantâneas, como a que leva o Japão à sua pior crise desde a Segunda Guerra, e com os principais países produtores de petróleo envolvidos em turbulências internas de monta, é bom pôr as barbas de molho.

Os jornais andam informando que o Governo pretende agir e planeja encarecer as contratações de empréstimos em moeda estrangeira, voltando a taxá-las com o IOF, e até mesmo instituir a quarentena para dificultar a saída do capital do País. Seria uma forma de também esfriar o crédito concedido no País: recursos captados no exterior são responsáveis por 20% do *funding* dos bancos para empréstimos dados a empresas e pessoas físicas.

A entrada expressiva de dólares gera outras consequências danosas para a economia como um todo, com custos consideráveis, seja financeiros, seja na economia real. O excesso de oferta de dólar valoriza a moeda nacional, o real, e encarece nossos produtos vendidos ao exterior, diminuindo nossa competitividade.

Ao mesmo tempo, barateia as importações, o que também colabora para segurar a inflação, mas o impacto disso no balanço de transações correntes é desastroso.

Tudo somado, o parque produtivo local sai fragilizado. Não há exemplo mais evidente disso do que o dado pelo comportamento da indústria brasileira nos últimos meses. A produção do setor caiu 2,6% desde abril até janeiro último e o nível de emprego está 1,8% abaixo do patamar pré-crise, conforme mostra o IBGE.

A indústria é, reconhecidamente, o setor da economia que abriga a mão de obra mais qualificada, paga os melhores salários e alimenta a inovação. Se definha, enfraquece o mercado nacional e os danos se disseminam: sofrem as siderúrgicas mineiras, os

calçadistas gaúchos, os fabricantes de eletrodomésticos de Manaus.

Outro efeito não desprezível do *tsunami* de dólares são os gastos do Banco Central para sustentar nossas monumentais reservas internacionais. Neste ano, elas engordaram US\$20 bilhões, atingindo US\$311 bilhões no total.

O Banco Central tem de emitir títulos para enxugar o mercado de dólares, que são, por sua vez, investidos em papéis do Tesouro americano. Ou seja, contrata dívida cara em favor de uma aplicação pouco remunerada. Cerca de 1% do PIB se esvai nessa operação: no ano passado, isso custou US\$27 bilhões, ou dois Bolsa Família.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Agora, para concluir, Sr. Presidente, o *tsunami* de dólares tem razões globais, uma vez que a sobra de recursos no mundo é hoje gigantesca. Mas há desequilíbrios locais que explicam boa parte da atratividade brasileira: o desmesurado gasto público e seus efeitos sobre os juros. A gestão do PT tem responsabilidades diretas sobre isso.

Enfim, há razões de sobra para muita preocupação por parte da Presidente da República, que já vem adotando algumas medidas na direção do rigor fiscal, mas que certamente ainda se constituirão insuficientes diante do desequilíbrio que há, aqui exposto, sobretudo atraindo essa enxurrada de dólares, exatamente em função do cenário econômico que nós estamos vivendo hoje no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, como orador inscrito, por permuta com o Senador Jorge Viana, ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, em primeiro lugar, antes de falar da visita significativa do Presidente Barack Obama ao Brasil, eu gostaria de, aqui, dar uma informação ao Senado Federal e aos membros da Subcomissão Administrativa, designada pelo Senador Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Desde a semana passada, o Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), designou o Senador Cícero Lucena, o Senador Vital do Rego, o Senador Benedito Dias, o Senador Ricardo Ferraço e este Senador para, no prazo de 90 dias, apresentarmos nosso relatório. Foi eleito Presidente da Comissão; o Senador Ferraço

ço foi designado Relator, por consenso de todos nós. Combinamos de, nesta primeira semana, ouvirmos os representantes da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para que apresentem o trabalho encaminhado à Mesa Diretora no ano passado. Também vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati, Relator da Subcomissão anterior, bem como o Senador Pedro Simon, que, como membro da Comissão de Reforma Administrativa, deu uma contribuição muito importante.

Como primeiro passo, faremos, amanhã, às 18h30, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a primeira audiência com os professores responsáveis pelo projeto: Bianor Cavalcanti, Marcus Vinicius Rodrigues e Frederico Lustosa. Foi apresentado requerimento pelo Senador Ricardo Ferraço, para que esses professores discorressem sobre o estudo elaborado pela FGV sobre a estruturação do Senado Federal. Portanto, amanhã, nós nos reuniremos às 18h30, na CCJ, na sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II desta Casa.

Sr. Presidente, considero que foi da maior relevância e conteúdo a visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que foi muito bem recebido pela nossa Presidenta Dilma Rousseff, que, no sábado, teve prolongada reunião com ele e ofereceu um almoço, em que havia mais de duzentos convidados, entre os quais todos os líderes dos diversos partidos da Câmara e do Senado e os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores. Como um dos presidentes dessa Comissão em anos passados, de 2003 a 2004, tive a honra de também ser convidado e pude apreciar o diálogo significativo entre a Presidenta Dilma e o Presidente Obama. Também tive a honra de ter sido convidado pelo Governador Sérgio Cabral, a quem agradeço, para, ontem, à tarde, ouvir o importante discurso do Presidente Barack Obama proferido no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

No sábado, logo que o Presidente Barack Obama se aproximou da mesa em que ia almoçar, tomei a iniciativa de entregar-lhe, pessoalmente, em mão, uma carta, acompanhada de uma carta minha, do *co-chair* ou co-Presidente da Rede Mundial da Renda Básica, da Basic Income Earth Network, Professor Karl Widerquist, da Universidade de Georgetown, no Qatar, no *campus* do Qatar, e também editor do *Newsletter the U.S. Basic Income Guarantee Network*, ou Rede Norte-Americana da Renda Básica.

Quando, em Nova York, fiz uma palestra para os membros do XI Congresso Norte-Americano da Renda Básica, eles me pediram que eu entregasse esta carta ao Presidente Barack Obama. Na hora em que a entreguei – a Presidenta Dilma Rousseff, inclusive, ao lado, cumprimentou-me –, apresentei-me, e o Presidente Obama me disse: “*You might be sure that I will*

*read it*”. Isso significa: “O senhor pode estar certo de que lerei a carta”.

Minha carta, que introduz a carta de Karl Widerquist, em nome da BIEN e da U.S. Basic Income Guarantee Network, diz o seguinte:

Sr. Presidente Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América,

Durante o XI Congresso Norte-americano da Rede de Renda Básica Garantida em Nova York, nos dias 25 a 27 de fevereiro, quando todos os membros tomaram conhecimento de sua visita ao Brasil, foi-me solicitado entregar-lhe a carta anexa, escrita pelo Comitê da Rede de Renda Básica Garantida, e pelo Comitê de Rede Mundial de Renda Básica, através do Professor Karl Widerquist, da Georgetown University-Qatar, co-Presidente da BIEN e editor da USBIG Newsletter.

No seu belo discurso de 24 de julho de 2008, em Berlim, Vossa Excelência mencionou que agora ‘os muros entre os países que têm mais e os que têm menos não podem continuar. Os muros entre raças e tribos, nativos e migrantes, entre cristãos e muçulmanos e judeus não podem continuar. Agora, esses são os muros que devemos derrubar’. Todos nós, desde então, ficamos muito otimistas e prontos para lhe ajudar na construção de instituições para a criação de um mundo justo e civilizado, sem muros separando, por exemplo, Israel da Cisjordânia, EUA de Cuba, de México e do resto da América Latina, e assim por diante.

Gostaríamos de ver principalmente nas Américas, algum dia, assim que for possível, do Alasca até a Patagônia, a aplicação do direito de cada um participar da riqueza das nações, como explicada de forma bastante clara por Thomas Paine, em ‘Justiça Agrária’, em 1795, através da aplicação de um instrumento de política econômica que mais e mais está sendo levado em consideração nos cinco continentes: a Renda Básica de Cidadania, paga incondicionalmente a todos os habitantes de cada nação.

O Brasil já aprovou a Lei nº 10.835/2004, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institui, passo a passo, sob o critério do Poder Executivo, começando com os mais necessitados, como o Bolsa Família o faz, a Renda Básica de Cidadania a todos os residentes da nação. Algum dia, ela será incondicional e igual para todos. Ela ajudará a Presidenta Dilma Rousseff a atingir seu objetivo



mais importante: erradicar a pobreza absoluta e promover maior igualdade e justiça.

Como bem argumentou o Professor Philippe Van Parijs, essa será a mais eficiente e a melhor forma para elevar o nível da liberdade real e dignidade para todos, salientado pelo Professor Amartya Sen, onde o desenvolvimento, se for para valer, deve aumentar o grau de liberdade de todas as pessoas em cada país. O Professor Van Parijs enfatizou também que a introdução da Renda Básica de Cidadania contribuirá de fato para a aplicação dos três princípios de justiça, enumerados pelo Professor John Rawls: o princípio de igual liberdade, o princípio da diferença e o princípio de igualdade de oportunidades para todos.

Nos Estados Unidos, Vossa Excelência já tem um exemplo muito positivo, por 28 anos, o sistema de Dividendos do Fundo Permanente do Alasca, que fez do Alasca um dos Estados mais igualitários dos Estados Americanos. Nós, os membros da BIEN e os membros da USBIG, estamos prontos para trabalhar com a sua equipe para debater como a proposta de Renda Básica Garantida para todos, como bem defendida por um dos mais brilhantes economistas americanos, Professor James Tobin, e por seu maior exemplo de lutador pela liberdade, Martin Luther King Jr., poderá conduzir à realização do seu mais alto sonho: que, algum dia, estaremos todos juntos na mesa da fraternidade.

Bem-vindo ao Brasil. Com os meus cumprimentos,

O abraço amigo,  
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP)

Co-Presidente de Honra da Rede Mundial de Renda Básica

Coordenador da Renda Brasileira de Renda Básica

Portanto, essa minha carta apresenta a carta, que conjuntamente entreguei, do Professor Karl Widerquist, em nome da BIEN e da U.S. Basic Income Guarantee Network, nos seguintes termos:

Senhor Presidente [Barack Obam],  
Escrevo-lhe esta carta por ocasião de sua visita ao Brasil – o primeiro país do mundo a aprovar uma lei autorizando a implantação por etapas da Renda Básica Incondicional a toda a população. A lei (nº 10.835/2004) foi aprovada por consenso de todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de

janeiro de 2004. De acordo com a lei, a Renda Básica será introduzida gradualmente, começando com os mais necessitados, a exemplo do Programa Bolsa Família.

A Renda Básica [de Cidadania] é uma ideia simples de uma pequena quantia garantida por governo paga a todos os cidadãos. Hoje ela existe apenas num lugar: o Estado de Alasca. Durante os últimos 28 anos Alasca tem distribuído um dividendo, financiado pelos rendimentos do petróleo, a cada homem, mulher e criança residentes no Estado. O dividendo do Fundo Permanente do Alasca tem variado entre \$1000 a \$2000 por pessoa, por ano. Passou a ser um dos programas estaduais mais populares dos Estados Unidos. Tem contribuído para tornar o Alasca um Estado com a mais alta igualdade econômica e a mais baixa taxa de pobreza dos Estados Unidos.

Muitas oportunidades existem para introduzir um programa similar a nível federal. O Cap-and-Dividend e Tax-and-Dividend destinados contra o aquecimento global incluem uma pequena quantia de Renda Básica. A inclusão desse dividendo poderá ajudar a contra-argumentar (usado contra a abordagem Cap-and-Trade) que a tributação sobre emissões de carbono prejudicaria as famílias americanas de classe média.

Durante a sua estadia no Brasil, Vossa Excelência terá a oportunidade de dialogar sobre a Renda Básica com a Presidente Dilma Rousseff e com o autor da lei que criou a Renda Básica, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Ele explicará de como o Bolsa Família poderá ser expandido para a verdadeira Renda Básica e de como ela poderá ajudar a atingir o principal objetivo da Presidente Dilma Rousseff a erradicar a pobreza absoluta e promover mais igualdade e justiça.

Acredito que Vossa Excelência possa melhorar o sucesso do Bolsa Família e do Dividendo do Alasca avançando em direção à Renda Básica nos Estados Unidos. A Universidade de Alaska-Anchorage realizará um workshop intitulado “Exportando o Modelo do Alasca” no dia 22 de abril de 2011. Vários pesquisadores debaterão de como programas desse tipo podem ser implantados e melhorados. Convido Vossa Excelência a designar um membro de sua equipe para participar do workshop.

Atenciosamente,  
Karl Widerquist

Ele é, justamente o *co-chair* da Basic Income Earth Network.

Aqui estão, todos de acordo, os membros do Comitê Executivo: Ingrid Van Niekerk, Karl Widarsquist, David Casassas, Almaz Zelleke, Yannick Vanderborght, James Mulvale, Dorothee Schulte-Basta, Pablo Yanes, Andrea Fumagalli; os presidentes co-honorários: Eduardo Suplicy, Guy Standing e Claus Offe; e o *chair* (presidente) do Conselho Internacional de Aconselhamento, Professor Philippe Van Parijs; além dos professores membros do Comitê Executivo da U.S. Basic Income Network: Michael Howard, Eri Noguchi, Michael Lewis, Almaz Zelleke, Steven Shafarman, Al Sheahen, Dan O'Sullivan, Karl Widerquist e Jason Burke Murphy.

Eu gostaria de dizer como as palavras proferidas pelo Presidente Barack Obama, sobretudo no seu discurso maior, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ontem à tarde, consistente com as demais manifestações, foram muito consistentes com tais propósitos.

Quero assinalar, dada a relevância do que disse o Presidente Barack Obama, alguns dos trechos que achei mais bonitos, comoventes, e que nos empolgaram a todos, as mais de 2.244 pessoas que lotaram todos os assentos e as muitas pessoas que ainda ficaram em pé, ali, no Teatro Municipal.

Ele começou seu pronunciamento dizendo que estava competindo com o jogo Vasco e Botafogo, e disse: "Bom dia a todos, cidade maravilhosa, boa tarde a todo o povo brasileiro". Ele recordou que uma de suas primeiras impressões do Brasil foi quando assistiu, ainda jovem, ao lado de sua mãe, ao filme Orfeu Negro, que o impressionou tanto porque justamente falava da vida das pessoas nas favelas do Rio de Janeiro. Aquilo o havia tocado muito. Ele disse que sua mãe já havia falecido, mas que ele avaliava que sua mãe, lá no céu, ficaria muito contente por saber que ele estava visitando o Brasil, pela primeira vez, como Presidente da República.

Sabe, Sr<sup>a</sup> Senadora Gleisi Hoffmann, o filme Orfeu Negro também foi um dos que mais me impressionou na minha adolescência. Tinha passagens tão lindas, que podem ser consubstanciadas em como era a vida das pessoas nas favelas do Rio de Janeiro pela música, por exemplo, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, que dizia:

Tristeza não tem fim

Felicidade, sim

[...] A gente trabalha o ano inteiro [...]

Era para comprar a roupa para passar o carnaval e, infelizmente:

[...] tudo se acabar na quarta-feira.

(Interrupção do som.)

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) –

Isso mostrava uma situação de muita tristeza. Aquela música, de uma maneira tão bela, mostrava a forma como as pessoas, no Rio, nas favelas, sentiam as suas dificuldades, mas tinham os momentos de alegria com o samba, no carnaval, quando iam desfilar fantasiados de arlequim e do que mais fosse.

Mas aí havia uma coisa tão bonita, que de alguma forma foi referida aqui, porque o Presidente Barack Obama enalteceu o fato de o Brasil, depois de ter vivido anos de ditadura militar – quando tivemos progresso, mas não progresso do ponto de vista social devido –, em que houve concentração de renda e riqueza, hoje, com a democracia, vivenciar a possibilidade de uma pessoa que veio lá do interior de Pernambuco e que foi operário tornar-se Presidente da República; e de uma mulher que tinha vivido as circunstâncias da falta de liberdade e de até ter sido torturada poder chegar à Presidência da República, e com uma assertividade, uma firmeza de caráter e de propósitos tão grandes. Isso tudo – ele dizia – fazia com que ele sentisse o Brasil não mais como o Brasil do futuro, mas o Brasil que está se organizando agora.

De alguma maneira, isso faz lembrar aquilo que está no Orfeu do Carnaval, outra música tão bela, porque o que todos esperávamos era que um dia pudessem as pessoas do Brasil cantar: "Manhã, tão bonita manhã; a vida, uma nova canção..." É justamente essa nova possibilidade que estamos construindo por meio da democracia, e, como ressaltou o Presidente Barack Obama, tornando-nos um exemplo para o mundo, inclusive para os países árabes, para a China, torcendo também para que Cuba possa se tornar mais e mais uma nação democrática, depois de, em 1959, ter realizado a sua revolução.

Fiquei até aguardando... Quem sabe lá no Chile, hoje, ou em El Salvador – na América Central, ao lado de Cuba –, ao lado do Presidente Mauricio Funes, casado com uma brasileira que é nossa companheira no PT, um presidente progressista, quem sabe ao seu lado ele possa até anunciar algo que eu gostaria de tê-lo ouvido falar aqui, mas que ele está reservando, seja para falar no Chile ou em El Salvador. Ao lado do Presidente Mauricio Funes fará muito sentido e, quem sabe, ele possa dizer: "Vamos logo dar os passos para acabar com o bloqueio a Cuba, para que não haja mais a necessidade de termos quaisquer restrições". Porque aquele homem...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) –

...que, perante o Muro de Berlim, mencionou, em 24 de julho de 2008, que era hora de não mais aceitar-

mos quaisquer muros (*fora do microfone*) que separem os que muito têm dos que pouco têm, as pessoas de quaisquer origens e religiões, os migrantes dos não-migrantes e tudo, quem sabe esse homem possa, então, dizer: “Que possamos nós acabar com os muros que separem os Estados Unidos do México e de toda a América Latina”. E, quem sabe, então, nisso se incluirá Cuba e quaisquer dificuldades que ainda persistam para que Cuba e todos os cubanos possam ir aos Estados Unidos e voltar, e os americanos possam entrar e sair dos Estados Unidos com maior liberdade, inclusive estimulando Cuba – como parece que já está acontecendo bastante este ano – a libertar aquelas pessoas dissidentes por opiniões. E, inclusive...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – ...permitir que, mais e mais, haja liberdade para que blogueiras como Yoani Sánchez possam dizer das suas impressões (*fora do microfone*).

Entendo que a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos alcançou um novo nível com a visita do Presidente Barack Obama.

Para concluir, eu quero dizer que, como disse o Senador Pedro Simon e outros que aqui hoje falaram, estou de acordo com a precaução do Brasil em ter votado pela abstenção com respeito à intervenção da ONU na Líbia, porque, sobretudo, o Governo brasileiro expressou a sua preocupação com a população civil, e é muito importante que quaisquer ações ali levem em conta o esforço maior para a resolução do problema da Líbia, da democratização da Líbia, por meios pacíficos, deixando as armas, na medida do possível, inteiramente de lado.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Gleisi Hoffmann.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Senador Supply, estava muito bonita a sua recordação. As músicas, também.

Com a palavra, o Senador Vital do Rego.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minha querida colega Senadora Gleisi Hoffmann, feliz estou eu por poder falar ao Brasil com a presença de V. Ex<sup>a</sup> na Presidência dos nossos trabalhos na tarde e noite de hoje.

Eu disse, no primeiro encontro que tive com o Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que a presença dele era bilateral nesse Governo. Tanto desempenhará no Ministério das Comunicações o

mesmo brilho, competência e eficácia que teve à frente do Ministério do Planejamento como terá aqui um braço forte para falar do Paraná, do Brasil, da mulher brasileira, que vem constituindo o rico desempenho de V. Ex<sup>a</sup> no meio de todos nós. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por extensão ao Ministro Paulo Bernardo.

Meus companheiros colegas Senadores, queridíssima Presidente, nós temos vivido hoje, na imprensa nacional, dois assuntos de relevo no mundo. Primeiro, o acompanhamento das fricções bélicas que estão se desenvolvendo na Líbia. Queria comungar, já e de pronto, com o Senador Eduardo Supply, que me antecedeu há pouco, e com meu querido e fraternal companheiro Pedro Simon quanto à prudente avaliação brasileira à frente da ONU e sua manifestação clara pela abstenção de um conflito armado e aberto, tendo em vista o perigo da exposição de civis, que já somam algumas dezenas de abatidos por força da ação multilateral contra o Governo da Líbia.

A outra notícia que varre o mundo – e esta é extremamente positiva – é a presença do Presidente Obama no Brasil. Sou de uma geração que, quando jovem, via com reservas as relações com os Estados Unidos, magistralmente sintetizadas nas palavras de ordem: *American, go home*. Não faltavam razões para a desconfiança: apesar de próximos, os países nunca foram íntimos, e a tentativa de estabelecer uma “relação especial” não prosperou.

Retrospectiva histórica mostra que, durante a Segunda Guerra Mundial, houve o único período em que o Brasil ganhou com essa relação. E o Presidente Obama, em um de seus célebres discursos no País, citou essa relação acontecida durante a Segunda Guerra Mundial.

Para piorar o quadro, o papel desempenhado pelos Estados Unidos no golpe militar de 1964 ajudou a reforçar essa visão pouco simpática minha e da minha geração. Sou, Senador Paulo Paim, extraordinário líder nesta Casa, um dos órfãos da ditadura militar. No dia 13 de janeiro de 1969, de uma assentada, fruto daquele movimento dito “revolucionário”, perdiam os mandatos de Deputado Federal o meu pai, Vital do Rego, e o meu avô Pedro Gondim. No mesmo dia, de uma assentada, na mesma hora, eles dois, paraibanos, foram vítimas do arbítrio e de uma cassação injustificada. Por isso, desde logo o papel desempenhado pelos Estados Unidos abastecendo e fortalecendo aquilo que foi dito como golpe em 64 feriu de morte a minha geração e, especialmente, a minha família.

Os tempos mudaram, os Estados Unidos mudaram e o Brasil mudou junto. E não existe simbologia mais forte para retratar essas mudanças que a reunião de um presidente negro norte-americano com Dilma



Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, uma ex-guerrilheira torturada por esse mesmo golpe de 64, por essa mesma ditadura. O Presidente Obama falou também nesse assunto.

Complementando esse retrato no Theatro Municipal do Rio de Janeiro estava Alfredo Sirkis aplaudindo Barack Obama, ele que também cerrou fileiras contra a ditadura e gritou palavra de ordem em 64.

A vinda de Obama ao Brasil, como bem ressaltou o *Le Monde*, coloca muitas interrogações. E sobre essas interrogações eu quero falar a V. Ex<sup>as</sup>. O que mobiliza a presença do Presidente dos Estados Unidos no País? A evolução surpreendente da crise no Oriente Médio, que dificulta o acesso norte-americano ao petróleo da região? Essa é uma primeira indagação. Numa situação como esta, o pré-sal brasileiro entra na agenda dos Estados Unidos e ganha a importância que merece.

Para os Estados Unidos, a Índia aparece, ao lado da China e da Rússia, como centro-chave da influência no mundo, enquanto o Brasil, dia após dia, aparece com uma influência crescente nas decisões mundiais.

A organização da agenda presidencial é sempre um gesto carregado de simbolismo aqui no Brasil, nos Estados Unidos, em qualquer parte do mundo.

A primeira viagem internacional da nossa Presidente foi à Argentina, e não aos Estados Unidos, expressando o simbolismo da presença brasileira e mostrando para os dois países a importância vital, querido Senador Ferraço, que nosso País dá à relação no âmbito do Mercosul.

Foi uma surpresa para mim e para todos nós o anúncio do Presidente Obama ao Congresso americano de que ele viria ao Brasil. O significado desse simbolismo é a disposição política de reatar relações de níveis melhores do que bom como existiam em algum lugar do passado, apesar das nossas diferenças ideológicas e posicionamentos discrepantes.

Os discursos de ambos os Presidentes foram emblemáticos para desconstruir reservas e definir a posição brasileira no tocante ao papel do nosso País não apenas nas relações bilaterais, mas também no concerto das nações. Cordialidade e contundência definiram a tônica do discurso da nossa Presidente.

Inicialmente, Dilma Rousseff registrou as identidades dos países que souberam erguer duas das maiores democracias da América e ousaram também levar aos seus mais altos postos um afrodescendente e uma mulher, demonstrando que o alicerce da democracia permite o rompimento de barreiras para a construção de sociedades justas, igualitárias, generosas e harmônicas.

Fez questão de registrar também que, dos nove chefes de Estado norte-americanos que visitaram oficialmente o Brasil, ele, Obama, era o que encontrava o País em um momento mais vibrante.

Ao longo do dia de hoje, eu acompanhei os retratos, os registros da imprensa nacional, essencialmente a imprensa televisiva, falando da beleza que foi a manifestação popular de acolhimento ao Presidente Obama aqui em Brasília e especialmente na capital carioca. Nas visitas que fez à Cidade de Deus, nas visitas que fez ao Cristo Redentor, ao lado dos seus simpáticos familiares, Obama sempre teve a generosidade, o carinho, a alegria do povo brasileiro para dar enlevo especial à sua presença.

Em síntese, Dilma defendeu a importância de romper uma retórica vazia que marcou as relações entre os dois países até o passado recente e bateu forte pelo fim das medidas protecionistas que tanto prejudicam o comércio do etanol, da carne bovina, do algodão, do suco de laranja e principalmente do aço, por exemplo, além de defender o alargamento das parcerias tecnológicas e educacionais para o futuro.

A síntese econômica, o conceito econômico do Governo brasileiro foi muito bem expresso pela nossa Presidente quando pediu, de forma enfática, a quebra dessas barreiras protecionistas.

Cobrou com firmeza o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esse, sem dúvida alguma, foi um dos meus desencantos. Eu esperava que o Presidente Obama fosse mais enfático no apoio ao Brasil, em uma luta que não é apenas da nossa Presidente Dilma, mas, faça-se justiça, vem desde o primeiro momento, porque o homem que revolucionou a política brasileira nos últimos tempos, chamado Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o papel de Presidente da República brasileira.

Para bem fundamentar os seus argumentos, a Presidente lembrou do trabalho incansável feito pelo Brasil em prol da reforma na governança do Banco Mundial e do FMI e foi incisiva ao descrever o que move o Brasil em direção ao Conselho de Segurança: “a certeza de que um mundo mais multilateral produzirá benefícios para a paz e a harmonia entre os povos”. A multilateralidade dessas opiniões certamente serão fundamentais para a harmonia e a paz entre os povos, essencialmente pela importância que o Conselho de Segurança da ONU tem ainda para todos nós.

Como capital inestimável, reafirmou o compromisso brasileiro com a paz, com a democracia, com o consenso. Orgulhosamente, detalhou que esse compromisso não é algo conjuntural, mas, diz a Presidente, “é integrante dos nossos valores: tolerância, diálogo, flexibilidade. É princípio inscrito na nossa Constitui-

ção, na nossa história, na própria natureza do povo brasileiro”.

A esse propósito, Obama declarou apreço, ao contrário do apoio explícito que ofereceu à Índia, à proposta brasileira e defendeu regras para a participação do País ou dos países no Conselho.

Para os analistas, o apoio poderia ter sido mais enfático, e para mim também, mas houve um avanço em relação às posições anteriores dos Estados Unidos, que agora já aceitam a criação de mecanismos para garantir maior equilíbrio entre o conjunto das Nações.

Dilma foi também bastante feliz e assertiva ao cobrar de Obama uma solução para as desvalorizações competitivas da moeda norte-americana, que refletem uma política monetária que produz complicadores para os demais parceiros comerciais. Isso vale para a China. Isso vale para o Japão. Isso vale para o mundo.

Ao garantir o cronograma da agenda no Brasil, mesmo depois de iniciado o conflito com a Líbia, o Presidente Barack Obama sinalizou com veemência a disposição de melhorar as relações Brasil x Estados Unidos. O valor simbólico dessa decisão servirá para definir uma nova agenda de negociação entre os dois países.

Dos dez acordos assinados em Brasília, o intercâmbio entre instituições de ensino norte-americanas e brasileiras beneficiará mais de cem mil estudantes e professores e desponta como uma espécie de senha, cartão, para registrar as preocupações da Presidente com dois temas: educação e inovação.

Igualmente feliz foi a defesa da tese de que uma aliança entre os dois países se faz, sobretudo, na forma estratégica, na construção comum, mas ela tem de ser uma construção entre iguais, por mais distintos que sejam os países em território, população, capacidade produtiva e poderio militar. Uma construção entre iguais.

Foi assim, minha querida Presidente, que eu me senti ontem e anteontem como brasileiro. Não me senti mais subjugado pelo poderio norte-americano. Não me senti menor em nenhuma das relações política, econômica e social. Eu me senti do mesmo tamanho. E a construção desse sentimento não vem de agora. Não é um fato isolado. É resultado de um governo. É resultado de ações afirmativas de inclusão social. É resultado da ampliação do poder econômico do povo brasileiro. Hoje nós não somos mais colônia. Hoje nós não somos mais vistos como terceiro mundo. Hoje nós somos um país não em desenvolvimento, mas um país desenvolvido, graças a Deus e às políticas implantadas nesses últimos dez anos.

Igualmente feliz foi o sinal que o Presidente Obama deu quando falou que nessa relação não há parceiros desiguais, são relações igualitárias. Citou *Casa Grande*, parceiro sênior e parceiro júnior. Afinal, o Brasil é hoje o quinto superávit dos Estados Unidos. Ou seja, com as nossas importações, estamos gerando emprego lá. Empregos esses indispensáveis para a recuperação da econômica norte-americana, quebrada, fraturada ferozmente nos anos passados. Logo, hoje, a relação de dependência é muito mais complexa, e eles é que já estão dependendo muito mais de nós. Com que alegria falo isso ao povo brasileiro!

Por sua vez, Obama centrou na força da democracia toda a expectativa de uma parceria bem-sucedida, no que esteve plenamente afinado com o sentimento expresso pela Presidenta Dilma: “A democracia é o melhor parceiro do progresso humano”.

Para coroar de êxito a visita, a cereja do bolo não poderia deixar de ser o comprometimento com a preservação do planeta por duas nações trilhando caminhos econômicos mais verdes, vencendo desafios energéticos com fontes limpas e renováveis. Nesse contexto, novas parcerias na área de energia certamente trarão embutidos o compartilhamento de tecnologia e a criação de novos empregos, configurando um legado mais saudável, mais limpo e mais seguro para as gerações vindouras.

Essa é a minha posição, Sr<sup>a</sup> Presidente, a posição do meu Partido, do PMDB, que orgulhosamente ocupa a tribuna nesta tarde e noite de hoje, para dizer: hoje, nós nos sentimos melhores na condição de brasileiros que somos.

Para concluir, peço a devida vênica para fazer um registro, registro de coração, registro de quem conhece, no convívio interfamiliar, a vida por que passam os especiais. É com muita honra que saúdo a todos os homens e mulheres deste País integrados ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Essa síndrome, expressa como uma anomalia genética, há muitos anos vem ganhando estudos e aperfeiçoamento e oferecendo uma vida cada vez mais socialmente inclusa às pacientes e aos pacientes portadores. O Deputado Federal Romário, que tem uma filha, uma linda filha, a Ivy, fez da sua campanha, da sua pregação, um gesto de amor, extrapolando o sentimento interno da sua família para levar ao Brasil a necessidade de se entender mais, de conhecer mais essas síndromes e todas as suas variantes. Hoje estamos vivendo o Dia Internacional da Síndrome de Down.

E quero cumprimentar, como não poderia deixar de ser, por força de um sentimento paraibano e do necessário compartilhamento que tenho que ter com meu Estado – como a senhora tem com o seu Paraná

–, três cidades que, durante o último final de semana, comemoraram suas emancipações políticas: Cruz do Espírito Santo, localizada a poucos quilômetros da capital, a bela cidade de Santa Rita, com população superior a 120 mil habitantes, na área metropolitana da nossa queridíssima João Pessoa, da maior fonte da melhor água mineral do Brasil; e a cidade de Camalaú, localizada a trezentos quilômetros de João Pessoa, uma pequena cidade, mas de um povo vibrante, um povo muito querido, e destaco o artesanato como vocação econômica daquela cidade.

Muito obrigado, Presidente, pela atenção, pelo carinho. E na certeza de que as relações Brasil e Estados Unidos ganharão cada vez mais importância, a partir da visita do Presidente Obama ao Brasil.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Com certeza, Senador Vital do Rego.

Quero me somar ao seu registro pelo Dia Mundial da Síndrome de Down. Nós temos aqui vários colegas que vivem essa realidade familiar, como o Senador Lindbergh e o Senador Wellington, que também possuem filhos com a síndrome, e parabenizar as entidades que, há tanto tempo constituídas por essas famílias, se dedicam às crianças e às pessoas portadoras da síndrome.

Também quero me somar ao seu sentimento. Eu também não me senti diminuída com a visita do Presidente Obama, e tenho certeza de que esse sentimento foi construído por uma política do Presidente Lula, junto com a Presidenta Dilma, e que para mim é muito bem explicitada em uma frase que disse nosso compositor e grande cantor, Chico Buarque de Holanda: “O Brasil é hoje um país que não fala fino com os Estados Unidos e nem grosso com o Paraguai”. É essa a relação de respeito que nós queremos.

Parabéns Senador.

Com a palavra agora o nosso Senador Paulo Paim.

Aliás, quero aproveitar a oportunidade e parabenizá-lo. Não pude cumprimentá-lo no dia do seu aniversário, não o vi aqui neste Senado, mas quero externar meus cumprimentos, felicidades, que Deus ilumine sempre seu caminho, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Senadora Gleisi, eu não poderia ser diferente. A exemplo de outros Senadores, tratarei do tema que tomou conta do palco hoje no Senado e, creio, no Congresso, nas duas Casas: a visita histórica, como já foi dito, do Presidente dos Estados Unidos da América ao Brasil, do primeiro negro a assumir a Presidência da maior potência do mundo. Queiramos ou não, os

Estados Unidos são a maior potência do mundo, que é presidida por Barack Obama, um afrodescendente.

Srª Presidente, ninguém tem dúvida de que, literalmente, o Brasil parou para acompanhar a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama. Em todos os cantos da nossa terra, nos campos, nas vilas, nas cidades, fossem elas grandes, médias e pequenas, de alguma forma, falava-se do primeiro presidente negro da América. As pessoas – vi isso por onde andei – procuravam informações pelos canais de televisão, pelas emissoras de rádio, pelos jornais, pelas agências de notícias, pelas redes sociais, pelos sindicatos, pois, de uma forma ou de outra, queriam saber o que disse, o que falou, o que pensa Barack Obama.

A classe política brasileira convergiu seus olhares para a capital, Brasília, e para o Rio de Janeiro. Talvez, esse tenha sido para nós, brasileiros, um dos acontecimentos mais importantes da década que está iniciando. A visita do Presidente da maior potência do mundo tem, além do seu caráter histórico, uma inspiração simbólica para a nova concepção de país que estamos construindo.

O fato é que a nova política externa, iniciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e muito bem encaminhada pela Presidenta Dilma Rousseff, está num patamar avançadíssimo, tanto na concretização de relações, como também na abertura de novas parcerias. Se antes tínhamos simplesmente um debate ideológico, hoje estamos, além da economia, centrados e com horizontes nas relações humanas e nos direitos do homem.

Há de se destacar o Mercosul e sua ampliação, os direitos da cidadania e dos trabalhadores, a concretização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a questão do meio ambiente, o debate sobre o continente africano, sobre os países árabes, sobre o que acontece hoje na Líbia – por que não lembrar? –, na China e na Índia.

Pela forma como encarou a crise mundial financeira, alicerçado numa forte economia interna, com distribuição de renda, nosso País foi exemplo para os outros.

Também cito algumas transformações que nosso País está vivendo, como, com certeza, a inclusão social, o aprofundamento da democracia, os investimentos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e na economia, a realização, enfim, do que chamamos de “dever de casa”.

Está claro, Sr. Presidente Ferraço, que a virada necessária nós fizemos nos oito anos do Presidente Lula. E, passo a passo, estamos mudando o que outrora nos foi negado.



A vinda do Presidente Obama é demonstração do reconhecimento a esse tempo que chamo de “tempo de semear e tempo de crescimento”, que está caracterizando a atuação do Brasil com força no cenário internacional. Não são poucos aqueles que dizem que o Brasil, no máximo em dez anos, poderá estar – e gostaria que isso acontecesse – entre as cinco maiores economias do mundo.

Sr. Presidente, é fato que estamos corrigindo rumos, aperfeiçoando relações, estabelecendo novos avanços, com a presença do governo norte-americano no Brasil, que é prova disso.

A pauta foi ampla e variada, com destaques para a assinatura de dez acordos e memorandos bilaterais. Os acordos preveem parcerias em diversos setores: comércio exterior, eventos esportivos, energia, educação e muitos outros. O principal acordo assinado, de Comércio e Cooperação Econômica, visa a reforçar e a equilibrar as compras e vendas de bens e serviços.

Outra parceria se concentra na organização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. O apoio dos Estados Unidos deverá ser feito na parte de infraestrutura e de logística. O acordo prevê a gradual expansão do espaço aéreo entre os dois territórios, com mais voos até 2015.

Na área de educação, há um acordo para implementar o intercâmbio de estudantes brasileiros e americanos em universidades do Brasil e dos Estados Unidos.

Na área de energia, a parceria visa ao fortalecimento de biocombustíveis para abastecimento, inclusive, das aeronaves.

Na área ecológica, foi assinado acordo para preservação da biodiversidade entre a Capes e a National Science Foundation, que é a Fundação Nacional da Ciência dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, destaco também memorando na área do trabalho, tema de que tanto trato no Congresso: programas e políticas de capacitação de trabalhadores e de criação de oportunidade de trabalho decente, inclusive por meio da promoção de empregos verdes, da defesa do meio ambiente e de meios de vida sustentáveis para os chamados grupos vulneráveis; promoção dos princípios fundamentais e direitos no trabalho, incluindo-se a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito da negociação coletiva, bem como de programas voltados ao combate ao trabalho infantil exploratório, ao trabalho forçado, ao trabalho escravo e à discriminação no local de trabalho. Essa é uma luta de todos nós contra os preconceitos. Buscamos ainda a igualdade de oportunidade e de tratamento no trabalho, no que tange a gênero, à raça e às pessoas com deficiência.

Avançamos, com certeza, na segurança e na saúde laboral, na proteção social, nos programas de transferência condicional de renda, na promoção do diálogo social efetivo e nas relações produtivas de trabalho.

Meus amigos e minhas amigas, o fato é que o aperfeiçoamento das relações bilaterais passa pela humanização do fluxo das pessoas. Podemos citar aqui um exemplo: eu gostaria muito de não ver mais o que acontece, hoje, na fronteira com o México.

É fundamental a celebração de acordos que facilitem o entendimento; que facilitem às empresas e aos trabalhadores contribuírem para a Previdência Social com continuidade e sem sobreposição, podendo-se contar o tempo de contribuição de modo acumulado, pagando-se no local em que se trabalha, aproveitando-se tudo em ambos os países.

É fundamental a manifestação em prol da ascensão social de todas as pessoas, independentemente da raça, do credo ou da condição social. Somos repúblicas multirraciais, grandes democracias, e possuímos históricos similares de escravidão e de subjugação de povos indígenas.

Meus amigos, sou um otimista. Entendo que a manifestação do Presidente Barack Obama de enorme simpatia pela reivindicação brasileira de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é positiva. O Presidente Obama foi respeitoso com o México, que também busca uma vaga no Conselho da ONU. Porém, respeitosamente, destaco que nossa agenda social econômica nos coloca num patamar de vanguarda no continente americano, para estarmos na cadeira da ONU.

Sr. Presidente, quero destacar aqui a atuação da Excelentíssima Senhora Presidente da República do nosso País, Dilma Rousseff, firme, cordial, sem pretensões de holofotes, mas falando com muita coerência, com muita coragem, com muita firmeza, em nome do povo brasileiro. Ela representa – e muito bem – o nosso povo e, com altivez, está comandando, junto com sua equipe, no dia a dia, corajosamente, um processo de eliminação de todas as desigualdades sociais do nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de falar, rapidamente, sobre alguns outros pontos da política de direitos humanos, que preocupa todos nós. E não há como não falar disso, até porque presido a Comissão de Direitos Humanos do Senado do nosso País.

Quero, de pronto, deixar claro que não estou querendo que Obama faça, em dois anos, quatro anos, cinco anos ou dez anos, tudo aquilo que os outros não fizeram durante séculos, séculos e séculos. Tenho a

lembança de que eu já falava isso, quando Lula assumiu, pela primeira vez, a Presidência da República. Lembro-me de um termo que eu usava quando Lula foi eleito Presidente do Brasil. Eu dizia: “Não queiram que Lula faça tudo aquilo que os outros não fizeram em oito anos ou que os outros não fizeram em quinhentos anos”. Isso serve para Lula, serve também para Obama. É um processo de construção. Lula fez muito, mas todos nós sabemos que temos de fazer muito mais, e a Presidente Dilma está demonstrando o que está fazendo, continuando esse trabalho.

Eu gostaria muito – os senhores perceberam, ao longo do meu pronunciamento, o carinho que tenho por Barack Obama, mas tenho de dizer isto, de forma respeitosa – que o governo de Barack Obama desse encaminhamento a algumas metas anunciadas durante a campanha eleitoral, tudo dentro do seu tempo. Alguém já disse: “O tempo, e somente o tempo, é o senhor da verdade”.

Como já disse, sou otimista. Gostaria, então, de ver a questão de Guantánamo resolvida, como gostaria de ver também o fim do embargo à Cuba. Gostaria de ver a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos; gostaria de ver o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e a Convenção sobre a proibição de minas antipessoal assinados. Por que não ver também ratificadas as Convenções das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e de eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher?

Sabemos que, na Administração Obama, foi ratificada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Foi um avanço importante. Isso foi feito, mas entendo que podemos fazer muito mais.

Em suma, gostaríamos que a política de direitos humanos anunciada pelo Presidente Obama fosse implementada o mais rapidamente possível. É claro que não sou eu quem vai dizer o que se tem ou não de fazer, mas demonstro, desta tribuna do Senado, aquilo que eu gostaria que acontecesse. E vou rezar, vou torcer, vou orar, vou me ajoelhar na tribuna, se for preciso, para que, cada vez mais, o mundo olhe a questão dos direitos humanos em primeiro lugar.

Hoje, falei, sim, de Obama. E por que falo disso hoje? Não é somente por que Obama foi embora nesse fim de semana. Falo hoje, porque o dia 21 de março é o Dia Internacional da Luta Contra Todos os Tipos de Preconceito, inspirado no Massacre de Soweto. Lembro-me de que, quando estive na África do Sul, pedindo, em nome do povo brasileiro e do Congresso, a libertação de Mandela, quem me contou a história do Massacre de Soweto foi Winnie Mandela. Então,

hoje é um dia especial para todos nós que lutamos, que peleamos pelos direitos humanos.

Enfim, bom retorno aos Estados Unidos, Presidente Barack Obama! Que, no seu dia a dia, Vossa Excelência avance cada vez mais, como sei que é a sua vontade, na linha dos direitos humanos! Vossa Excelência, Barack Obama, e o ex-Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, são, sem sombra de dúvida, as maiores referências negras do planeta. Fica aqui meu reconhecimento. E são referências negras positivas. Que Deus os abençoe!

Em tempo, Sr. Presidente, quero dizer ainda que recebi telefonemas, *e-mails*, com perguntas: “Mas, Paim, como tu não estavas na recepção de Obama em momento algum?”. Quero dizer, de forma muito carinhosa e respeitosa, que eu não estava lá porque não fui convidado. E não estou aqui reclamando, somente estou respondendo àqueles que me perguntam. E entendo o porquê. Ora, eram apenas duzentos convidados, e todo mundo queria estar lá. Isso é natural, mas nem todos podiam estar lá. Quero dizer que entendo isso. Sei de Ministros, que, embora com o convite na mão, não puderam entrar, porque já haviam chegado ali duzentos convidados. Fica meu registro aqui. Não estive lá, porque não fui convidado. Entendo isso. Não faço crítica alguma. Quero apenas dar uma explicação pessoal àqueles me perguntaram a esse respeito. Sou um Senador negro e tenho um carinho enorme pelo Obama. É claro que tenho carinho pelo Obama. E repito: quem não gostaria de estar lá, ao lado do Presidente Obama, da sua esposa Michelle, que é uma simpatia, e das suas filhas Malia e Sasha?

Enfim, Sr. Presidente, fiz meu pronunciamento e estou apenas respondendo àqueles que me perguntaram por que eu não estava presente à cerimônia. E respondo de forma muito carinhosa e respeitosa.

Senador Wellington, se não me engano, V. Ex<sup>a</sup> também não estava lá. Não era possível que todos lá comparecessem. Infelizmente, alguns não puderam estar lá. Isso faz parte do processo. Tenho certeza de que, em outro momento, estaremos juntos com o Barack Obama e – oxalá! –, outra vez, com Mandela. Com Mandela, já estivemos aqui.

Quero dizer que não fiz qualquer reclamação. O próprio Presidente Lula, nas muitas vezes em que foi à África, convidou-me para ir junto com ele. Muitas vezes em que recebeu embaixadores de países africanos aqui, fez questão de convidar o Senador negro para estar presente. Mas não posso estar em todas as reuniões. Não é que me convidou a comparecer a todas as reuniões.

Entendo também a situação do Itamaraty. Houve um clamor, pois todo mundo gostaria de estar lá. Mas

isso faz parte da vida, e não tenho problema em fazer esse pequeno comentário.

Senador Wellington Dias, por favor, tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Senador Paulo Paim, serei breve. Quero apenas registrar a posição que V. Ex<sup>a</sup> ressalta em relação a todo o seu trabalho, a todo o seu pensamento. Tenho a convicção de que isso se casa exatamente com este momento que a gente vive no planeta. Assim como não podíamos exigir de um Presidente do Brasil todas as mudanças necessárias tão rapidamente, também é preciso ver o mesmo em relação a outro país.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Percebo, como V. Ex<sup>a</sup>, que há uma luz no final do túnel – para usar uma figura de linguagem – com a presença do Presidente Barack Obama nos Estados Unidos. O gesto dele de vir ao Brasil, inclusive antes de a Presidente Dilma ir lá...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É inédito, pelo menos, na América Latina ou do continente americano.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Esse gesto de ir ao Rio de Janeiro, enfim, tudo isso não é somente um símbolo. Espero que possamos, inclusive, contribuir nessa direção. Mas cobro, da mesma forma, pontos como os que V. Ex<sup>a</sup> lembrava. Outro dia, aqui, eu comentava com o nosso também gaúcho Senador Pedro Simon sobre a importância dessa situação de Cuba, por exemplo. Penso que esse seria o maior gesto, um gesto que iria marcar no século uma mudança de postura. Isso nada tem a ver com os pensamentos que existem em relação às ideologias de qualquer parte do mundo. É a posição de países em relação a povos do mundo, nesse caso em relação a Cuba. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela forma brilhante com que faz esse pronunciamento. Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Sr. Presidente, permita-me que eu faça outro registro muito rápido. Vou tentar discorrer rapidamente, sem os comentários à parte que fiz no outro pronunciamento.

Hoje, celebramos também o Dia Internacional da Síndrome de Down e o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, duas lutas importantes contra os preconceitos, na linha da defesa dos direitos humanos. Queremos eliminar todos os preconceitos, os preconceitos contra mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos, brancos, negros, orientais, indígenas, ciganos, judeus, palestinos, aqueles que defen-

dem a livre orientação sexual e religiosa, estrangeiros, imigrantes, os mais diversos segmentos da sociedade que são discriminados. Não existe um padrão a ser seguido. Uma pessoa deve ser considerada exemplo em razão de suas atitudes.

Repito, neste momento: o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, representa o simbolismo da eliminação de todos os preconceitos.

No Congresso Nacional, quero destacar uma matéria que simboliza a luta das famílias e da sociedade pelo fim do preconceito. É o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já aprovamos no Senado e que, agora, está na Câmara dos Deputados. O Estatuto vai beneficiar cerca de 25 milhões de pessoas e enfrenta diretamente os mais diversos tipos de preconceito, tornando as pessoas com deficiência protagonistas das suas próprias ações.

Sr. Presidente, hoje, a partir das 17 horas, no Auditório do Bloco A, no subsolo, na Esplanada dos Ministérios, está ocorrendo a solenidade que lembra, festeja, comemora os oito anos de instituição da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/PR, criada pelo Governo Federal no dia 21 de março ainda de 2003. A Seppir tornou-se uma referência importante e incide na linha de atuação da Secretaria, órgão de assessoramento direto e imediato à Presidência da República e à Coordenação de Políticas Públicas pela Igualdade Racial no nosso País.

Hoje, está sendo lançada a campanha do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que marca o fortalecimento da atuação do Estado brasileiro pela garantia de igualdade de oportunidades à população negra na defesa de seus direitos individuais, coletivos e difusos no enfrentamento ao racismo.

No momento, também serão premiadas com o Selo “Educação para a Igualdade Racial” iniciativas cobertas de êxito na implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História da África, Afro-brasileira e Africana, realizadas por unidades escolares e secretarias municipais e estaduais, em atendimento ao disposto da Lei nº 10.639.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que, na programação, a Seppir prestará homenagem à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, primeira negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação pelos relevantes serviços prestados ao País.

Por fim, quero cumprimentar todos os ex-presidentes da Seppir, a Sr<sup>a</sup> Matilde Ribeiro, o ex-Ministro Edson Santos, o Sr. Eloi Ferreira, por terem comandado a Seppir nesses oito anos, em que fizeram um belo trabalho.

Boa sorte à atual Ministra Luiza Bairros!



Quero também convidar todos, Sr. Presidente, para a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, amanhã, de manhã, às 9 horas, em que vamos discutir política de combate à fome. Na próxima segunda-feira, às 10 horas, vamos discutir, convidando todos os ex-presidentes da Seppir, políticas de combate a todo tipo de preconceito, que tem como eixo a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial.

Um abraço a todos!

Que Deus ilumine Barack Obama, sua família e a nossa querida Presidenta Dilma!

Que Zumbi e Dandara continuem a iluminar nossos caminhos!

Vida longa para todos nós!

Um abraço, Sr. Presidente!

Obrigado.

Considere, por favor, meus pronunciamentos na íntegra, Sr. Presidente.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, literalmente o Brasil parou para acompanhar a visita do presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama.

Em todos os cantos da nossa terra, nos campos, nas vilas, nas grandes cidades, médias e pequenas, de alguma forma se falava no 1º presidente negro da América.

As pessoas procuravam informações pelos canais de televisão, emissoras de rádios, jornais, agências de notícias e redes sociais na internet.

A classe política brasileira convergiu seus olhares para a capital Brasília e para a cidade maravilhosa – Rio de Janeiro.

Talvez tenha sido, para nós brasileiros, um dos acontecimentos mais importantes da década que está iniciando.

A visita do presidente da maior potência do mundo tem, além do seu caráter histórico, uma inspiração simbólica para a nova concepção de país que estamos construindo.

O fato é que a nossa nova política externa, iniciada com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e tão bem encaminhada pela presidenta Dilma Rousseff está num patamar avançadíssimo de concretização de relações e de abertura de novas parcerias.

Se antes tínhamos simplesmente relações ideológicas, hoje, estamos além da econômica, centrados e com o horizonte nas relações humanas e nos direitos do Homem.

Há de se destacar o Mercosul, sua ampliação, os direitos da cidadania, dos trabalhadores... a concretização da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), meio-ambiente... Continente africano, países árabes e a China.

A própria forma com que o Brasil encarou a crise mundial financeira... alicerçado numa forte economia interna com distribuição de renda. O nosso país foi exemplo para os outros.

Também algumas transformações que o nosso país está vivendo, como inclusão social, aprofundamento da democracia, PAC, e, na economia, a realização do “dever de casa”.

Está claro, Sr. Presidente, que a virada necessária, nós fizemos. E passo a passo nós estamos mudando o que outrora nos foi sonogado.

A vinda do presidente Obama é uma demonstração de reconhecimento a esse “tempo de semear e crescimento” que está caracterizando a atuação do Brasil no cenário internacional.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é fato que estamos corrigindo rumos, aperfeiçoando relações e estabelecendo novos avanços, com a presença do governo norte-americano no Brasil.

A pauta foi ampla e variada, com destaque para a assinatura de dez acordos e memorandos bilaterais.

Os acordos preveem parcerias em diversos setores: comércio exterior, eventos esportivos, energia, educação, entre outros.

O principal acordo assinado, de Comércio e Cooperação Econômica, visa reforçar e equilibrar as compras e vendas de bens e serviços.

Outra parceria se concentra na organização da Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016. O apoio dos Estados Unidos poderá ser feito na parte de infraestrutura e logística.

Acordo prevê a gradual expansão do espaço aéreo entre os dois territórios, com mais voos até 2015.

Na área de educação, há um acordo para incrementar o intercâmbio de estudantes brasileiros e americanos em universidades do Brasil e Estados Unidos.

Na área de energia, a parceria visa o fornecimento de biocombustíveis para abastecimento das aeronaves.

Na área ecológica, foi assinado acordo para preservação da biodiversidade, entre a Capes e a National Science Foundation (Fundação Nacional da Ciência).

Sr. Presidente, destaco memorando da área do trabalho: Programas e políticas de capacitação de trabalhadores e de criação de oportunidades de trabalho decente, inclusive por meio da promoção de empregos

verdes e de meios de vida sustentáveis para grupos vulneráveis.

Promoção dos princípios fundamentais e direitos no trabalho, incluindo a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, bem como de programas voltados ao combate ao trabalho infantil exploratório, ao trabalho forçado e à discriminação no local de trabalho.

Igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho, incluindo no que tange a gênero, raça e deficiência.

Segurança e saúde laboral.

Proteção social, inclusive programas de transferência condicional de renda, e Promoção do diálogo social efetivo e relações produtivas de trabalho.

Meus caros colegas, o fato é que o aperfeiçoamento das relações bilaterais passa pela humanização do fluxo das pessoas.

É fundamental a celebração de acordos que facilitem às empresas e aos trabalhadores contribuírem para a previdência social com continuidade e sem sobreposição, podendo contar tempo de contribuição de modo acumulado, pagando onde se trabalha e aproveitado-se tudo em ambos os países.

É fundamental a manifestação em prol da ascensão social de todas as pessoas, independente de sua raça ou condição social.

Somos repúblicas multirraciais, grandes democracias, e possuímos histórico similar de escravidão e subjugação de povos indígenas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou um otimista... Eu entendo que a manifestação do presidente Barack Obama de "enorme simpatia" pela reivindicação brasileira, de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), é positiva.

O presidente Obama foi respeitoso com o México que também busca uma vaga no conselho da ONU.

Porém, e respeitosamente, eu destaco que a nossa agenda social e econômica nos coloca num patamar de vanguarda no continente americano para assentarmos aquela "cadeira".

Sr. Presidente, eu destaco a atuação da Excelentíssima Senhora Presidenta, Dilma Rousseff... firme, cordial e sem pretensão.

Ela representa, e muito bem, o nosso povo. E com altivez, está comandando, junto com sua equipe, cotidianamente e corajosamente, um processo de eliminação de todas as desigualdades sociais do nosso país.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de falar rapidamente sobre alguns pontos da política de direitos humanos dos Estados Unidos.

Quero, de pronto, deixar claro que não estou querendo que Obama faça em dois, quatro, cinco ou dez anos tudo aquilo que os outros não fizeram durante séculos.

Eu faço essa lembrança sim... e já falava isso quando Lula assumiu pela primeira vez a presidência da República.

Lembro-me de um termo que eu usava quando Lula foi eleito presidente do Brasil: "Não queiram que Lula faça tudo aquilo que não foi feito em 500 anos".

Ele fez muito, mas sei que com a Presidenta Dilma temos que fazer muito mais.

Gostaria muito que o governo Barack Obama desse encaminhamento a algumas metas anunciadas durante a campanha eleitoral.

Como já disse aqui, sou um otimista. Gostaria de ver a questão de Guantánamo resolvida, bem como o fim do embargo a Cuba...

Gostaria de ver a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, a Convenção sobre a proibição de minas antipessoal, porque não ratificar as Convenções das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher?

Sabemos que na Administração Obama, foi ratificada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Foi um avanço. Mas há muitas coisas a serem feitas.

Em suma, gostaríamos que a política de direitos humanos anunciada pelo Presidente Obama fosse implementada o mais breve possível.

Falei de Obama hoje sim, 21 de março, Dia Internacional de Luta Contra Todos os Tipos de Preconceito.

Bom retorno aos Estados Unidos, presidente Barack Obama, em seu dia a dia. Vossa Excelência e o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, são as maiores referências negras do Planeta.

Que Deus os abençoe!!!

Em tempo: Estou recebendo vários e-mails, correspondências, telefonemas perguntando porque não fui ao almoço oferecido ao Presidente Obama.

Quero dizer que não fui convidado, mas entendo perfeitamente, pois só havia 200 convites e até Ministros de Estado, com convite em mãos, ficaram de fora.

Não estou fazendo nenhuma crítica, quero apenas explicar a essas pessoas que estão me perguntando.

Repito, entendo, pois sei que todos gostariam de poder estar próximos ao Presidente Obama, sua esposa Michele e suas filhas Malia e Sasha.

Era o que tinha a dizer,

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, celebramos o Dia Internacional da Síndrome de Down e o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, duas lutas importantes contra o preconceito e em favor da igualdade de direitos.

Queremos eliminar os preconceitos. Todos precisam ser respeitados: mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos, brancos, negros, orientais, indígenas, ciganos, judeus, palestinos, aqueles que defendem a livre orientação sexual, estrangeiros, as mais diversas religiões e crenças, enfim, tudo e todos.

Não existe um padrão a ser seguido. Uma pessoa deve ser considerada exemplo, em razão de suas atitudes.

O Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, representa este simbolismo da eliminação de todos os preconceitos.

No Congresso Nacional, quero destacar uma matéria que simboliza a luta das famílias e da sociedade pelo fim dos preconceitos. É o Estatuto da Pessoa com Deficiência que já foi aprovado no Senado e agora está na Câmara dos Deputados.

O Estatuto irá beneficiar cerca de 25 milhões de pessoas e enfrenta diretamente os mais diversos tipos de preconceitos tornando as pessoas com deficiência protagonistas das suas próprias ações.

Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras, hoje às 17 horas, no Auditório do Bloco A, Subsolo, Esplanada dos Ministérios ocorrerá a solenidade em comemoração dos oito anos de instituição da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003.

A Seppir, tornou-se uma referência importante e incide nas linhas de atuação da Secretaria, órgão de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial.

Na ocasião, será lançada a campanha do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que marca o fortalecimento da atuação do Estado brasileiro pela garantia de igualdade de oportunidades à população negra, da defesa de seus direitos individuais, coletivos e difusos e do enfrentamento ao racismo.

Também no momento, serão premiadas com o Selo “Educação para a Igualdade Racial”, iniciativas exitosas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, realizadas por unidades escolares e secretarias de educação municipais e estaduais, em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, modificada pela Lei nº 10.639/2003, e no Estatuto da Igualdade Racial.

Finalizando a programação, a SEPPIR prestará homenagem à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC, pelos relevantes serviços prestados ao país.

Por fim, quero parabenizar a Ministra Matilde Ribeiro, o Ministro Edson Santos e o Ministro Eloi Ferreira por terem comandado a Seppir no decorrer destes oito anos e desejar, mais uma vez, boa sorte a Ministra Luiza Bairros.

Quero também convidá-los para a audiência pública que faremos na CDH sobre o Estatuto da Igualdade Racial e os oito anos da Seppir com a presença dos movimentos sociais, da Ministra e de todos os ex– Ministros da Seppir. A audiência acontecerá na próxima segunda-feira, dia 28 de março, às 10:00h, na sala 02 da Comissão de Direitos Humanos.

Que Zumbi e Dandara continuem a iluminar os seus caminhos!!!

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucos dias registrei aqui, nesta tribuna, meus propósitos nesta terceira legislatura e, na ocasião, ressaltei o bom trânsito que tivemos nos tratos relativos ao nosso Estado, o Amapá, durante as duas gestões do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente e seus Ministros incontáveis vezes nos deram provas evidentes de sensibilidade para com as questões prementes de nossa terra e de nossa gente, atendendo nossos pleitos ou, naquilo que não foi possível, pelo menos deixando as portas abertas e um sinal alvissareiro de que nossos apelos não estavam sendo sepultados e sim redimensionados dentro das prioridades de seu Governo.

Foi assim que projetos absolutamente vitais, como por exemplo o programa Luz para Todos e obras, como a construção da Ponte Binacional, ligando o Oiapoque à Guiana Francesa, saíram do papel e caminham a pleno vapor, com grande parte já consolidada. Essas obras importantes, como a BR-156, a BR-210, o Porto de Santana, a transferência das terras da União, a criação da Zona Franca Verde foram grandes vitórias.



**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Gilvam Borges, peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para que, nos termos regimentais, eu possa prorrogar a sessão, dando-lhe continuidade.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Assim deve ser, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado.

Fica prorrogada a sessão por mais uma hora, para que possamos dar conclusão aos trabalhos.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Somos gratos, sim, ao tratamento que nos foi dado, ao respeito concedido a cada prefeito nosso, a cada membro do Poder Executivo ou Legislativo local, cada agente da representação comunitária, muitos deles homens e mulheres simples que foram recebidos com dignidade, respeito e até mesmo com carinho.

Se aquela passagem nos deixa saudade, o atual contexto nos deixa esperanças e nos descortina dias igualmente felizes para o Estado do Amapá e para o Brasil como um todo, uma vez que o Presidente Lula fez sua sucessora – o que reveste o cenário de um matiz que não podemos chamar de continuidade, mas de semelhança no trato público. E, agora, sob a ótica especialíssima de uma mulher.

Lembro com curiosidade que uma revista de circulação nacional registrou recentemente que Dilma Rousseff, ao assumir o posto mais alto da República do País, como primeira Presidente mulher, deve enfrentar muito mais desafios do que receber flores.

Desde já, vou torcer para que o presságio não se cumpra. Não porque lhe faltem talento e forças e muito menos consciência de dimensão da responsabilidade que a Presidente assumiu ao oferecer o seu nome para disputa eleitoral, mas por acreditar que aquilo que começa bem tende, sim, a terminar bem. E que possa, sim, receber muitas e merecidas flores!

Mais do que conseguir uma vitória política, Dilma Rousseff entrou em definitivo para a história do Brasil. Cinco séculos após o descobrimento do País e 121 anos depois da Proclamação da República, pela primeira vez uma mulher foi escolhida para comandar uma das cinco maiores democracias do mundo. Foram 55 milhões de votos, ou 56% da votação válida. Dilma chegou para comandar o País, conduzida pela mais soberana das escolhas – a decisão direta do povo brasileiro.

No seu discurso de vitória, a Presidenta Dilma declarou que seu primeiro compromisso como maior mandatária do País seria honrar as mulheres brasileiras, de tal sorte que a chegada de uma mulher ao

posto mais alto do País, até hoje inédito, se transforme num evento natural.

Disse a Presidenta em seu discurso:

Registro aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras. A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e as mães de meninas olhassem nos olhos delas e dissessem: ‘Sim, a mulher pode’.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no ano de 2009, uma pesquisa conduzida pelo Instituto Patrícia Galvão mostrou que quase 85% dos entrevistados acreditavam que a presença de mulheres melhora, sim, a política. E nove entre dez votariam, sim, numa mulher. O resultado foi comprovado nas urnas no último dia 31 de outubro, com 56% de aprovação do eleitorado.

Não se trata agora de dar ares de romance à presença feminina no poder e, sim, de mostrar que o gênero pode fazer uma diferença positiva, valendo-se da sensibilidade e da inteligência fina das mulheres, moldada muitas vezes no sofrimento e na luta pelo reconhecimento.

Desde 1927, quando, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Celina Guimarães tornava-se a primeira eleitora brasileira, passando por 1928, também naquele valoroso Estado, quando Alzira Soriana era eleita a primeira Prefeita do Brasil e da América Latina, até chegarmos aos anos de 1932, quando as mulheres ganharam o direito ao voto em todo o Brasil com a promulgação do novo Código Eleitoral, muita coisa mudou.

Vale a pena até mesmo recordar algumas dessas etapas, como:

- 1979, quando Eunice Michilis tornou-se a primeira Senadora do Brasil, defendendo, sobretudo, a cidadania feminina;

- 1988, quando as mulheres brasileiras obtiveram significativos avanços na Constituição Federal, entre eles, a ampliação da licença-maternidade;

- 1994, quando Benedita da Silva foi eleita a primeira Senadora brasileira negra;

- 2003, quando a Secretaria dos Direitos da Mulher foi transformada na Secretaria de Políticas para as Mulheres, agora com *status* de Ministério;

- 2010, quando Dilma Rousseff chega à Presidência da República.

E se até agora guardamos aquele sabor de evento histórico, que ninguém duvide: ao longo das próximas

décadas, o processo vai se intensificar e mulher no poder será coisa bem natural.

Estamos nos anos 10 do século XXI. A última mulher a nos governar o fez nos anos 80 do século XIX. Foi uma longa espera. Nunca mais haverá um intervalo tão longo.

O século XXI fica, assim, selado de uma forma definitiva como o século do desembarque das mulheres no poder político.

O cenário internacional nos contextualiza: já vão longe os anos de 1940, quando as mulheres foram convocadas para as fábricas para suprir a falta dos homens que tinham ido para a guerra. Elas só puderam votar em 1945, mas as americanas do pós-guerra não voltaram ao papel antigo.

Era 25 de maio de 1871 quando uma mulher ajoelhou-se diante do Senado e assumiu a regência do Brasil. Parecia apenas o cumprimento da regra imperial, mas Pedro II teve que enfrentar resistência para entregar a coroa à filha. Os historiadores registram que era um momento tenso.

O Imperador patrocinara o envio da proposta de Lei do Ventre Livre e, nos clubes das lavouras e no Parlamento, as elites escravocratas resistiam. Muita gente achou uma imprudência, até porque, aos 24 anos, a Princesa Isabel nunca tinha mostrado a mesma vocação para o poder que a bisavó Carlota Joaquina, nem mesmo a da avó Leopoldina, que, nos bastidores, tinha participado da Independência.

Mas a princesa regente assumiu o poder duas outras vezes e acabou governando mais de três anos, quase um mandato presidencial. Na terceira e decisiva regência, entrou para o história. O país estava dividido, e ela escolheu o lado certo, isso é o mais relevante. Participou ativamente das negociações que levaram à Abolição naquele distante 1888. Foi a última vez que uma mulher governou o Brasil até Dilma Rousseff assumir a Presidência.

E a presença feminina nos Ministérios, por indicação pessoal da Presidente eleita, sinaliza os avanços dos próximos quatro anos.

No mercado de trabalho, a brasileira já é 44% da população economicamente ativa, mas ganha menos e ainda ocupa apenas 14% dos cargos de direção das quinhentas maiores empresas brasileiras. Mesmo assim, mulheres executivas ou empreendedoras começam a fazer parte da paisagem empresarial brasileira.

E aos homens que não se sentem confortáveis sendo chefiados por uma mulher, aqui vai um conselho amigo: acostumem-se, pois não haverá volta.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assumo esta tribuna para fazer esta homenagem à Presidenta Dilma em um momento histórico, quando o Presidente

Barack Obama vem ao nosso País em uma visita estratégica e importante para a sua nação e é recepcionado de forma elegante pela Presidenta Dilma – uma mulher recebendo o Presidente dos Estados Unidos, isso para nós foi um avanço grandioso.

Com os dez itens dos acordos assinados, Dilma demonstra que a sua capacidade está dentro das expectativas de quem nela apostou primeiro, de quem a visualizou primeiro no poder, que foi um amigo seu, o ex-Presidente Lula. Quando disse “Esta mulher tem grandeza, ela se agiganta na disposição para o trabalho e na compreensão dos problemas do País. Ela será Presidenta do Brasil”, foi seu primeiro eleitor. Quando a classe política não acreditava, Lula já a visualizava na Presidência e, dois ou três anos antes, a campanha foi lançada de forma discreta, alinhavando-se, então, uma grande campanha. Dilma acorda às seis da manhã e dorme à meia-noite, e o nosso País se prepara para um novo ciclo, um ciclo em que nos preparamos para ascender a um dos mais importantes países do planeta.

Assim, transmito as minhas congratulações à Presidenta Dilma pelo grande trabalho para o qual se prepara e já começa a desenvolver pelos interesses da grande nação.

Viva a mulher! Viva o Brasil! Viva Dilma!  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Gilvam, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador do PMDB do Espírito Santo Ricardo Ferraço para usar da tribuna pelo tempo regimental.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, ocupo a tribuna do Senado da República para uma manifestação e um registro de congratulação com aquilo que julgo ser um acerto, muito mais do que um gol, uma goleada: a MP nº 527, editada por Sua Excelência a Presidente da República Dilma Rousseff na última sexta-feira, que cria a Secretaria Nacional de Aviação Civil, com *status* de Ministério, com estrutura, com prerrogativa e com competência para fazer um diagnóstico do grande gargalo na infraestrutura do nosso País, que é o sistema aeroportuário do Brasil.

Essa é uma medida acertadíssima, a meu juízo, por conta de tudo aquilo que a Infraero não tem produzido de resultado para o povo brasileiro. Ao criar a Secretaria Nacional de Aviação Civil, deslocando do Ministério da Defesa toda a infraestrutura aeroportuária, a Anac, a Infraero, nasce uma expectativa com muito otimismo de que possamos ver saírem do papel os investimentos necessários para que o Brasil possa ter uma estrutura em seus aeroportos compatível com a realidade do nosso País e compatível com o crescimento econômico a que os brasileiros estão assistindo.

A Infraero gerencia aproximadamente 95% dos aeroportos brasileiros. A criação da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Sr. Presidente, abre uma janela e uma porta de oportunidade para que possamos convidar a iniciativa privada a se associar ao esforço do Governo.

Estamos na antevéspera da Copa do Mundo. Estamos na antevéspera de uma Olimpíada. O nosso País assumiu compromissos internacionais e precisamos correr contra o tempo para que respostas possam ser dadas à população brasileira.

Os aeroportos brasileiros estão mergulhados em um caos absoluto, incompatível com a nossa realidade. Falta gestão, Sr. Presidente!

Trago para o Senado da República o caso, a tragédia do meu Estado, do aeroporto de Vitória, que está há quase cinco anos embargado pelo Tribunal de Contas da União, isso porque o Tribunal identificou sobrepreços na concorrência pública. Como se não bastasse a indicação de sobrepreço, há cinco anos o Tribunal de Contas embarga o aeroporto de Vitória e não consegue uma solução de continuidade para o desembargo, para que as obras possam ser continuadas, para que possamos produzir e construir, no Espírito Santo, um aeroporto compatível com a contribuição que o meu Estado, que os capixabas têm dado ao desenvolvimento nacional, ao desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento social.

Agora, Sr. Presidente, com a Secretaria Nacional de Aviação Civil, nasce uma esperança de que possamos ter políticas concretas e objetivas, de modo que possamos olhar para essa que é uma questão inadiável para o nosso País. Os aeroportos brasileiros estão impedindo, estão inibindo que o Brasil possa seguir adiante, produzindo mais oportunidades para o povo brasileiro.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Ainda que o nosso ex-Presidente Lula – ouço V. Exª daqui a mais um minutinho, com muita satisfação – te-

nha estado no Espírito Santo, tenha anunciado, tenha se comprometido e tenha determinado a conclusão do aeroporto, ainda assim a burocracia não foi capaz de concluir o aeroporto de Vitória. Mas é muito importante que eu traga aqui o registro e o testemunho do apoio do Presidente Lula em relação a esse que é o nosso maior desafio no campo da infraestrutura em meu Estado.

Ouçó, com muito prazer, V. Exª.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Senador Ricardo Ferraço, V. Exª traz à tribuna um tema central para o Brasil nos próximos anos. Sem infraestrutura aeroportuária, não conseguiremos realizar os desafios que estão colocados, de sediar uma Copa do Mundo, de sediar as Olimpíadas. Ao falar do aeroporto de Vitória, V. Exª me lembra do aeroporto da capital do meu Estado, que está em uma situação muito parecida. O aeroporto ficou dois anos com as obras paralisadas, que foram retomadas agora, com um cronograma... E é isso que me preocupa. O cronograma das obras nos aeroportos – tiro, como exemplo, o de Macapá –, pelo que tenho percebido, está aquém das necessidades do Brasil. Precisamos de respostas urgentes e imediatas. Não sei se a privatização da nossa rede aeroportuária será a melhor alternativa. O que é verdade, e concordo plenamente com V. Exª, é que o Governo brasileiro precisa dar uma resposta urgente para a nossa estrutura aeroportuária, retomar as obras, que estão paradas, de aeroportos fundamentais. Em especial, dos aeroportos das capitais brasileiras, que são centrais para a estratégia de desenvolvimento nacional e para os desafios que estão colocados para o nosso País. Portanto, cumprimento V. Exª por suscitar o tema com a veemência que se deve e com a necessidade de urgência que deve ser tratado.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado a V. Exª pela contribuição.

Longe de mim ter a ingenuidade que a simples criação de uma Secretaria Nacional de Aviação Civil vá produzir os resultados que o povo brasileiro e que o povo capixaba necessitam para uma solução desse grande gargalo no campo da infraestrutura. Devemos, inclusive, convidar as autoridades da nova Secretaria e da Infraero para que, na Comissão de Infraestrutura, possamos debater a falta de agilidade, a falta de responsabilidade e a falta de autoridade desses gestores públicos para com o interesse maior da Nação. Mas a criação, Senador Wellington Dias, de uma Secretaria vinculada diretamente à Presidência da República mostra a determinação, o comprometimento e o engajamento da Presidente Dilma em relação a esse tema e a necessidade de uma visão gerencial, com princípio, com meio e com fim, produzindo os re-



sultados que o brasileiro, que o contribuinte brasileiro necessita, por ser inadiável uma intervenção na ultrapassada e carcomida visão da Infraero nos aeroportos brasileiros. Retira dos usuários, ao cobrar taxas elevadíssimas, e não lhes retorna em benefícios, em qualidade, em conforto e em segurança, para os brasileiros e todos aqueles que, mundo afora, utilizam os aeroportos brasileiros.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Pediria um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Com muito prazer, ouço o eminente Senador Wellington Dias.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Senador Ricardo Ferraço, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que a sua presença aqui alegra muito o povo do Espírito Santo, pela forma correta e decente com que defende os interesses maiores do nosso País e, especialmente, eu sei, do seu Estado. Eu também comemoro essa decisão e queria me somar aqui a V. Ex<sup>a</sup>, porque, veja só, vou citar aqui dois exemplos práticos, os quais, inclusive, tive a oportunidade de relatar à Presidenta Dilma em uma ocasião. Em 2003, segundo semestre de 2003, o presidente da Infraero de então foi a Teresina, Piauí, lançar o edital para fazer o projeto e, em seguida, o aeroporto de Teresina. Nós estamos em 2011 e ainda não temos o projeto. Há uma previsão de, até o final deste ano, recebermos o projeto. Cito o exemplo do aeroporto de Parnaíba, um aeroporto numa região belíssima: a região de Camocim e Jericoacara, no Ceará, fica mais ou menos a cem quilômetros desse aeroporto; a região dos Lençóis Maranhenses, pelo lado do Maranhão, também próxima; as regiões serranas do Ceará e Piauí; e o Delta do Parnaíba. Então, esse aeroporto chegou a ser visitado pelo Presidente Lula em 2004. Naquela época, incluímos no PAC, quando foi lançada essa obra. Mas passamos um tempão para poder ter a homologação do aeroporto, feito pelo próprio Governo Federal. Eu sempre fui, inclusive, muito bem atendido pelas direções da Infraero, mas compreendo que o modelo que nós temos tem essa dificuldade. Então, creio que a criação dessa Secretaria pelo menos nos dá a esperança de ter maior agilidade, porque o Brasil tem urgência. Concluo minha intervenção falando de um outro desafio que interessa também ao Espírito Santo, ao Rio de Janeiro, ao Rio Grande do Sul, aos Estados do Norte e do Nordeste, ao Estado do Pará, por exemplo: é a aviação regional. É urgente! Há um projeto praticamente desenhado, pronto, mas não chegam a um entendimento lá dentro. Acho que a audiência pública a que V. Ex<sup>a</sup> se refere é importante. Devemos convidar, além da Infraero, o Ministro Jobim, para que possamos tratar com ele sobre esses temas.

Com certeza, estaremos lá nos somando a este nosso grande Líder do Espírito Santo para alcançarmos essa vitória. Muito obrigado.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, com a edição da MP nº 527, que cria a Secretaria Nacional de Aviação Civil, o ideal é que possamos esperar a indicação do Secretário para que possamos fazer esse debate com ele, tendo em vista que o Ministro Jobim terá a sua atribuição limitada às questões do Ministério da Defesa, às questões estratégicas deste País, que estão ligadas à necessidade do fortalecimento e da reestruturação das Forças Armadas.

Com a nova Secretaria, nós teremos, sim, uma oportunidade de identificarmos a visão, a modelagem do Governo para com a participação do capital privado, para contribuir com o Governo Federal, para dar conta desse que não é um desafio qualquer, que é um desafio muito complexo. Mundo afora, os aeroportos que tiveram a participação da concessão, que tiveram a participação do setor privado via concessão, e não privatização, porque a Anac continua regulamentando, fiscalizando, monitorando a operação dos aeroportos... As experiências com a participação do capital privado em aeroportos do mundo inteiro, os números, os indicadores são muito mais exitosos. Exitosos para quem? Para o usuário, para o trabalhador, para o empreendedor, para todos aqueles que necessitam da aviação civil como ferramenta de progresso e de progresso compartilhado.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Com muita honra, Excelência.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Sobre o que falei da participação do Ministro Jobim, é apenas para que ele, ao repassar essa missão para o novo gestor, possa apresentar um plano que já está pronto para essa área da aviação regional, que, inclusive, aproveita a estrutura pública existente e trabalha na linha de uma maior participação do setor privado. Muito obrigado.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Nesse contexto, seguramente é muito bem-vinda e muito importante a participação do Ministro Jobim, até porque ele está já há alguns anos à frente do Ministério, à frente enfim de tudo aquilo que diz respeito à aviação civil. A sua visão crítica, o seu diagnóstico, a sua reflexão sobre as ameaças e oportunidades, o porquê deste ou daquele aeroporto não ter evoluído, o porquê de nós estarmos patinando, andando de lado, enquanto o mundo todo consegue produzir solução para essa que é uma questão decisiva.

De modo que eu me congratulo com a Presidenta Dilma pela iniciativa, por ter honrado um compromisso, porque isto foi debatido em campanha política: que nós estaríamos quebrando marcos, que nós estaríamos inaugurando novos paradigmas. E assim está sendo feito com essa MP, que, seguramente, traz um alento novo, traz uma esperança, uma janela de oportunidades, para que possamos ver não apenas o meu aeroporto, o aeroporto de Vitória, porque é um dos piores e mais perigosos do Brasil, Sr. Presidente... Perde para qualquer rodoviária do interior do mais longínquo Município de qualquer capital, pelo abandono e pela falta de gestão e de responsabilidade da Infraero para com os capixabas.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Ricardo Ferraço, pelo pronunciamento sobre a questão dos aeroportos! Acho que em quase todos os Estados está havendo essa preocupação. E V. Ex<sup>a</sup> faz um destaque.

Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, ainda na semana passada, eu tive um encontro com os trabalhadores do comércio de todo o Brasil. Eles estão entusiasmados com o relatório de V. Ex<sup>a</sup> sobre o Projeto nº 115, que regulamenta a profissão deles. Meus cumprimentos! O abraço que estou lhe dando foi a pedido deles. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Pela ordem de inscrição aqui é o Senador Wellington Dias. Ele veio até a Mesa e me lembrou. Está correto. Em seguida, Randolfe Rodrigues; e, depois, o nosso Senador Lindbergh.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, é um prazer e uma honra fazer aqui a minha conversa, a minha fala para o Brasil, com carinho especial para o Nordeste, para o Piauí, nesta segunda-feira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, povo do Brasil, hoje, dia 21 de março, é o Dia Internacional da Síndrome de Down. As crianças que nascem com a Síndrome de Down têm uma alteração no Cromossomo 21: em vez de a pessoa apresentar dois cromossomos, apresenta três. Essa alteração genética afeta os diversos graus de desenvolvimento da pessoa. Por isso, a data de 21 de março é tão simbólica para todos nós que lutamos pela melhoria de vida dos portadores

dessas e de outras necessidades especiais, as pessoas com deficiência.

Para marcar a data, a Câmara dos Deputados promoveu hoje, nesta segunda-feira, uma série de atividades, entre palestras, mesas redondas, espetáculos culturais que mostram a realidade da vida dos portadores da Síndrome e de suas famílias. E eu quero me congratular por essas iniciativas e outras aqui também da nossa Casa. A programação foi batizada de Ato Comemorativo ao Dia Internacional da Síndrome de Down e teve a iniciativa do nosso querido ex-jogador e nosso Deputado Federal Romário, pai de Ivy, uma menina de seis anos, portadora de Síndrome.

Confesso, meu querido Lindbergh, que já conhecia o Romário, mas fiquei muito emocionado ali com a fala dele no final, contando sobre a lição de vida que ele teve. Quando a filha dele nasceu, ele foi o primeiro a se perguntar: por que eu? E depois, com o tempo, ele percebeu que, na verdade, ele e a esposa tinham ganho um prêmio de Deus por tudo que aprenderam. Ele reconheceu e disse, de público – e isso é que é importante –, que, na verdade, a Ivy transformou a vida dele.

Isso aconteceu com certeza com V. Ex<sup>a</sup>, também com a sua filha, isso aconteceu com o irmão do nosso Ministro Toffoli, ali presente, e comigo, com o Randolfe, com todas as pessoas que lidam, ou por um laço familiar, ou por uma pessoa próxima, por um parente, tenho certeza por todo o trabalho aqui, o nosso Senador Paim.

Estive presente na abertura do evento. Entre os participantes, muitos parlamentares, especialistas de diferentes áreas, portadores da Síndrome, familiares. Um deles era o Secretário Parlamentar Rodrigo Marinho de Noronha, portador da Síndrome, que trabalha na Câmara desde 2003. Fiquei feliz também em ver a nossa apresentadora, também jornalista, fazendo ali o cerimonial.

Esteve presente também no evento a Deputada Estadual do Piauí Rejane Dias, que tem uma experiência como ex-Secretária para Inclusão da Pessoa com Deficiência no Piauí, quando fui governador. E hoje o meu sucessor, o Governador Wilson Martins, dá continuidade a esse projeto, que agora tem a coordenação do Secretário Helder Jacobina.

O Estado do Piauí, Sr. Presidente, faz um atendimento pleno das pessoas com deficiência nas áreas de educação, saúde, trabalho, enfim, nas mais diferentes áreas.

Desde 2007, criamos o Cies, que é um Centro Integrado de Educação Especial, que recebe crianças com Síndrome de Down, em Teresina, faz o atendimento educacional e prepara, inclusive, as famílias para a

vida. E, a partir daí, há uma rede hoje com 38 regionais no Estado do Piauí. Devemos estar recebendo, nos próximos dias, mais três novas, num planejamento para algo em torno de 45 regiões no Estado, com centros especializados para atendimento à pessoa com deficiência.

O Cies é uma ação conjunta da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e dá atendimento a crianças de zero a 14 anos. É a primeira etapa do Complexo de Reabilitação em Saúde e Educação do Estado do Piauí, cuja segunda etapa é o Centro Integrado de Reabilitação de Teresina, o CEIR, que é uma referência também no País.

O objetivo do Cies é preparar para o ensino regular crianças que, devido à paralisia cerebral ou a outras dificuldades, tiveram a sua inteligência comprometida e foram prejudicadas no seu desenvolvimento cognitivo.

Há ainda o Centro Ana Cordeiro, que presta atendimento educacional a pessoas acima de 14 anos e trabalha a profissionalização em carpintarias, hortas, artesanato, enfim, um conjunto de outras atividades. Além, é claro, das parcerias com as Apaes – eu sempre destaco o trabalho das Apaes no meu Estado e em outros Estados do Brasil –, que nos ajudam no atendimento a pessoas com deficiência. Nas Apaes, além da estimulação, as crianças também recebem o atendimento para a inclusão escolar.

As pessoas com Síndrome de Down associadas a outras deficiências são contempladas, na área da saúde, com tratamento no CEIR – Centro Integrado de Reabilitação Danielly Dias.

Há ainda o trabalho oferecido no Centro de Equoterapia, numa parceria com a Polícia Militar do Piauí, que humaniza a polícia e, do outro lado, presta esse relevante serviço. Na equoterapia, os cavalos são utilizados como instrumentos de um tratamento que engloba o físico e o emocional, com grandes resultados.

Em parceria com a Secretaria de Trabalho, Sine e Seid, é executado no Estado, desde 2004, o projeto Trabalho para Todos, com a finalidade de incluir no mercado de trabalho pessoas com deficiência.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria tornou o Piauí, repito, referência no manejo de políticas públicas voltadas para os portadores de necessidades especiais.

Conseguimos desenvolver atividades voltadas para o diagnóstico, o tratamento e o apoio às famílias, tudo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dessa parte da população piauiense.

Senador Randolfe, passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, e o ouço com o maior prazer.

**O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP)** – Muito obrigado, Senador Wellington. Eu queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma boa síntese, destacando os avanços progressistas do governo de V. Ex<sup>a</sup> no Piauí, e faz uma boa síntese do emocionante encontro – e quero agradecer ao Senador Lindbergh e ao Deputado Romário por ter sido convidado – que presenciei, na tarde de hoje, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Senador Lindbergh, não foi só V. Ex<sup>a</sup> que se emocionou. Eu me emocionei com as suas palavras, com o externar de amor que o senhor demonstrou lá por Beatriz. Essa é uma causa, Senador Wellington, que nós, aqui do Senado da República e da Câmara, temos que abraçar com muita ênfase. Temos que dizer claramente que não pode ser o cromossomo que tem a última palavra; a última palavra tem que ser da condição humana e não do cromossomo. Nossa Constituição consagra o direito à dignidade da pessoa humana, e o Senador Lindbergh – permita-me, Senador, antecipar inclusive o que V. Ex<sup>a</sup> vai falar aqui. Houve duas expressões que lá destaquei: a primeira, do Deputado Romário, quando disse: “Nós é que somos... Não são vocês que são diferentes, nós é que somos anormais. Anormais somos nós!” Essa frase do Deputado Romário foi fundamental. E a outra, do Senador Lindbergh, quando destacou o que considero a palavra de ordem dessa causa abraçada por todos nós Senadores que estão aqui – Lídice, eu, Lindbergh, o senhor e Rodrigo Rollemberg. Estávamos no evento e o Senador Lindbergh destacou: “A palavra de ordem deve ser inclusão.” Não podemos ter uma educação apartada para as pessoas com Síndrome de Down e uma outra educação normal. Nós temos um grande desafio a vencer, que não deve ser só vencido pelo Estado, mas um desafio a ser vencido também pela sociedade, que é o desafio da inclusão, de trazer para o convívio, de incorporar ao convívio e de recepcioná-los, porque percebemos, pelos depoimentos e pelo que tenho visto na convivência com crianças que conheço com Síndrome de Down, que eles têm capacidades que nós não temos. Ouvimos o depoimento hoje do irmão do Ministro Toffoli, que questionou sobre qual de nós que está aqui hoje, no plenário do Senado, teria a capacidade de tocar um piano. Eu me perco todo diante de um piano, e o irmão do Ministro Toffoli desenvolveu isso. Então, a palavra de ordem, Senador Lindbergh, o senhor definiu muito bem: é inclusão. E creio que nós temos que construir uma agenda aqui no Senado, liderada pelo senhor, Senador Lindbergh, que sente na pele o preconceito à situação. Temos que construir uma agenda, aqui no Senado, para avançarmos em projetos que já estão nesta Casa. Um exemplo é a PEC nº 270, e temos vários outros projetos que tramitam



aqui. Temos que avançar, fazer um mutirão. A ideia de V. Ex<sup>a</sup> de uma comissão especial que agilize a ação legislativa é fundamental, mas tão importante quanto isso são eventos como o de hoje, que dão visibilidade pública para este tema, que envolve, que inclui, que incorpora. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por suscitar, em primeiro lugar, esse importante tema na sessão desta segunda-feira.

**O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –**

Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela forma brilhante com que desenvolve esse tema. Permita-me aqui também dizer que esse evento teve, para nosso orgulho aqui no Senado, a forte participação do nosso líder nesse tema, nosso querido Senador Lindbergh, que, a todo instante, com muito orgulho – e isso nos anima – mostra-nos no seu celular a foto da Beatriz, a quem tive o privilégio também de conhecer. E digo a V. Ex<sup>a</sup> da minha alegria em ouvir suas palavras. Minha esposa ficou emocionada ao ouvi-lo hoje, muito tocada pela sua sensibilidade. E acho que é isso que faz essa luta acontecer. Como foi dito lá por várias lideranças, é uma luta contra o preconceito.

Às vezes, a gente se esquece de que, não faz muito tempo, as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram condenadas à morte. Era assim que funcionava o planeta. Depois, algumas famílias passaram a resistir, mas eram amarradas em troncos de árvores, eram presas no subsolo das casas, colocadas em quartos fechados, recebendo, muitas vezes, comida por debaixo da porta. Alcancei isso no meu Estado e me considero muito jovem.

Até um dia desses, lembro-me, na campanha de 2002, de que eu, candidato a Governador, encontrei pessoas com deficiência amarradas, no meu Estado, ou presos como prisioneiros. Então, vejam, acho que avançamos, mas há muito caminho ainda para trilhar. Muito caminho para trilhar!

E quero aqui só dizer, antes de passar a palavra à Senadora Lídice, isso que o Senador Randolfe coloca aqui. Lá temos um complexo que trata da parte da saúde e da educação juntas, que prepara profissionais e as famílias, inclusive, para lidar com a deficiência, algo que realmente é necessário para a gente vencer barreiras.

Ouçó a Senadora Lídice, com o maior prazer.

**A Sra. Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) –**

Senador, quero parabenizá-lo pela forma pela qual o senhor está abordando o tema, buscando não apenas vincular a causa nacional, traduzindo-a, mas também traduzir o seu esforço como administrador, no seu Estado, para ter uma política de inclusão social e econômica dessas pessoas. Lembro-me bem de que, no ano passado, na legislatura passada, alguns Deputa-

dos de oposição chegaram a levantar que o Governo tinha diminuído recursos das Apaes, o que na verdade não traduz a realidade. E o que vemos hoje, com esse processo de inclusão que alguns não entendem, de inclusão dessas crianças com Síndrome de Down na escola pública normal, na cadeia escolar normal, é que as Apaes passam a ter uma outra função extremamente importante e a receber o apoio do Governo para realizar essa função, que é a preparação de todos os professores da rede pública para desempenharem o papel de educadores daqueles que eventualmente, estando na escola pública, sejam portadores da Síndrome de Down. Acho que, portanto, é muito importante que possamos vincular este sentimento de todos, o da inclusão com políticas públicas efetivas. Quero dar meus parabéns a Lindbergh e também ao Deputado Romário, que realizaram hoje uma sessão belíssima: bela pelo que eles puderam dizer, pela emoção. E é importante para o Brasil que pessoas que têm a representação deles dois, tanto do Romário, no esporte, ídolo de todos nós, quanto do Lindbergh, que tem uma carreira política brilhante, que conheci ainda estudante, Presidente da UNE... Eu, Prefeita de Salvador, pude recebê-lo na famosa manifestação dos caras-pintadas e vejo todo o seu desempenho aqui, mas vejo também que ele pode traduzir para a Nação brasileira, para sua cidade, para seu Estado, para seu País, incorporando-a a essa luta, a importância que tem a inclusão das crianças, dos jovens, dos adolescentes, dos adultos de Síndrome de Down na sociedade brasileira, do ponto de vista social, educativo e econômico. Abrir oportunidades para todos. Esse é um desafio. O desafio, segundo a Presidente Dilma, da superação da miséria deve buscar incorporar outros desafios que vão caminhando junto com ele, que é o desafio da inclusão de todos. E, hoje, para nossa felicidade, além de ser o Dia Internacional da Síndrome de Down, é também o Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial. Quero homenagear o Presidente desta Casa, neste momento, o Senador Paim, que é um dos precursores dessa luta, aqui, no Senado. Agrego-me a essa batalha política da denúncia da discriminação racial no nosso País e tive oportunidade, agora à tarde, de participar do lançamento da campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, realizada pela Ministra, gaúcha de nascimento e baiana por adoção, Luiza Bairros, abrindo o ano 2011, que a ONU determinou como sendo o ano dos afrodescendentes no mundo. Então, vamos vendo a necessidade de inclusão daqueles que são diferentes por uma síndrome, daqueles que são diferentes pela cor da pele, daqueles que são diferentes pela referência econômica e cultural neste País. E sentimos a necessidade de, segurando essa bandeira dos direitos humanos, realizar essa ta-

refa, que foi o sonho da nossa geração e que temos a possibilidade de torná-lo realidade na nossa luta no Senado. Muito obrigada.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Obrigado. Eu é que agradeço por haver aprendido tanto com V. Ex<sup>a</sup>. É um prazer muito grande receber toda essa lição que V. Ex<sup>a</sup> nos dá.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington!

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – O meu registro aqui é também reconhecer esse momento, e me somo, Sr. Presidente, a essa homenagem a V. Ex<sup>a</sup>. Com isso, quero homenagear todos os lutadores pela igualdade racial no Brasil e no mundo.

Meu querido Lindbergh, eu o ouço com o maior prazer, assim como o povo brasileiro.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington, não quero tirar muito do seu tempo. Vou fazer um pronunciamento daqui a pouco, depois do Senador Randolfe, sobre este Dia Internacional da Síndrome de Down. Mas devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem muito a nos ensinar. V. Ex<sup>a</sup> é pai de uma criança com autismo, vive com muita intensidade esse seu amor pelo seu filho, e, em todos os encontros de que tenho participado, seu Estado, o Piauí, é considerado um exemplo em aplicação de políticas públicas ligadas às pessoas com deficiência. Então, nós, que estamos aqui, começando um trabalho; que estamos à frente de uma comissão da qual V. Ex<sup>a</sup> vai participar, já estamos querendo marcar uma ida ao Piauí. Participei da última reunião do Conade, e todo mundo, quando falava do Piauí, falava do Estado como um exemplo, como uma referência. Então, eu, que vou falar daqui a pouco sobre esse dia internacional, não poderia deixar isso passar em branco. Deixe-me confessar uma coisa aqui: impressiona-me que cada um de nós, aqui, sendo Senadores – sou Senador pelo Rio de Janeiro – tem o seu Estado. A paixão com que V. Ex<sup>a</sup> fala das políticas públicas do seu governo do Piauí e como V. Ex<sup>a</sup> fala, com o olho brilhando, daquilo que ajuda a melhorar a vida das pessoas me impressiona. Não é por outra questão que V. Ex<sup>a</sup> escolheu, como prioridade do seu mandato, a atuação na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos. Tenho muito orgulho – e digo isto de coração – de fazer parte da bancada de Senadores do PT com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço.

Digo apenas a V. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> não precisa aprender nada comigo. V. Ex<sup>a</sup> tem uma grande professora em casa, que é a Beatriz. Eu lhe garanto que muito do que aprendi mudou muito a minha vida com a presença da Danielle, que é minha filha, hoje, com

13 anos. Ela não fala, não tem diferenciação de risco. Quem vive com uma criança portadora de alguma deficiência, ou um adulto, aprende todo dia, a todo instante. Muitas vezes, as pessoas não sabem o que é comemorar por ver uma pessoa dessa levar uma colher com comida à boca, sozinha, sem precisar de ninguém; ou levar um copo de água à boca, ou fazer algum sinal que já se identifica que está ligado a algum desejo, a alguma necessidade. Então, são essas coisas que transformam a gente.

Acho que nós, que tivemos o privilégio de, além de ser Parlamentares, conviver com essas pessoas, temos a obrigação de espalhar isso pelo Brasil. Tenho certeza de que vamos estar juntos aqui, nesse trabalho. Assim, conseguimos desenvolver atividades voltadas para o diagnóstico, para o tratamento e para o apoio às famílias – isso é importante –, e tudo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dessa parte da população piauiense.

O Dia Internacional da Síndrome de Down é celebrado desde 2006. No Brasil, ainda não foram divulgados dados recentes do IBGE, mas sabe-se que nascem, por ano, cerca de oito mil bebês com Síndrome de Down. Os brasileiros portadores da síndrome devem passar da casa dos vinte milhões. Aliás, hoje, o Romário lembrava que, de cada oitocentos bebês, normalmente tem um com Síndrome de Down.

Já avançamos muito, mas ainda falta muito para que os portadores da síndrome e suas famílias tenham uma vida com mais facilidade. Vencer o preconceito, espalhar o conhecimento e integrar cada vez mais todas as pessoas: isso que o Randolfe colocava aqui é a essência. Na verdade, muitas vezes, nós é que temos que perceber que nos sentimos diferente. Além de tudo, ter condições de, cada vez mais, preparar o País para isso. Faltam, além de pessoas com a devida qualificação, equipamentos ainda para muitas escolas, adaptações em locais públicos, unidades de saúde, enfim. Portanto, temos que lutar para mudar nossa cultura.

Quero, assim, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizer o que disse no começo: o que mais precisamos, neste momento, é vencer o preconceito. Acho que essa é a palavra-chave.

Eu queria ainda, além de tratar desse tema, fazer um outro registro importante bem rapidamente.

Hoje, eu também vivenciei um dia importante, na mesma linha, na área da educação. Gostaria de tratar aqui do reconhecimento do trabalho feito em uma escola do Piauí, a Escola Casa Meio Norte, como é chamada por todos nós, em Teresina.

Nesta segunda-feira, a Presidente Dilma Rousseff presidiu, ao lado do Ministro da Educação, Fernando

Haddad, cerimônia de outorga da Ordem Nacional do Mérito. Nessa cerimônia, onze educadoras brasileiras se destacaram por suas histórias ligadas à educação. Entre as educadoras homenageadas, tivemos a alegria de ver o Piauí ser representado por duas professoras extraordinárias da Escola Casa Meio Norte: a professora Osana Santos Moraes e a professora Ruthneia Vieira Lima Costa. O trabalho dessas educadoras foi fundamental para transformar em exemplo a ser seguido a iniciativa de transformar uma escola com infraestrutura precária, na periferia de uma cidade como Teresina, em uma instituição referência de ensino a todo o País.

A condecoração da Ordem Nacional do Mérito representa o reconhecimento do trabalho que é desenvolvido por essas educadoras há dez anos, na Vila Cidade Leste, bairro da periferia de Teresina.

A Escola Casa Meio Norte, Presidente, destacou-se como um projeto social educativo que tem levado mudanças positivas para toda a comunidade da Vila Cidade Leste. Moradoras de uma comunidade com condições sociais precárias, vindos, em muitos casos, de famílias desestruturadas, as crianças encontram na escola uma cultura de paz. A direção acredita que esse é o fator principal que mantém o índice zero de evasão escolar desde 2002.

Osana Moraes destaca que a escola é pública e que cada menino e cada menina são o patrão e a patroa da escola. “Nosso compromisso”, diz ela, “é mais do que a educação formal. É uma missão.” O ponto de chegada dessa missão, segundo Osana, é o resgate da cidadania, o senso de responsabilidade, o respeito e a paz.

A escola, meu querido Lindbergh, possui 900 alunos e alunas e é referência nacional no quesito qualidade de ensino. Tem um índice do Ideb, tem avaliação das provas típica de primeiro mundo. Possui turmas do primeiro ano do ensino fundamental ao segundo ano do ensino médio, a parte do ensino fundamental, pelo Município e a parte do ensino médio, pelo Estado. É, portanto, uma escola municipal e estadual que atua em parceria com o Sistema Meio Norte de Rádio e Televisão, uma empresa que aceitou fazer esse desafio.

A Escola Pública Casa Meio Norte desenvolve, além das atividades curriculares exigidas pelo Ministério da Educação, inúmeras ações paradidáticas, por meio do projeto Arte e Educação. Os alunos participam, no contraturno, de aulas de balé, flauta e violino. Além disso, ainda há o coral formado pelas vozes dos pequenos, porém talentosos, estudantes da escola.

Todos os profissionais estão empenhados em transformar as crianças que estudam na Escola Municipal e Estadual Casa Meio Norte...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – ... em pessoas de bem, conhecedoras de seus direitos e deveres perante a sociedade.

A escola tem um dos melhores índices de desenvolvimento da educação do Brasil. Destaca-se, também, por ser onde mais as crianças leem livros.

Veja só, meu querido Randolfe: nessa escola, eles leem, cada estudante, cerca de 20 a 30 livros por mês. De 20 a 30 livros por mês! É claro que são livros infantis, menores, mas isso mostra um ponto importante, como um dever perante a sociedade.

A escola é considerada pelo Ministério da Educação como “exemplo de boa prática pedagógica”. Fundada em 2000, o diferencial é que seus alunos não são avaliados por provas, mas por atividades diárias em sala de aula, com correção por eles mesmos. Também não há recuperação, mas a “reconstrução de habilidades”.

A Escola Pública, estou concluindo, Casa Meio Norte é mantida com recursos da Prefeitura municipal de Teresina, do Governo do Estado do Piauí e do Grupo Empresarial Meio Norte.

Quero parabenizar, portanto, daqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, todos os professores, funcionários, alunos, em nome das professoras Osana e Ruthneia, que foram homenageadas pela Presidenta Dilma, e todos os alunos e seus pais, que ajudam nesse maravilhoso trabalho, especialmente o Sr. Paulo Guimarães, empresário, que, por acreditar e ajudar a financiar essa escola, também ganhou essa grande experiência.

Espero que consigamos levar esse ótimo parâmetro para todas as escolas do meu Estado e para todas as escolas do Brasil. Se uma escola pública da periferia de Teresina, no Piauí, pode alcançar a qualidade de uma escola de um país desenvolvido, qualquer outra escola, em qualquer...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – ... outro Estado do Brasil também pode.

*Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lídice da Mata.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Convido para usar da palavra o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, pelo tempo regimental.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente ou Sr<sup>a</sup> Presidenta, utilizarei as duas formas para saudá-la, porque é uma honra estar nesta sessão presidida por V. Ex<sup>a</sup>, Lídice, que nós, eu



e o Lindbergh, há tanto tempo admiramos nas nossas lutas estudantis.

Senhores e Senhoras que nos assistem pela TV Senado, Senhores e Senhoras que nos ouvem pela Rádio Senado, tivemos, neste fim de semana, a visita ao Brasil do Presidente Obama. Eu poderia destacar e teríamos vários aspectos a dialogar sobre a visita do Presidente dos Estados Unidos da América ao nosso País. Alguns aspectos, inclusive, é importante suscitarmos.

Recentemente, em artigo, o cineasta Michael Moore, que foi, inclusive, um atuante defensor da candidatura de Obama, denunciou os reveses conservadores do governo de Obama, no sentido de retirar direitos previdenciários e direitos trabalhistas dos trabalhadores, sob a alegação de fazer isso em nome do ajuste fiscal americano, em virtude da crise.

Na verdade, o que tem ocorrido nos Estados Unidos, no último período, é que a escalada da indústria bélica concentrou a riqueza desse país na mão de 400 norte-americanos.

Poderíamos destacar e lamentar as ainda intervenções americanas indevidas em vários cantos do mundo, como a manutenção de presos na Base de Guantánamo, em Cuba, e como a continuação da intervenção no Afeganistão, mas todas essas questões poderão e deverão ser tratadas pelo governo americano e são reconhecidas por nós como questões de política interna dos Estados Unidos. Então, não vem ao caso isso aqui destacar.

Confesso, Presidenta, que eu esperava, eu tinha uma expectativa maior da visita do Presidente americano, em virtude, inclusive, do reconhecimento que o próprio Presidente Obama fez aqui, no Brasil, sobre o que o Brasil é hoje.

Eu vi uma reportagem hoje, salvo engano no *Correio Braziliense*, destacando o Brasil de hoje, da visita de Obama, e o Brasil de 40 anos atrás, na ocasião da visita do Presidente Eisenhower. Naquela ocasião, a economia americana era 36 vezes maior que a nossa. Hoje, essa diferença diminuiu para apenas sete vezes.

Ainda temos diferenças, mas o Brasil se consolidou como uma potência emergente. Então, a legítima reivindicação, por exemplo, do Governo brasileiro de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU deveria ter sido tratada – e eu esperava isso – pelo Presidente americano com um caráter mais afirmativo.

Na verdade, tive muito de frustração em virtude das expectativas que foram geradas, originalmente, na eleição do Presidente Obama: o primeiro negro a ser Presidente daquele país. Eu esperava uma política internacional mais multilateral. Os gestos, aqui, me

parecem, Senador Lindbergh, que foram belíssimos gestos de um *pop star*. Eu vi a apresentação do Presidente Obama, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, e era, realmente, um *pop star* com *show* organizado que lá estava se apresentando, mas faltou muito de demonstração concreta – concreta! – de multilateralidade, que era o que se esperava do representante da maior potência econômica, bélica, militar do Planeta. Esperava-se isso para que, como diz o querido poeta Chico Buarque, a intenção que ele demonstrava fosse, de fato, de gestos concretos.

Por fim, tem duas tristes nódoas que o Presidente Obama levará daqui. A primeira se deve ao fato de que daqui, do território brasileiro, de um País com a tradição diplomática pacífica, de um País pacífico como o nosso, foi autorizada a intervenção militar na Líbia. Eu digo isso sem nenhuma declaração de amor, mesmo porque, aqui do plenário do Senado, pedi questão de ordem e firmei a necessidade de o Governo brasileiro romper relações com a ditadura de Muamar Kadafi.

Mas faço isso também convencido de que considero que o que está ocorrendo nos países árabes, os acontecimentos do Egito, a panela de pressão existente na Arábia Saudita, que, a qualquer momento, virá a estourar, a revolução na Tunísia e o que está ocorrendo na Líbia revelam um forte clamor popular de mobilização naqueles países que não pode ter nenhum tipo de interferência externa, porque, de fato, as interferências externas têm outras intenções que não a de respaldar a vontade popular dessas revoluções.

Em relação a essa vontade popular, eu queria aqui trazer uma frase de uma carta, Lindbergh, de Engels a Marx, de 1857, se não me engano. Engels e Marx discutiram muito sobre as revoluções na Europa, mas pouco entenderam do que acontecia no restante do globo. Em uma dessas cartas, Engels diz o seguinte: “Por que a história do Oriente sempre aparece como história das religiões?” O que ocorre hoje, concretamente, nos países árabes, parece-me, aponta alternativas para essa questão suscitada por esses dois brilhantes historiadores e filósofos do século XIX.

Li um texto de dois militantes do meu partido, internacionalistas, Juliano Medeiros e Luiz Arnaldo Campos e li uma citação do eminente intelectual Robert Fisk, no *The Independent*, que nos traz luzes ao que ocorre nos países árabes.

Mubarak alegou que os islamitas estariam por trás da revolução egípcia. Bem ali, disse o mesmo na Tunísia o Rei Abdul, da Jordânia: vê uma sinistra mão escura, essa sinistra mão escura da Al-Qaeda, fraternidade muçulmana, sempre mão islâmica por trás da insurreição civil em todo mundo árabe.

Ontem autoridades do Bahrein descobriram a amaldiçoada mão do Hezbollah. Ali, por trás do levante xiita, onde se lê Hezbollah leia-se Irã. Por que então tantos intérpretes cultos [diz Robert Fisk], embora impressionantemente antidemocráticos insistem em interpretar tão mal as revoltas árabes? Confrontados com uma série de explosões seculares, o caso do Bahrein não cabe perfeitamente nessa classificação. Todos culpam os islâmicos radicais.

O Xá [ele se refere ao Xá Reza Pahlevi, derrubado pela revolução iraniana de 1979] cometeu o mesmo erro, só que, ao contrário, confrontado com o óbvio levante islâmico, pôs a culpa nos comunistas.

Traz luzes, então, essa reflexão de Fisk, porque o que ocorre no mundo árabe é o mesmo erro da avaliação errada do Reza Pahlevi. Enquanto ele imaginava, em 1979, que era um levante dos comunistas, era um levante islâmico. Enquanto todos os ditadores que estão caindo, um a um – e Kadafi será o próximo a cair –, colocam a culpa na revolução islâmica, eles não compreendem que o que o povo desses países quer é emprego, oportunidade melhor de vida e liberdade.

Nesse sentido, não cabe nenhum tipo de intervenção. Então, essa é a primeira nódoa da visita do Presidente Obama.

A segunda, querido Lindbergh, ocorreu no Rio de Janeiro, lamentavelmente. Lá 12 militantes políticos foram presos sob a alegação...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Treze.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Obrigado pela correção. Treze militantes políticos foram presos sob a alegação de que tinham lançado coquetel molotov sobre a embaixada norte-americana.

Eu assinei junto com V. Ex<sup>a</sup>, Lindbergh, uma nota, que foi divulgada nesse fim de semana, em que nós desafiámos as autoridades policiais do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, desafiámos o próprio Consulado estado-unidense a provar o envolvimento dos que estão já presos em qualquer dos delitos pelos quais eles estão denunciados.

O que ocorreu foi uma lamentável e arbitraria prisão. Mais do que uma lamentável e arbitraria prisão. Sabemos que há o ato de repressão nas manifestações, mas o que chama atenção, o que causa espécie é a rapidez com que os militantes foram presos, julgados e levados, deslocados, ato contínuo, para as penitenciarías do Rio de Janeiro.

Quem dera que esse processo tão célere de julgamento ocorresse, por parte do Judiciário, com os casos de corrupção, que lamentavelmente entristecem a política brasileira!

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Com todo o prazer. Sempre terá o aparte, porque o aparte de V. Ex<sup>a</sup> sempre contribui com meu pronunciamento, valorando-o mais.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Randolfe, assinei essa nota e estive, sábado e domingo, em contato com os dirigentes do PSTU, partido no qual militei no passado – tenho orgulho da minha trajetória política –, mas ressalto que aqui há um fato novo: nunca, na história recente da política deste País, os movimentos sociais foram tratados dessa forma. Eu mesmo participei de inúmeros. E houve excessos. Só que não se pode culpar todos os que estão participando das passeatas pelo excesso de alguns. E digo aqui a V. Ex<sup>a</sup>: este Senador que vos fala, na sua juventude, cometeu muitos excessos em passeatas, em atos. Lembro que invadimos a Bolsa de Valores na época das privatizações das teles, da Vale. Quem está nos escutando e nos assistindo agora sabe disso. E eu tenho orgulho dessa minha trajetória. Hoje sou Senador, tenho 41 anos, mas eu vi, no caso do Rio de Janeiro, um jovem de 16 anos que protestava contra o imperialismo norte-americano. Mandaram-no para a Febem, Instituto Padre Severino. Isso eu nunca vi! Digo isso, inclusive, em relação aos tucanos, ao PSDB. Em nenhum momento, pelo que nós fizemos neste País fomos tratados daquele jeito. Eu acho que é um caso grave com os militantes políticos. E eu conheci vários daqueles, que me falaram pelo telefone: “Lindbergh, eu não tenho nada a ver com quem atirou ou não coquetel molotov. Eu não tenho nada a ver com isso”. O grave foi que levaram, imediatamente, para o presídio, raspam o cabelo dos militantes... Isso nunca houve. Então, é importante que os democratas do País se levanten para dizer: “Não é assim”. Eu achei muito grave. Digo a V. Ex<sup>a</sup> aqui que estive lá presente e achei muito grave. Se fosse na nossa época, teríamos ido parar na Febem e nos presídios deste País muitas vezes. Quantos protestos fizemos na frente da Embaixada dos Estados Unidos? Quantas bandeiras dos Estados Unidos queimamos na nossa juventude, criticando o imperialismo norte-americano? Não sei contar o quanto participamos de tudo isso. Por isso, penso que essa questão é muito grave. Vale a pena pontuarmos isso. Não podemos assistir a uma escalada de criminalização das ações dos movimentos sociais. Há um segundo ponto com o qual concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Algumas coisas nos causam indignação profunda no coração e estranheza. Enquanto o Presidente Obama, o Presidente negro dos Estados Unidos, por quem muito torcemos, com seu charme, era muito sim-

pático em sua visita ao Rio de Janeiro, naquele mesmo momento, a Líbia era bombardeada. Primeiro, quero elogiar a posição do Governo brasileiro, que não votou a resolução da ONU que falava da zona de exclusão aérea. Foram cinco países que não votaram: Brasil, Rússia, Índia, China e Alemanha. Mas devo dizer que o que foi votado no Conselho de Segurança foi uma zona de exclusão aérea. Não foi votada autorização para bombardear a Líbia. Quem tem de derrubar o ditador Kadafi é o povo Líbio, que se está organizando. Foi assim que aconteceu nos mais diversos países do mundo árabe. Então, esse é um problema muito concreto. Inclusive, Obama disse no Brasil que o futuro do mundo árabe será definido pelo seu povo. Então, não me venham com essa história novamente de que, para proteger a população civil dos ataques de Kadafi, têm de jogar bombas na Líbia, matando civis! Essa é a denúncia feita por países árabes que defendiam a zona de exclusão aérea, mas que se levantaram contra o bombardeio na Líbia, como a própria Rússia. Então, é um caso gravíssimo! Ficamos vendo o Obama e expressando nossa simpatia pela eleição dele lá. Mas – puxa! –, ao mesmo tempo em que ele, charmoso, falava de projetos sociais aqui, fazia-se a velha política agressiva e antiimperialista norte-americana. Senadora Lídice da Mata, encerro minha fala, lembrando o que Maria da Conceição Tavares – e sabemos das limitações de Obama – dizia: “Ah, como deve ser duro impor outra agenda naquele conservadorismo que domina a política norte-americana!”. Mas Obama foi eleito para isso. A gente fica aqui na torcida, para que ele corrija rumos. Encerro, dizendo isso. Acabei de ler um livro de Joseph Stiglitz, *O mundo em queda livre*, falando sobre a crise econômica norte-americana. Tanto Stiglitz quanto Paul Krugman têm falado muito que Obama tinha de ter ido mais fundo, tinha de ter mudado o direcionamento da política econômica. Mas não quero abrir aqui outro flanco de debate. Preocupo-me muito com a situação da Líbia. Encerro por dizer uma coisa: aos aliados do Bahrein, do Iêmen e da Arábia Saudita, nada existe, nenhuma posição! Estão atirando contra civis! Então, a gente vê que os velhos interesses pelo petróleo novamente estão à frente das posições do governo norte-americano. Parabéns pela intervenção, Senador Randolfe!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)**

– Eu é que lhe agradeço seu aparte, Senador Lindbergh. São claramente pesos e medidas diferentes. Concorro com V. Ex<sup>a</sup>.

Víamos, com esperança, a eleição do Presidente Obama. E esperança é proveniente do verbo “esperar”, que tem prefixo latino, que significa “acreditar no que se vê”. Esperávamos uma mudança dos rumos

da política externa americana. Ele chegou, inclusive, a anunciar isto: os Estados Unidos mais multilaterais. Se pegarmos somente as intenções, as demonstrações, como eu disse, aquela cena *pop star* é uma boa imagem! Mas não basta imagem! Não podemos ter somente uma boa imagem. Não pode haver o belíssimo símbolo, temos de reconhecer, de um Presidente negro comandar um país que tem uma triste história de preconceito racial, mas esse símbolo não combinar, não dialogar com gestos concretos, querer insistir na concentração política, não abrindo o Conselho de Segurança a outras nações emergentes.

Nesse sentido, foi correto o posicionamento da diplomacia brasileira em não autorizar o que ocorreu na Líbia. E, concordando com V. Ex<sup>a</sup>, devo dizer que, mesmo que isso tenha sido autorizado pela ONU, não é o que está acontecendo. Estamos vendo o assassinato de líbios. Ora, não se podem, a pretexto de defender civis, matar outros civis, que é o que, de fato, concretamente, está ocorrendo. Deixemos os povos árabes conduzirem seus processos de revolução!

Então, nesse sentido, esperamos, Sr. Presidente, ações concretas melhores, ações concretas multilaterais. Queremos, por fim, destacar o que o Senador Lindbergh já apresentou. É lamentável e é triste o fato da repressão ocorrida no Rio de Janeiro. O Senador Lindbergh e eu fizemos muitas manifestações, passeatas, e, de fato, esse tipo de repressão não pode ter continuidade, não pode ser tido como regra. Não se pode tratar militante social da forma como esses militantes foram tratados.

Por fim, Senador Lindbergh, todos os que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, quero dizer que, enquanto o Presidente Obama estava visitando o Brasil, nós – e quero utilizar esses dois minutos para destacar isto –, no Estado do Amapá, recebíamos meu querido amigo Maximilien Sánchez Arvelaiz, Embaixador da República Bolivariana da Venezuela. A ideia da agenda foi, inclusive, em virtude da proximidade geográfica que tem a Venezuela conosco, para construirmos um laço de cooperação comercial e de cooperação política.

Maximilien Arvelaiz, diante das manifestações dos tambores amapaenses, viu naquilo muita identidade com os tambores venezuelanos. É porque, de fato, somos um povo só, um povo multiétnico, um povo multicultural. Nós, do meu querido Amapá, sempre fomos muito esquecidos pelas políticas do centro-sul do Brasil e estamos encontrando uma alternativa interessante de integração, de desenvolvimento econômico, de integração cultural e, em especial, econômica e comercial. E, nessa integração, estamos reunindo o Amapá, o Departamento de Ultramar da Guiana Fran-



cesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela. Podemos dar um primeiro passo na construção de um mercado comum de desenvolvimento, que incentivará a economia do norte da Amazônia, do norte do nosso País, e que dará uma contribuição também. E aí é que está a diferença: é uma contribuição bilateral, ao contrário das políticas unilaterais que, lamentavelmente, os Estados Unidos ainda hoje mantêm no mundo.

Quero agradecer-lhe, Sr. Presidente, sua condescendência em ter me dado mais um minuto.

Oxalá o Presidente Obama, nesses dois anos de mandato que ainda tem, modifique a política e realize a ruptura que precisa ser feita! Sei das dificuldades que ele enfrenta, mas ele foi eleito pelo povo americano, com o desejo de mudança, e uma das principais referências desse desejo de mudança é a responsabilidade, inclusive americana, de contribuir para que este mundo seja mais multilateral, seja mais de todos os povos e seja menos de uma só nação.

Exigimos aqui – o Sr. Senador Lindbergh, todos que subscrevem a nota e eu – a imediata concessão de *habeas corpus* para aqueles presos políticos que estão nos cárceres do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Sra. Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero comunicar-lhe, Senador Randolfe, que, agora à tarde, foram concedidos os *habeas corpus*, com a vitória da justiça.

Convido V. Ex<sup>a</sup> a assumir esta Presidência.

Eu dizia, de brincadeira, que consultei aqui se V. Ex<sup>a</sup> tinha idade para presidir esta sessão. É o Senador mais jovem do Senado, tem 37 anos. É um grande orgulho tê-lo aqui. Fomos companheiros no movimento estudantil. Tenho 41 anos, e V. Ex<sup>a</sup>, 37 anos. V. Ex<sup>a</sup> é o Senador mais jovem desta Casa e nos dá muito orgulho pelo trabalho que tem feito.

Passo a V. Ex<sup>a</sup> a Presidência, para que eu possa fazer meu pronunciamento.

*O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Lindbergh, o orgulho é meu de estar nesta Casa ao seu lado. V. Ex<sup>a</sup> não pode falar tanto da minha idade. Somos da mesma geração, somos da mesma turma de militantes do movimento estudantil. E o orgulho, não tenha dúvida, é todo meu, por frequentar esses tapetes azuis, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho o prazer de lhe conceder a palavra e de ouvi-lo.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Randolfe, hoje tivemos, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, um grande evento comemorativo do Dia Internacional da Síndrome de Down. Dia 21 de março, 21º cromossomo; o três, de março, refere-se à trissomia.

Quero começar parabenizando o Deputado Romário, que eu acho vai ser um grande Deputado, porque tem uma causa que ele pegou com muita força e que não é só a causa da Síndrome de Down, é a causa da luta de todas as pessoas com deficiência neste País.

Acho que é uma situação nova neste Parlamento, tanto no Senado quanto na Câmara. Na Câmara dos Deputados, além do Deputado Romário, há três Deputados cadeirantes que querem colocar a discussão da pessoa com deficiência no centro dos debates nacionais. Aqui, no Senado, há também uma situação nova. Além de mim, temos o Senador Wellington Dias, que fez um trabalho lá no Piauí e que é pai da Danielle. Temos o Senador Paulo Paim, que presidia esta sessão, Senador Randolfe, que tem um trabalho de tempos, inclusive o funcionário que o assessora aqui neste plenário do Senado luta há muito tempo e expressa o sentimento de todas as pessoas com deficiência.

Mas quero falar sobre o evento de hoje, que foi um evento muito bonito. Além da presença de vários parlamentares, nós tivemos técnicos, especialistas e, fundamentalmente, mães, pais, crianças e adultos Down. Depoimentos belíssimos! A apresentadora do evento foi uma carioca, a Fernanda, que se autointitula a primeira repórter Down do mundo.

Ontem, estive no Rio também, fui convocado pela RJDown, em uma marcha que fizemos, a partir das 15 horas, na praia de Ipanema. Uma marcha organizada pela RJDown, em relação ao dia 21. E foi muito bacana vermos a participação e exemplos de jovens e de pessoas que se superaram.

Hoje, estava presente nesse evento de comemoração a Eliane, daqui de Brasília, que virou minha amiga, que trabalha no STJ e tem vários livros publicados.

Também ontem, no Rio de Janeiro, estávamos com o Breno, que está assumindo a liderança, porque tem um processo muito interessante hoje. Há a Federação Brasileira de Síndrome de Down. Só que eles têm dito: “Nós não precisamos que nos representem. Nós temos condições de falar dos nossos problemas, da nossa luta”. E o Breno, no Rio de Janeiro, é uma liderança. Quantos discursos o Breno fez na caminhada, na marcha de ontem!

Então, a luta de todos nós é pela autonomia. E víamos no exemplo do Breno, em seus discursos, para nós que participávamos daquilo, para todos os pais, para todas as mães, como era bacana ver ele dizendo que viajava sozinho pelo mundo inteiro, morava só, conseguia tocar sua vida.

Então, a luta dos pais e das mães hoje, centralmente hoje, é por isto: para que seus filhos tenham autonomia. Muitos veem de fora a Síndrome de Down, como uma coisa distante, uma coisa... Como se as famílias tivessem um problema em casa. Eu quero dizer uma coisa aqui, e eu falei isso hoje lá: todos os pais e todas as mães de crianças, de adultos com Down são completamente apaixonados, não queriam que o filho fosse diferente nem uma vírgula. O amor é tão grande, são figuras tão extraordinárias, que ensinam tanto e tanto! Eu sinto que há muito isso. As pessoas olham como se ali tivesse um grande fardo, um grande problema, e não é nada disso. É o contrário. Quem estava lá hoje via que os pais não estavam lá para reclamar. É claro que muitas coisas precisam ser conquistadas. Mas era uma festa, era um ato de amor, de dedicação.

Como falou o Senador Wellington da filha dele, da Danielle, que tem autismo, são tantas batalhas no dia a dia, são tantas as conquistas: é o sentar, é o primeiro passo para engatinhar, é uma coisa que aproxima de uma forma tão intensa!

Então, o primeiro ponto que eu queria ressaltar aqui, Senador Randolfe, é com relação à situação em que, quando trocamos experiências com outros pais e outras mães, vemos que os pais e as mães mais babões do mundo são os pais e as mães de uma criança com Down.

Agora, qual é a nossa maior preocupação? São muitas as lutas, mas qual a maior preocupação? É a luta contra o preconceito. V. Ex<sup>a</sup> sabe, e hoje, em vários depoimentos, o Dr. Zan falava, que, há vinte, trinta anos, a política com a população Down era de confinamento, de esconder, deixar fora, exclusão total. Agora, não. Por isso que esses eventos são muito importantes. Eu achei muito bacana quando Romário trouxe a filha dele e mostrou. Não há vergonha. Muito pelo contrário, há orgulho dos seus filhos. Então, ocupar esse espaço é muito importante.

Agora, é um momento novo, porque é o momento da inclusão. Neste País, a exclusão era total. Está havendo e vai haver mais, e nós temos que brigar, cada vez mais, pela inclusão na rede regular de ensino. Temos que ocupar esse espaço. E é claro que tudo isso nos leva às preocupações. Cada conversa que tenho com mãe, com pai, eu sei da angústia que é. E eu já fico pensando no futuro. Sua criança, seu filho, com 4 anos, entrando na escola, como vai ser tratado pelas

outras crianças, se vai haver *bullying*, como é que as crianças vão encarar aquilo.

Então, vejo que esse trabalho de conscientização da sociedade, dos pais e das crianças é fundamental. Pensar no acolhimento.

Eu conversava agora com a mãe do Lúcio, um artista plástico de 15 anos, aqui de Brasília, fantástico! Quem puder ir ver a exposição dele, está na Câmara dos Deputados. Não só dele, vi do Tonico, vi do Henrique... V. Ex<sup>a</sup> precisa ver. E a mãe do Lúcio dizia: "Lindbergh, fica tranquilo. O Lúcio está cheio de amigos na escola. Criou um grupo de relacionamento fantástico na escola". Mas este é o aperto no coração de todos nós: é ver como nossos filhos podem ser bem recebidos naquele ambiente escolar.

E, hoje, também, o tempo todo – eu, sentado junto ao Romário –, nós falávamos que o fundamental na criança com Down é o estímulo. É você poder fazer uma boa fisioterapia, frequentar fonoaudiólogo, ficar ali em cima, dia a dia. Mas e as crianças que não têm acesso a isso? Pessoas chegam a falar: "Há vários graus de Síndrome de Down". Não, não há graus de diferenciação na Síndrome de Down. É tudo a mesma coisa. A diferença que observamos é em razão do estímulo. Do estímulo. A grande discussão é como democratizar o acesso a todos dessas possibilidades, que não estão ligadas só à fisioterapia e à fonoaudiologia, estão ligadas à saúde. Cinquenta por cento dos Downs que nascem têm problemas cardíacos. Graças a Deus, minha filha não teve, Senador Randolfe! É um aperto na hora, mas esse ainda é um problema que causa muitas mortes. E não ter uma cirurgia cardíaca quando é necessário ter faz muita falta. E morrem os filhos das pessoas mais pobres, que não moram nos grandes centros urbanos.

E há uma série de questões ligadas à saúde. As pessoas com Down têm hipotonia, não possuem os músculos tão rijos, e isso tem decorrências; há problemas auditivos; devem ser tomados alguns cuidados em relação à alimentação.

Participei, com a Federação de Down, de um encontro com o Ministro Padilha. E a preocupação da Federação e do Dr. Dennis, um pediatra fantástico de Brasília, é a de criar um protocolo que fale de um procedimento nacional, porque alguns médicos, alguns pediatras sabem o que deve ser feito, mas é muito difícil. Grande parte dos médicos, dos pediatras, não conhece as especificidades, os cuidados que devem ser tomados.

Sabemos que houve um aumento fantástico da expectativa de vida da população Down no último período. Há dez, vinte anos, morria-se com vinte e poucos anos de idades; hoje, estamos acima de 40, 42 anos.

Com tratamento adequado, com alguns cuidados, com preocupação com o envelhecimento, alimentação antioxidante, chega-se a 60. O último Down que morreu mais velho no País foi com 79 anos. Hoje, há um com 74, e conheço vários acima de 60. Mas precisamos seguir esse protocolo, seguir um conjunto de ações que os melhores especialistas do País já sabem, mas que não estão amplamente divulgadas. Essa é uma luta, com o Ministro da Saúde, para que seja criado e disseminado esse protocolo para cada cidade deste País. Se a criança nasceu com Down, estão presentes as características, vamos fazer primeiro o exame cardíaco e uma série de procedimentos. Isso é muito importante.

Em outras batalhas, a inclusão no mercado de trabalho. A preocupação das mães sabe qual é, Senador Randolfe? Hoje, no Brasil, há uma pensão quando os pais morrem, e quem entra no mercado de trabalho perde essa pensão. Temos de resolver isso. Temos de ajudar na inclusão, dissociar essa pensão do trabalho.

Há uma série de coisas. Não quero alongar-me muito, mas há uma série de coisas que temos de fazer.

Fiz o requerimento para criação de uma comissão especial para tratar do tema nesta Casa, para aperfeiçoar a legislação; na verdade, para regulamentar a convenção da ONU que está na nossa Constituição. O que queremos fazer nessa regulamentação? Dar efetividade, porque as leis têm de ser cumpridas; se não forem cumpridas, têm de haver sanção e formas de fazer valer aquilo que está lá.

Estive com o Presidente Sarney, pedindo a criação dessa comissão, e encontrei nele um grande aliado, Senador Randolfe. Ele tem sua história pessoal. O Presidente Sarney, como Presidente da República, teve um papel muito importante na primeira legislação séria e consequente do Brasil sobre o tema. Deu-me todo o apoio, toda a força.

Então, veja bem, vamos ter uma comissão especial neste Senado para regulamentar a convenção da ONU. Mas é pouco, o problema não é só legislação. O problema é muito mais fazer cumprir. Eu, com todas as minhas falas aqui, neste Senado, continuo com essa preocupação no dia a dia. Sempre falo que temos de aproximar este Senado da vida real, dos problemas do povo. E temos de tentar fazer as coisas andarem, acontecerem aqui.

Fico muito preocupado, porque, às vezes, temos debates aqui estratosféricos, situação e oposição, e o povo que está do outro lado vê: “o que eles estão fazendo pela nossa vida, por nós, que temos enormes problemas a enfrentar no dia a dia?”.

Tenho uma preocupação, Senador Randolfe. Digo que mais importante do que o aperfeiçoamento da legislação tem de ser a nossa briga nessa área pelo fazer cumprir, pelo ajudar a resolver. Queremos aqui fazer uma espécie de câmara de conciliação. Se as pessoas com deficiência auditiva reclamam do problema de prótese, temos de chamar o Ministro da Saúde e dizer: “Ministro, o que está acontecendo? Fale um prazo. Como pode ser feito?”.

Então, esse é meu desejo. Eu conversava muito com Romário e estou confiante de que agora vai ser diferente, que vamos chamar a atenção do País para esse tema. O último censo afirma que 14% da população brasileira é de pessoas com deficiência, com algum tipo de deficiência – 14% da população brasileira. Mas é um tema proibido; infelizmente, é um tema que a imprensa não pauta; é um tema de que alguns se esquivam; é um tema tão importante, mas que está fora da agenda nacional, não se fala nisso.

Então, falo sempre: aqui, temos um objetivo que é o de aperfeiçoar a legislação, o de fazer cumprir, mas acho que vamos ter de fazer um pouco como no passado, quando éramos líderes estudantis – eu falava isso hoje com Romário –, vamos ter de ajudar a criar um movimento, fazer seminários, ir aos Estados, porque sei que, se fizermos uma marcha das pessoas com deficiência neste País, daí não haverá jeito: vamos impor nossa pauta para todo mundo, para o Governo Federal, para os governos estaduais, para os governos municipais. Então, acho que temos de chamar a atenção desse tema com muita força.

Senador Randolfe, bem aqui, nesta Casa, há um projeto muitíssimo importante, do Deputado Leonardo Mattos, que está nesta Casa, o PLC nº 40, de 2010, que fala de uma aposentadoria especial para a pessoa com deficiência. Não dá! Vamos falar sério: como falarmos em aposentadoria hoje para uma pessoa que tem Síndrome de Down se a expectativa de vida média é de 42 anos? Como falar de aposentadoria dessa forma?

É um projeto fundamental, importantíssimo, que está nesta Casa, e vamos dar o nosso sangue e o nosso suor para que ele aprovado. O Governo diz que há uma brecha nesse projeto, porque ele não deixa claras as áreas de deficiência, o grau de deficiência para se ter direito a determinado tipo de aposentadoria. Mas isso se resolve na regulamentação. Devo dizer aqui, em alto e bom som, que não abrimos mão de que esse projeto seja aprovado por esta Casa, por este Senado. Inclusive, vou apresentar um requerimento para que ele venha à pauta. Ele já está, há algum tempo, na Mesa, parado. Nós vamos apresentar um requerimento para que o projeto venha à Casa.



Senador Randolfe, encerro minha fala, neste dia que para mim foi muito emocionante. Hoje, foi muito bacana ter estado na Câmara dos Deputados. Estou confiante nesse trabalho: nós vamos para cima, vamos tentar ajudar tanta gente! São tantas mães guerreiras por este País afora, lutando, fazendo de tudo, com problemas enormes, com dificuldades de locomoção, mas fazendo tudo pelos seus filhos. Temos de entrar em campo, para ajudar. Aliás, não é ajudar, porque esse é um direito dessas pessoas.

Falei hoje que o Romário será um grande Deputado, porque acho que ele está com uma boa causa no coração. E há uma coisa: o Romário foi um herói popular neste País, como jogador de futebol, ele pode ajudar muito nesta nossa causa de mobilizar as pessoas. Hoje, fiquei encantado: já existe uma identidade. São pessoas que não nos conhecem, Senador Randolfe. São pessoas que não me conhecem, que não conhecem o senhor, porque não estão ligadas na política; que não sabem o nome de nenhum Senador, de ninguém. Mas como ligaram o Romário à causa delas!

Ontem, foi bacana, engraçada a nossa passeata. As famílias todas na passeata. A minha Beatriz esteve lá. Foi uma caminhada linda. Vejo como há crianças estimuladas, espertas, magras – um dos problemas é a luta contra a obesidade também, por várias questões. E achei interessante, porque a Fernanda, a repórter Down, que hoje apresentou – veja o que significa o Romário nisso –, ela ontem disse: “Inclusão, sim. Contra o preconceito. Agora, nós podemos, porque Romário está do nosso lado”.

Achei muito bacana, o Romário é um símbolo. E nós temos de tratar essa liderança, esse espaço dele no meio do povo, com muito carinho. O Romário pode dar-nos uma grande contribuição. Quero parabenizá-los muito – ele, sua esposa e sua filha – por terem assumido isso, por terem abraçado essa causa. Vamos conseguir fazer aqui um belo trabalho, Senador Randolfe.

Hoje, foi um dia muito emocionante, e acabo de citar que está neste plenário meu tio Leidson, da Paraíba, com meu primo paraibano, o Taney, de Campina Grande. São figuras muito especiais. É o irmão do meu pai, que faleceu em 1996 e que foi uma pessoa importantíssima na minha vida. Quero só dizer que a presença do meu tio Leidson é o coroamento final deste dia repleto de emoções, mas que, amanhã, voltamos para a luta, para a batalha, fazendo aqui os nossos discursos duros.

Muito obrigado, Senador Randolfe.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Lindbergh, V. Ex<sup>a</sup> será nosso líder nessa causa, que é uma causa da humanidade. Quero me candidatar a estar na comissão especial que V. Ex<sup>a</sup> vai

conduzir, liderado por V. Ex<sup>a</sup>. Temos uma ótima dupla conduzindo essa bela causa: temos, como o senhor disse, um herói brasileiro que tantas alegrias deu ao povo brasileiro, um herói de mil gols – eu comemoro principalmente aqueles que ele fez pelo Flamengo –, um herói do futebol, com o dinamismo do Romário; e V. Ex<sup>a</sup>, com a liderança que teve no movimento estudantil. Conte com a minha presença nessa comissão especial. Não tenho dúvidas de que vamos avançar nessa causa, que é humanitária, que o senhor definiu muito bem: é a causa da inclusão. Quero ter a honra de estar junto com V. Ex<sup>a</sup> e com o Deputado Romário. Vamos por todos os cantos deste País! Vamos aprovar o PLC nº 40. Vamos às capitais, a todos os cantos deste País, mobilizar, para conquistarmos essa causa, não só para termos leis, não só para mobilizarmos o Estado, mas, em especial, para mobilizarmos a sociedade. V. Ex<sup>a</sup> soube e sabe fazer isso muito bem. Vou utilizar um termo da nossa época de movimento estudantil: é para fazer acontecer essa pauta, essa luta.

Muito obrigado, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério da Previdência Social e o Ipea estão realizando, em Brasília, seminário sobre O Futuro da Previdência no Brasil. São seis mesas de discussão, abordando temas como os rumos dos regimes geral e próprios de previdência social, a consolidação da previdência complementar no País e o panorama internacional da previdência social. A mesa de encerramento, inclusive, contará com a valiosa participação do Senador Delcídio do Amaral, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Essa discussão chega em boa hora, Sr. Presidente, porque, desde a edição da chamada lei Eloy Chaves, em 24 de janeiro de 1923, que criou a base do sistema previdenciário brasileiro, não vivíamos um momento tão animador.

Alguns números confirmam o que estou dizendo:

A taxa de cobertura previdenciária chegou a 67%, marca alcançada em 2009; 82% dos idosos estão protegidos; 28 milhões de benefícios são pagos mensalmente, num total de 19 bilhões de reais; 50 bilhões de reais é o valor do patrimônio dos Regimes Próprios de

Previdência Social dos servidores Públicos; e outros 512 bilhões, o dos Fundos de Pensão, que têm quase 3 milhões de participantes!

Esses números, Sr. Presidente, só foram possíveis de alcançar graças à inédita modernização do sistema de gestão da Previdência, ao longo dos 8 anos de mandato do Presidente Lula, e que continuam agora sob o comando da Presidenta Dilma Rousseff. Cito aqui alguns exemplos desse feito verdadeiramente extraordinário:

Apenas no período de 2009 e 2010, o Dataprev aumentou em 473% seu investimento em tecnologia, com destaque para a aquisição de três *mainframes*, que custaram 64 milhões de reais; foi realizada ainda a maior migração de dados e sistemas de que se tem notícia.

Além disso, somente no ano passado, 51 agências da Previdência foram inauguradas em todo o País e presenciamos a implantação da Sala de Monitoramento do Atendimento – uma ferramenta inovadora que possibilita aos gestores acompanhar, em tempo real, o que acontece em todas as agências da Previdência Social.

A capacitação dos servidores também não foi esquecida: desde 2003 foram oferecidas 281 mil oportunidades de qualificação; foi implantado o Portal de Competências, para registrar, conhecer e identificar o potencial dos servidores. Complementarmente, houve um reforço da força de trabalho: em 2010, o INSS nomeou 700 técnicos e 300 analistas, aprovados em concurso público; outros 2 mil já haviam sido convocados em maio daquele ano; também foram contratados por concurso 500 peritos médicos; o Ministério da Previdência, por sua vez, admitiu 178 servidores, também aprovados por concurso público.

Todas essas medidas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que aqui menciono muito brevemente, estão surtindo excelentes resultados: hoje já é possível obter a concessão de benefícios da Previdência – como aposentadoria e salário maternidade – em até 30 minutos da solicitação; o agendamento eletrônico pela Central 135, implantado em 2006, eliminou as filas nas portas das agências; e a partir de 2010, os beneficiários passaram a poder imprimir seus contracheques nos terminais bancários das instituições credenciadas pela Previdência.

Todos esses fatos falam por si mesmos. A eles, Sr. Presidente, quero acrescentar que, hoje, os quase 3 milhões de brasileiros residentes do exterior já podem contar com a proteção da Previdência Social, graças aos acordos bilaterais e multilaterais formalizados pelo governo brasileiro com diversos países, como Espanha, Itália, Portugal e o Mercosul.

Eram estas as informações que gostaria de trazer ao conhecimento das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores, usando este breve tempo de que disponho, falando pela Liderança do Governo.

Encerro cumprimentando o Ministro Garibaldi Alves Filho, pela iniciativa de propor essa discussão sobre o futuro da Previdência em nosso País. Sei que as intenções de Sua Excelência são magnânimas, no sentido de continuar aperfeiçoando o sistema previdenciário, para o bem de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não há mais oradores inscritos nesta noite de hoje.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão, lembrando as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011, que altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal*.

(Lida no Senado Federal no dia 17.03.2011)

Relator revisor: Senador José Pimentel (Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2010)

Prazo final prorrogado: 23.03.2011

### 2

#### REQUERIMENTO Nº 237, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 237, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *requer, nos termos do inciso II do art. 74 e do art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Temporária Externa com o objetivo de realizar visita in loco à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo*.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 21 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY****21-3-2011  
Segunda-Feira****11h – Cerimônia de outorga da Ordem Nacional do  
Mérito a educadoras brasileiras**

Salão Leste, 2º andar do Palácio do Planalto

**16h – Entrevista para o jornalista Davis, da Agência  
EFE Espanhola**

Anexo I – 6º andar

Of. GB-PLA Nº 57/2011

Brasília, 16 de março de 2011

**Assunto:** Correspondência da Secretaria de Comissões do Planalto Latino-Americano

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar correspondência da Secretaria de Comissões do Parlamento Latino, Deputada Daysy Tourné.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano – Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, pelo Brasil.

Panamá, 14 de março de 2011

Senhor Presidente

Tengo El agrado de dirigime a Ud., em mi carácter de Secretaria de Comisiones del Parlamento Latinoamericano, a efectos de informante que durante los dias 28 y 29 de Abril Del presente año, se realizaram em La ciudad de Quito, Ecuador, lãs siguientes reuniones de Comisiones:

- Reunión de La Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Comunicación.
- Reunión de La Comisión de Servicios Públicos, Defensa Del Usuario y el Consumidor.
- Reunión de la Comisión de Asuntos Políticos, Municipales y de la Integración.

Para estos eventos se convoca a los Miembros de lãs Comisiones Permanentes antes mencionadas, por lo que mucho Le agradecerá tuviera a bien convocar a la representación parlamentaria correspondiente a cada reunión.

Lãs agendas correspondientes serán enviadas a la brevedad posible, asi también lãs informaciones generales de indolo operativa.

Sin otro particular a que hacer referencia, lo saldo com mi mayor consideración y estima.

Atentamente, Diputada **Daisy Tourné** – Secretaria de Comisiones.



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

### Maranhão

**PTB** - Eptácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**PSOL** - Marinor Brito\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PR** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**PPS** - Itamar Franco\*\*

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amelia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rego\*\*  
**Bloco-PMDB** - Wilson Santiago\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PT** - João Pedro\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PMN** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Marisa Serrano\*  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-DEM** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PR** - João Ribeiro\*\*  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PMDB** - Gilvam Borges\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## **COMPOSIÇÃO**

### **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

**Leitura:** 16/03/2011

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO** <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO** <sup>(2)</sup>  
**RELATOR: VAGO**

**Leitura:** 05/03/2008  
**Instalação:** 06/11/2008  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009  
**Prazo prorrogado:** 31/08/2009  
**Prazo prorrogado:** 22/12/2009  
**Prazo prorrogado:** 17/07/2010  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

#### **MEMBROS**

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

**Notas:**

- \*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- \*\* Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- \*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- \*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- \*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- \*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
- 1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- 2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio  
**Telefone(s):** 33033511  
**Fax:** 33031176  
**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br



## **2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.**

**Finalidade:** Averiguar, in loco, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

**Número de membros: 5**

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>

Senador Jorge Viana (PT) <sup>(1)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Senador Sérgio Petecão (PMN) <sup>(4)</sup>

Senador Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )**

---

#### **Notas:**

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

## **3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL**

**Finalidade:** Propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senadores Jorge Viana, aprovado em 17.03.2011)

**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**

---

## REFORMA POLÍTICA - 2011

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Designação:** 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 61 33034638

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello



## PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(2,4)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

### Notas:

\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(7)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(7)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(7,9)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) <sup>(8)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(2)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(5)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(13)</sup>
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(10)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(11)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

**Número de membros:** 5 titulares

TITULARES	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rego (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	

**Notas:**

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

**Notas:**

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, para comporem a CMA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** terças-feiras, 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## **5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016**

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rego, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## **5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(2)</sup>	1.
	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** terças-ferias, 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia e como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

## **7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSBD, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 8h45 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	<b>CORREGEDOR</b>
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## **2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

---

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## **3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br



#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
	<b>OUVIDOR-GERAL</b>

**Atualização:** 02/02/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
Gleisi Hoffmann (PR) <sup>(6)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PTB</b>
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA)
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
Marinor Brito (PA) <sup>(2)</sup>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSC</b>

Eduardo Amorim (SE)
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 24/02/2011

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(7)</sup>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(2)</sup>
<b>PPS</b>



<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(4)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(6)</sup>

**Atualização:** 16/03/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ana Amelia (RS) <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(5)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(3)</sup>

**Atualização:** 16/03/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**1ª Designação:** 14/03/2011

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Casildo Maldaner (SC) <sup>(7)</sup>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(6)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(5)</sup>
<b>PV</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 088/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

#### Composição

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB-AP)

**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT-RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT-RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT-SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR-TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB-MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 15.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

**Composição**

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)



## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

### Composição

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

### SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE

### MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** cpmc@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### Composição

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

### SENADO FEDERAL

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Fernando Collor (PTB-AL)

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)

(Atualizada em 15.3.2011)

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)



Edição de hoje: 196 páginas

OS: 2011/10916